



MUNICÍPIO DE MERCEDES **ESTADO DO PARANÁ**

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N º: 189/2025

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 11/2025

OBJETO: Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR.

DATA: 06 de outubro de 2025

AVISO IMPORTANTE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Após o recebimento da Autorização para Licitação, o agente designado pelo Município deverá consultar o PORTAL DOS MUNICÍPIOS <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/> onde estarão disponíveis:

- Edital e demais anexos;
- Minuta contendo a PLANILHA DE SERVIÇOS, deverá ser entregue às proponentes por meio digital.
- Elementos Gráficos - deverão ser entregues às proponentes.

ALERTAMOS QUE O EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PODERÃO SER ALTERADOS SEM ANUÊNCIA PRÉVIA DO PARANACIDADE. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO, O PROCESSO LICITATÓRIO PODERÁ SER REVOGADO.

NAS LICITAÇÕES POR LOTES, DEVERÁ SER FIRMADO UM CONTRATO PARA CADA LOTE, AINDA QUE A EMPRESA VENCEDORA SEJA A MESMA.

Observação: o CNPJ apresentado na proposta vencedora da licitação, deverá ser o mesmo na formalização do contrato.

PUBLICAÇÕES DOS AVISOS: Observar a necessidade legal de publicação dos avisos da licitação, também nos:

- Diário Oficial do Estado poderá ser feita diretamente pelo Município no site: www.Dioe.pr.gov.br
- PNCP – Portal Nacional das Contratações Públicas
- Jornal de Grande Circulação
- Os avisos de licitação também poderão ser publicados, facultativamente, em sítios eletrônicos oficiais instituídos pelos entes federativos
- FUNDAMENTAÇÃO: *caput* do art. 54 da Lei nº 14.133/2021
A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**** Observar a obrigatoriedade legal dos prazos entre a última publicação e a data de abertura do certame. Seu não cumprimento ensejará a NULIDADE do certame.**

Qualquer dúvida entrar em contato com o PARANACIDADE:

Adriana Schweiger (41) 3350-3301

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2024

O Superintendente do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 15.211 de 17.07.2006 e o Estatuto da Entidade,

RESOLVE

1º) Estabelecer as seguintes regras básicas relativas as publicações:

Para as licitações nas modalidades de Pregão e Concorrência, sejam estas eletrônicas ou presenciais, será **obrigatória** a publicação do aviso, ao menos por uma vez, respeitando-se os prazos legais estabelecidos para tanto, nos seguintes meios:

- a) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos;
- b) no Diário Oficial do Estado **ou** Diário Oficial do Município;
- c) em Jornal Diário de Grande Circulação, mesmo se houver norma municipal dispensando tal publicação;
- d) e, **de forma facultativa**, divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do município. *(Redação alterada pelo Adendo de 14/05/2024, publicado em 20/05/2024).*

2º) Determinar que os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, serão contados a partir da data da última publicação do aviso.

3º) Revogar a instrução normativa nº 03/2023.

Curitiba, *(data assinatura digital)*

Camila Mileke Scucato
Superintendente do PARANACIDADE, em exercício



ADENDO

REF.: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2024

O item 1º passa a ter a seguinte redação:

Estabelecer as seguintes regras básicas relativas as publicações:

Para as licitações nas modalidades de Pregão e Concorrência, sejam estas eletrônicas ou presenciais, será **obrigatória** a publicação do aviso, ao menos por uma vez, respeitando-se os prazos legais estabelecidos para tanto, nos seguintes meios:

- a) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos;
- b) no Diário Oficial do Estado **ou** Diário Oficial do Município;
- c) em Jornal Diário de Grande Circulação, mesmo se houver norma municipal dispensando tal publicação;
- d) e, **de forma facultativa**, divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do município.

Curitiba, *(data assinatura digital)*

Camila Mileke Scucato
Superintendente do PARANACIDADE

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO
HUCOP - Objeto: Continuação de obras para pontos de trabalho nas áreas de Alvorada, Hortolândia e Lavandaria (anexo).
Manejo e direcionamento de resíduos/colôres público (recuperação hospitalar/porto). Ser (considerar, expensas e auxílio de comitê) v. Universidade do Oeste do Paraná - HUCOP.
44652024-HUCOP. Objeto: Contratação de empresa de serviço de limpeza interna e externa de anexo do TCEPR para adequações dos edifícios, sem data prevista para publicação.
republicação. Informações complementares no site: www.gmns.pr.gov.br/gmns, Cascavel, 17 de maio de 2024.

Empresas Públicas

APPA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EXTRATO AO CONTRATO Nº 030-2024

PARTE: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA E CENTRO DE ESTUDOS EM LOGÍSTICA, TRANSPORTE E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL EXPORT C.E.B.E.L.T.A.
OBJETO: Constitui objeto deste contrato a participação da Parana, no projeto BRASIL EXPORT 2024, que inclui o Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária, o S7 ENAPH e o Fórum Sul Export, que visam debater as questões que impactam o sistema logístico portuário, vencer os desafios e velar por novos horizontes, conforme especificações contidas no Termo de Referência.
VALOR GLOBAL DO PRELIMINAR: R\$ 138.000,00 (Cem e oitenta mil reais), o qual deverá ser repassado diretamente ao CENTRO DE ESTUDOS EM LOGÍSTICA, TRANSPORTE E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL EXPORT C.E.B.E.L.T.A.
PRAZO: A vigência do presente Contrato será a partir da sua assinatura e perdurará até 180 (cento e oitenta) dias após a finalização do último evento que será patrocinado, que acontecerá entre os dias 14 e 16 de outubro de 2024.
AUTORIDADE: **Fernando Garcia da Silva**
DATA DE AUTORIZAÇÃO: 02.04.2024
PROTOCOLADO: 21.658/739-1
INEXIGIBILIDADE: 9739/2024-APPA
DATA DA ASSINATURA: 16/05/2024

Paranaguá, 15 de maio de 2024.
LUZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE DA APPA

52733/2024

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103-2023

PARTE: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA E TUCUMANN - ENGENHARIA E EMPREENDIMENTO LTDA.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do preço de execução do Contrato nº 103/2023-APPA, por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia 16 de maio de 2024, restando fixada a data do término do serviço objeto do contrato para o dia 16 de julho de 2024.
AUTORIDADE: **Fernando Garcia da Silva**
DATA DE AUTORIZAÇÃO: 16/05/2024
PROTOCOLADO: 22.040.990-2
DATA DA ASSINATURA: 16/05/2024

Paranaguá, 16 de maio de 2024.

VICTOR YUGO KENGO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DA APPA

52464/2024

TECPAR

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR
RESULTADO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:

294043524

Documento emitido em 20/05/2024 08:39:37.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11653 | 20/05/2024 | PAG. 35

Para verificar a autenticidade deste página, basta ir para o site: www.impressaooficial.pr.gov.br

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Código Localizador por site do DIOF: 294043524

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

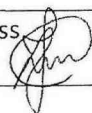
Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do Paraná
2ª Feita | 20 Maio 2024 - Edição nº 11653

Diário Oficial do



PROCESSO LICITATÓRIO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Após a Licitação encaminhar os documentos abaixo relacionados à Procuradoria Jurídica do Paranacidade via portal dos municípios (<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/>), na aba “Documentação Jurídica”:

- Portaria designando o Agente de Contratação ou Pregoeiro;
- Edital, somente as 04 (quatro) primeiras páginas;
- Parecer jurídico do edital;
- Publicações do aviso (necessário constar o nome do jornal e data);
- Atas;
- Declaração das proponentes declinando do prazo recursal (se houver);
- Recurso, contrarrazões e decisão (se houver);
- Relatório de julgamento;
- Declaração de inexistência de recursos administrativos ou judiciais, conforme modelo do PARANACIDADE.

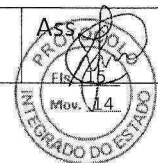
Da mesma forma, deve também ser encaminhado, na aba “Documentação técnica”, por lotes, os seguintes documentos:

- Proposta comercial da empresa vencedora;
- Planilha de orçamento e cronograma físico financeiro (obras/pavimentação) ou características técnicas preenchidas pela empresa (veículos/equipamentos).

COMUNICAÇÃO

O Município poderá homologar e contratar o objeto licitado, somente após o recebimento da “AUTORIZAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO”, emitida pelo Paranacidade.

Ainda, como condição para cadastrar os contratos firmados, o Município deverá encaminhar, além do contrato devidamente firmado e a publicação de seu extrato, a prova da efetivação da garantia de execução contratual (se houver).



**PLANO DE TRABALHO
E-PROTOCOLO 22.042.181-3**

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade proponente (Tomador)		C.N.P.J/M.F	
MERCEDES		95.719.373/0001-23	
Nome do Prefeito			
LAERTON WEBER			
Endereço	U.F.	CEP	Telefone
DR. OSVALDO CRUZ, 555	PR	85998-000	45-3256-8000

2. CONCEDENTE

Nome		C.N.P.J/M.F	
Secretaria de Estado das Cidades		76.416.908/0001-42	
Endereço		E-mail	
Rua Eurípides Garcez do Nascimento, 1195 - 2º andar, Ahú		secid@secid.pr.gov.br	
Cidade	U.F.	CEP	Telefone
CURITIBA	PR	80540-280	(41) 3250-7244

OUTROS PARTÍCIPIES

Nome		C.N.P.J/M.F	
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE		01.450.804/0001-55	
Endereço		E-mail	
Rua Eurípides Garcez do Nascimento, 1195 - 3º andar, Ahú		paranacidade@paranacidade.org.br	
Cidade	U.F.	CEP	Telefone
CURITIBA	PR	80540-280	(41) 3350-3300

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto INFRAESTRUTURA / PRÓPRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL	Período de Execução 15/11/2025 - 06/08/2027
Descrição do Projeto CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO	
Quantidade 323 M2	
Justificativa da Proposição <p>A construção de um prédio público é de fundamental importância para a melhoria dos serviços oferecidos à população, promovendo mais eficiência, organização e qualidade no atendimento. Saliento que tal edificação contribuirá significativamente para o desenvolvimento local, fortalecendo a estrutura administrativa e impulsionando o progresso do município.</p>	

4. ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Etapa ou Fase	Especificação	Duração		Valor - R\$
		Início	Fim	
1	ETAPA PRÉVIA À CONTRATAÇÃO	21/08/2025	05/11/2025	R\$ 0,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	15/11/2025	25/03/2027	R\$ 51.389,53
3	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	27/11/2025	02/11/2026	R\$ 3.401,85
4	FUNDACOES	16/12/2025	15/01/2026	R\$ 47.502,72
5	ESTRUTURAS	28/12/2025	07/06/2027	R\$ 256.878,22
6	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	16/01/2026	26/05/2027	R\$ 74.636,72
7	COBERTURA	20/06/2026	20/09/2026	R\$ 114.547,30
8	ESQUADRIAS, ACESSORIOS, VIDROS E ESPELHOS	23/02/2027	26/05/2027	R\$ 221.724,54
9	INSTAL. ELETRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	15/11/2025	26/05/2027	R\$ 68.223,16
10	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	21/07/2026	26/05/2027	R\$ 53.287,07
11	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	16/01/2026	26/05/2027	R\$ 337.554,98
12	PAVIMENTACAO E CALCAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	26/04/2027	26/05/2027	R\$ 3.334,62
13	DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	26/04/2027	07/06/2027	R\$ 899,79
Total				R\$ 1.233.380,50

5. PLANO DE APLICAÇÃO

Dotação Orçamentária			Valor - Em R\$1,00	
Código Dotação Orçamentária	Código de Aplicação	Especificação	Contrapartida proponente	Transferência Voluntária
F670215451148088444042	311	Outras obras e Instalações	R\$ 533.380,50	R\$ 700.000,00

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

Parcela	Meta	Mês/Ano	Repasso Concedente em R\$1,00	Contrapartida Proponente R\$1,00
1	Execução de até 2,42%	01/2026	R\$ 16.925,81	R\$ 12.897,11
2	Execução de até 9,15%	02/2026	R\$ 47.153,43	R\$ 35.929,59
3	Execução de até 15,14%	03/2026	R\$ 41.870,80	R\$ 31.904,38
4	Execução de até 18,27%	04/2026	R\$ 21.968,68	R\$ 16.739,52
5	Execução de até 20,86%	05/2026	R\$ 18.096,66	R\$ 13.789,15
6	Execução de até 26,54%	06/2026	R\$ 39.731,08	R\$ 30.273,97
7	Execução de até 30,51%	07/2026	R\$ 27.810,33	R\$ 21.190,70
8	Execução de até 33,77%	08/2026	R\$ 22.837,35	R\$ 17.401,43
9	Execução de até 43,95%	09/2026	R\$ 71.284,39	R\$ 54.316,71
10	Execução de até 53,50%	10/2026	R\$ 66.828,59	R\$ 50.921,51
11	Execução de até 59,84%	11/2026	R\$ 44.383,93	R\$ 33.819,33
12	Execução de até 63,16%	12/2026	R\$ 23.220,33	R\$ 17.693,24
13	Execução de até 68,02%	01/2027	R\$ 34.017,59	R\$ 25.920,46
14	Execução de até 72,85%	02/2027	R\$ 33.834,82	R\$ 25.781,20
15	Execução de até 74,81%	03/2027	R\$ 13.724,65	R\$ 10.457,81
16	Execução de até 82,15%	04/2027	R\$ 51.382,37	R\$ 39.151,83
17	Execução de até 87,74%	05/2027	R\$ 39.125,21	R\$ 29.812,30
18	Execução de até 100,00%	06/2027	R\$ 85.803,98	R\$ 65.380,26
			Subtotal	R\$ 1.233.380,50

O Cronograma de Desembolso deste Plano de Trabalho é estimativo.
O valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obra, ou com o recebimento de bens.

7. DECLARAÇÃO (PROPONENTE)

Na qualidade de representante do proponente DECLARO para fins de prova junto ao CONCEDENTE e sob todos efeitos e as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Federal, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado ou da União, na forma deste Plano de Trabalho.

O município compromete-se a arcar com a contrapartida necessária à execução do objeto.

Plano de trabalho em acordo com o orçamento pré-aprovado.

Análise por: Gustavo Henrique Veronese Vieira

LAERTON WEBER - Prefeito Municipal de MERCEDES

Aprovado por: GUTO SILVA - Secretário de Estado das Cidades



ePROTOCOLO

Pag.

09



Documento: **PLANODETRABALHOPORTAL.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Laerton Weber** em 18/07/2025 09:22, **Luiz Augusto Silva** em 21/07/2025 14:16.

Inserido ao protocolo **22.042.181-3** por: **Laerton Weber** em: 18/07/2025 09:22.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

91d6a6e7b3f4fa97cb8a9685a11a808f.

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

TERMO DE CONVÊNIO Nº 371/2025-SECID QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE E O MUNICÍPIO DE MERCEDES

Pelo presente instrumento, o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.908/0001-42, com sede na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - Ahú - Curitiba-PR, CEP 80.540-280, doravante denominada SECID, na condição de CONCEDENTE, neste ato representado pelo Secretário de Estado Luiz Augusto Silva - GUTO SILVA; o **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituído pela Lei Estadual nº 15.211/2006, inscrito no CNPJ sob nº 01.450.804/0001-55, com sede na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - Ahú - Curitiba-PR, CEP 82540-280, doravante denominado PARANACIDADE, na condição de INTERVENIENTE, neste ato representado pela Superintendente Executiva CAMILA MILEKE SCUCATO; o Município de MERCEDES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 95.719.373/0001-23, doravante denominado MUNICÍPIO, na condição de CONVENIENTE, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) LAERTON WEBER, considerando o contido no(s) protocolo(s) 22.042.181-3.

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, regido pelas disposições contidas na Lei 14.133 de 01/04/2021, Decreto Estadual 10.086 de 17/01/2022, na Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei Estadual nº 19.361/17, Decretos Estaduais nº 8.622/2013, nº 4.189/2016, nº 3.536/2019 e nº 10.086/2022, e na Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações posteriores, e na Autorização Governamental exarada em 11/12/2023, constante do protocolo 21.444.561-1, bem como nos demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente CONVÊNIO: CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO / PARANÁ MAIS CIDADES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atividades básicas a serem desenvolvidas para a consecução do objeto pactuado serão previstas no Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Cronogramas de Desembolso constantes dos Planos de Trabalho mencionados na presente Cláusula necessariamente não precisam ser

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

seguidos, pois o valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obras e realização de serviços, ou com o recebimento de bens.

CLÁUSULA SEGUNDA – RECURSOS

Para a execução do objeto deste CONVÊNIO, os recursos somam o valor total de 1.233.380,50 (um milhão e duzentos e trinta e três mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos), cabendo ao CONCEDENTE destinar o valor de 700.000,00 (setecentos mil reais) os quais correrão à conta da dotação orçamentária F670215451148088 - Desenvolvimento Urbano, Sustentável e de Infraestrutura das Cidades, rubrica de despesa 44404201 - Auxílio a Municípios, fonte de Recursos do Tesouro do Estado, e ao CONVENIENTE, como forma de contrapartida, destinar o valor de 533.380,50 (quinhentos e trinta e três mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Durante a execução do objeto deste CONVÊNIO, toda e qualquer despesa excedente deverá ser suportada, preferencialmente, pelo CONVENIENTE, na forma de contrapartida municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo redução dos recursos previstos no Convênio, a redução de valor deverá ser feita na contrapartida do município, desde que respeitada a permanência de uma contrapartida, de, no mínimo 5% do novo valor total.

Após estipulada a contrapartida mínima de 5%, havendo ainda necessidade de redução, essa redução de valor será aplicada sobre os recursos do Tesouro do Estado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se, após a licitação e a homologação do processo licitatório, houver redução de valor em relação ao último valor total estipulado, a redução deverá ser aplicada sobre a contrapartida do município, desde que respeitada a permanência de uma contrapartida de, no mínimo 5% do novo valor total.

Após estipulada a contrapartida mínima de 5%, havendo ainda necessidade de redução, essa redução de valor será aplicada sobre os recursos do Tesouro do Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando o objeto do convênio estiver no âmbito dos programas Asfalto Novo, Vida Nova (Decreto Estadual 7152/2024, e autorização Governamental exarada em 27/03/2025 - constante do e-protocolo 23.578.935-3), bem como de projetos relativos a Estradas Rurais e Barracões Industriais, elegíveis no escopo do Programa Rotas do Progresso (Decreto Estadual 7.794/2024, e autorização Governamental exarada em 11/02/2025 - constante do e-protocolo 23.476.497-7), as condições estipuladas nos parágrafos terceiro e quarto não se aplicam, podendo as eventuais reduções de valores serem suprimidas, em sua totalidade, de eventual contrapartida do CONVENIENTE, mesmo que o convênio remanesça sem contrapartida.

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

CLÁUSULA TERCEIRA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, destinados à execução do objeto deste CONVÊNIO, serão liberados de acordo com a Lei Estadual nº 19.206/2017, Lei Estadual nº 19.361/2017 e com as medições realizadas pelo CONVENIENTE, devidamente aprovadas pelo INTERVENIENTE, de forma proporcional com a eventual contrapartida do município, exceto nos casos enumerados na legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de obras, o valor da última medição não poderá ter percentual inferior ao estabelecido no edital de licitação aprovado pelo INTERVENIENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos repassados e a contrapartida financeira deverão ser depositados e movimentados na mesma conta bancária específica, em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não havendo instituição financeira oficial na localidade do CONVENIENTE, os valores transferidos e a contrapartida, se houver, poderão ser movimentados em agência bancária local, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE deverá providenciar a abertura de conta bancária específica, em instituição financeira oficial, para a movimentação dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, na forma da Lei Estadual 19.361/2017, permitindo-se saques somente para pagamento de despesas referentes ao objeto pactuado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos repassados, bem como a contrapartida municipal depositada, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENIENTE na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito deste CONVÊNIO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, desde que sua previsão de aplicação conste do plano de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será considerado irregular o pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos, ou pelo descumprimento de determinações legais ou convencionais.

PARÁGRAFO QUARTO: Os registros no SIT das movimentações financeiras realizados pelo CONVENIENTE devem coincidir integralmente com os demonstrativos bancários anexados no SIT.

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

PARÁGRAFO QUINTO: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas realizadas, serão devolvidos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, atualizados monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, ao Tesouro Geral do Estado, através de Guia de Recolhimento, código 5339, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO SEXTO: A devolução dos saldos financeiros remanescentes, na forma estabelecida no parágrafo quinto, deverá ocorrer também, obrigatoriamente, nos seguintes casos:

- Quando da não execução do objeto do CONVÊNIO no prazo definido;
- Quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- Quando os recursos não forem utilizados adequadamente na finalidade estabelecida deste CONVÊNIO;
- Quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho;
- Quando houver a execução e aporte de recursos financeiros de forma diversa do exposto no presente ajuste.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando da conclusão deste convênio, se houver saldo de recursos de contrapartida municipal, esses poderão ser recolhidos ao Conveniente.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DE DESPESA

As despesas relativas a este CONVÊNIO serão comprovadas por meio de documentos originais próprios, tais como notas fiscais, notas fiscais-faturas, duplicatas, recibos de pagamento, guias de recolhimento de encargos sociais ou tributos, devidamente quitados, em que constem referências ao nome do CONVENIENTE, número deste CONVÊNIO, número do empenho, número do processo, endereço, CNPJ, Município e Estado do fornecedor.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado ao CONVENIENTE:

- Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste CONVÊNIO, ainda que em caráter de emergência ou em despesas efetuadas em data anterior à sua celebração ou posterior ao seu período de vigência;
- Realizar despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;
- Pagar ou acordar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades das Administrações Públicas Federal,

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES

I – São atribuições do CONCEDENTE:

- Publicar o extrato deste CONVÊNIO no Diário Oficial do Estado;
- Registrar informações e documentos no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado, observando o conteúdo nas resoluções e instruções normativas daquele Tribunal;
- Autorizar o CONVENIENTE, após a juntada do Plano de Trabalho e da análise e aprovação dos projetos pelo INTERVENIENTE, a licitar a consecução do objeto deste CONVÊNIO;
- Mediante a verificação pelo INTERVENIENTE do processo licitatório, autorizar ao CONVENIENTE a homologação da licitação, e, em se tratando de registro de preços, autorizar a contratação do objeto deste CONVÊNIO;
- Repassar os recursos financeiros destinados à consecução do objeto deste CONVÊNIO após a efetiva execução do objeto com aferição supervisionada pelo INTERVENIENTE, de acordo com sucessivas medições, no caso de obras e realização de serviços ou com o recebimento de bens, nos termos da Lei nº 19.206/2017.
- Informar ao INTERVENIENTE a realização do repasse dos recursos ao CONVENIENTE para fins de registro e controle;
- Encaminhar a prestação de contas deste CONVÊNIO ao Tribunal de Contas do Estado, por meio do SIT;
- Validar o termo de objetivo atingido do presente CONVÊNIO, emitido pelo INTERVENIENTE;
- Aplicar as penalidades previstas e proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos quando for o caso.

II – São atribuições do INTERVENIENTE:

- Analisar os projetos apresentados pelo CONVENIENTE, preparar editais para a realização do processo licitatório, analisar a documentação, preparar a autorização para homologação do processo licitatório e, em caso de registro de preços, analisar a documentação pertinente, e preparar o documento para que o CONCEDENTE autorize a contratação do objeto deste CONVÊNIO;
- Responder pela aprovação das medições realizadas pelo CONVENIENTE, bem como pela supervisão da execução do objeto deste CONVÊNIO;

Página 5 de 11

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

- Realizar o registro e controle dos recursos repassados;
- Validar o termo de recebimento provisório e definitivo do objeto deste CONVÊNIO, emitido pelo CONVENIENTE;
- Emitir o termo de objetivo atingido do presente CONVÊNIO;
- Praticar os demais atos necessários ao cumprimento do objeto deste CONVÊNIO, podendo inclusive constituir comissão especial para acompanhamento de sua execução;
- Indicar, em ato específico, o fiscal da transferência, dando cumprimento ao conteúdo na Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações posteriores.

III – São atribuições do CONVENIENTE:

- Executar diretamente a integralidade do objeto pactuado neste CONVÊNIO;
- Assegurar, na sua integralidade, a execução do objeto deste CONVÊNIO, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela população beneficiada, das benesses inerentes ao objeto pactuado, inclusive quando detectados pelo CONCEDENTE;
- Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste CONVÊNIO;
- Suportar, integralmente, toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;
- Assegurar, mediante previsão orçamentária específica, os valores referentes à contrapartida financeira eventualmente oferecida;
- Promover, se for o caso, os créditos dos recursos financeiros referentes à contrapartida, na conta bancária específica para a consecução do objeto deste CONVÊNIO;
- Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, bem como os encargos decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste CONVÊNIO, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
- Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e, bem assim, do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste CONVÊNIO;
- Realizar, sob sua inteira responsabilidade, após a devida autorização do CONCEDENTE, o processo licitatório, e a contratação, nos termos da legislação vigente;

CONVÊNIO N° 371/2025 - SECID

- j) Apresentar informações e documentos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Sistema Integrado de Transferência – SIT, observando o contido nas resoluções e instruções normativas pertinentes;
- k) Realizar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, elaborando Boletim de Medição dos serviços executados;
- l) Indicar profissional para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto deste CONVÊNIO;
- m) Em caso de obras, contratar, com recursos próprios do Município, laboratório para realização de ensaios de controle tecnológico, com emissão de laudos conclusivos, sempre que solicitado pelo INTERVENIENTE, PARANACIDADE, a qualquer momento da execução da obra. O laboratório a ser contratado pelo CONVENIENTE deverá ser diferente do laboratório eventualmente contratado pela empresa executora da obra.
- n) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive de caráter disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos ou irregularidades na execução deste CONVÊNIO, comunicando a eventual instauração ao CONCEDENTE;
- o) Informar, mediante declaração por escrito, a inexistência de outro investimento público simultâneo com o mesmo objeto do presente CONVÊNIO;
- p) Exibir as marcas do Governo do Paraná, da Secretaria de Estado do Governo, do CONVENIENTE e do INTERVENIENTE de acordo com os padrões de identidade visual, fornecidos pelos correspondentes órgãos, após a assinatura do CONVÊNIO, sendo vedado aos participantes a execução de ações previstas no Plano de Trabalho com aplicação das logomarcas institucionais no ano eleitoral, nos 03 (três) meses que antecedem o pleito até o término das eleições (2° turno, se houver), e a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- q) Efetuar o pagamento à empresa contratada para a execução do objeto deste Convênio, em um prazo máximo de cinco dias úteis após o recebimento dos recursos repassados pelo CONCEDENTE;
- r) Sem prejuízo às demais atribuições, no caso do objeto do convênio ser uma obra, junto à medição da primeira etapa deverão ser encaminhados, no que couber, os seguintes documentos:
1. Comprovante de Garantia Contratual;
 2. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, expedido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, de fiscalização da obra ou serviço;

CONVÊNIO N° 371/2025 - SECID

3. Matrícula da Obra ou Serviço no INSS, observadas as isenções da Instrução Normativa 209/INSS/DAF;
4. Alvará de construção.
- s) Sem prejuízo às demais atribuições, no caso do objeto do convênio ser uma obra, junto à medição da última etapa deverão ser encaminhados, no que couber, os seguintes documentos:
1. Termo de recebimento provisório;
 2. CND – Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, referente à matrícula da obra ou serviço.
 - t) No caso de insolvência e/ou qualquer outra causa impeditiva da apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal referente à matrícula da obra, o convênio poderá ser encerrado unilateralmente pelo CONCEDENTE, desde que a obra esteja finalizada, cumprindo com o objetivo do convênio, isentando o Estado do Paraná e o INTERVENIENTE de quaisquer ônus, mesmo que o Concedente não tenha efetuado o repasse para pagamento da medição referida na alínea r deste inciso, ficando esse pagamento sob a inteira responsabilidade do CONVENIENTE;
 - u) No caso de o objeto do Convênio ser a aquisição de veículos ou equipamentos rodoviários, o CONVENIENTE deverá utilizar o bem, somente após efetuar o seu pagamento;
 - v) Em caso da propositura de qualquer demanda judicial envolvendo a execução do objeto deste CONVÊNIO, o CONVENIENTE deverá assumir em juízo toda a responsabilidade pela sua fiscalização e contratação, isentando o Estado do Paraná e o INTERVENIENTE de quaisquer ônus;
 - w) Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente CONVÊNIO, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo após seu julgamento, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná pelo prazo de 10 (dez) anos, devendo ser observadas as regras constantes na Instrução Normativa 61/2011;
 - x) Apresentar ao INTERVENIENTE, no caso do objeto deste instrumento relacionar-se às ações de infraestrutura urbana (obras), no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do ato de assinatura deste CONVÊNIO, as informações referentes à responsabilidade técnica do profissional, mediante juntada da ART ou RRT de projeto, com respectivo comprovante de recolhimento da guia respectiva, e cópia da matrícula atualizada do imóvel em nome do município impactado pela ação, quando necessário;
 - y) Sem prejuízo das demais atribuições, no caso de obras, e também da utilização de projetos padrão do Banco de Projetos da SECID, o CONVENIENTE deverá assumir os seguintes compromissos:

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

1. Disponibilizar terreno livre e desembarcado e apresentar a documentação ao INTERVENIENTE, constando a matrícula atualizada em nome do Município;
2. Elaborar todos os projetos e realizar os serviços de engenharia necessários para implantação da obra no respectivo terreno, com emissão das respectivas ARTs/RTTs dos projetos de arquitetura de implantação, complementares de implantação e orçamento completo, abrangendo o projeto ou Projeto-Padrão e a Implantação, respeitando as boas práticas da engenharia, normas técnicas da ABNT e demais legislações de regência, e apresentar ao INTERVENIENTE, para aprovação;
3. Manter a integridade dos projetos padrão do Banco de Projetos de Edificações, não promovendo alterações ou adequações e respeitando os direitos de seus autores. No caso de intenção de alteração o Município deverá encaminhar consulta formal ao PARANACIDADE, que fará tratativas com os autores do projeto;
4. Providenciar todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como aprovações dos projetos junto às concessionárias e órgãos públicos competentes.
- z) No caso de inexistência de documentação legalmente exigida, para a conclusão da medição final de obra, seja por desinteresse da empresa contratada ou por qualquer outra causa impeditiva, o convênio poderá ser encerrado, unilateralmente, pelo CONCEDENTE, mesmo que não tenha sido efetuado o pagamento correspondente ao Tomador. Ficam isentados o Estado do Paraná e o INTERVENIENTE de quaisquer ônus, e o pagamento será de inteira responsabilidade do CONVENIENTE, mesmo após o encerramento do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

É prerrogativa do CONCEDENTE conservar a autoridade normativa e exercer controle, fiscalização e supervisão sobre a execução deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONVENIENTE assegurará e adotará as medidas necessárias ao livre acesso dos profissionais designados pelo CONCEDENTE e pelo INTERVENIENTE aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos de transferência que se relacionem ao objeto do presente CONVÊNIO, além dos locais de sua execução.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONVENIENTE também assegurará o livre acesso de servidores do sistema de controle interno e externo estadual ao qual esteja subordinado, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deste CONVÊNIO deverá ser encaminhada pelo CONCEDENTE ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Sistema Integrado de Transferência – SIT, observando o conteúdo nas resoluções e instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONVENIENTE deverá efetuar a prestação de contas parcial dos recursos repassados, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes, bem como deverá efetuar a prestação de contas ao CONCEDENTE, conforme prazo estabelecido na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES

O presente CONVÊNIO poderá, devidamente motivado e por mútuo acordo entre os participantes mediante termo aditivo, ter suas condições alteradas, desde que dentro do prazo de vigência, vedada, ainda que em caráter de emergência, a alteração do objeto. **PARÁGRAFO ÚNICO:** O valor do presente CONVÊNIO não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer alguma das seguintes hipóteses, mas sempre dependendo de apresentação pelo CONVENIENTE e aprovação prévia pelo INTERVENIENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas dos valores já transferidos, sendo sempre formalizado por termo aditivo, precedido do respectivo plano de trabalho:

- a. Se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo;
- b. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- c. Quando necessária a modificação do valor ajustado em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto;
- d. Quando ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente CONVÊNIO poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos participantes as

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constituem motivo para a rescisão deste CONVÊNIO, independentemente do instrumento de sua formalização:

- a. Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b. Utilização de recursos em desacordo com o objeto previsto no Plano de Trabalho;
- c. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado ou de irregularidade de natureza grave;
- d. Falta de apresentação da prestação de contas final ou de prestações de contas parciais;
- e. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste CONVÊNIO será de 36 meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do presente CONVÊNIO, no Diário Oficial do Estado, sendo condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIREITO DE PROPRIEDADE

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção deste CONVÊNIO, que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos são de propriedade do CONVENIENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste CONVÊNIO serão regidos pela legislação aplicável à espécie e, quando possível, de comum acordo entre os participantes.

CONVÊNIO Nº 371/2025 - SECID

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

Os participantes elegem o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E por assim estarem plenamente de acordo, os participantes firmam o presente CONVÊNIO.

Assinado digitalmente por:

GUTO SILVA	CAMILA MILEKE	LAERTON WEBER
Secretário de Estado das Cidades	Superintendente Executiva do PARANACIDADE	Prefeito Municipal de MERCEDES



ePROTOCOLO



Documento: **CONVENIO03712025MERCEDES.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Laerton Weber** em 22/07/2025 16:33, **Francisco Luis dos Santos** em 23/07/2025 14:40, **Luiz Augusto Silva** em 23/07/2025 17:02.

Inserido ao protocolo **22.042.181-3** por: **Miguel Elias Pimentel Silva** em: 22/07/2025 10:16.



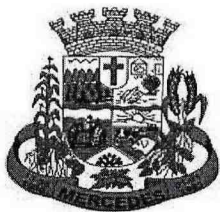
Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ce2e3741ddb95569a59c1211a08b15b.

Pag.

16

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes

Setor requisitante: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Responsável pela Elaboração do Documento: Nilma Eger

E-mail: compras@mercedes.pr.gov.br

Telefone: (45) 3256-8008

1. Objeto (o que - descrição sucinta):

Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR.

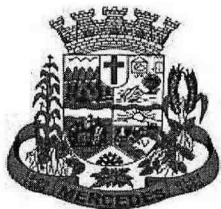
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente):

A construção de um prédio público com infraestrutura adequada é uma medida estratégica e necessária para o aprimoramento da prestação de serviços à população do Município de Mercedes. A proposta contempla ambientes essenciais para o funcionamento eficiente e humanizado das atividades administrativas, técnicas e institucionais. A implantação deste prédio público representa um avanço na infraestrutura municipal, promovendo melhores condições de trabalho aos servidores, ampliando a capacidade de atendimento à população e garantindo conformidade com os princípios da eficiência, acessibilidade, transparência e dignidade no serviço público. Além disso, a obra contribui para o desenvolvimento urbano e institucional de Mercedes, consolidando um ambiente moderno, funcional e inclusivo.

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição/Especificação	Catser	Unid	Quant (obra)	R\$ Total
01	Construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.	5622	M²	323,30	R\$ 1.233.380,50

Valor total máximo: R\$ 1.233.380,50 (um milhão, duzentos e trinta e três mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.

Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): O quantitativo foi definido com base na demanda identificada pelo Município de Mercedes, que estabeleceu as dimensões dos espaços conforme os serviços previstos para serem realizados no local.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):

R\$ 1.233.380,50 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

5. Previsão da data desejada para a contratação: 30 de outubro de 2025.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:

(x) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.004.04.122.0003.1003 – Ampliação de Edificações Públicas

Elemento de despesa: 34490510104

Fonte de recurso: 000, 505

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º¹ do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

() SIM

(x) NÃO

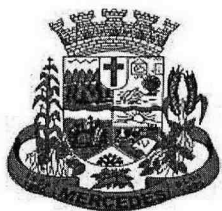
¹ § 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;

III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

19

Ass.

Mercedes-PR, 22 de setembro de 2025.

Nilma Eger

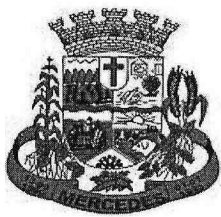
Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome): Edson Knaul

Assinatura: EDSON
KNAUL:886323509
00

Assinado de forma digital por
EDSON KNAUL:88632350900
Dados: 2025.09.22 09:21:06
-03'00'



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Documento de Formalização de Demanda – DFD, relativo à *contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 22 de setembro de 2025

EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por

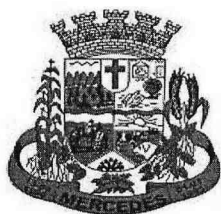
EDSON KNAUL:88632350900

Dados: 2025.09.22 09:21:22

-03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Município de Mercedes

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: xx/2024.

Área Requisitante: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva a sua necessidade:

A construção de um prédio público com infraestrutura adequada é uma medida estratégica e necessária para o aprimoramento da prestação de serviços à população do Município de Mercedes. A proposta contempla ambientes essenciais para o funcionamento eficiente e humanizado das atividades administrativas, técnicas e institucionais. A implantação deste prédio público representa um avanço na infraestrutura municipal, promovendo melhores condições de trabalho aos servidores, ampliando a capacidade de atendimento à população e garantindo conformidade com os princípios da eficiência, acessibilidade, transparência e dignidade no serviço público. Além disso, a obra contribui para o desenvolvimento urbano e institucional de Mercedes, consolidando um ambiente moderno, funcional e inclusivo.

2. ALINHAMENTO COM PCA

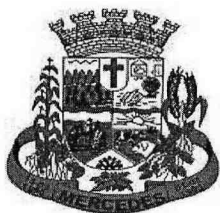
Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme decreto municipal 215/2024.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

- Trata-se de serviço de execução, abarcando intervenções nas áreas internas e externas, com duração prevista de 18 (dezoito) meses.
- Não se trata de prestação de serviço de natureza contínua, porém de demanda certa.
- O objeto é: contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes;
- Dada as condições de execução e a natureza dos serviços a serem realizados, as empresas deste ramo estão priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços;
- Priorizar para que a implantação do canteiro de obras seja organizada, com critérios mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, no qual conste, por exemplo, o reuso de água, o reaproveitamento da água de chuvas e dos resíduos sólidos produzidos e a separação dos não reutilizáveis para descarte;
- Utilização, caso necessário, de andaimes e escoras preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- A contratada deverá atender e respeitar aos prazos e condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro;
- A contratada deverá atender a todas os itens do Memorial descritivo e demais documentos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes.	M²	323,30

Classificação dos bens/serviços:

☐ Comuns.

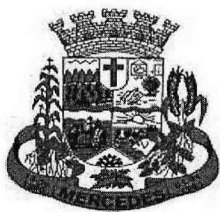
☐ Especiais.

☒ Obra.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

O objeto consiste em atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto ou engenheiro que implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza de bem imóvel.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes.

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	x		
A Solução atenderá as expectativas e trará economia para a Administração?	Solução 1	x		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A única solução viável é a 1, pois, a empresa que será contratada fornecerá todos os materiais adequados e disponibilizará funcionários aptos a prestar este tipo de serviço, e equipamentos para realização do mesmo, ofertando assim uma maior segurança e economia para o município.

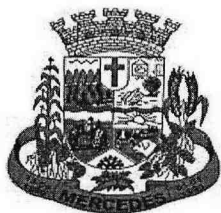
6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 1.233.380,50 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos);

Parâmetros utilizados: Levantamento de valores com referência na tabela SINAP.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Metodologia utilizada: Valor estipulado pelo orçamento, com base na tabela SINAP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Descreva a solução como um todo:

Contratação da obra por processo licitatório, garantindo uma execução segura e eficiente, com economia e dentro dos parâmetros desejados.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento:

Por se tratar de contratação de obra, com objeto de intervenção único, não há parcelamento.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os resultados esperados:

A execução da obra visa atender às necessidades administrativas, sociais e institucionais do Município de Mercedes, promovendo impactos positivos em diversas frentes. Os principais resultados esperados incluem:

Melhoria na prestação de serviços públicos

- Centralização de atendimentos em um espaço moderno e funcional.
- Redução de deslocamentos entre setores, otimizando tempo e recursos.
- Atendimento mais ágil, organizado e humanizado à população.

Valorização dos servidores públicos

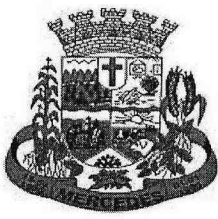
- Condições adequadas de trabalho, com ambientes climatizados, acessíveis e ergonomicamente planejados.
- Espaços de convivência e apoio (como copa e sanitários) que promovem bem-estar e produtividade.

Inclusão e acessibilidade

- Estrutura física com sanitários acessíveis e circulação adaptada, garantindo atendimento digno a todos os cidadãos, inclusive pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Fortalecimento institucional

- Criação de ambientes estratégicos como sala de reuniões, auditório e sala reservada, que



Município de Mercedes

Estado do Paraná

favorecem o planejamento, a transparência e a articulação entre setores.

- Espaço adequado para capacitações, audiências públicas e eventos comunitários.

Organização patrimonial e documental

- Áreas específicas para depósito e DML, permitindo o armazenamento seguro de materiais, equipamentos e documentos, conforme normas técnicas e sanitárias.

- Desenvolvimento urbano e social;

- Valorização da área urbana onde será implantado o prédio, com potencial de atrair novos investimentos e dinamizar o entorno.

- Reforço da identidade institucional do Município, com um espaço que representa o compromisso com a cidadania e o serviço público de qualidade.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva as providências prévias:

- A limpeza e adequação da superfície do terreno para execução dos serviços ficará a encargo da CONTRATANTE;

- Após o término deste serviço, a CONTRATADA deverá comunicar a FISCALIZAÇÃO, para que este faça as devidas verificações;

- Escavações e movimentações de terra necessária para execução dos serviços será incumbência da empresa CONTRATADA.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Nenhuma contratação correlata/interdependente foi estimada para esse caso.

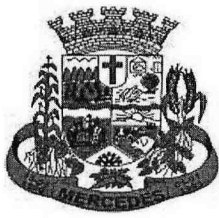
12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva impactos e medidas:

Há possibilidade de impactos ambientais com relação aos resíduos oriundos da obra. Como medida mitigadora, a contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e seu adequado gerenciamento.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal n.º 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(x) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:

A execução do objeto será executada pelo regime de empreitada por preço global, justifica-se, pois, o nível de precisão das especificações e quantitativos do projeto fornecem todos os elementos e informações necessárias para o total e completo conhecimento do objeto.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Posicionamento conclusivo:

O processo licitatório contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal é necessária conforme apresentado durante este Estudo Técnico Preliminar. Sendo assim, conclui-se como viável a contratação apresentada.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2025.

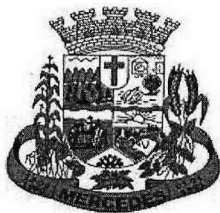
EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por
EDSON KNAUL:88632350900
Dados: 2025.09.22 09:21:41 -03'00'

Edson Knaul

Secretário de Planejamento, Administração e Finanças



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Estudo Técnico Preliminar – ETP, relativo à *contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 22 de setembro de 2025

EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por

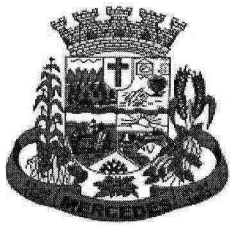
EDSON KNAUL:88632350900

Dados: 2025.09.22 09:21:57

-03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Estado do Paraná

CERTIDÃO DE FÉ PÚBLICA

Objeto: Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR.

CERTIFICO, para fins de direito, sob as penas da lei, que a definição do valor do objeto da presente Concorrência foi realizada na forma do art. 23, § 2º, I, da Lei n.º 14.133, de 2021, mediante utilização da tabela SINAPI como referência, conforme planilha orçamentária anexa aos autos do procedimento, a qual discrimina os valores de cada etapa da Obra.

Neste processo licitatório as tabelas de referência foram consultadas em abril de 2025.

Certifico, ainda:

- a) que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;
- b) que não foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, face a multiplicidade e as características específicas do objeto a ser contratado, que dificultam e tornam morosa a realização de tal meio de pesquisa.

Mercedes – PR, 22 de setembro de 2025

Dyeiko Allann Henz
ENGENHEIRO CIVIL

Valide aqui
este documento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PARANÁ

Pag. 29

Ass.

JORGE NACLI NETO
OFICIAL - CPF 186.421.909-04NOROALDO BOSKA
OFICIAL MAIOR - CPF 033.383.719-34BEATRIZ TALINI KINAS
Empregada Juramentada
CPF 407.847.039-49

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL - LIVRO N.º 2

MATRÍCULA N.º 27.700

FICHA
N.º 1

Rubrica

MATRÍCULA N.º 27.700: Data: 05 de Março de 2003. Consta do
LOTE URBANO N.º 07 (sete), da QUADRA
N.º 32 (trinta e dois), situado no quadro urbano da Cidade
de Mercedes, Estado do Paraná, com a área de 1.000,00 m²
 (Hum mil metros quadrados), sem benfeitorias; com os seguintes
 limites e confrontações: NORDESTE: Confronta com os Lotes
 Urbanos n.ºs 06, 05 e 04 (sequencialmente), numa extensão
 de 50,00 metros lineares; SUDESTE: Confronta com o Lote Urbano
 n.º 01, numa extensão de 20,00 metros lineares; SUDOESTE:
 Confronta com os Lotes Urbanos n.ºs 10, 09 e 08 (sequencialmente)
 numa extensão de 50,00 metros lineares; NOROESTE: Confronta
 com a Rua Dr. Flores, numa extensão de 20,00 metros lineares.
Proprietária: PARÓQUIA EVANGÉLICA DE MERCEDES, Filiada a
 Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Entidade
 Religiosa, inscrita no CNPJ n.º 75.592.014/0001-40, estabelecida
 na Rua Dr. João Inácio, Centro, na Cidade de Mercedes-PR.
REGISTRO ANTERIOR: Transcrição n.º 20.093, às fls. 194, do
 Livro n.º 3-M, do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca
 de Toledo, Estado do Paraná. O referido é verdade e dou fê.
 Marechal Cândido Rondon, 05 de Março de 2003.
 Escrevente Juramentada.

-X-X-X-X-X-

-X-

R-1-27.700: Data: 05 de Março de 2003. (Prot. n.º 123.711).

Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda,
 datada de 17 de Fevereiro de 2003, lavrada às fls. 199, do
 Livro n.º 23, e sob n.º 4.966, nas Notas do Tabelionato de
 Mercedes, nesta Comarca e Estado do Paraná, o imóvel constante
 da presente matrícula, foi adquirido por "O MUNICÍPIO DE
MERCEDES" - Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 95.719.373/000
 1-23, Órgão Público de Direito Interno, com a sua Prefeitura
 estabelecida no Prolongamento da Avenida João XXIII, n.º 1.175,
 na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado
 por seu Prefeito Municipal, Sr. **LIDIO JOSÉ SCHNEIDER**, CPF
 n.º 059.873.009-59, CI. n.º 838.078-3-SSP/PR., brasileiro,
 casado, do comércio, residente e domiciliado na Avenida João
 XXIII, Centro, na Cidade de Mercedes-PR., por compra feita
da PARÓQUIA EVANGÉLICA DE MERCEDES, Filiada a Igreja Evangélica
 de Confissão Luterana no Brasil, Entidade Religiosa, inscrita
 no CNPJ n.º 75.592.014/0001-40, estabelecida na Rua Dr. João

SEGUE



— DA MATRÍCULA

V 27.700

Valide aqui
este documento

CONTINUAÇÃO

Pag.
30

Ass.

RUBRICA

Inácio, Centro, na Cidade de Mercedes-PR., neste ato representado por sua Presidente Senhora MARLENE DIECKEL, CPF nº 014.438.539-25, CI. nº 1.574.981-4-SSP/PR., brasileira, casada, professora aposentada, residente na Avenida João XXIII, Centro, na Cidade de Mercedes-PR., por seu Tesoureiro Senhor RONEI FRANK, CPF nº 783.922.419-91, CI. nº 4.391.171-6-SSP/PR., brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Linha Guavirá, neste Município e Comarca; e pela Secretária NILMA EGER, CPF nº 032.683.469-95, CI. nº 6.475.622-2-SSP/PR., brasileira, solteira, maior, residente e domiciliada em Vila Três Irmãs, Município de Mercedes-PR., pelo valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Isento do Recolhimento do Imposto, conforme Guia nº 001/2003 da Prefeitura de Mercedes-PR. Isento do FUNREJUS por tratar-se de ato isento de ITBI. Certidão de Denominação, datada de 04 de Fevereiro de 2002, da Prefeitura de Mercedes-PR. Certidão Negativa de Tributos Municipais nº 20/2003 de 04 de Fevereiro de 2003. Mapa e Memorial Descritivo, devidamente assinados pelo Sr. Armin Priesnitz - Eng. Civil - CREA 6276-D-RS. ART nº 3004126220 de 04 de Fevereiro de 2003, recolhendo a importância de R\$ 18,91 (dezoito reais e noventa e um centavos). Certidão de Inteiro Teor nº 001046 de 28 de Janeiro de 2003, do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Toledo-PR. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF emitida em 28 de Janeiro de 2003, pela Caixa Econômica Federal. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais nº 5.712.428 de 01 de Outubro de 2002. Certidão Negativa de Débito do INSS nº 001462003-14021081 de 28 de Janeiro de 2003. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, de 28 de Janeiro de 2003. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais nº 837784-60 de 28 de Janeiro de 2003. QUE a vendedora declara que inexistem contra a mesma quaisquer ações reais e pessoais reipersecutórias que obstaculizem a transferência do imóvel retro, declaração essa que fazem em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7433 de 18.12.1985 e Decreto nº 93.240 de 09.09.1986, assumindo toda e qualquer responsabilidade civil e penal quanto a presente. Condições: As demais constantes do corpo da Escritura, da qual fica uma fotocópia arquivada neste Ofício Imobiliário para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fé. Marechal Cândido Rondon, 05 de Março de 2003. *[Assinatura]*
Escrevente Juramentada. rdv

Custas: Ao Of: R\$ 447,72 (4.264,00 VRC).

CPC: R\$ 4,90 (46,66 VRC).

SEGUE

A presente certidão foi extraída sob a forma de documento eletrônico mediante processo de certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, devendo para validade ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade.

CUSTAS:

Emolumentos: R\$ 38,55;
Buscas: R\$ 4,15;
Funrejus: R\$ 10,69;
Selo: R\$ 9,25;
ISS: R\$ 1,26;
Fundep: R\$ 2,13;
Total: R\$ 66,03

FUNAR PEN

SELO DE
FISCALIZAÇÃO
SFRI2.L5nMv.3jhXK-
TMJ9F.F718q

<https://selo.funarpen.com.br>**CERTIDÃO**

CERTIFICADO, nos termos do § 1º art. 19 da Lei 6.015 de 21/12/73, alterada p/ 6.216 de 30/06/75, a presente impressão é reprodução fiel da Matrícula nº 27.700, digitalizada em sua íntegra e servirá como CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR.

19 de maio de 2025.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Sete de Setembro, 760 - 85960-000
MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR

1. INTRODUÇÃO

O presente conjunto de especificações visa à determinação das características de materiais, serviços e acabamentos, para a execução da construção da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES - ACIM, a ser implantada na Rua Doutor Flores, s/nº, centro, perímetro urbano do município de Mercedes. A área total da construção será de 323,30 m².

Estas especificações de materiais e serviços deverão ser seguidas rigorosamente, tanto no aspecto da qualidade da execução dos serviços, quanto dos materiais a serem utilizados em obra.

A execução dos serviços que estiverem em desacordo com o previsto e não aprovados pela fiscalização ou com defeitos de execução deverão ser demolidos e reconstituídos por conta exclusivos da Contratada, não cabendo quaisquer ônus ao Contratante.

Os materiais que não estiverem de acordo com a especificação ou forem julgados como de má qualidade, serão removidos do canteiro de serviço e substituídos pelos especificados.

Caberá à Contratada, às suas expensas, obter junto a Prefeitura Municipal o alvará de construção e as demais licenças necessárias para o início das obras.

2. INSTALAÇÕES PRELIMINARES

A Contratada deverá realizar as instalações necessárias na obra (barracão, depósito de materiais, sanitários, etc.), bem como as ligações de água e energia elétrica, que correrão às suas expensas até a entrega definitiva da obra.

A área da obra deverá ser liberada em comum acordo com a Administração Municipal.

A locação da obra será de inteira responsabilidade da Construtora e deverá obedecer a planta de situação e locação dos pilares e paredes.

Os casos omissos ou aqueles que possuam características excepcionais serão objetos de análise e decisão por parte da fiscalização.

As placas da obra deverão obedecer aos padrões adotados pela Administração Municipal e pelo órgão responsável pela liberação dos recursos, conforme detalhes a serem fornecidos, além das exigidas pelo CREA.

A Contratada deverá manter no canteiro de obra um jogo de cópias dos projetos e ART's.

3. MOVIMENTO DE TERRA

A Contratada deverá providenciar a limpeza e nivelamento do terreno, de forma tal que não resultem detritos ou outros tipos de materiais, como também, obedecidos os níveis do projeto arquitetônico.

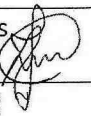
Os trabalhos de escavação e aterro (quando houver) devem ser conduzidos e executados com cautela e segurança, indispensáveis à preservação das propriedades vizinhas. Todos os danos que porventura venham a ocorrer aos vizinhos, decorrentes da execução da obra, serão de responsabilidade da Construtora.

MUNICÍPIO DE MERCEDES

MEMORIAL DESCRITIVO / MÉTODO EXECUTIVO
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES - ACIM

Pag.
31

Ass



Recomendo-se inclusive, a realização de Laudo Cautelar das edificações existentes que fazem divisa com o empreendimento.

Não serão admitidas trincas ou rachaduras na estrutura, paredes ou pisos, que a fiscalização condicione como ocasionados por adensamento ou recalques no terreno de fundação, correndo por conta do Construtor quaisquer prejuízos procedentes das fundações.

As áreas externas à obra deverão sempre estar limpas, de forma a permitir fácil acesso e um perfeito escoamento das águas superficiais.

4. TRANSPORTE DE MATERIAIS

O transporte de materiais, como enlulhos e outros objetos, serão de responsabilidade da empresa contratada.

5. FUNDAÇÕES E ESTRUTURA

Os projetos de fundação e estrutura deverão ser seguidos rigorosamente, obedecendo-se fielmente todas as cotas e dimensões lançadas nos respectivos projetos.

Todos os projetos complementares (elétrico, tubulação net, tubulação telefônica, tubulação tv, hidráulico, esgoto doméstico) deverão ser consultados de modo a garantir a previsão de furos em lajes, vigas ou outros procedimentos como passagem de tubulação e canalatas, etc.

As formas deverão atender as especificações do projeto quanto à espessura, devendo ser fixadas de acordo com as normas de execução e estar perfeitamente niveladas, limpas e molhadas até a saturação antes do início do lançamento do concreto. As formas que tenham sido usadas previamente deverão ser cuidadosamente raspadas e limpas, para posterior reaproveitamento, caso necessário. As formas e escoramentos deverão ter resistência suficiente para não se deformarem sob a ação das cargas e das variações de temperatura e umidade. Deverão ser de madeira aparelhada ou de chapas de madeira resinada compensada ou plastificada, devidamente tratadas, a fim de evitar a aderência com o concreto.

As armaduras deverão ser dobradas e montadas rigorosamente conforme as indicações em projeto específico. Devem ser colocadas no interior das formas de modo a se manterem firmes durante o lançamento do concreto, conservando inalteradas as distâncias das barras entre si e as faces internas das formas.

O concreto empregado em todos os elementos das fundações e da estrutura deverá estar de acordo com as tensões indicadas em projeto específico, devendo a granulometria do agregado ser compatível com as dimensões da peça e aparência desejada a fim de evitar falhas ou ninhos de concretagem.

O concreto empregado nas vigas de baldrame deverá levar aditivo impermeabilizante à água de amassamento, a fim de garantir sua perfeita estanqueidade.

Após a concretagem, quando o concreto já se achar completamente endurecido para resistir às cargas que sobre ele atuam, poderão ser retirados os escoramentos e posteriormente as formas, sempre de maneira progressiva a fim de impedir o aparecimento de fissuras em decorrência de cargas diferenciais.

6. IMPERMEABILIZAÇÕES

Todas as impermeabilizações previstas para a obra, constantes desta especificação e do quantitativo, deverão ser executadas com a máxima perfeição, de acordo com as normas técnicas construtivas, seguindo rigorosamente as especificações dos fabricantes quanto à forma de aplicação, para quaisquer de seus tipos.

Deverão ser impermeabilizadas as faces dos baldramas e as faces das alvenarias em contato com o solo.

Nos baldramas e alvenarias em contato com o solo deverá ser usado pintura com Ipol 2, em duas demãos, aplicadas de forma que cubram por inteiro a parte horizontal do baldrame, como também, mais 15 cm de cada lado no sentido vertical.

As lajes sem cobertura, deverão receber impermeabilização com manta asfáltica 4 mm e após regularização com argamassa e tela.

7. ALVENARIAS

As alvenarias deverão apresentar prumo e alinhamento perfeitos, com fadadas niveladas, sendo que a espessura das juntas não deverá ser superior a 1,5cm.

Todos os vãos de portas e janelas que não ficarem diretamente sob vigas deverão obrigatoriamente ter vergas de concreto armado, convenientemente dimensionadas, de forma tal que excedam em 50 cm, no mínimo, para cada lado do vão, com espessura idêntica à das paredes e altura mínima de 10 cm. As janelas com largura superior a 1,5 m, deverão ainda conter contra-verga com as mesmas especificações das vergas.

Os tijolos a serem aplicados em obra deverão ter as dimensões de 11.5x14x24cm, devendo ser assentados em meia vez (11.5 cm) nas paredes, utilizando-se argamassa mista de cimento, cal e areia.

8. COBERTURA

A cobertura será executada em estrutura metálica apoiadas na laje, sendo que o seu dimensionamento e detalhamento são de responsabilidade da empresa contratada para a fabricação, fornecimento e montagem da mesma.

Na cobertura das áreas de auditório, recepção/ área de trabalho e sala de reuniões, será utilizada telha de aço zincada dupla, espessura 0.43mm com proteção térmica EPS 30mm, enquanto que para a área de abrigo e volume/ reservatórios, será utilizada telha de aço zincada com 0.5 mm de espessura.

As telhas deverão ser fixadas através de parafusos autoperfurantes com vedação elástica.

9. REVESTIMENTO DE PAREDES INTERNAS

Os revestimentos das paredes internas serão feitos da seguinte forma: chapisco, emboço, massa PVA e pintura com tinta PVA, salvo os locais onde serão colocados cerâmicas.

10. REVESTIMENTO DE PAREDES EXTERNAS

Os revestimentos das paredes externas serão feitos da seguinte forma: chapisco, emboço, massa ACRÍLICA e pintura com tinta ACRÍLICA, com exceção a face interna das platibandas que receberão reboco (calino) ao invés da massa, além das paredes de fachada com revestimentos decorativos conforme projeto arquitetônico.

11. REVESTIMENTO DE FORROS

O revestimento de TODAS as lajes deverão ser chapiscadas, inclusive nos ambientes com posterior aplicação de gesso. Os demais ambientes deverão receber ainda o emboço, massa PVA e tinta acrílica.

12. REVESTIMENTO DE PISOS

Após os testes e verificações das tubulações que passam sob os pisos, deverá ser executado um lastro de brita de 3 cm sobre terreno devidamente nivelado e compactado.

Deverá ser prevista rampa de acesso para deficiente físico, nos acessos externos, obedecendo-se as declividades das normas pertinentes.

O contrapiso será em concreto e deverá receber a adição de impermeabilizante e devendo-se observar rigorosamente o tempo de início da cura do concreto e apresentar a espessura mínima de 5 cm.

13. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

As instalações de água e esgoto deverão obedecer rigorosamente aos projetos, às especificações de materiais e às normas e determinações sanitárias locais.

Os reservatórios serão com caixas de água polieileno.

A rede de esgoto sanitário será em tubulação de PVC rígido. As tubulações e derivações correrão conforme indica o projeto, nas paredes de alvenaria, rebalços de pisos e enterradas, sempre obedecendo às declividades mínimas. As ligações de todas as tubulações deverão ser feitas através de peças adequadas, cuidadosamente executadas, de modo a evitar vazamentos ou a penetração de materiais e detritos nos tubos.

As instalações de água serão em PVC rígido soldável. As tubulações correrão embutidas nas paredes, evitando-se sua inclusão no concreto. As canalizações de distribuição de água nunca serão totalmente horizontais, devendo apresentar declividade mínima de 0,5% no sentido do escoamento. As ligações entre tubos de PVC e registros, torneiras, etc., serão executadas com adaptadores especiais de PVC com rosca metálica. Durante a construção e até a montagem dos aparelhos, as extremidades livres das canalizações serão vedadas com plugues, convenientemente apertados, não sendo admitido o uso de buchas de madeira ou papel. Todas as tubulações de distribuição deverão ser testadas com água do próprio reservatório ou utilizando-se dispositivo de pressão, antes do fechamento dos rasgos das alvenarias ou de seu envolvimento por capas de argamassa.

O abastecimento de água será feito através da rede pública municipal, devendo a construtora providenciar a ligação da obra junto a esta em comum acordo com a Administração Municipal.

14. PAVIMENTAÇÕES INTERNAS

14.1 Concreto Simples

A camada do impermeabilizante, de concreto simples, deverá ser executada após o terreno estar perfeitamente compactado e nivelado, colocando-se as canalizações previstas sob o piso.

O traço mínimo a ser empregado deverá ser 1:3:5 (cimento, areia, brita 01).

A espessura da base de concreto será de no mínimo de 6 cm.

14.2 Argamassa de regularização

A argamassa de regularização, também denominada contra piso ou piso morto, será constituída por argamassa traço 1:3 (cimento e areia).

Para reduzir as tensões decorrentes da retração, a argamassa de regularização terá espessura de 20mm ou, no máximo, 25mm.

Na hipótese de ser necessário espessura superior a 25mm, a camada de regularização será executada em duas etapas. A segunda etapa só poderá ser iniciada após cura completa da argamassa da primeira.

14.3 Juntas entre peças

As juntas serão corridas e rigorosamente alinhadas.

A largura das juntas de assentamento para cerâmica determinada na dimensão de 31x31cm é de mínimo 4mm.

14.4 Juntas de Expansão e contração

Além das juntas entre as peças, haverá as juntas de expansão/contração. Tais juntas, a cada 5 a 10m, terão no mínimo, 3 (três) mm de largura e a sua profundidade deverá alcançar a laje ou lastro de concreto.

As juntas de expansão/contração serão sempre necessárias nos encontros com paredes, pisos, colunas, vigas, saliências, reentrâncias etc.

As juntas de expansão/contração receberão, como material de enchimento, calafetadores ou selantes que mantenham a elasticidade permanente.

14.5 Assentamento de Cerâmica, Soleiras

O assentamento das placas cerâmico só deve ocorrer após um período mínimo de 07 dias da cura da base.

Procedimentos a serem adotados para aplicação da argamassa colante:

Limpeza da base, que devem estar isentas de poeiras óleos, tintas, restos de argamassa ou outros que impeçam a aderência.

Limpeza da placa cerâmica, que devem estar isenta de pó ou partículas que impeçam a colagem.

A argamassa à base cimento Portland - é a mistura de cimento, agregados minerais e aditivos que quando preparada com

Adição exclusiva de água forma uma pasta viscosa, plástica e aderente.

A argamassa colante após a mistura exclusiva com água nas proporções indicadas nas embalagens, deve ter um tempo de repouso de 15 minutos para os aditivos iniciarem sua ação, devendo após ser reamassada antes do uso.

O uso da argamassa colante deve ocorrer até, no máximo 2 horas após o seu preparo, sendo proibido após o seu período a adição de água ou outro qualquer produto.

Não é necessário umedecer a superfície de base para a aplicação da argamassa colante, porém, contudo em locais sujeitos a insolação e ou ventilação, a base deve ser pré-umedecida, sem ser saturada.

Estender a argamassa com o lado liso da desempenadeira apertando-a de encontro à base, formando uma camada uniforme de cerca de 5 a 6 mm, utilizando a desempenadeira 8x8x8mm. A seguir aplica-se o lado dentado em um ângulo de 60° entre a desempenadeira e a base, formando sulcos e cordões.

14.6 Aplicações da Cerâmica

Cada placa de cerâmica deverá ser aplicada sobre os cordões da argamassa colante ligeiramente fora de posição. Em seguida pressionar a até a sua posição final. Atingida a posição final, aplicar vibrações de grande frequência com as pontas dos dedos em placas de cerâmica com área acima de 900 cm², bater com um martelo de borracha.

14.7 Piso de Cerâmico

Todas as dependências especificadas com piso cerâmico deverão ser revestidas com cerâmica de primeira linha PEI IV-tipo extra-carga pesada, antiderrapante com dimensão detalhadas na planta de detalhes de piso, sendo com rodapés também em cerâmica do mesmo material dos pisos.

As placas de cerâmica deverão ser bem cozidos, sonoros, folheados de massa, espessura e cor uniforme, rigorosamente prensados e perfeitamente planos, com arestas vivas de marca aprovada previamente pela fiscalização, padrão PEI IV, tipo extra.

14.8 Rodapés

Os rodapés serão de acordo com os pisos dos compartimentos embutidos na parede. E para sua execução serão adotadas as normas construtivas descritas para assentamentos de pisos acima descritos.

15. DESCRIÇÃO DOS REVESTIMENTOS

15.1 Revestimentos de argamassa

Os revestimentos de argamassa deverão apresentar-se perfeitamente desempenados, aprumados, alinhados e nivelados. As superfícies deverão ser limpas e abundantemente molhadas, antes do início do revestimento. O revestimento da argamassa será constituído de camadas superpostas contínuas e uniformes. O emboço aplicado sobre a superfície a revestir, previamente chapiscada e o reboco sobre o emboço.

15.2 Chapisco

Toda a superfície a ser revestida será chapiscada com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento, areia).

15.3 Emboço

O emboço deverá ser iniciado após a completa pega do chapisco, depois de embutidos todas as canalizações, deverá o emboço ser fortemente comprimido e a superfície a revestir deverá ser áspera para facilitar a aderência do reboco. A espessura máxima do emboço deverá ser 1,5 cm. Para o emboço deverá ser utilizada a argamassa no traço 1:4: 12 (cimento, cal e areia).

15.4 Reboco

O reboco será iniciado após a completa pega do emboço, cuja superfície deverá ser limpa e molhada suficientemente. Deverá apresentar aspecto uniforme com parâmetros perfeitamente planos, não sendo

tolerados ondulações ou desigualdades de alinhamento. Para o reboco deverá ser utilizada a argamassa no traço 1:2 (cal e areia fina) e o acabamento alisado a fôrro.

16. ESQUADRIAS

16.1 Esquadrias de Madeira – Internas

Todos os trabalhos de marcenaria serão executados em estrita observância ao projeto, conforme planta de detalhamento de esquadrias com identificação de sua localização, bem como o tipo de esquadrias e quantidades.

Serão fortes, de madeira ipê, perfeitamente vedantes e duráveis. Nas portas os marcos serão de lei. As portas de compensado, serão de com miolo em madeira de capeado com duas lâminas, uma em cada face.

As lâminas chapeadas serão de madeira imbuia.

As portas deverão vir acompanhadas das respectivas ferragens, a critério da Fiscalização.

Os caixilhos serão sólidos e fecharão completamente com suavidade. Na confecção das esquadrias serão empregadas madeiras de ipê.

Todas as ligações das diferentes peças das esquadrias deverão ser feitas por meio de entalhes, respigas e mechas, não sendo permitido o emprego de pregos ou parafusos.

16.2 Esquadrias Metálicas

Todos os trabalhos de serralheria serão executados em estrita observância das especificações e detalhes do projeto, bem como do previsto neste caderno de encargos, utilizando-se material de boa qualidade e sem defeitos ou falhas.

Todas as rebarbas e solvências de solda deverão ser eliminadas por esmerilhamento, tomando-se o devido cuidado para evitar o enfraquecimento da solda.

Os trabalhos de serralheria serão fornecidos à obra com aplicações prévias de pintura anti-ferruginosa provisória.

Os furos de rebites ou parafusos deverão ser encaixados e as emendas deverão apresentar perfeito ajustamento, sem folgas rebarbas ou desníveis.

Todos os encaixes e rebainhaamentos para instalação das ferragens (dobradiças, fechaduras, etc.), terão o formato destas, não sendo permitido folgas que tornem necessárias emendas ou outros artifícios.

Nas peças de serralheria de grandes dimensões e expostas ao tempo, deverão ser previstas juntas de dilatação de espessura dimensionada

Os cantos dobrados dos báculos ser rebatidos e perfeitamente esquadrejados, com folga mínima e uniforme em todos os contornos.

16.3 Ferragens

As ferragens para esquadrias, serão de boa qualidade, de marca e tipo indicado pela Fiscalização, sendo sempre fortes e fácil manejo.

16.4 Parede cortina

Está previsto para o projeto a instalação de 2 paredes cortina, sendo uma delas no pavimento térreo (hall de entrada), e outra no pavimento superior (sala de reuniões). Ambas deverão ser compostas por montantes verticais e horizontais em alumínio com pintura eletrostática na cor preta, com as dimensões conforme indicado no projeto arquitetônico. A seção de perfil dos montantes deve garantir a segurança bem como o perfeito funcionamento dos mecanismos de abertura tanto da porta no pavimento térreo, assim como de janelas no pavimento superior.

17. VIDROS

Todas as janelas do tipo de correr deverão utilizar vidro cristal comum liso transparentes com espessura de 5 mm. Os vidros deverão estar isentos de trincas, ondulações, bolhas, lentes riscas ou outros defeitos. A colocação dos vidros se dará somente após a prévia limpeza das esquadrias. Não sendo admitidas folgas excessivas entre os vidros e os respectivos caixilhos.

Para as janelas do tipo maxim-ar deverão ser utilizados vidros do tipo aramado ou temperado com espessura mínima de 8mm. As mesmas especificações se aplicam as portas tanto do tipo de abrir quanto as de correr.

Os vidros aplicados nas paredes cortinas da fachada deverão ser do tipo espelhado.

18. PINTURA

18.1 Materiais para Pintura

18.1.1 Vernizes

Deverão secar rapidamente e formar camada, dura, transparente e brilhante. Não podem estalar ou tender. Quando for o caso, deverão ser a prova d água, devendo ser tipo externo.

18.1.2 Esmaltes

Deverão ser brilhantes, resistentes, de secagem rápida, proporcionando acabamento ótimo. Deverão ser entregues na obra com sua embalagem original intacta.

18.1.3 Tintas Acrílicas – semibrilho

Serão resistentes a mofo, laváveis, que não manchem, inodoros. Deverão ser apropriadas ao meio e superfície que irão cobrir, com excelente durabilidade.

Para efeito desta Especificação, tintas são aquelas em que o veículo permanente é constituído por resina em cuja composição se encontram polímeros ou copolímeros do ácido acrílico e do ácido metacrílico, bem como ésteres desses ácidos.

18.2 Pintura

Todos os serviços de pintura serão feitos com perfeição, por operários especializados. As tintas deverão ser aplicadas de acordo com as especializações dos fabricantes. Antes da execução de qualquer pintura esta será submetida à aprovação da Fiscalização no próprio local a que se destina.

18.3 Pinturas Superficiais de alvenaria

18.3.1 Preparação das superfícies

Após o emboco será considerado curado em condições de receber tinta um período mínimo de 45 dias.

Toda superfície deverá ser lixada e estar livre de pó ou qualquer outra contaminação.

Para a regularização e a uniformização da absorção da tinta, deverá ser aplicado selador acrílico, a base de emulsão acrílica, com aplicação de uma demão, com aplicação com rolo.

18.3.2 Acabamento das superfícies

Aplicação de tinta acrílica de 2 a 3 demãos, com acabamento semi-brilho.

18.4 Pintura superfícies de madeira

18.4.1 Preparação das superfícies

Para evitar o aparecimento de manchas decorrentes das resinas da madeira, deverá ser aplicado de solvente na superfície, o solvente será absorvido pelas fibras e posteriormente durante a evaporação.

Arrastará a resina para fora, este processo deve ser repetido até que não haja mais resina no interior da madeira, o que pode ser notado pelo não aparecimento de manchas na superfície.

19. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

19.1 Instalações Elétricas

A localização dos pontos de luz e tomadas com suas respectivas cargas, bem como os quadros de força geral e secundário deverão obedecer rigorosamente os projetos. A rede alimentadora de energia para todo o conjunto deverá seguir as normas da ABNT, conforme NBR 13534/95 e da concessionária local.

19.2 Iluminação

A iluminação será executada de acordo com o projeto de iluminações, observadas todas as especificações nele contidas. A potência das fluorescentes constará do projeto de iluminação elaborado pelo Contratado, será determinado de acordo com os níveis de iluminação, preconizados pelas normas técnicas.

20. INSTALAÇÃO PREVENÇÃO CONTRA – INCÊNDIO

20.1 Prevenção contra incêndio

Será obedecido o projeto de instalações contra incêndio bem como observadas todas as especificações nele definidas.

21. ENTREGA DA OBRA

Para a entrega e recebimento provisório, deverão ser retirados da área da obra, todos os entulhos e sobras de materiais, deixando o prédio completamente livre e desimpedido, prevendo-se também, a demolição dos tapumes, barracões e desligamento das ligações provisórias, após a efetivação das ligações definitivas, bem como pagas as taxas necessárias e de habite-se.

Deverão ser previstos todos os testes e verificações finais em todos os aparelhos e equipamentos do prédio, tanto na parte das instalações elétricas, como também nas instalações hidráulicas.

No ato da entrega da obra, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos e sujeira.

Pag.

36

Ass.

12

PLANILHA DE SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III

Ass:  Pag. 34

Município:		MUNICÍPIO DE MENDES		Projeto:		CONSTRUÇÃO CIVIL - PRÓPRIO MUNICIPAL		Local da Obra:		RUA DOUTOR FLORES - CENTRO - MENDES - PARANÁ		Fonte do Recurso:		PAM		USO EXCLUSIVO DO CONVÊNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECD COM O PARANACIDADE		UD		CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)		QUANTIDADE		VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE		VALOR DO MATERIAL + EQUIPAMENTO		TOTAL ITEM (R\$)		CURVA ALC (%)		TOTAL GLOBAL (R\$) - PM	
CÓDIGO		ORIGEM		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		MÃO DE OBRA + TRANSPORTE SEM ICI		MATERIAL + EQUIPAMENTO SEM ICI		PREÇO UNITÁRIO SEM ICI		PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSP. COM ICI		MATERIAL + EQUIP. COM ICI		PREÇO UNITÁRIO COM ICI		QUANTIDADE		VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE		VALOR DO MATERIAL + EQUIPAMENTO		TOTAL ITEM (R\$)		CURVA ALC (%)		TOTAL GLOBAL (R\$) - PM					
581		SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA		SERVIÇOS PRELIMINARES		8.692,98		43.326,96		51.389,93		4,17		81.389,93																			
1.1		LIMPEZA DE TERRENO, DESBASTAMENTO E DEMOLIÇÕES																															
1.1.1		LIMPEZA DE TERRENO, DESBASTAMENTO E DEMOLIÇÕES																															
97625		SINAPI		DEMOLICÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023		m3		16,07		56,16		60,23		12,29		61,30		73,49		7,47		91,81		457,16		548,07		0,04					
1.1.2		LOCALIZAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PORTALETADAS A CASA 3,00M - 3 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2024																															
99059		SINAPI		LOCALIZAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PORTALETADAS A CASA 3,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2024		m		36,48		41,95		78,43		44,01		51,16		95,09		72,40		3.222,82		3.705,43		6.927,95		0,06					
1.2		ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE OBRAS																															
1.2.1		ADMINISTRAÇÃO DE OBRA																															
1.2.1.2		FECHAMENTOS E CONSTRUÇÕES PROVISÓRIAS																															
96459		SINAPI		TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF. 09/2024		m2		32,07		54,16		96,23		39,13		78,26		117,41		44,00		1.721,72		2.444,32		5.168,04		0,42					
1.2.2		BARRACAGEM DE OBRA																															
94657		ORSE		LOCAÇÃO DE CONTAINER - ESCRITÓRIO COM BANHEIRO - 6,20 x 2,40M, EQUIPADO COM AR CONDICIONADO		m3		-		1.600,00		1.600,00		-		1.952,00		1.952,00		16,00		-		31.232,00		31.232,00		2,33					
1.2.3		PLACA DE IDENTIFICAÇÃO / LETREIRO																															
00091		ORSE		PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E FONTALTES		un		402,00		2.612,96		3.014,96		400,44		3.187,81		3.678,25		1,00		490,44		3.187,81		3.678,25		0,31					
x		SERVIÇOS EXTRAS - SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA																															
98025		SINAPI		LIMPEZA MECANIZADA DE CANALIZADA VEGETAL, VOTAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 3,00 M) COM TONTEIROS DE SERRAS. AF. 09/2024		m2		0,20		0,45		0,68		0,24		0,59		0,83		324,00		77,76		191,16		268,92		0,02					
COMP90_L08		PM_366		REMOÇÃO DE PORTA DE FERRAGEM MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.		M²		8,01		3,83		12,84		10,99		4,87		15,86		5,50		60,45		23,69		86,14		0,01					
COMP90_L09		PM_366		DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERPILADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.		M²		15,31		6,41		21,72		18,68		7,82		26,00		113,24		2.152,66		901,16		3.053,86		0,05					
COMP90_L16		PM_366		DEMOLIÇÃO DE GUARDA-SUJEITO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2024		M		12,06		7,47		17,52		12,26		6,11		21,37		26,00		245,20		182,20		427,40		0,04					
582		MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS																															
2.1		MOVIMENTO DE TERRA																															
2.1.2		ESCAVAÇÃO MECÂNICA																															
96221		SINAPI		ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE CORDOÃO DO SAPATO COM RETROESCAVADORA (INCLUSIVE ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF. 09/2024		m3		14,24		32,73		46,97		17,37		29,93		57,30		11,59		201,32		462,79		664,11		0,05					
96225		SINAPI		ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA VALA BALDRAME DO SAPATO CORRIDA COM MNE-ESCAVADORA (INCLUSIVE ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF. 09/2024		m3		18,80		41,07		59,92		23,00		50,11		73,11		6,22		143,06		311,68		454,74		0,04					
2.2		CANALIZ. E COMPLEMENTOS																															
2.2.1		CANALIZ. E COMPLEMENTOS																															
2.2.1.3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA OVI EXCEDENTE À 30 KM (UNIDADE: MENSAL). AF. 09/2020				m3 x km		0,13		0,80																							
2.4		CAIXAS E COMPLEMENTOS																															
2.4.4		CAIXAS DE GORDURA																															
98110		SINAPI		CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERIO = 0,3 M. AF. 09/2020		un		13,87		370,23		384,10		16,92		451,68		468,60		1,00		16,92		451,68		468,60		0,04					
583		FUNDAÇÕES																															
x		SERVIÇOS EXTRAS - FUNDAÇÕES																															
COMP90_L09		PM_366		ARMAÇÃO DE VALA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		KG		2,41		9,30		11,71		29,14		11,36		14,29		52,80		105,23		598,28		754,51		0,06					
COMP90_L10		PM_366		ARMAÇÃO DE VALA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		KG		4,09		11,68		15,77		4,99		14,26		19,24		233,16		1.163,47		3.322,63		4.486,00		0,36					
COMP90_L11		PM_366		ARMAÇÃO DE VALA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		KG		3,11		10,78		13,89		3,79		13,15		16,94		176,54		669,09		2.921,50		2.990,59		0,24					
JP90_L12		PM_366		ARMAÇÃO DE VALA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		KG		7,66		11,71		19,37		9,36		14,29		23,64		178,55		1.117,79		1.708,37		2.826,16		0,03					
COMP90_L13		PM_366		CONCRETO SIMPLES USUÁRIO FCK=25MPa, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA		M³		25,72		556,35		582,07		31,26		678,75		710,13		11,81		558,48		12.688,64		12.647,42		1,23					
COMP90_L8		PM_366		REATERIO MECANIZADO DE VALA COM MNCARGADERA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF. 09/2023		M		6,48		17,26		20,04		10,71		21,06		31,77		16,76		179,50		362,97		532,47		0,04					
COMP90_L06		PM_366		ESTACA ESCAVADA MECANIZANTE, S/ FLUIDO ESTABILIZANTE, C/ 20CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BASTONETEA		M		8,40		47,57		53,97		8,11		58,04		65,85		348,00		2.726,69		20.255,96		22.981,65		1,86					
COMP90_L07		PM_366		ESTACA ESCAVADA MECANIZANTE, S/ FLUIDO ESTABILIZANTE, C/ 15CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BASTONETEA		M		2,30		17,09		19,39		2,81		20,85		23,68		12,00		33,72		250,20		283,90		0,02					
584		ESTRUTURAS																															
4.1		FORMAS																															
4.1.2		FORMAS PARA SUPERESTRUTURA																															
92443		SINAPI		MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PRÉ-ORIENTO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2020		m2		31,81		35,51		57,32		26,81		43,32		69,93		327,43		6.051,91		9.652,37		15.904,18		1,28					
92479		SINAPI		MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORIMENTO COM GANHO DE MADEIRA, PRÉ-ORIENTO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 13 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2020		m2		26,35		46,73		73,08		32,15		57,01		89,16		383,07		12.637,20		22.408,92		35.046,12		2,84					
92479		SINAPI		FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA BLOCO DE CORDOÃO, EM MADEIRA SERRADA, 15,25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2024		m2		50,33		36,41		83,04		10,44		48,08		109,48		54,33		3.339,59		2.615,07		5.954,62		0,45					
96336		SINAPI		FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VALA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, 15,25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2024		m2		41,55		39,31		78,86		50,89		43,08		93,77		103,82		6.362,64		4.472,36		10.835,00		0,79					
4.2		ARMADURAS																															
4.2.3		ARMADURA CAISÓ - CAIS																															
96544		SINAPI		ARMAÇÃO DE BLOCO, VALA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,3 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		kg		7,87		12,74		20,61		9,60		15,54		25,14		288,40		2.586,24		4.188,48		6.772,72		0,05					
96545		SINAPI		ARMAÇÃO DE BLOCO, VALA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		kg		9,78		12,32		18,10		7,89		19,00		22,09		6,40		45,32		96,19		143,31		0,01					
96548		SINAPI		ARMAÇÃO DE BLOCO, VALA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		kg		4,35		11,25		16,60		5,31		13,73		19,04		107,80		572,42		1.460,09		2.032,51		0,07					
96548		SINAPI		ARMAÇÃO DE BLOCO, VALA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16 MM - MONTAGEM. AF. 09/2024		kg		1,75		9,43		11,18		2,14		11,50		13,64		54,36		116,33		126,14		174,47		0,16					
92759		SINAPI		ARMAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022		kg		5,06		10,61		15,97		4,17		13,19		19,36		930,90		3.949,18		8.440,28		12.389,46		1,00					
92760		SINAPI		ARMAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022		kg		3,37		11,10		14,47		6,11		13,54		17,68		91,16		3.744,42		1.233,50		1.607,92		0,13					
92761		SINAPI		ARMAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022		kg		2,21		11,03		13,24		2,70		13,46		16,16		419,80		1.334,46		5.505,51		6.783,97		0,05					
92762		SINAPI		ARMAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022		kg		1,48		10,19		11,65		1,78		12,43		14,21		1.264,50		2.254,37		15.742,40		17.996,97		1,48					
92763		SINAPI		ARMAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022		kg		5,92		8,78		5,70		1,12		10,71		11,63		550,50		616,56		5.885,86		6.512,42		0,03					
92764		SINAPI		ARMAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022		kg		0,66		6,89		9,30		0,79		10,99		11,34		118,59		96,41		1.260,72		1.355,13		0,11					
92769		SINAPI		ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,3 MM - MONTAGEM. AF. 09/2022																													

54570	SNAP1	JRUELA DE ALUMINIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BLENHANTE E FERRAGENS, INCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	m2	11,70	668,64	680,34	14,37	815,74	830,01	7,36	104,17	5.584,00	6.055,07	0,45%
7.1.19		FERRAGENS PARA ENCLAVIADOR												
91307	SNAP1	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EMBUTIMENTO DE FIBRO-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	27,31	77,33	104,64	33,32	94,34	127,66	7,08	233,24	460,38	460,38	0,00%
		REMOÇOS EXTRAS - REPARAÇÃO, ACESSÓRIOS, VIDROS E EMBUTIM												
COMP10_1_05	PM_366	PORTA DE CORRER EM VIDRO TEMPERADO, 4 FOLHAS, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	M²	82,31	1.214,76	1.307,07	112,62	1.442,91	1.564,63	18,63	2.210,78	26.091,86	31.302,58	2,54%
COMP10_1_06	PM_366	PORTA DE ABRIR COM MOLLA HORIZONTAL, EM VIDRO TEMPERADO, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	M²	80,62	1.645,64	1.726,26	98,30	2.007,68	2.106,04	3,18	212,46	4.338,59	4.540,05	0,37%
COMP10_1_07	PM_366	PORTA DE ABRIR COM MOLLA HORIZONTAL, EM VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	M²	167,51	3.290,71	3.481,22	204,36	4.018,33	4.222,69	9,28	1.079,02	21.218,78	22.298,80	1,81%
COMP10_1_2	PM_366	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADA EM RELE DE VIDRO, EM VIDRO LAMINADO 3+3 REFLETIVO	M²	11,94	1.833,53	1.949,47	14,57	2.232,81	2.245,38	45,65	666,12	101.838,48	103.051,60	0,31%
COMP10_1_25	PM_366	ESPELHO OBTUSO E 4 x 4 MM	M²	-	418,66	418,66	-	507,11	507,11	1,74	-	882,37	882,37	0,07%
COMP10_1_21	PM_366	BARRA ANTIQADRU DA CADA EM LADO GROSSE, COM CADA	PAR	-	1.301,13	1.301,13	-	1.587,38	1.587,38	2,08	-	3.174,76	3.174,76	0,25%
COMP10_1_19	PM_366	PORTA EM MADEIRA COMPENHADA (CANELA), LISA, SEM-CAÇA, (8,80 X 1,80 A 2,10 M), PINTURA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIMPEOQUADO), EXCLUSIVE BATENTE, PARA USO EM DIVISÓRIOS GRANTO DO MARMORE	UN	131,16	1.102,98	1.234,14	160,92	1.345,64	1.505,66	1,00	160,02	1.345,64	1.505,66	0,12%
COMP10_1_20	PM_366	PORTA EM MADEIRA COMPENHADA (CANELA), LISA, SEM-CAÇA, (8,80 X 1,80 A 2,10 M), REVESTIDA FERRAGENS (LIMPEOQUADO), PARA USO EM DIVISÓRIOS GRANTO DO MARMORE	UN	197,28	3.780,50	3.967,78	240,68	4.624,41	4.865,09	2,00	487,38	9.248,82	9.730,18	0,79%
589		INSTAL. ELÉTRICAS, TELEFONA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO									24.795,76	43.442,42	68.233,16	0,33%
8.2		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS												
8.2.1		ELETRICIDADES E CONSUMIDORES												
8.2.1.1		ELETRICIDADES P.V.C. FLEXÍVEIS												
91842	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, P.V.C. DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	3,09	4,38	7,48	3,77	5,36	9,13	136,41	514,27	731,15	1.245,42	0,10%
91844	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, P.V.C. DN 16 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	3,59	4,85	8,44	4,38	5,92	10,30	191,91	796,77	1.078,90	1.873,67	0,15%
91846	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, P.V.C. DN 12 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	4,35	7,88	12,01	5,31	9,35	14,66	26,87	142,68	251,23	393,91	0,16%
91852	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, P.V.C. DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	6,13	5,83	11,96	7,48	7,11	14,59	116,59	872,09	878,96	1.701,05	0,14%
91854	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, P.V.C. DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	6,03	6,31	12,94	8,09	7,70	15,79	228,08	1.845,17	1.759,21	3.601,38	0,29%
91856	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, P.V.C. DN 12 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	7,38	9,30	16,68	9,00	11,35	20,35	34,13	217,17	273,88	491,05	0,04%
8.2.1.2		ELETRICIDADES METÁLICAS FLEXÍVEIS												
91860	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, REDE DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	6,10	7,70	12,80	6,22	9,39	16,61	5,85	36,39	54,03	91,32	0,01%
91860	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, REDE DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	8,21	8,39	16,80	10,02	10,24	20,25	34,15	342,18	348,70	691,88	0,06%
91867	SNAP1	ELETRICIDADE FLEXÍVEL CORRUGADO, REDE DN 40 MM (1 1/4"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	m	3,32	7,81	11,13	4,05	9,53	13,68	12,00	46,50	114,36	162,86	0,01%
8.2.5		CABOS												
8.2.5.1		ISOLAMENTO 450/750V												
91924	SNAP1	CAPO DE CORRE FLEXÍVEL ISOLADO, 15 MM, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	1,13	2,22	3,35	1,38	2,71	4,09	488,00	173,44	1.322,48	1.995,92	0,16%
91926	SNAP1	CAPO DE CORRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	1,43	3,27	4,65	1,74	4,11	5,85	958,00	1.096,92	3.937,38	5.034,30	0,45%
91928	SNAP1	CAPO DE CORRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	1,92	5,42	7,34	2,34	6,01	8,95	88,00	205,92	581,08	787,80	0,06%
91932	SNAP1	CAPO DE CORRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	3,76	14,22	17,98	4,56	17,35	21,94	48,00	220,32	832,80	1.053,12	0,08%
91934	SNAP1	CAPO DE CORRE FLEXÍVEL ISOLADO, 18 MM, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	m	5,83	20,43	26,00	6,87	24,92	31,79	83,00	432,81	1.560,96	2.093,77	0,16%
8.2.9		CAIXAS												
92065	SNAP1	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4" METÁLICA, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	15,89	7,08	18,05	13,41	8,61	22,07	30,00	402,30	258,30	660,60	0,06%
92061	SNAP1	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRE-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,300 X 0,300 M, AF_170201	un	26,06	129,31	195,37	31,79	197,78	189,25	2,00	63,58	315,02	378,10	0,03%
92063	SNAP1	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRE-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,600 X 0,600 M, AF_170201	un	64,38	409,33	473,71	78,54	499,38	577,92	1,00	78,54	499,38	577,92	0,08%
8.2.9		QUADROS DE ENERGIA												
101879	SNAP1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	29,61	479,58	509,59	36,12	585,58	621,70	1,00	36,12	585,58	621,70	0,05%
8.2.11		DISJUNTORES												
8.2.11.1		MONOPOLARES												
93063	SNAP1	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	1,73	11,71	13,44	2,11	14,39	16,40	1,00	2,11	14,39	16,40	0,00%
93065	SNAP1	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	3,38	12,61	15,89	4,00	15,38	19,38	1,00	4,00	15,38	19,38	0,00%
93066	SNAP1	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	3,28	12,61	15,89	4,00	15,38	19,38	1,00	4,00	15,38	19,38	0,00%
93067	SNAP1	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	4,50	13,36	17,86	5,49	16,30	21,79	3,00	16,47	48,90	63,37	0,01%
8.2.11.2		BIPOLARES												
93061	SNAP1	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	4,71	89,92	85,63	5,75	74,32	80,07	2,00	11,50	148,64	160,14	0,01%
93062	SNAP1	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	6,55	62,29	68,04	7,99	79,99	83,98	3,00	23,97	227,97	251,94	0,02%
93063	SNAP1	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	6,55	62,29	68,04	7,99	79,99	83,98	2,00	15,98	151,98	167,95	0,01%
8.2.12		INTERRUPTORES												
8.2.12.1		SWITCHES												
91963	SNAP1	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	17,62	16,80	36,42	21,74	22,89	44,43	7,00	152,16	156,83	311,01	0,03%
91969	SNAP1	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	26,28	29,01	55,28	32,03	35,39	67,42	4,00	126,12	141,95	269,88	0,02%
91967	SNAP1	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	34,68	39,40	74,08	42,31	48,07	90,38	1,00	42,31	48,07	90,38	0,01%
92013	SNAP1	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+10A INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	30,41	31,57	61,98	37,10	38,82	75,62	5,00	185,50	192,60	378,10	0,03%
8.2.13		TOMADAS												
91993	SNAP1	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+10A INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	31,65	27,10	56,75	35,81	33,06	71,97	12,00	493,32	398,72	880,04	0,07%
91997	SNAP1	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+10A INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	22,04	23,49	45,53	26,89	28,86	55,55	7,00	185,23	200,62	388,85	0,03%
92001	SNAP1	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+10A INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	18,33	20,09	40,42	22,35	28,95	49,31	34,00	780,24	916,30	1.676,54	0,14%
8.2.18		LUMINÁRIAS												
91959	SNAP1	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 2 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_030203	un	6,13	15,96	22,09	7,48	19,47	26,66	8,00	59,84	155,76	215,60	0,02%
8.4		INSTALAÇÕES DE TELEFONIA E LÓGICA												
8.4.2		QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONIA												
100580	SNAP1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.2, 200X100 CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS, PADRÃO TELEFONIA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	44,54	72,29	115,63	54,34	88,19	142,53	2,00	106,05	176,38	285,06	0,02%
100561	SNAP1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.3, 400X100 CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS, PADRÃO TELEFONIA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_170201	un	50,86	144,17	180,83	62,05	175,89	237,94	1,00	120,63	175,89	237,94	0,02%
X		SERVIÇOS EXTRAS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO												
COMP10_1_21	PM_366	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, SUBESTACION, TRIFÁSICA, COM CHAPA DE 300X300, CABO DE 16 MM² E DISJUNTOR DIN 63 A 100A INCLUSIVE MURETA DE ALVENARIA	UN	465,02	2.907,99	3.373,01	567,32	3.547,70	4.115,07	1,00	967,32	3.547,70	4.115,07	0,33%
COMP10_1_29	PM_366	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4" X 2", EMBUTIR, PNEUMÁTICO - REV 01	un	10,80	3,71	14,21	12,81	4,53	17,34	95,00	1.216,05	430,35	1.647,30	0,13%
COMP10_1_30	PM_366	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4" X 4", EMBUTIR, PNEUMÁTICO	un	10,80	5,53	16,03	12,81	6,79	19,56	28,00	371,49	195,75	567,24	0,06%
COMP10_1_31	PM_366	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA 16 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO PADRÃO DIN, INCLUSIVE DISJUNTORES	un	87,84	158,70	256,94	119,49	193,81	313,10	1,00	119,49	193,81	313,10	0,03%
COMP10_1_32	PM_366	TOMADA 2P+10A, 16A, 20A, PARA PAREDE, COM PLACA EM METAL ANILADO E CAIXA PVC	un	24,49	58,22	62,71	29,89	71,03	100,91	12,00	358,96	852,36	1.210,32	0,10%
COMP10_1_33	PM_366	LUMINÁRIA LED 40W BIPOLAR, 120 X 120 CM, 3000K, BRANCO FRIO, COM 2 UNID. DE PROTEÇÃO	un	34,97	46,35	81,33	42,68	56,65	99,21	4,00	170,44	226,20	396,64	0,03%
COMP10_1_35	PM_366	LUMINÁRIA FLUORESCENTE EM REDE 40X40, 30W, 4000K, BRANCO, 2P+10A, 16A, 20A, 250V	un	17,42	134,05	151,54	21,34	163,54	184,88	14,00	296,76	2.269,56	2.566,32	0,21%
COMP10_1_36	PM_366	LUMINÁRIA PAINEL, LED EMBUTIR, 18W, QUADRADA, 600X60 CM, 4000K, 2P+10A, 16A, 20A, 250V	un	34,97	42,17	77,14	42,68	51,45	94,11	26,00	1.108,16	1.337,70	2.446,86	0,20%
COMP10_1_37	PM_366	PONTO DE TOMADA P/ LÓGICA, RJ45, 60X4", 2P+10A, 16A, 20A, 250V, 4000K,												

[illegible]

40
Pag
Ass

COMP50_L_24	PM_366	REITORIL GRANITO CINZA POLIDO, C/ LARGURA = 17 CM, ESP = 2 CM	M	13,93	115,65	129,58	15,99	141,09	158,08	26,84	452,81	3.934,87	4.211,26	0,54 %	
COMP50_L_26	PM_366	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE MASSA AGRÍCOLA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV. 01	M²	10,72	4,83	15,35	13,08	5,65	18,73	838,73	7.007,35	3.025,87	10.034,22	0,84 %	
COMP50_L_27	PM_366	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA AGRÍCOLA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV. 01	M²	10,72	9,70	30,47	13,08	11,90	24,96	786,79	10.407,76	9.955,83	19.870,59	1,01 %	
COMP50_L_28	PM_366	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE VERNIZ POLIURETANO SOBRE SUPERFÍCIES DE MADEIRA	M²	8,21	7,79	16,00	10,02	9,50	19,92	18,43	184,87	178,21	360,44	0,03 %	
COMP50_L_59	PM_366	EMBOCO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:3, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PÃOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME (INCLUI ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²	32,63	31,53	64,16	39,81	38,47	78,26	245,51	9.773,75	9.444,77	18.218,52	1,56 %	
COMP50_L_60	PM_366	EMBOCO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:3, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PÃOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESURA DE 26 MM, ACESSO POR ANDAIME (INCLUI ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²	21,17	25,53	47,70	25,83	32,37	58,20	429,29	11.088,30	13.895,80	24.984,10	2,03 %	
COMP50_L_61	PM_366	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L, (INCLUI ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²	7,07	5,67	12,74	8,63	5,92	15,55	245,51	2.118,75	1.698,93	3.817,68	0,31 %	
COMP50_L_62	PM_366	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L, (INCLUI ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²	6,13	5,35	11,48	7,48	6,03	14,51	429,29	3.211,01	2.803,20	6.014,21	0,49 %	
COMP50_L_17	PM_366	ACABAMENTOS PARA FORRO (DILATAÇÃO EM GESSO, MONTADA NA OBRA), AF. 06/2023, PS	M	18,90	13,48	32,36	23,05	16,42	39,48	138,20	3.185,89	2.269,25	5.455,14	0,44 %	
COMP50_L_70	PM_366	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, ESPESURA DE 5 CM, F.C.K. = 20 MPa, INCLUI LASTRO DE BRTA, TELA Q-62, COMPACTAÇÃO MECANIZADA DO SOLO E CONCRETAGEM	M²	30,09	70,27	100,36	36,71	85,73	122,34	298,98	10.901,40	25.458,38	36.359,78	2,65 %	
11.1	571	PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PARAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS									985,95	2.269,67	3.254,62	0,27 %	3.324,62
11.1.8		MEDIO E SARJETA													
94267	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA, EM LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA, AF. 01/2024	m	17,87	41,82	59,69	21,80	51,02	72,82	20,00	436,00	1.020,40	1.456,40	0,12 %	
11.2		PARAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS													
11.2.2		PLANTAS													
103945	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA EMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, AF. 07/2024	m2	3,27	11,02	14,29	3,99	13,44	17,43	25,00	79,80	268,60	348,05	0,03 %	
x		SERVIÇOS EXTRAS - PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PARAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS													
COMP50_L_70	PM_366	PISO PODOTÁIL DE ALERTA OU DIRECIONAL DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA, AF. 03/2024	M²	42,81	102,17	144,78	51,98	124,65	175,62	8,86	450,19	1.079,47	1.529,02	0,12 %	
12	572	DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAÍOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)									555,32	344,47	899,79	0,07 %	899,79
x		SERVIÇOS EXTRAS - DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAÍOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)													
COMP50_L_62	PM_366	LIMPEZA GERAL	UN	1,53	0,95	2,48	1,87	1,19	3,63	298,96	555,32	344,47	899,79	0,07 %	
ORÇAMENTO DO PROJETO COM BASE NA LEI Nº 14.133 / 2021											TOTAL MÃO DE OBRA + TRANSPORTE	TOTAL DE MATERIAS + EQUIPAMENTOS			PREÇO GLOBAL DO PROJETO
Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.08922 de Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 1/7/2025											25,11%	74,89%			1.233.380,50
											308.698,87	923.721,83			

CRISTIAN
COMIN:1145
1003927

Assinado de forma
digital por CRISTIAN
COMIN:11451003927
Dados: 2025.07.01
10:29:42 -03'00'

TABELA DE COTAÇÃO DE INSUMOS / SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Período das COTAÇÕES:		abr/25			
		FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	MÉDIA PREÇO R\$
	EMPRESA	Metalúrgica Ponto Certo	Metalúrgica Mercedes LTDA	Metalúrgica e Funilaria Metalize S.A	
	CONTATO	Valmir Marques	Everton Back	Anderson Borssol	
	TELEFONE / E-MAIL / SITE	(45) 99919-2662	(45) 3256-1202	(45) 99828-7794	
ITEM	DESCRIÇÃO DO INSUMO / SERVIÇO ESPECIALIZADO	R\$ UNITÁRIO	R\$ UNITÁRIO	R\$ UNITÁRIO	
	ESCADA METÁLICA HELICOIDAL - 20 DEGRAUS, Ø2M COM GUARDA-CORPO E CORRIMÃO, INCLUSO FABRICAÇÃO, PINTURA E INSTALAÇÃO.	R\$ 7.500,00	R\$ 9.000,00	R\$ 16.860,00	R\$ 11.120,00
	CUSTO DA MÃO DE OBRA	R\$ 3.750,00	R\$ 4.500,00	R\$ 8.430,00	R\$ 5.560,00
	CUSTO DO MATERIAL	R\$ 3.750,00	R\$ 4.500,00	R\$ 8.430,00	R\$ 5.560,00

Documento assinado digitalmente

gov.br

CRISTIAN COMIN

Data: 12/06/2025 09:35:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TABELA DE COMPOSIÇÕES DE SERVIÇOS
REF. SINAPI - ABRIL/2025 SEM DESONERAÇÃO

CÓDIGOS		ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	R\$ UNIT.	MÃO DE OBRA	MATERIAL + EQUIP. + OUTROS	TOTAL
ABA SERVIÇOS	ABA INSUMOS								
		COMP50_1_1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, SUBTERRÂNEA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 60 A 100A (NÃO INCLUSA MURETA DE ALVENARIA).	UN			465,02	2.907,99	R\$ 3.373,01
	002948	ORSE-03/2025	POSTE DE CONCRETO DUPLTO (DT) 9/150 - FORNECIMENTO	UN	1,0000	896,44	-	896,44	896,44
100599		SINAPI	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL DE 150 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_04/2025	UN	1,0000	637,44	151,65	485,79	637,44
	011864	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATÉ 95 MM2	UN	1,0000	36,04	-	36,04	36,04
	011950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4,0000	0,18	-	0,18	0,72
	034643	SINAPI	CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM (INCLUIDA TAMPA SEM ESCOTILHA)	UN	1,0000	41,81	-	41,81	41,81
	039809	SINAPI	CAIXA PARA MEDIDOR POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	1,0000	316,99	-	316,99	316,99
88247		SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2150	30,80	21,49	9,31	6,82
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9355	37,37	28,06	9,31	72,33
91872		SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,3000	24,80	9,75	15,05	32,24
91935		SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	26,4000	27,20	5,63	21,57	718,08
101894		SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,0000	184,24	38,78	145,46	184,24
96977		SINAPI	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	1,9500	58,04	1,63	56,41	113,18
96986		ORSE	Disjuntor bipolar DR 63 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA	UN	1,0000	216,90	21,69	195,21	216,90
97668		SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	6,3000	15,87	4,68	11,19	99,98
		COMP50_1_2	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 0.60 X 0.60 X 0.60M.	UN			332,44	327,31	R\$ 659,75
72		ORSE-03/2025	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTAÇÃO UTILIZANDO SÉPO, SEM CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO.	M³	1,1500	36,95	30,54	6,41	42,49
80		ORSE-03/2025	FORMA PLANA PARA FUNDAÇÕES, EM COMPENSADO RESINADO 12MM, 02 USOS.	M²	1,1700	109,62	52,47	57,15	128,26
95		ORSE-03/2025	CONCRETO SIMPLES FABRICADO NA OBRA, FCK=13,5 MPA, LANÇADO E ADENSADO.	M³	0,0810	566,20	134,09	432,11	45,86
126		ORSE-03/2025	CONCRETO SIMPLES FABRICADO NA OBRA, FCK=15 MPA, LANÇADO E ADENSADO	M³	0,0810	592,04	134,09	457,95	47,96
140		ORSE-03/2025	AÇO CA - 50 Ø 6,3 A 12,5MM, INCLUSIVE CORTE, DOBRAGEM, MONTAGEM E COLOCACAO DE FERRAGENS NAS FORMAS, PARA SUPERESTRUTURAS E FUNDAÇÕES - R1.	KG	1,7300	13,01	2,80	10,21	22,51
155		ORSE-03/2025	ALVENARIA TIJULO CERÂMICO MACIÇO (59X19), ESP = 0,09M (SINGELA), COM ARGAMASSA TRAÇO TS - 1:2:8 (CIMENTO / CAL / AREIA) C/ JUNTA DE 2,0CM - R1	M²	1,8000	110,75	45,80	64,95	199,35
1908		ORSE-03/2025	REBOCO OU EMBOÇO EXTERNO, DE PAREDE, COM ARGAMASSA TRAÇO TS - 1:2:8 (CIMENTO / CAL / AREIA), ESPESSURA 2,0 CM.	M²	1,7100	36,28	22,20	14,08	62,04
2497		ORSE-03/2025	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA OU CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50M	M³	1,8000	55,43	45,81	9,62	99,77
3310		ORSE-03/2025	CHAPISCO EM PAREDE COM ARGAMASSA TRAÇO T1 - 1:3 (CIMENTO / AREIA).	M²	1,7100	6,73	3,80	2,93	11,51
		COMP50_1_3	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, ALTURA INTERNA = 5,00 M, COM TAMPA REFORÇADA E PREENCHIDO COM PEDRA RACHÃO.	UN			762,61	4.120,02	R\$ 4.882,62
	043425	SINAPI (03/2025)	ANEL EM CONCRETO ARMADO, PERFURADO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 1,20 M E ALTURA DE 0,50 M	UN	10,0000	275,67	-	275,67	2.756,70
5678		SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	1,0048	162,95	28,14	134,81	163,72
5679		SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	2,0475	73,57	28,14	45,43	150,83
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,6123	36,91	27,63	9,28	96,42
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0525	28,71	19,52	9,19	58,93
97738		SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO APROXIMADA DE 6 KG/M³. AF_03/2024_P5	M3	0,0385	4.539,65	2.344,28	2.195,37	174,78
97740		SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	M3	0,5933	2.180,50	718,69	1.461,81	1.293,58
100475		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0365	722,55	93,64	628,91	26,37
101624		SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M3	0,9333	173,04	47,62	125,42	161,49
		COMP50_1_4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTICHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820).	UN			3,90	15,34	R\$ 19,24
	037539	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1,0000	13,50	-	13,50	13,50
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2000	28,71	19,52	9,19	5,74
		COMP50_1_5	PINTURA DE ACABAMENTO SEMIBRILHO COM APLICAÇÃO DE 03 DEMÃOS DE TINTA PVA LÁTEX PARA INTERIORES.	M²			22,33	15,22	R\$ 37,54
	002232	ORSE-03/2025	TINTA PVA LÁTEX PARA INTERIOR CORALMUR OU SIMILAR	L	0,2700	21,51	-	21,51	5,81
88310		SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6000	38,54	27,45	11,09	23,12
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	28,71	19,52	9,19	8,61
		COMP50_1_6	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, ACABAMENTO SEMIBRILHO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, TRÊS DEMÃOS.	M²			8,31	25,47	R\$ 33,77
	007314	SINAPI	TINTA BORRACHA CLORADA, ACABAMENTO SEMIBRILHO, QUALQUER COR	L	0,3428	64,20	-	64,20	22,00
88310		SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2447	38,54	27,45	11,09	9,43
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0816	28,71	19,52	9,19	2,34
		COMP50_1_7	ESCALADA METÁLICA HELICOIDAL - 20 DEGRAUS, Ø2M COM GUARDA-CORPO E CORRIMÃO, INCLUSO FABRICAÇÃO, PINTURA E INSTALAÇÃO.	UN			5.560,00	5.560,00	R\$ 11.120,00
	000001	COTAÇÃO	ESCALADA METÁLICA HELICOIDAL - 20 DEGRAUS, Ø2M COM GUARDA-CORPO E CORRIMÃO, INCLUSO FABRICAÇÃO, PINTURA E INSTALAÇÃO.	UN	1,0000	11.120,00	5.560,00	5.560,00	11.120,00
		COMP50_1_8	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M³			8,78	17,26	R\$ 26,04
104741		SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	1,0000	26,04	8,78	17,26	26,04
		COMP50_1_9	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG			2,41	9,30	R\$ 11,71
104920		SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1,0000	11,71	2,41	9,30	11,71
		COMP50_1_10	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG			4,09	11,68	R\$ 15,77

104918		SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1,0000	15,77	4,09	11,68	15,77
		COMP50_1_11	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG			3,11	10,78	R\$ 13,89
104919		SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1,0000	13,89	3,11	10,78	13,89
		COMP50_1_12	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG			7,66	11,71	R\$ 19,37
104916		SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1,0000	19,37	7,66	11,71	19,37
		COMP50_1_13	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=25MPA, BOMBEADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³			25,72	556,35	R\$ 582,07
11482		ORSE-03/2025	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=25MPA, BOMBEADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³	1,0000	582,07	25,72	556,35	582,07
		COMP50_1_14	DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA POLIDO, E=2CM, INCLUSIVE MONTAGEM COM FERRAGENS.	M²			83,94	724,22	R\$ 808,16
191		ORSE-03/2025	DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA POLIDO, E=2CM, INCLUSIVE MONTAGEM COM FERRAGENS.	M²	1,0000	808,16	83,94	724,22	808,16
		COMP50_1_15	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M			19,91	40,61	R\$ 60,52
105024		SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	1,0000	60,52	19,91	40,61	60,52
		COMP50_1_16	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M			12,71	33,54	R\$ 46,25
105030		SINAPI	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	1,0000	46,25	12,71	33,54	46,25
		COMP50_1_17	ACABAMENTOS PARA FORRO (DILATAÇÃO EM GESSO, MONTADA NA OBRA). AF_08/2023_PS	M			18,90	13,45	R\$ 32,36
88316		SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	28,71	19,52	9,19	8,61
88269		SINAPI	GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	35,36	28,08	9,28	17,68
	040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENT O	0,0293	24,62	-	24,62	0,72
	020250	SINAPI	SISAL EM FIBRA / ESTOPA SISAL PARA GESSO	KG	0,0078	14,25	-	14,25	0,11
	005066	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	0,0036	21,18	-	21,18	0,08
	004812	SINAPI	PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO)	M2	0,3300	11,77	-	11,77	3,88
	003315	SINAPI	GEsso EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG	0,5430	0,84	-	0,84	0,46
	000345	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	0,0217	37,73	-	37,73	0,82
		COMP50_1_18	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (EM KG). AF_07/2019	KG			1,74	9,58	R\$ 11,32
104314		SINAPI	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (EM KG). AF_07/2019	KG	1,0000	11,32	1,74	9,58	11,32
		COMP50_1_19	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,60 X 1,60 A 1,80M), P/PINTURA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), EXCLUSIVE BATENTE, PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MÁRMORE	UN			131,16	1.102,98	R\$ 1.234,14
9692		ORSE-03/2025	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,60 X 1,60 A 1,80M), P/PINTURA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), EXCLUSIVE BATENTE, PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MÁRMORE	UN	1,0000	1.234,14	131,16	1.102,98	1.234,14
		COMP50_1_20	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,80 X 1,60 A 2,10 M), REVESTIDA C/FÓRMICA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MÁRMORE	UN			197,28	3.790,50	R\$ 3.539,83
13034		ORSE-03/2025	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,80 X 1,60 A 2,10 M), REVESTIDA C/FÓRMICA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MÁRMORE	UN	1,0000	937,57	197,28	740,29	937,57
		COMP50_1_21	BARRA ANTIPANICO DUPLA, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA	PAR			0,00	1.301,13	R\$ 1.301,13
	039621	SINAPI	BARRA ANTIPANICO DUPLA, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA	PAR	1,0000	1.301,13	-	1.301,13	1.301,13
		COMP50_1_22	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADA EM PELE DE VIDRO, EM VIDRO LAMINADO 3+3 REFLETIVO	M²			11,94	1.828,53	R\$ 2.191,02
11347		ORSE-03/2025	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADA EM PELE DE VIDRO, EM VIDRO LAMINADO 3+3 REFLETIVO	M²	1,0000	1.749,08	-	1.749,08	1.749,08
		COMP50_1_23	SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L = 15 CM, E = 2 CM.	M			25,87	195,10	R\$ 350,55
2266		ORSE-03/2025	SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L = 15 CM, E = 2 CM.	M	1,0000	91,39	11,94	79,45	91,39
									-
		COMP50_1_24	PEITORIL GRANITO CINZA POLIDO, C/ LARGURA = 17 CM, ESP = 2 CM	M			13,93	115,65	R\$ 129,58
1988		ORSE-03/2025	PEITORIL GRANITO CINZA POLIDO, C/ LARGURA = 17 CM, ESP = 2 CM	M	1,0000	129,58	13,93	115,65	129,58
									-
		COMP50_1_25	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M²			0,00	415,66	R\$ 415,66
	011186	SINAPI	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M2	1,0000	415,66	-	415,66	415,66
		COMP50_1_26	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 03	M²			10,72	4,63	R\$ 15,35
2279		ORSE-01/2025	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 03	M²	1,0000	15,35	10,72	4,63	15,35
		COMP50_1_27	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 01	M²			10,72	9,75	R\$ 20,47
8624		ORSE-01/2025	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 01	M²	1,0000	20,47	10,72	9,75	20,47
		COMP50_1_28	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE VERNIZ POLIURETANO SOBRE SUPERFÍCIES DE MADEIRA	M²			8,21	7,79	R\$ 16,00
2328		ORSE-01/2025	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE VERNIZ POLIURETANO SOBRE SUPERFÍCIES DE MADEIRA	M²	1,0000	16,00	8,21	7,79	16,00
		COMP50_1_29	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 2", EMBUTIR, P/ELETRODUTO - REV 01	UN			10,50	3,71	R\$ 14,21
10793		ORSE-01/2025	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 2", EMBUTIR, P/ELETRODUTO - REV 01	UN	1,0000	14,21	10,50	3,71	14,21
									-
		COMP50_1_30	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 4" CM, EMBUTIR, P/ELETRODUTO.	UN			10,50	5,53	R\$ 16,03
743		ORSE-01/2025	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 4" CM, EMBUTIR, P/ELETRODUTO.	UN	1,0000	16,03	10,50	5,53	16,03
									-
		COMP50_1_31	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 16 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO, PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES	UN			97,94	158,70	R\$ 256,64
12224		ORSE-01/2025	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 16 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO, PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES	UN	1,0000	256,64	97,94	158,70	256,64
									-
		COMP50_1_32	TOMADA 2P+T, ABNT, 10 A, PARA PISO, COM PLACA EM METAL AMARELO E CAIXA PVC	UN			24,49	58,22	R\$ 82,71
780		ORSE-01/2025	TOMADA 2P+T, ABNT, 10 A, PARA PISO, COM PLACA EM METAL AMARELO E CAIXA PVC	UN	1,0000	82,71	24,49	58,22	82,71
		COMP50_1_33	LUMINÁRIA EM LED 40W SOBREPOR, 120 X 7,2 CM, 6500K BRANCO FRIO, COM DIFUSOR DE PROTEÇÃO	UN			34,97	46,35	R\$ 81,32
13656		ORSE-01/2025	LUMINÁRIA EM LED 40W SOBREPOR, 120 X 7,2 CM, 6500K BRANCO FRIO, COM DIFUSOR DE PROTEÇÃO	UN	1,0000	81,32	34,97	46,35	81,32

		COMP50_1_34	LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPOR EM LED 40 X 40CM, 30W 4000K BIVOLT, AVANT OU SIMILAR	UN			17,49	134,05	R\$	151,54
13682		ORSE-01/2025	LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPOR EM LED 40 X 40CM, 30W 4000K BIVOLT, AVANT OU SIMILAR	UN	1,0000	151,54	17,49	134,05		151,54
		COMP50_1_35	LUMINÁRIA PAINEL LED EMBUTIR 18W QUADRADA, 6000K DA G-LIGHT OU SIMILAR	UN			34,97	42,17	R\$	77,14
12971		ORSE-01/2025	LUMINÁRIA PAINEL LED EMBUTIR 18W QUADRADA, 6000K DA G-LIGHT OU SIMILAR	UN	1,0000	77,14	34,97	42,17		77,14
		COMP50_1_36	PONTO DE TOMADA P/ LÓGICA, RJ45, 4X4", COM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			143,44	148,87	R\$	292,32
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	L	2,5000	37,37	28,06	9,31		93,43
	043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	H	0,0100	26,45	-	26,45		0,26
	007792	ORSE-01/2025	TOMADA DUPLA PARA LÓGICA RJ45, 4"X4", EMBUTIR, COMPLETA	UN	1,0000	126,85	24,49	102,36		126,85
88316		SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,5000	28,71	19,52	9,19		71,78
		COMP50_1_37	PONTO DE TELEFONE PADRÃO TELEBRÁS, COM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			166,53	70,75	R\$	237,29
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	37,37	28,06	9,31		130,80
88316		SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	28,71	19,52	9,19		100,49
	002244	ORSE-01/2025	TOMADA TELEFONE EMBUTIR PADRÃO TELEBRÁS C/ PLACA	UN	1,0000	6,00	-	6,00		6,00
		COMP50_1_38	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM CPVC DN 28 MM (1"), PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN			114,11	898,45	R\$	669,69
95648		SINAPI	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM CPVC DN 28 MM (1"), PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	1,0000	669,69	79,83	589,86		669,69
		COMP50_1_39	CAIXA DE INSPEÇÃO EM PVC 300MM	UN			34,28	308,59	R\$	342,87
4718		ORSE-01/2025	CAIXA DE INSPEÇÃO EM PVC 300MM	UN	1,0000	342,87	34,28	308,59		342,87
		COMP50_1_40	TORNEIRA DE BÓIA P/CAIXA D'AGUA EM PVC D = 3/4"	UN			9,79	31,01	R\$	40,80
5003		ORSE-01/2025	TORNEIRA DE BÓIA P/CAIXA D'AGUA EM PVC D = 3/4"	UN	1,0000	40,80	9,79	31,01		40,80
		COMP50_1_41	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 40MM	M			9,79	8,19	R\$	17,98
1529		ORSE-01/2025	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 40MM	M	1,0000	17,98	9,79	8,19		17,98
		COMP50_1_42	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 50MM	M			10,50	12,33	R\$	22,83
1530		ORSE-01/2025	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 50MM	M	1,0000	22,83	10,50	12,33		22,83
		COMP50_1_43	REDUÇÃO EXCENTRICA EM PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PARA ESGOTO PRIMÁRIO, DIÂM = 75 X 50MM	UN			6,29	12,48	R\$	18,77
1582		ORSE-01/2025	REDUÇÃO EXCENTRICA EM PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PARA ESGOTO PRIMÁRIO, DIÂM = 75 X 50MM	UN	1,0000	18,77	6,29	12,48		18,77
		COMP50_1_44	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA QUADRADA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN			20,57	56,13	R\$	76,70
104328		SINAPI	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA QUADRADA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,0000	76,70	20,57	56,13		76,70
		COMP50_1_45	PAPELEIRA DE LOUÇA, DECA A480, 15 X 15CM OU SIMILAR	UN			21,04	41,00	R\$	62,04
2033		ORSE-01/2025	PAPELEIRA DE LOUÇA, DECA A480, 15 X 15CM OU SIMILAR	UN	1,0000	62,04	21,04	41,00		62,04
		COMP50_1_46	MEIA SABONETEIRA DE LOUÇA DECA REF A380 OU SIMILAR	UN			21,04	36,99	R\$	58,03
2032		ORSE-01/2025	MEIA SABONETEIRA DE LOUÇA DECA REF A380 OU SIMILAR	UN	1,0000	58,03	21,04	36,99		58,03
		COMP50_1_47	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 130x50cm FIXADA COM MÃO FRANCESA DE AÇO, INCLUSO CUBA DE EMBUTIR BRANCA, FLEXÍVEL E SIFÃO PARA LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN			127,67	893,18	R\$	1.020,86
88316		SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9811	28,71	19,52	9,19		28,17
88274		SINAPI	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9209	40,47	31,19	9,28		77,74
	037590	SINAPI (03/2025)	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	4,0000	20,84	-	20,84		83,36
	037329	SINAPI	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,0154	92,75	-	92,75		1,43
	011795	SINAPI	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	0,6500	679,24	-	679,24		441,51
	007568	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	6,0000	0,55	-	0,55		3,30
	004823	SINAPI	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	0,3844	31,80	-	31,80		12,22
86937		SINAPI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	289,67	40,26	249,41		289,67
86906		SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	71,33	3,23	68,10		71,33
86884		SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	12,13	5,12	7,01		12,13
		COMP50_1_48	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO ABC, CAPACIDADE 4 KG, ALCANCE MÉDIO DO JATO 4,5M , TEMPO DE DESCARGA 115, NBR9443, 9444, 10721	UN			1,53	184,77	R\$	186,30
1505		ORSE-01/2025	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO ABC, CAPACIDADE 4 KG, ALCANCE MÉDIO DO JATO 4,5M , TEMPO DE DESCARGA 115, NBR9443, 9444, 10721	UN	1,0000	186,30	1,53	184,77		186,30
		COMP50_1_49	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 26, DESENVOLVIMENTO 86 CM (FUNDO=32 CM, LATERAIS=15 CM, BORDAS=12CM)	M			65,65	72,95	R\$	138,60
8269		ORSE-01/2025	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 26, DESENVOLVIMENTO 86 CM (FUNDO=32 CM, LATERAIS=15 CM, BORDAS=12CM)	M	1,0000	138,60	65,65	72,95		138,60
		COMP50_1_50	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 75MM	UN			17,49	24,22	R\$	41,71
9752		ORSE-01/2025	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 75MM	UN	1,0000	41,71	17,49	24,22		41,71
		COMP50_1_51	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 100MM	UN			17,49	31,28	R\$	48,77
4283		ORSE-01/2025	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 100MM	UN	1,0000	48,77	17,49	31,28		48,77
		COMP50_1_52	LIMPEZA GERAL	UN			1,53	0,95	R\$	2,48
2450		ORSE-01/2025	LIMPEZA GERAL	UN	1,0000	2,48	1,53	0,95		2,48
		COMP50_1_53	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AR CONDICIONADO, INCLUSO DRENO - 32.000 BTUS	UN			294,22	1.892,39	R\$	2.186,61
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	29,72	21,09	8,63		14,56
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	36,17	27,54	8,63		17,72
	003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0066	18,44	-	18,44		0,12
	012184	ORSE-03/2025	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	UN	1,0000	46,80	-	46,80		46,80
	003855	SINAPI	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	1,0000	4,95	-	4,95		4,95
103292		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 5/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	15,0000	76,68	5,47	71,21		1.150,20
103290		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	15,0000	50,76	4,99	45,77		761,40
104315		SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	7,4700	19,71	11,78	7,93		147,23
104317		SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,42	5,10	3,32		16,84
104318		SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	3,0000	8,93	5,10	3,83		26,79
		COMP50_1_54	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AR CONDICIONADO, INCLUSO DRENO - 18.000 BTUS	UN			198,27	1.020,91	R\$	1.219,19
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	29,72	21,09	8,63		14,56
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	36,17	27,54	8,63		17,72
	003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0066	18,44	-	18,44		0,12

	012184	ORSE-03/2025	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	UN	1,0000	46,80		46,80	46,80
	003855	SINAPI	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	1,0000	4,95		4,95	4,95
103291		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/2", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	10,5000	63,65	5,27	58,38	668,33
103289		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/4", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	10,5000	33,26	4,69	28,57	349,23
104315		SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	4,2000	19,71	11,78	7,93	82,78
104317		SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,42	5,10	3,32	16,84
104318		SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,93	5,10	3,83	17,86
		COMP50_1_55	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AR CONDICIONADO, INCLUSO DRENO - 12.000 BTUS	UN			315,83	1.214,79	R\$ 1.530,62
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	29,72	21,09	8,63	14,56
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	36,17	27,54	8,63	17,72
	003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0066	18,44	-	18,44	0,12
	012184	ORSE-03/2025	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	UN	1,0000	46,80		46,80	46,80
	003855	SINAPI	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	1,0000	4,95	-	4,95	4,95
103291		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/2", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	11,9300	63,65	5,27	58,38	759,34
103289		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/4", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	11,9300	33,26	4,69	28,57	396,79
104315		SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	12,9700	19,71	11,78	7,93	255,64
104317		SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,42	5,10	3,32	16,84
104318		SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,93	5,10	3,83	17,86
		COMP50_1_56	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, S/ FLUIDO ESTABILIZANTE, C/ 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BETONEIRA	M			6,40	47,57	R\$ 53,97
	001527	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANCAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0557	502,72	-	502,72	28,00
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2263	28,71	19,52	9,19	6,50
90680		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,0247	423,69	26,90	396,79	10,47
90681		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	0,0490	183,76	26,90	156,86	9,00
		COMP50_1_57	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, S/ FLUIDO ESTABILIZANTE, C/ 15CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BETONEIRA	M			2,30	17,09	R\$ 19,38
	001527	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANCAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0200	502,72	-	502,72	10,05
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0813	28,71	19,52	9,19	2,33
90680		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,0089	423,69	26,90	396,79	3,77
90681		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	0,0176	183,76	26,90	156,86	3,23
		COMP50_1_58	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA TRELIÇADA, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4)	M²			32,79	155,78	R\$ 188,55
103674		SINAPI	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_P5	M3	0,0480	637,11	59,25	577,86	30,58
92767		SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1,2110	17,62	6,10	11,52	21,34
92273		SINAPI	FABRICAÇÃO DE ESCORAS DO TIPO PONTALETE, EM MADEIRA, PARA PÉ-DIREITO SIMPLES. AF_09/2020	M	0,9700	14,90	3,91	10,99	14,45
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3220	28,71	19,52	9,19	9,24
88262		SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4560	36,43	27,37	9,06	16,61
	001286	SINAPI	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA PARA PISO OU COBERTURA, H=8CM, EL ENCHIMENTO EM BLOCO EPS, H=8CM	M2	1,1000	46,74	-	46,74	51,41
	040304	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,0400	19,84	-	19,84	0,79
	006193	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,8700	23,60	-	23,60	44,13
		COMP50_1_59	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			32,63	31,53	R\$ 64,17
104217			EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	1,0000	59,98	31,85	28,13	59,98
	010527		LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGAÇÃO, SAPATAS OU SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MXME S	0,1168	26,00	-	26,00	3,04
88316			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0400	28,71	19,52	9,19	1,15
		COMP50_1_60	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			21,17	26,53	R\$ 47,71
104233			EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	1,0000	43,52	20,39	23,13	43,52
	010527		LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGAÇÃO, SAPATAS OU RODÍZIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXME S	0,1168	26,00	-	26,00	3,04
88316			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0400	28,71	19,52	9,19	1,15
		COMP50_1_61	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			7,07	5,67	R\$ 12,73
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0975	28,71	19,52	9,19	2,80
88309	010527	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1724	36,91	27,63	9,28	6,36
87313		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0037	554,50	107,85	446,65	2,05
	010527	SINAPI	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGAÇÃO, SAPATAS OU RODÍZIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXME S	0,0584	26,00	-	26,00	1,52
		COMP50_1_62	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			6,13	5,35	R\$ 11,49

										Pag. 46	Ass. 	
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0965	28,71	19,52	9,19	2,77			
88309	010527	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1394	36,91	27,63	9,28	5,15			
87313		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0037	554,50	107,85	446,65	2,05			
	010527	SINAPI	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXME S	0,0584	26,00	-	26,00	1,52			
		COMP50_1_63	CALHA EM CONCRETO ARMADO, EM DIMENSÕES 40X30CM, INCLUSO CAMADA DE REGULARIZAÇÃO COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE E IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA LÍQUIDA.	M			88,97	410,69	R\$		499,67	
94964		SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	0,1600	478,43	89,51	388,92	76,55			
92761		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	6,3200	13,24	2,21	11,03	83,68			
92759		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	2,8790	15,87	5,06	10,81	45,69			
92270		SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_09/2020	M2	1,4000	209,82	32,94	176,88	293,75			
100475		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0200	722,55	93,64	628,91	14,45			
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6160	36,91	27,63	9,28	22,74			
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3080	28,71	19,52	9,19	8,84			
98554		SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	2,0000	51,14	18,39	32,75	102,28			
		COMP50_1_64	EXECUÇÃO DE MURETA EM ALVENARIA DE TIJOLO DEITADO (E=14CM) COM VIGA BALDRAME E ESTACA ESCAVADA, INCLUSO CHAPISCO E EMBOÇO E ACABAMENTO EM PINTURA TEXTURIZADA (DIMENSÕES L=1,30M, H=1,60M)	UN			535,10	927,13	R\$		1.462,23	
95576		SINAPI	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 8,0 MM. AF_09/2021_PS	KG	2,3700	13,52	2,52	11,00	32,04			
100899		SINAPI	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_01/2020	M	4,0000	94,92	30,45	64,47	379,68			
94964		SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	0,1200	478,43	89,51	388,92	57,41			
92761		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	2,0540	13,24	2,21	11,03	27,19			
92759		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1,4970	15,87	5,06	10,81	23,76			
92270		SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_09/2020	M2	0,8700	209,82	32,94	176,88	182,54			
103334		SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19 CM (ESPESSURA 14 CM, BLOCO DEITADO) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	2,2880	169,20	88,80	80,40	387,13			
87894		SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	5,0560	8,52	5,14	3,38	43,08			
104233		SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	5,0560	43,52	20,39	23,13	220,04			
88423		SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_03/2024	M2	5,0560	21,63	4,66	16,97	109,36			
		COMP50_1_65	PORTA DE CORRER EM VIDRO TEMPERADO, 4 FOLHAS, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS.	M²			92,31	1.214,76	R\$		1.307,08	
	034713	SINAPI	PORTA VIDRO TEMPERADO INCOLOR, 2 FOLHAS DE CORRER, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	2,0000	484,72	-	484,72	969,44			
	003104	SINAPI	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	1,0580	172,63	-	172,63	182,64			
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9150	28,71	19,52	9,19	54,98			
88325		SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9710	37,15	27,87	9,28	73,22			
	039961	SINAPI	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	0,1846	21,55	-	21,55	3,98			
	011950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA 56, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	18,1440	0,18	-	0,18	3,27			
	043605	SINAPI	TRILHO PANTOGRAFICO RETO, EM ALUMINIO, TIPO U, COM DIMENSOES DE *38 X 38* MM PARA PORTA DE CORRER	M	0,4762	41,05	-	41,05	19,55			
		COMP50_1_66	PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS.	M²			80,62	1.645,64	R\$		1.726,26	
88325		SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,7210	37,15	27,87	9,28	63,94			
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,6730	28,71	19,52	9,19	48,03			
	011499	SINAPI	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	1,0000	930,34	-	930,34	930,34			
	005031	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	1,0000	511,32	-	511,32	511,32			
	003104	SINAPI	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	1,0000	172,63	-	172,63	172,63			
		COMP50_1_67	PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS, ESPESSURA DD 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS.	M²			167,51	3.293,71	R\$		3.461,23	
88325		SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5760	37,15	27,87	9,28	132,85			
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,4760	28,71	19,52	9,19	99,80			
	011499	SINAPI	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	2,0000	930,34	-	930,34	1.860,68			
	005031	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	2,0000	511,32	-	511,32	1.022,64			
	003104	SINAPI	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	2,0000	172,63	-	172,63	345,26			
		COMP50_1_68	REMOÇÃO DE PORTÃO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²			9,01	3,83	R\$		12,84	
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3075	28,71	19,52	9,19	8,83			
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1087	36,91	27,63	9,28	4,01			
		COMP50_1_69	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²			15,31	6,41	R\$		21,72	
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2113	28,71	19,52	9,19	6,07			
88260		SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4815	32,51	23,23	9,28	15,65			
		COMP50_1_70	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN			11,30	33,99	R\$		45,29	
104345			JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,0000	45,29	11,30	33,99	45,29			
		COMP50_1_71	RALO SECO EM PVC 100 X 100 X 53 MM, P/ TERRAÇO, COM GRELHA QUADRADA PVC ACABAMENTO CROMADO	UN			17,49	13,91	R\$		31,40	

1701		ORSE-01/2025	RALO SECO EM PVC 100 X 100 X 53 MM, P/ TERRAÇO, COM GRELHA QUADRADA PVC ACABAMENTO CROMADO	UN	1,0000	31,40	17,49	13,99	31,40
		COMP50_1_72	TUBO DE DESCARGA, TIPO BENGALA, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, PVC, 40 MM X 150 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			2,02	20,09	R\$ 22,10
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0415	36,17	27,54	8,63	1,50
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0415	29,72	21,09	8,63	1,23
	038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0230	2,19	-	2,19	0,05
	012613	SINAPI	TUBO DE DESCARGA, TIPO BENGALA, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, PVC, 40 MM X 150 CM	UN	1,0000	19,32	-	19,32	19,32
		COMP50_1_73	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN			3,19	7,32	R\$ 10,51
105234		SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	10,51	3,19	7,32	10,51
		COMP50_1_74	TOMADA PARA ANTENA DE TV, CABO COAXIAL DE 9 MM, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			166,53	81,15	R\$ 247,69
	038084	SINAPI	TOMADA PARA ANTENA DE TV, CABO COAXIAL DE 9 MM, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	1,0000	16,40	-	16,40	16,40
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	37,37	28,06	9,31	130,80
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	28,71	19,52	9,19	100,49
		COMP50_1_75	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M²			42,61	102,17	R\$ 144,78
104658		SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	1,0000	144,78	42,61	102,17	144,78
		COMP50_1_76	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M			10,05	7,47	R\$ 17,52
104796		SINAPI	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	1,0000	17,52	10,05	7,47	17,52
		COMP50_1_77	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 115X155X60cm FIXADA COM MÃO FRANCESA DE AÇO, INCLUSO CUBA DE EMBUTIR INOX, FLEXÍVEL E SIFÃO PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN			105,24	1.320,92	R\$ 1.426,16
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9811	28,71	19,52	9,19	28,17
88274		SINAPI	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9209	40,47	31,19	9,28	77,74
	037590	SINAPI (03/2025)	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	4,0000	20,84	-	20,84	83,36
	037329	SINAPI	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,0154	92,75	-	92,75	1,43
	011795	SINAPI	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	1,2700	679,24	-	679,24	862,63
	007568	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	6,0000	0,55	-	0,55	3,30
	004823	SINAPI	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	0,3844	31,80	-	31,80	12,22
100852		SINAPI	CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE AÇO INOXIDÁVEL, 56 X 33 X 12 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	273,85	17,83	256,02	273,85
86906		SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	71,33	3,23	68,10	71,33
86884		SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	12,13	5,12	7,01	12,13
		COMP50_1_78	TANQUE SÉPTICO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,2 X 2,5 X H=1,2 M, COM CHAMINÉ DE ACESSO E GRAUTEAMENTO DE COLUNAS.	UN			2.199,69	3.445,22	R\$ 5.644,92
98050		SINAPI	CHAMINÉ CIRCULAR PARA POÇO DE VISITA PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	M	1,0000	335,08	19,77	315,31	335,08
101624		SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M3	0,4050	173,04	47,62	125,42	70,08
97735		SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	M3	0,3136	2.842,85	1.450,71	1.392,14	891,52
94970		SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:7,3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	0,9674	457,82	71,42	386,40	442,90
92767		SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	25,6804	17,62	6,10	11,52	452,49
89998		SINAPI	ARMAÇÃO DE CINTA DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	4,9360	10,78	2,01	8,77	53,21
89996		SINAPI	ARMAÇÃO VERTICAL DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	3,9488	11,50	2,53	8,97	45,41
89995		SINAPI	GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR OU DE VERGA EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	M3	0,1231	1.078,52	409,51	669,01	132,77
89993		SINAPI	GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	M3	0,1196	1.127,98	445,33	682,65	134,91
88628		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,6498	576,46	85,37	491,09	374,58
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	23,3912	28,71	19,52	9,19	671,56
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	29,7706	36,91	27,63	9,28	1.098,83
87316		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,1195	516,48	115,85	400,63	61,72
	025067	SINAPI	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19 X 19 X 39 CM, FBX 4,5 MPA (NBR 6136)	UN	146,7938	4,64	-	4,64	681,12
	006193	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA *2,5 x 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,8216	23,60	-	23,60	42,99
5679		SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4x4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,1882	73,57	28,14	45,43	13,85
5678		SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4x4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0923	162,95	28,14	134,81	15,04
	005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,0515	16,38	-	16,38	0,84
	004517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,5808	2,48	-	2,48	1,44
	004491	SINAPI	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,4884	7,10	-	7,10	3,47
	002692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	0,0224	6,53	-	6,53	0,15
	000660	SINAPI	CANALETA DE CONCRETO 19 X 19 X 19 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	42,0000	2,88	-	2,88	120,96
		COMP50_1_79	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, ESPESSURA DE 5 CM, FCK = 20 MPA, INCLUSO LASTRO DE BRITA, TELA Q-92, COMPACTAÇÃO MECANIZADA DO SOLO E CONCRETAGEM	M²			30,09	70,27	R\$ 100,38
97088		SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_09/2021	KG	1,4800	17,99	1,45	16,54	26,63
97083		SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M2	1,0000	4,41	2,97	1,44	4,41
96624		SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	M3	0,1000	154,71	55,99	98,72	15,47
90587		SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	0,0490	0,53	-	0,53	0,03
90586		SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,0530	1,23	-	1,23	0,07
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4110	28,71	19,52	9,19	11,80
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4110	36,91	27,63	9,28	15,17
	001524	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0550	487,25	-	487,25	26,80

TABELA DE COMPOSIÇÕES DE SERVIÇOS REF. SINAPI - ABRIL/2025 SEM DESONERAÇÃO

Pag. 28 Ass. SAM: Lote:

CÓDIGOS		ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	R\$ UNIT.	MÃO DE OBRA	MATERIAL + EQUIP. + OUTROS	TOTAL
ABA SERVIÇOS	ABA INSUMOS								
		COMP50_1_1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, SUBTERRÂNEA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 60 A 100A (NÃO INCLUSA MURETA DE ALVENARIA).	UN			465,02	2.907,99	R\$ 3.373,01
	002948	ORSE-03/2025	POSTE DE CONCRETO DUPLO T (DT) 9/150 - FORNECIMENTO	UN	1,0000	896,44	-	896,44	896,44
100599		SINAPI	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL DE 150 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_04/2025	UN	1,0000	637,44	151,65	485,79	637,44
	011864	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATÉ 95 MM2	UN	1,0000	36,04	-	36,04	36,04
	011950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4,0000	0,18	-	0,18	0,72
	034643	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIÂMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM (INCLUIDA TAMPA SEM ESCOTILHA)	UN	1,0000	41,81	-	41,81	41,81
	039809	SINAPI	CAIXA PARA MEDIDOR POLIFÁSICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLÁSTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRÃO DA CONCESSIONÁRIA LOCAL)	UN	1,0000	316,99	-	316,99	316,99
88247		SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2150	30,80	21,49	9,31	6,62
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9355	37,37	28,06	9,31	72,33
91872		SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,3000	24,80	9,75	15,05	32,24
91935		SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	26,4000	27,20	5,63	21,57	718,08
101894		SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,0000	184,24	38,78	145,46	184,24
96977		SINAPI	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	1,9500	58,04	1,63	56,41	113,18
96986		ORSE	Disjuntor bipolar DR 63 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA	UN	1,0000	216,90	21,69	195,21	216,90
97668		SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	6,3000	15,87	4,68	11,19	99,98
		COMP50_1_2	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 0.60 X 0.60 X 0.60M.	UN			332,44	327,31	R\$ 659,75
72		ORSE-03/2025	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTAÇÃO UTILIZANDO SÊPO, SEM CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO.	M³	1,1500	36,95	30,54	6,41	42,49
80		ORSE-03/2025	FORMA PLANA PARA FUNDAÇÕES, EM COMPENSADO RESINADO 12MM, 02 USOS.	M²	1,1700	109,62	52,47	57,15	128,26
95		ORSE-03/2025	CONCRETO SIMPLES FABRICADO NA OBRA, FCK=13,5 MPA, LANÇADO E ADENSADO.	M³	0,0810	568,20	134,09	432,11	45,86
126		ORSE-03/2025	CONCRETO SIMPLES FABRICADO NA OBRA, FCK=15 MPA, LANÇADO E ADENSADO	M³	0,0810	592,04	134,09	457,95	47,96
140		ORSE-03/2025	AÇO CA - 50 Ø 6,3 A 12,5MM, INCLUSIVE CORTE, DOBRAGEM, MONTAGEM E COLOCACAO DE FERREAGENS NAS FORMAS, PARA SUPERESTRUTURAS E FUNDAÇÕES - R1.	KG	1,7300	13,01	2,80	10,21	22,51
155		ORSE-03/2025	ALVENARIA TIJOLO CERÂMICO MACIÇO (5X9X19), ESP = 0,09M (SINGELA), COM ARGAMASSA TRAÇO T5 - 1:2:8 (CIMENTO / CAL / AREIA) C/ JUNTA DE 2,0CM - R1	M²	1,8000	110,75	45,80	64,95	199,35
1908		ORSE-03/2025	REBOCO OU EMBOÇO EXTERNO, DE PAREDE, COM ARGAMASSA TRAÇO T5 - 1:2:8 (CIMENTO / CAL / AREIA), ESPESSURA 2,0 CM.	M²	1,7100	36,28	22,20	14,08	62,04
2497		ORSE-03/2025	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA OU CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50M	M³	1,8000	55,43	45,81	9,62	99,77
3310		ORSE-03/2025	CHAPISCO EM PAREDE COM ARGAMASSA TRAÇO T1 - 1:3 (CIMENTO / AREIA).	M²	1,7100	6,73	3,80	2,93	11,51
		COMP50_1_3	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, ALTURA INTERNA = 5,00 M, COM TAMPA REFORÇADA E PREENCHIDO COM PEDRA RACHÃO.	UN			762,61	4.120,02	R\$ 4.882,62
	043425	SINAPI (03/2025)	ANEL EM CONCRETO ARMADO, PERFURADO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIÂMETRO INTERNO DE 1,20 M E ALTURA DE 0,50 M	UN	10,0000	275,67	-	275,67	2.756,70
5678		SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	1,0048	162,95	28,14	134,81	163,72
5679		SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	2,0475	73,57	28,14	45,43	150,63
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,6123	36,91	27,63	9,28	96,42
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0525	28,71	19,52	9,19	58,93
97738		SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO APROXIMADA DE 6 KG/M³. AF_03/2024_P5	M3	0,0385	4.539,65	2.344,28	2.195,37	174,78
97740		SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	M3	0,5933	2.180,50	718,69	1.461,81	1.293,58
100475		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0365	722,55	93,64	628,91	26,37
101624		SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M3	0,9333	173,04	47,62	125,42	161,49
		COMP50_1_4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTICHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820).	UN			3,90	15,34	R\$ 19,24
	037539	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1,0000	13,50	-	13,50	13,50
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2000	28,71	19,52	9,19	5,74
		COMP50_1_5	PINTURA DE ACABAMENTO SEMIBRILHO COM APLICAÇÃO DE 03 DEMÃOS DE TINTA PVA LÁTEX PARA INTERIORES.	M²			22,33	15,22	R\$ 37,54
	002232	ORSE-03/2025	TINTA PVA LÁTEX PARA INTERIOR CORALMUR OU SIMILAR	L	0,2700	21,51	-	21,51	5,81
88310		SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6000	38,54	27,45	11,09	23,12
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	28,71	19,52	9,19	8,61
		COMP50_1_6	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, ACABAMENTO SEMIBRILHO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, TRÊS DEMÃOS.	M²			8,31	25,47	R\$ 33,77
	007314	SINAPI	TINTA BORRACHA CLORADA, ACABAMENTO SEMIBRILHO, QUALQUER COR	L	0,3428	64,20	-	64,20	22,00
88310		SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2447	38,54	27,45	11,09	9,43
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0816	28,71	19,52	9,19	2,34
		COMP50_1_7	ESCALADA METÁLICA HELICOIDAL - 20 DEGRAUS, Ø2M COM GUARDA-CORPO E CORRIMÃO, INCLUSO FABRICAÇÃO, PINTURA E INSTALAÇÃO.	UN			5.560,00	5.560,00	R\$ 11.120,00
	000001	COTAÇÃO	ESCALADA METÁLICA HELICOIDAL - 20 DEGRAUS, Ø2M COM GUARDA-CORPO E CORRIMÃO, INCLUSO FABRICAÇÃO, PINTURA E INSTALAÇÃO.	UN	1,0000	11.120,00	5.560,00	5.560,00	11.120,00
		COMP50_1_8	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M³			8,78	17,26	R\$ 26,04
104741		SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	1,0000	26,04	8,78	17,26	26,04
		COMP50_1_9	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG			2,41	9,30	R\$ 11,71
104920		SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1,0000	11,71	2,41	9,30	11,71
		COMP50_1_10	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG			4,09	11,68	R\$ 15,77
104918		SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1,0000	15,77	4,09	11,68	15,77

49

		COMP50_1_11	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024	KG			Pág. 8	10,78	R\$ 13,89
104919		SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024	KG	1,0000	13,89	3,11	10,78	13,89
		COMP50_1_12	ARMAÇÃO DE VIGA BALDRAME E/OU EQUILÍBRIO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024	KG			7,66	11,71	R\$ 19,37
104916		SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024	KG	1,0000	19,37	7,66	11,71	19,37
		COMP50_1_13	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=25MPA, BOMBEADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³			25,72	556,35	R\$ 582,07
11482		ORSE-03/2025	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=25MPA, BOMBEADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³	1,0000	582,07	25,72	556,35	582,07
		COMP50_1_14	DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA POLIDO, E=2CM, INCLUSIVE MONTAGEM COM FERRAGENS.	M²			83,94	724,22	R\$ 808,16
191		ORSE-03/2025	DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA POLIDO, E=2CM, INCLUSIVE MONTAGEM COM FERRAGENS.	M²	1,0000	808,16	83,94	724,22	808,16
		COMP50_1_15	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF. 03/2024	M			19,91	40,61	R\$ 60,52
105024		SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF. 03/2024	M	1,0000	60,52	19,91	40,61	60,52
		COMP50_1_16	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF. 03/2024	M			12,71	33,54	R\$ 46,25
105030		SINAPI	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10* CM. AF. 03/2024	M	1,0000	46,25	12,71	33,54	46,25
		COMP50_1_17	ACABAMENTOS PARA FORRO (DILATAÇÃO EM GESSO, MONTADA NA OBRA). AF. 08/2023_PS	M			18,90	13,46	R\$ 32,36
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	28,71	19,52	9,19	8,61
88269		SINAPI	GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	35,36	26,08	9,28	17,68
	040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	0,0293	24,62	-	24,62	0,72
	020250	SINAPI	SISAL EM FIBRA / ESTOPA SISAL PARA GESSO	KG	0,0078	14,25	-	14,25	0,11
	005066	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	0,0036	21,18	-	21,18	0,08
	004812	SINAPI	PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO)	M2	0,3300	11,77	-	11,77	3,88
	003315	SINAPI	GESEO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG	0,5430	0,84	-	0,84	0,46
	000345	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	0,0217	37,73	-	37,73	0,82
		COMP50_1_18	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (EM KG). AF. 07/2019	KG			1,74	9,58	R\$ 11,32
104314		SINAPI	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (EM KG). AF. 07/2019	KG	1,0000	11,32	1,74	9,58	11,32
		COMP50_1_19	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,60 X 1,60 A 1,80M), P/PINTURA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), EXCLUSIVE BATENTE, PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MARMORE	UN			131,16	1.102,98	R\$ 1.234,14
9692		ORSE-03/2025	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,60 X 1,60 A 1,80M), P/PINTURA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), EXCLUSIVE BATENTE, PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MARMORE	UN	1,0000	1.234,14	131,16	1.102,98	1.234,14
		COMP50_1_20	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,80 X 1,60 A 2,10 M), REVESTIDA C/FÓRMICA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MÁRMORE	UN			197,28	3.790,50	R\$ 3.539,83
13034		ORSE-03/2025	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, (0,80 X 1,60 A 2,10 M), REVESTIDA C/FÓRMICA, INCLUSIVE FERRAGENS (LIVRE/OCUPADO), PARA USO EM DIVISÓRIAS GRANITO OU MÁRMORE	UN	1,0000	937,57	197,28	740,29	937,57
		COMP50_1_21	BARRA ANTIPANICO DUPLA, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA	PAR			0,00	1.301,13	R\$ 1.301,13
	039621	SINAPI	BARRA ANTIPANICO DUPLA, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA	PAR	1,0000	1.301,13	-	1.301,13	1.301,13
		COMP50_1_22	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADA EM PELE DE VIDRO, EM VIDRO LAMINADO 3+3 REFLETIVO	M²			11,94	1.828,53	R\$ 2.191,02
11347		ORSE-03/2025	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADA EM PELE DE VIDRO, EM VIDRO LAMINADO 3+3 REFLETIVO	M²	1,0000	1.749,08	-	1.749,08	1.749,08
		COMP50_1_23	SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L = 15 CM, E = 2 CM.	M			25,87	195,10	R\$ 350,55
2266		ORSE-03/2025	SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L = 15 CM, E = 2 CM.	M	1,0000	91,39	11,94	79,45	91,39
		COMP50_1_24	PEITORIL GRANITO CINZA POLIDO, C/ LARGURA = 17 CM, ESP = 2 CM	M			13,93	115,65	R\$ 129,58
1988		ORSE-03/2025	PEITORIL GRANITO CINZA POLIDO, C/ LARGURA = 17 CM, ESP = 2 CM	M	1,0000	129,58	13,93	115,65	129,58
		COMP50_1_25	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M²			0,00	415,66	R\$ 415,66
	011186	SINAPI	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M2	1,0000	415,66	-	415,66	415,66
		COMP50_1_26	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 01 DEMAÕ DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 03	M²			10,72	4,63	R\$ 15,35
2279		ORSE-01/2025	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 01 DEMAÕ DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 03	M²	1,0000	15,35	10,72	4,63	15,35
		COMP50_1_27	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMAÕS DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 01	M²			10,72	9,75	R\$ 20,47
8624		ORSE-01/2025	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMAÕS DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 01	M²	1,0000	20,47	10,72	9,75	20,47
		COMP50_1_28	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMAÕS DE VERNIZ POLIURETANO SOBRE SUPERFÍCIES DE MADEIRA	M²			8,21	7,79	R\$ 16,00
2328		ORSE-01/2025	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMAÕS DE VERNIZ POLIURETANO SOBRE SUPERFÍCIES DE MADEIRA	M²	1,0000	16,00	8,21	7,79	16,00
		COMP50_1_29	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 2", EMBUTIR, P/ELETRODUTO - REV 01	UN			10,50	3,71	R\$ 14,21
10793		ORSE-01/2025	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 2", EMBUTIR, P/ELETRODUTO - REV 01	UN	1,0000	14,21	10,50	3,71	14,21
		COMP50_1_30	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 4" CM, EMBUTIR, P/ELETRODUTO.	UN			10,50	5,53	R\$ 16,03
743		ORSE-01/2025	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4" X 4" CM, EMBUTIR, P/ELETRODUTO.	UN	1,0000	16,03	10,50	5,53	16,03
		COMP50_1_31	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 16 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO, PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES	UN			97,94	158,70	R\$ 256,64
12224		ORSE-01/2025	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 16 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO, PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES	UN	1,0000	256,64	97,94	158,70	256,64
		COMP50_1_32	TOMADA 2P+T, ABNT, 10 A, PARA PISO, COM PLACA EM METAL AMARELO E CAIXA PVC	UN			24,49	58,22	R\$ 82,71
780		ORSE-01/2025	TOMADA 2P+T, ABNT, 10 A, PARA PISO, COM PLACA EM METAL AMARELO E CAIXA PVC	UN	1,0000	82,71	24,49	58,22	82,71
		COMP50_1_33	LUMINÁRIA EM LED 40W SOBREPOR, 120 X 7,2 CM, 6500K BRANCO FRIO, COM DIFUSOR DE PROTEÇÃO	UN			34,97	46,35	R\$ 81,32
13656		ORSE-01/2025	LUMINÁRIA EM LED 40W SOBREPOR, 120 X 7,2 CM, 6500K BRANCO FRIO, COM DIFUSOR DE PROTEÇÃO	UN	1,0000	81,32	34,97	46,35	81,32
		COMP50_1_34	LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPOR EM LED 40 X 40CM, 30W 4000K BIVOLT, AVANT OU SIMILAR	UN			17,49	134,05	R\$ 151,54
13682		ORSE-01/2025	LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPOR EM LED 40 X 40CM, 30W 4000K BIVOLT, AVANT OU SIMILAR	UN	1,0000	151,54	17,49	134,05	151,54
		COMP50_1_35	LUMINÁRIA PAINEL LED EMBUTIR 18W QUADRADA, 6000K DA G-LIGHT OU SIMILAR	UN			34,97	42,17	R\$ 77,14
12971		ORSE-01/2025	LUMINÁRIA PAINEL LED EMBUTIR 18W QUADRADA, 6000K DA G-LIGHT OU SIMILAR	UN	1,0000	77,14	34,97	42,17	77,14
		COMP50_1_36	PONTO DE TOMADA P/ LÓGICA, RJ45, 4x4", COM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			143,44	148,87	R\$ 292,32
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	L	2,5000	37,37	28,06	9,31	93,43
	043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	H	0,0100	26,45	-	26,45	0,26
	007792	ORSE-01/2025	TOMADA DUPLA PARA LÓGICA RJ45, 4"x4", EMBUTIR, COMPLETA	UN	1,0000	126,85	24,49	102,36	126,85
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,5000	28,71	19,52	9,19	71,78

		COMP50_1_37	PONTO DE TELEFONE PADRÃO TELEBRÁS, COM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			146,53	70,75	Ass	237,29
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	37,37	28,06	9,31		430,80
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	28,71	19,52	9,19		166,49
	002244	ORSE-01/2025	TOMADA TELEFONE EMBUTIR PADRÃO TELEBRÁS C/ PLACA	UN	1,0000	6,00	-	6,00		6,00
		COMP50_1_38	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM CPVC DN 28 MM (1"), PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN			114,11	898,45	R\$	669,69
95648		SINAPI	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM CPVC DN 28 MM (1"), PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	1,0000	669,69	79,83	589,86		669,69
		COMP50_1_39	CAIXA DE INSPEÇÃO EM PVC 300MM	UN			34,28	308,59	R\$	342,87
4718		ORSE-01/2025	CAIXA DE INSPEÇÃO EM PVC 300MM	UN	1,0000	342,87	34,28	308,59		342,87
		COMP50_1_40	TORNEIRA DE BÓIA P/CAIXA D'ÁGUA EM PVC D = 3/4"	UN			9,79	31,01	R\$	40,80
5003		ORSE-01/2025	TORNEIRA DE BÓIA P/CAIXA D'ÁGUA EM PVC D = 3/4"	UN	1,0000	40,80	9,79	31,01		40,80
		COMP50_1_41	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 40MM	M			9,79	8,19	R\$	17,98
1529		ORSE-01/2025	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 40MM	M	1,0000	17,98	9,79	8,19		17,98
		COMP50_1_42	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 50MM	M			10,50	12,33	R\$	22,83
1530		ORSE-01/2025	TUBO PVC RÍGIDO C/ANEL BORRACHA, SERIE NORMAL, P/ESGOTO PREDIAL, D = 50MM	M	1,0000	22,83	10,50	12,33		22,83
		COMP50_1_43	REDUÇÃO EXCÊNTRICA EM PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PARA ESGOTO PRIMÁRIO, DIÂM = 75 X 50MM	UN			6,29	12,48	R\$	18,77
1582		ORSE-01/2025	REDUÇÃO EXCÊNTRICA EM PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PARA ESGOTO PRIMÁRIO, DIÂM = 75 X 50MM	UN	1,0000	18,77	6,29	12,48		18,77
		COMP50_1_44	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA QUADRADA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN			20,57	56,13	R\$	76,70
104328		SINAPI	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA QUADRADA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,0000	76,70	20,57	56,13		76,70
		COMP50_1_45	PAPELEIRA DE LOUÇA, DECA A480, 15 X 15CM OU SIMILAR	UN			21,04	41,00	R\$	62,04
2033		ORSE-01/2025	PAPELEIRA DE LOUÇA, DECA A480, 15 X 15CM OU SIMILAR	UN	1,0000	62,04	21,04	41,00		62,04
		COMP50_1_46	MEIA SABONETEIRA DE LOUÇA DECA REF A380 OU SIMILAR	UN			21,04	36,99	R\$	58,03
2032		ORSE-01/2025	MEIA SABONETEIRA DE LOUÇA DECA REF A380 OU SIMILAR	UN	1,0000	58,03	21,04	36,99		58,03
		COMP50_1_47	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 130x50cm FIXADA COM MÃO FRANCESA DE AÇO, INCLUSO CUBA DE EMBUTIR BRANCA, FLEXÍVEL E SIFÃO PARA LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN			127,67	893,18	R\$	1.020,86
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9811	28,71	19,52	9,19		28,17
88274		SINAPI	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9209	40,47	31,19	9,28		77,74
	037590	SINAPI (03/2025)	SUORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	4,0000	20,84	-	20,84		83,36
	037329	SINAPI	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,0154	92,75	-	92,75		1,43
	011795	SINAPI	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	0,6500	679,24	-	679,24		441,51
	007568	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	6,0000	0,55	-	0,55		3,30
	004823	SINAPI	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	0,3844	31,80	-	31,80		12,22
86937		SINAPI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	289,67	40,26	249,41		289,67
86906		SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	71,33	3,23	68,10		71,33
86884		SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	12,13	5,12	7,01		12,13
		COMP50_1_48	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO ABC, CAPACIDADE 4 KG, ALCANCE MÉDIO DO JATO 4,5M , TEMPO DE DESCARGA 11S, NBR9443, 9444, 10721	UN			1,53	184,77	R\$	186,30
1505		ORSE-01/2025	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO ABC, CAPACIDADE 4 KG, ALCANCE MÉDIO DO JATO 4,5M , TEMPO DE DESCARGA 11S, NBR9443, 9444, 10721	UN	1,0000	186,30	1,53	184,77		186,30
		COMP50_1_49	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 26, DESENVOLVIMENTO 86 CM (FUNDO=32 CM, LATERAIS=15 CM, BORDAS=12CM)	M			65,65	72,95	R\$	138,60
8269		ORSE-01/2025	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 26, DESENVOLVIMENTO 86 CM (FUNDO=32 CM, LATERAIS=15 CM, BORDAS=12CM)	M	1,0000	138,60	65,65	72,95		138,60
		COMP50_1_50	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 75MM	UN			17,49	24,22	R\$	41,71
9752		ORSE-01/2025	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 75MM	UN	1,0000	41,71	17,49	24,22		41,71
		COMP50_1_51	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 100MM	UN			17,49	31,28	R\$	48,77
4283		ORSE-01/2025	RALO HEMISFÉRICO EM Fº Fº, TIPO ABACAXI Ø 100MM	UN	1,0000	48,77	17,49	31,28		48,77
		COMP50_1_52	LIMPEZA GERAL	UN			1,53	0,95	R\$	2,48
2450		ORSE-01/2025	LIMPEZA GERAL	UN	1,0000	2,48	1,53	0,95		2,48
		COMP50_1_53	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AR CONDICIONADO, INCLUSO DRENO - 32.000 BTUS	UN			294,22	1.892,39	R\$	2.186,61
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	29,72	21,09	8,63		14,56
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	36,17	27,54	8,63		17,72
	003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0066	18,44	-	18,44		0,12
	012184	ORSE-03/2025	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	UN	1,0000	46,80		46,80		46,80
	003855	SINAPI	LUVAS SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	1,0000	4,95	-	4,95		4,95
103292		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 5/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	15,0000	76,68	5,47	71,21		1.150,20
103290		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	15,0000	50,76	4,99	45,77		761,40
104315		SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	7,4700	19,71	11,78	7,93		147,23
104317		SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,42	5,10	3,32		16,84
104318		SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	3,0000	8,93	5,10	3,83		26,79
		COMP50_1_54	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AR CONDICIONADO, INCLUSO DRENO - 18.000 BTUS	UN			198,27	1.020,91	R\$	1.219,19
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	29,72	21,09	8,63		14,56
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	36,17	27,54	8,63		17,72
	003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0066	18,44	-	18,44		0,12
	012184	ORSE-03/2025	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	UN	1,0000	46,80		46,80		46,80
	003855	SINAPI	LUVAS SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	1,0000	4,95	-	4,95		4,95
103291		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/2", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	10,5000	63,65	5,27	58,38		668,33
103289		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/4", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021	M	10,5000	33,26	4,69	28,57		349,23
104315		SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	4,2000	19,71	11,78	7,93		82,78
104317		SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,42	5,10	3,32		16,84
104318		SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,0000	8,93	5,10	3,83		17,86
		COMP50_1_55	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AR CONDICIONADO, INCLUSO DRENO - 12.000 BTUS	UN			315,83	1.214,79	R\$	1.530,62

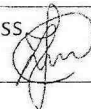
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	29,72				
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4898	36,17				
	003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0066	18,44				
	012184	ORSE-03/2025	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	UN	1,0000	46,80				
	003855	SINAPI	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	1,0000	4,95				
103291		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/2", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF. 11/2021	M	11,9300	63,65	5,27	58,38		759,34
103289		SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/4", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF. 11/2021	M	11,9300	33,26	4,69	28,57		396,79
104315		SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2022	M	12,9700	19,71	11,78	7,93		255,64
104317		SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2022	UN	2,0000	8,42	5,10	3,32		16,84
104318		SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2022	UN	2,0000	8,93	5,10	3,83		17,86
		COMP50_1_56	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, S/ FLUIDO ESTABILIZANTE, C/ 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BETONEIRA	M			6,40	47,57	R\$	53,97
	001527	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0557	502,72	-	502,72		28,00
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2263	28,71	19,52	9,19		6,50
90680		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHP DIURNO. AF. 06/2015	CHP	0,0247	423,69	26,90	396,79		10,47
90681		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHI DIURNO. AF. 06/2015	CHI	0,0490	183,76	26,90	156,86		9,00
		COMP50_1_57	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, S/ FLUIDO ESTABILIZANTE, C/ 15CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BETONEIRA	M			2,30	17,09	R\$	19,38
	001527	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0200	502,72	-	502,72		10,05
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0813	28,71	19,52	9,19		2,33
90680		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHP DIURNO. AF. 06/2015	CHP	0,0089	423,69	26,90	396,79		3,77
90681		SINAPI	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHI DIURNO. AF. 06/2015	CHI	0,0176	183,76	26,90	156,86		3,23
		COMP50_1_58	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA TRELICADA, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4)	M²			32,79	155,78	R\$	188,55
103674		SINAPI	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF. 02/2022_PS	M3	0,0480	637,11	59,25	577,86		30,58
92767		SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM. AF. 06/2022	KG	1,2110	17,62	6,10	11,52		21,34
92273		SINAPI	FABRICAÇÃO DE ESCORAS DO TIPO PONTALETE, EM MADEIRA, PARA PÉ-DIREITO SIMPLÉS. AF. 09/2020	M	0,9700	14,90	3,91	10,99		14,45
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3220	28,71	19,52	9,19		9,24
88262		SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4560	36,43	27,37	9,06		16,61
	001286	SINAPI	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELICADA PARA PISO OU COBERTURA, H=12CM, EL. ENCHIMENTO EM BLOCO EPS, H=8CM	M2	1,1000	46,74	-	46,74		51,41
	040304	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 1 1/4)	KG	0,0400	19,84	-	19,84		0,79
	006193	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,8700	23,60	-	23,60		44,13
		COMP50_1_59	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			32,63	31,53	R\$	64,17
104217			EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF. 08/2022	M2	1,0000	59,98	31,85	28,13		59,98
	010527		LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	0,1168	26,00	-	26,00		3,04
88316			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0400	28,71	19,52	9,19		1,15
		COMP50_1_60	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			21,17	26,53	R\$	47,71
104233			EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF. 08/2022	M2	1,0000	43,52	20,39	23,13		43,52
	010527		LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	0,1168	26,00	-	26,00		3,04
88316			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0400	28,71	19,52	9,19		1,15
		COMP50_1_61	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			7,07	5,67	R\$	12,73
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0975	28,71	19,52	9,19		2,80
88309	010527	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1724	36,91	27,63	9,28		6,36
87313		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF. 08/2019	M3	0,0037	554,50	107,85	446,65		2,05
	010527	SINAPI	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	0,0584	26,00	-	26,00		1,52
		COMP50_1_62	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. (INCLUSO ALUGUEL E MONTAGEM DE ANDAIME)	M²			6,13	5,35	R\$	11,49
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0965	28,71	19,52	9,19		2,77
88309	010527	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1394	36,91	27,63	9,28		5,15
87313		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF. 08/2019	M3	0,0037	554,50	107,85	446,65		2,05
	010527	SINAPI	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	0,0584	26,00	-	26,00		1,52
		COMP50_1_63	CALHA EM CONCRETO ARMADO, EM DIMENSÕES 40X30CM, INCLUSO CAMADA DE REGULARIZAÇÃO COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE E IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA LÍQUIDA.	M			88,97	410,69	R\$	499,67
94964		SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF. 05/2021	M3	0,1600	478,43	89,51	388,92		76,55
92761		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF. 06/2022	KG	6,3200	13,24	2,21	11,03		83,68

92759		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	2,8790	15,87	Pag. 52	10,81	Ass. 245,69
92270		SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_09/2020	M2	1,4000	209,82	32,94	176,88	283,75
100475		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0200	722,55	93,64	628,91	14,45
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6160	36,91	27,63	9,28	22,74
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3080	28,71	19,52	9,19	8,84
98554		SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	2,0000	51,14	18,39	32,75	102,28
		COMP50_1_64	EXECUÇÃO DE MURETA EM ALVENARIA DE TIJOLO DEITADO (E=14CM) COM VIGA BALDRAME E ESTACA ESCAVADA, INCLUSIVE CHAPISCO E EMBOÇO E ACABAMENTO EM PINTURA TEXTURIZADA (DIMENSÕES L=1,30M, H=1,60M)	UN			535,10	927,13	R\$ 1.462,23
95576		SINAPI	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 8,0 MM. AF_09/2021_P5	KG	2,3700	13,52	2,52	11,00	32,04
100899		SINAPI	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_01/2020	M	4,0000	94,92	30,45	64,47	379,68
94964		SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	0,1200	478,43	89,51	388,92	57,41
92761		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	2,0540	13,24	2,21	11,03	27,19
92759		SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1,4970	15,87	5,06	10,81	23,76
92270		SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_09/2020	M2	0,8700	209,82	32,94	176,88	182,54
103334		SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19 CM (ESPESSURA 14 CM, BLOCO DEITADO) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	2,2880	169,20	88,80	80,40	387,13
87894		SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	5,0560	8,52	5,14	3,38	43,08
104233		SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	5,0560	43,52	20,39	23,13	220,04
88423		SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_03/2024	M2	5,0560	21,63	4,66	16,97	109,36
		COMP50_1_65	PORTA DE CORRER EM VIDRO TEMPERADO, 4 FOLHAS, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS.	M²			92,31	1.214,76	R\$ 1.307,08
	034713	SINAPI	PORTA VIDRO TEMPERADO INCOLOR, 2 FOLHAS DE CORRER, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	2,0000	484,72	-	484,72	969,44
	003104	SINAPI	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	1,0580	172,63	-	172,63	182,64
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9150	28,71	19,52	9,19	54,98
88325		SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9710	37,15	27,87	9,28	73,22
	039961	SINAPI	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	0,1846	21,55	-	21,55	3,98
	011950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	18,1440	0,18	-	0,18	3,27
	043605	SINAPI	TRILHO PANTOGRAFICO RETO, EM ALUMINIO, TIPO U, COM DIMENSÕES DE *38 X 38* MM PARA PORTA DE CORRER	M	0,4762	41,05	-	41,05	19,55
		COMP50_1_66	PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS.	M²			80,62	1.645,64	R\$ 1.726,26
88325		SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,7210	37,15	27,87	9,28	63,94
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,6730	28,71	19,52	9,19	48,03
	011499	SINAPI	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	1,0000	930,34	-	930,34	930,34
	005031	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	1,0000	511,32	-	511,32	511,32
	003104	SINAPI	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	1,0000	172,63	-	172,63	172,63
		COMP50_1_67	PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS, ESPESSURA DD 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS.	M²			167,51	3.293,71	R\$ 3.461,23
88325		SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5760	37,15	27,87	9,28	132,85
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,4760	28,71	19,52	9,19	99,80
	011499	SINAPI	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	2,0000	930,34	-	930,34	1.860,68
	005031	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	2,0000	511,32	-	511,32	1.022,64
	003104	SINAPI	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	2,0000	172,63	-	172,63	345,26
		COMP50_1_68	REMOÇÃO DE PORTÃO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²			9,01	3,83	R\$ 12,84
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3075	28,71	19,52	9,19	8,83
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1087	36,91	27,63	9,28	4,01
		COMP50_1_69	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²			15,31	6,41	R\$ 21,72
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2113	28,71	19,52	9,19	6,07
88260		SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4815	32,51	23,23	9,28	15,65
		COMP50_1_70	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN			11,30	33,99	R\$ 45,29
104345			JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,0000	45,29	11,30	33,99	45,29
		COMP50_1_71	RALO SECO EM PVC 100 X 100 X 53 MM, P/ TERRAÇO, COM GRELHA QUADRADA PVC ACABAMENTO CROMADO	UN			17,49	13,91	R\$ 31,40
1701	ORSE-01/2025		RALO SECO EM PVC 100 X 100 X 53 MM, P/ TERRAÇO, COM GRELHA QUADRADA PVC ACABAMENTO CROMADO	UN	1,0000	31,40	17,49	13,91	31,40
		COMP50_1_72	TUBO DE DESCARGA, TIPO BENGALA, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, PVC, 40 MM X 150 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			2,02	20,09	R\$ 22,10
88267		SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0415	36,17	27,54	8,63	1,50
88248		SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0415	29,72	21,09	8,63	1,23
	038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0230	2,19	-	2,19	0,05
	012613	SINAPI	TUBO DE DESCARGA, TIPO BENGALA, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, PVC, 40 MM X 150 CM	UN	1,0000	19,32	-	19,32	19,32
		COMP50_1_73	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN			3,19	7,32	R\$ 10,51
105234		SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	10,51	3,19	7,32	10,51
		COMP50_1_74	TOMADA PARA ANTENA DE TV, CABO COAXIAL DE 9 MM, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			166,53	81,15	R\$ 247,69

	038084	SINAPI	TOMADA PARA ANTENA DE TV, CABO COAXIAL DE 9 MM, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	1,0000	16,40	Pag. - 53	16,40	Ass. 16,40
88264		SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	37,37	28,06	9,31	37,37
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5000	28,71	19,52	9,19	28,71
		COMP50_1_75	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M²			42,61	102,17	R\$ 144,78
104658		SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	1,0000	144,78	42,61	102,17	144,78
		COMP50_1_76	DEMOLIÇÃO DE GUÍAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M			10,05	7,47	R\$ 17,52
104796		SINAPI	DEMOLIÇÃO DE GUÍAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	1,0000	17,52	10,05	7,47	17,52
		COMP50_1_77	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 115X155X60cm FIXADA COM MÃO FRANCESA DE AÇO, INCLUSO CUBA DE EMBUTIR INOX, FLEXÍVEL E SIFÃO PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN			105,24	1.320,92	R\$ 1.426,16
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9811	28,71	19,52	9,19	28,17
88274		SINAPI	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9209	40,47	31,19	9,28	77,74
	037590	SINAPI (03/2025)	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	4,0000	20,84	-	20,84	83,36
	037329	SINAPI	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,0154	92,75	-	92,75	1,43
	011795	SINAPI	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	1,2700	679,24	-	679,24	862,63
	007568	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	6,0000	0,55	-	0,55	3,30
	004823	SINAPI	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	0,3844	31,80	-	31,80	12,22
100852		SINAPI	CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE AÇO INOXIDÁVEL, 56 X 33 X 12 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	273,85	17,83	256,02	273,85
86906		SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	71,33	3,23	68,10	71,33
86884		SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	12,13	5,12	7,01	12,13
		COMP50_1_78	TANQUE SÉPTICO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,2 X 2,5 X H=1,2 M, COM CHAMINÉ DE ACESSO E GRAUTEAMENTO DE COLUNAS.	UN			2.199,69	3.445,22	R\$ 5.644,92
98050		SINAPI	CHAMINÉ CIRCULAR PARA POÇO DE VISITA PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	M	1,0000	335,08	19,77	315,31	335,08
101624		SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M3	0,4050	173,04	47,62	125,42	70,08
97735		SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	M3	0,3136	2.842,85	1.450,71	1.392,14	891,52
94970		SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	0,9674	457,82	71,42	386,40	442,90
92767		SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	25,6804	17,62	6,10	11,52	452,49
89998		SINAPI	ARMAÇÃO DE CINTA DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	4,9360	10,78	2,01	8,77	53,21
89996		SINAPI	ARMAÇÃO VERTICAL DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	3,9488	11,50	2,53	8,97	45,41
89995		SINAPI	GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR OU DE VERGA EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	M3	0,1231	1.078,52	409,51	669,01	132,77
89993		SINAPI	GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	M3	0,1196	1.127,98	445,33	682,65	134,91
88628		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,6498	576,46	85,37	491,09	374,58
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	23,3912	28,71	19,52	9,19	671,56
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	29,7706	36,91	27,63	9,28	1.098,83
87316		SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,1195	516,48	115,85	400,63	61,72
	025067	SINAPI	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19 X 19 X 39 CM, FBK 4,5 MPA (NBR 6136)	UN	146,7938	4,64	-	4,64	681,12
	006193	SINAPI	TABUA NÃO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,8216	23,60	-	23,60	42,99
5679		SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,1882	73,57	28,14	45,43	13,85
5678		SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0923	162,95	28,14	134,81	15,04
	005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,0515	16,38	-	16,38	0,84
	004517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,5808	2,48	-	2,48	1,44
	004491	SINAPI	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,4884	7,10	-	7,10	3,47
	002692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	0,0224	6,53	-	6,53	0,15
	000660	SINAPI	CANALETA DE CONCRETO 19 X 19 X 19 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	42,0000	2,88	-	2,88	120,96
		COMP50_1_79	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, ESPESURA DE 5 CM, FCK = 20 MPA, INCLUSO LASTRO DE BRITA, TELA Q-92, COMPACTAÇÃO MECANIZADA DO SOLO E CONCRETAGEM	M²			30,09	70,27	R\$ 100,38
97088		SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_09/2021	KG	1,4800	17,99	1,45	16,54	26,63
97083		SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M2	1,0000	4,41	2,97	1,44	4,41
96624		SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE *10 CM*, AF_01/2024	M3	0,1000	154,71	55,99	98,72	15,47
90587		SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	0,0490	0,53	-	0,53	0,03
90586		SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,0530	1,23	-	1,23	0,07
88316		SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4110	28,71	19,52	9,19	11,80
88309		SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4110	36,91	27,63	9,28	15,17
	001524	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0550	487,25	-	487,25	26,80

CRISTIAN
COMIN:1145
1003927

Assinado de forma
digital por CRISTIAN
COMIN:11451003927
Dados: 2025.07.01
10:30:17 -03'00'



**BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - EDITAL LICITAÇÃO
EDIFICAÇÃO - ANEXO VII**

IMPOSTOS	ISS = 0,50		
	PIS = 0,65		
	COFINS = 3,00		
	CPRB = 0,00		
	TOTAL = 4,15		
TIPO DE SERVIÇO	SERVIÇOS	MATERIAIS	EQUIPAMENTOS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,54	1,72	1,72
RISCOS	1,27	0,78	0,48
SEGUROS E GRANTIAS	1,00	0,48	0,78
DESPESAS FINANCEIRAS	1,38	1,05	1,05
LUCRO	7,99	3,70	3,70
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	22,00	12,00	12,00
$BDI = (((((1 + (B8 + B9 + B10) / 100) * (1 + B11 / 100) * (1 + B12 / 100)) / (1 - D6 / 100)) - 1) * 100)$			
1. BDI (SERVIÇO - OBRA)	22,00%		
2. BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	12,00%		
3. BDI (EQUIPAMENTOS)	12,00%		

CRISTIAN
COMIN:1145
1003927

Assinado de forma
digital por CRISTIAN
COMIN:11451003927
Dados: 2025.07.01
10:29:04 -03'00'

PLANEJAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL - EDITAL

RELAÇÃO DOS DESCRITIVOS DE CADA ETAPA DO PROJETO / OBRA

Município:	MERCEDES	PRIORIDADE N° 52	SAM	50
Projeto :	CONSTRUÇÃO CIVIL - PRÓPRIO MUNICIPAL	LOTE nº		1
Local da Obra:	RUA DOUTOR FLORES - CENTRO - MERCEDES - PARANÁ	Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/25 SINAPI de ABRIL/2025		
Fonte do Recurso:	PAM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 01/07/2025 - ter		
NÚMERO DE ETAPAS DESTE PROJETO:	18	Observação: Vetado a medição por preço unitário. Só será liberado a emissão da Nota Fiscal após o atingimento de 100% da Etapa.		

Valor GLOBAL do projeto:	R\$ 1.233.380,50	Valor total Mão de Obra:	R\$ 309.658,87 25,11%	Valor total dos Materiais:	R\$ 923.721,63 74,89%
--------------------------	------------------	--------------------------	--------------------------	----------------------------	--------------------------

SEQUÊNCIA DAS ETAPAS	Nº DIAS DE EXECUÇÃO	VALOR PROJETADO P/ CADA ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
TOTAL:	540	R\$ 1.233.380,50	
Medição 1 - Início	30	R\$ 29.822,93	Limpeza do terreno, incluindo remoção de camada vegetal. Montagem de tapume e instalações provisórias. Montagem do padrão de energia. Demolição do muro frontal antigo. Remoção do portão. Demolição da calçada e meio fio. Instalação da placa de obra. Instalação do container. Locação das fundações. Execução da mureta e instalação do padrão de energia.
Medição 2	30	R\$ 83.083,02	Perfuração e concretagem das estacas. Escavação dos blocos e vigas de equilíbrio. Montagem de armadura dos elementos de fundação, formas e concretagem dos blocos, vigas de equilíbrio. Formas, armadura e concretagem das vigas baldrames.
Medição 3	30	R\$ 73.775,19	Impermeabilização das vigas baldrames. Aterro das vigas baldrames. Assentamento da alvenaria do pavimento térreo. Armação dos pilares do pavimento térreo. Formas e concretagem dos pilares do pavimento térreo. Concretagem de vergas e contravergas.
Medição 4	30	R\$ 38.708,21	Armação das vigas do pavimento piso. Montagem das formas das vigas do pavimento piso, montagem da laje do pavimento piso. Armação da laje do pavimento piso. Concretagem da laje do pavimento piso.
Medição 5	30	R\$ 31.885,80	Alvenaria do pavimento superior e nível intermediário/cobertura. Armação, formas e concretagem dos pilares até o nível intermediário/cobertura. Execução de vergas e contravergas do pavimento superior.
Medição 6	30	R\$ 70.005,05	Armação e forma das vigas da laje nível intermediário/cobertura. Montagem e escoramento da laje. Armação da laje. Concretagem da laje nível intermediário/cobertura. Alvenaria do até a laje cobertura. Armação, forma e concretagem dos pilares até laje cobertura.
Medição 7	30	R\$ 49.001,02	Armação e formas das vigas da laje cobertura. Montagem e escoramento da laje cobertura. Armação da laje cobertura. Concretagem da laje.
Medição 8	30	R\$ 40.238,77	Alvenaria das platibandas. Armação e formas dos pilares da platibanda. Concretagem dos pilares da platibanda. Armação e formas das vigas da platibanda. Concretagem das vigas da platibanda. Formas, armação e concretagem da calha em concreto.
Medição 9	30	R\$ 125.601,09	Chapisco e reboco interno das platibandas. Montagem da estrutura metálica da cobertura. e pintura da estrutura metálica. Instalação de calhas, infraestrutura hidrossanitária de cobertura, instalação de infraestrutura de ar condicionado. Instalação das telhas da cobertura.
Medição 10	30	R\$ 117.750,09	Instalação de rufos e algerosas. Infraestrutura hidrossanitária. Infraestrutura elétrica. Início do chapisco e reboco externo e interno.
Medição 11	30	R\$ 78.203,26	Infraestrutura elétrica e hidráulica. Finalização do reboco interno e externo. Início do contrapiso em concreto.
Medição 12	30	R\$ 40.913,57	Finalização do contrapiso em concreto. Impermeabilização das primeiras fiadas da alvenaria nas faces externas com impermeabilizante polimérico. Passagem de fiação (infraestrutura elétrica) e montagem dos quadros. Execução do forro em gesso. Instalação de pingadeiras.
Medição 13	30	R\$ 59.938,05	Argamassa de regularização de piso. Instalação da escada metálica. Aplicação de massa acrílica, massa PVA e texturas em paredes e tetos.
Medição 14	30	R\$ 59.616,02	Aplicação da primeira demão de tinta nas paredes e tetos. Início dos revestimentos cerâmicos de paredes em áreas internas. Instalação das soleiras. Impermeabilização de lajes.
Medição 15	30	R\$ 24.182,45	Finalização dos revestimentos cerâmicos de paredes em áreas internas. Início dos revestimentos cerâmicos de piso. Assentamento dos rodapés.
Medição 16	30	R\$ 90.534,21	Finalização do assentamento dos revestimentos de piso. Início da instalação das esquadrias.
Medição 17	30	R\$ 68.937,51	Finalização da instalação das esquadrias. Início de instalação da fachada em vidro.
Medição 18	30	R\$ 151.184,26	Instalação da fachada em vidro. Últimas demãos de tinta. Instalação de acabamentos elétricos, hidráulicos e metais. Espalhamento de brita no pátio dos fundos. Instalação das portas internas e divisórias de BWC. Plantio de grama e paisagismo. Assentamento de paver e piso tátil. Instalação de placas de sinalização e extintores. Limpeza final de obra.

Resp. Técnico (assinatura digital):	<div>CRISTIAN</div> <div>COMIN:114</div> <div>51003927</div> <div>Assinado de forma digital por CRISTIAN COMIN:11451003927 Dados: 2025.07.01 10:37:00 -03'00'</div>	Prefeito(a) (assinatura digital):	<div>LAERTON</div> <div>WEBER:04530421988</div> <div>Assinado de forma digital por LAERTON WEBER:04530421988 Dados: 2025.07.04 08:20:41 -03'00'</div>
CRISTIAN COMIN - CREA PR-214577/D			



R A M -Sondagens e Serviços Ltda.

Rio das Ostras, 16 de novembro de 2024

RELATÓRIO TÉCNICO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO - SPT

(Segundo as Normas Brasileiras NBR 6502, NBR 6484, NBR 7250 e NBR 8036)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR

CNPJ: 95.719.373/0001-23

RUA DR. OSWALDO CRUZ, Nº 555 CENTRO MERCEDES/PR CEP: 85998-000

ART: 1720246853810

1º ADITIVO CONTRATO: 161/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 108/2022

OBRA: SERVIÇO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE SPT.

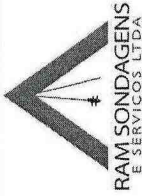
Endereço: RUA DR. FLORES- LT 07, QD 32- CENTRO- MERCEDES/PR

Ref: FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59

END: Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT 20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ

TEL: (22) 3034-2546 /99809-2022/ 99768-7235 EMAIL: contato@ramsondagem.com.br



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. METODOLOGIA UTILIZADA

3. PARAMETROS E CRITERIOS

4. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

5. SERVICOS EXECUTADOS

6. ANEXOS

6.1. LOCAÇÃO DOS FUROS DA SONDAGEM

6.2. PERFIS GEOLÓGICO-GEOTÉCNICOS INDIVIDUAIS

6.3. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Pag.

57

Ass

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59

END: Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT 20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ

TEL: (22) 3034-2546 / (22) 99740-7461 / 99809-2022 -EMAIL: contato@ramsondagem.com.br

Limitação de Responsabilidade

O presente relatório foi preparado por profissionais qualificados de acordo com as normas técnicas recomendáveis e com base nos termos da solicitação e/ou do contrato firmado com o cliente. O presente relatório não poderá ser alterado por qualquer pessoa ou entidade sem o prévio e expresso consentimento da RAM - Sondagens e Serviços ou do seu cliente. A RAM se isenta de qualquer responsabilidade perante o cliente ou terceiros pela utilização deste trabalho, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado. O presente relatório é confidencial e destinado ao uso exclusivo do cliente. Dessa forma, a RAM-SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA, não se responsabiliza pela sua utilização, em sua totalidade ou parte, por terceiros que dele venham a ter conhecimento. As conclusões apresentadas neste relatório são limitadas essencialmente à situação encontrada à época da realização dos trabalhos e não podem ser aplicadas às eventuais alterações das condições da área.

1. INTRODUÇÃO

Atendendo ao solicitado por V.s.as., apresentamos no presente relatório, conforme contrato dos serviços relativos Sondagem de simples Conhecimento SPT em solo, sondagem os resultados de 05 furos de sondagens a percussão- SPT, realizados na área de:

- FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.

O relatório com resultados é apresentado em forma de seções geológicas geotécnicas, indicando as características das camadas do solo perfurados e posições dos níveis de água encontrados nos **05 furos** de sondagem SPT, num total **75,25 metros** de perfuração nesta localização e Nível de água não encontrado - N.A

A realização das sondagens baseia-se nas seguintes normas técnicas:

- ABNT NBR 6502/1995: "Rochas e solos - terminologia".
- ABNT NBR 6484/2020: "Sondagem de simples reconhecimento com SPT- método de ensaio".
- ABNT NBR 7250/1982: "Identificação de Descrição de Amostras de Solos Obtidas em Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos".
- ABNT NBR 8036/1983 "Programação de sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios".

Os trabalhos consistiram basicamente do seguinte serviço:

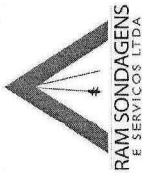
1. Serviços Topográficos

Demarcação dos afastamentos em relação a pontos de referências, mais destacados no local (Referência de Alinhamento Determinado pelo cliente).

2. Exame Tátil-visual

Análise das amostras coletadas para classificação.

Os resultados das determinações supracitadas estão apresentados nos perfis individuais de sondagem em anexo. Segue, em anexo, os perfis individuais dos 05 furos de sondagem em questão.



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

2. METODOLOGIA UTILIZADA

2.1-SONDAGEM PENETROMÉTRICA

A presente sondagem a Percussão SPT, foi executada conforme os critérios definidos pela NBR 6484/2020.

O trabalho iniciou com o ensaio penetrométrico de medida da resistência do solo. A seguir o furo seguiu através de lavagem com circulação de água, sendo então protegido por revestimento de 2 1/2" de diâmetro externo. Para a execução da lavagem foi utilizada bomba d'água auto estorvante, com entrada d'água sendo realizada por mangote de 2" de diâmetro externo e saída por mangueira de 1 1/4" acoplada à bica de entrada da peça de lavagem, saindo água do interior das hastes na base da composição através das saídas laterais do trépano de desagregação.

A cada metro foi executado ensaio de penetração do tipo standard, com o peso de 65 kg caindo em queda livre de uma altura de 75 cm, para cravar 45 cm do amostrador padrão em três penetrações consecutivas de 15 cm cada uma. Com base no número de golpes necessários para cravação são fornecidas as indicações de compacidade para materiais arenosos e areno-siltosos e de consistência para materiais argilosos e argilo-siltosos. O amostrador utilizado é do tipo padrão ASMT, com diâmetro externo de 2" (50,8 mm) e diâmetro interno de 1 3/8" (34,8 mm). Após cada rotina de cravação do amostrador, do mesmo é retirada uma amostra amolgada do solo, que é imediatamente acondicionada em recipiente hermético de dimensões que permitam receber pelo menos um cilindro de solo. O tipo de solo é obtido através da análise tátil-visual dessas amostras, que objetiva determinar os seguintes parâmetros:

- Granulometria;
- Plasticidade;
- Cor, e;
- Origem.

O nível do lençol freático é obtido por meio das observações feitas pelo operador durante o processo de perfuração. Por meio dos índices de resistência é classificada a compacidade (no caso de areias ou siltes arenosas) ou a consistência (argila ou siltes argilosos) do solo.

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59

END: Rua Capião Fonseca SN - QD 35 LT 20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ
TEL: (22) 2211-8552 / (22) 99740-7461/ 99768-7235 EMAIL: contato@ramsondagem.com.br



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

METODOLOGIA UTILIZADA

2.2- Sondagem à percussão para ensaios de simples reconhecimento (SPT)

A investigação constou de sondagem de reconhecimento mista e foi executada rigorosamente de acordo com as Normas de Execução de Sondagens da ABNT e ABGE. Até atingir o impenetrável o método empregado foi o de percussão com circulação de água, utilizando-se tubos de revestimento de 2.1/2". A amostragem foi feita mediante a utilização de um barrilete amostrador padrão, de diâmetro interno e externo de 1.3/8" e 2", respectivamente. A cravação procedeu-se por meio de golpes de um peso de 65kg caindo em queda livre de 75cm.

Foi anotado o número de golpes necessários para a penetração de cada 15cm de amostrador, até a penetração total de 45cm do mesmo. O índice de resistência à penetração (N) é representado pelo número de golpes necessários para a penetração dos últimos 30cm do amostrador.

Este valor é indicado como um número inteiro junto ao gráfico e é utilizado para estabelecer uma correlação com a Tensão Admissível do Solo.

Nos casos em que não ocorre penetração de 45cm do amostrador, o resultado é apresentado de forma fracionária. A penetração obtida apenas com o peso do martelo apoiado sobre a cabeça de bater, corresponde a 0 (zero) golpes. Os resultados são apresentados nos boletins no Anexo I.



3. PARÂMETROS E CRITÉRIOS.

3.1 Índice de penetração
Determinação que se dá pelo número de golpes correspondente à cravação de 30 cm do amostrador-padrão, após a cravação inicial de 15 cm, utilizando-se corda de sisal para levantamento do martelo padronizado. As apresentações das penetrações do amostrador devem seguir os exemplos da Tabela 1.

Tabela 1 – Apresentação das penetrações

Penetração	Registro dos golpes	Exemplo
Penetração de 45 cm Três trechos iguais a 15 cm	Golpes por trecho	3/15 – 3/15 – 4/15
Penetração diferente de 45 cm Trechos diferentes de 15 cm	Número de golpes para uma penetração imediatamente superior a 15 cm	3/17 – 4/14 – 5/15
Penetração superior a 45 cm com a aplicação do primeiro golpe de martelo	Número de golpes e respectiva penetração	1/58
Penetração com haste e amostrador, sem número de golpes	Sem número de golpes	PH/50
Penetração com martelo, haste e amostrador, sem número de golpes	Sem número de golpes	PM/70
Penetração superior a 45 cm com a aplicação de poucos golpes do martelo	Número de golpes e respectiva penetração nos respectivos intervalos	1/33 – 1/20
Penetração inferior a 45 cm Se em qualquer dos três segmentos, o número de golpes ultrapassar 30	Número de golpes para cada intervalo de penetração	32/15
Se não for observado avanço do amostrador durante a aplicação de cinco golpes sucessivos do martelo	Número de golpes para zero centímetros de penetração	5/0

*Conforme NBR 6484/2020-

A sondagem a percussão deve ser dada por terminada nos seguintes casos:

Critério de paralisação

O critério de paralisação das sondagens é de responsabilidade técnica da contratante ou de seu preposto, e deve ser definido de acordo com as necessidades específicas do projeto. Na ausência do fornecimento do critério de paralisação por parte da contratante ou de seu preposto, as sondagens devem avançar até que seja atingido um dos seguintes critérios:

- a) avanço da sondagem até a profundidade na qual tenham sido obtidos 10 m de resultados consecutivos indicando N iguais ou superiores a 25 golpes;

- b) avanço da sondagem até a profundidade na qual tenham sido obtidos 8 m de resultados consecutivos indicando N iguais ou superiores a 30 golpes;
- c) avanço da sondagem até a profundidade na qual tenham sido obtidos 6 m de resultados consecutivos indicando N iguais ou superiores a 35 golpes.
- A cravação do amostrador-padrão é interrompida antes dos 45 cm de penetração sempre que ocorrer uma das seguintes situações:
 - a) se em qualquer dos três segmentos de 15 cm, o número de golpes ultrapassar 40;
 - b) se o amostrador-padrão não avançar durante a aplicação de cinco golpes sucessivos do martelo.

- Caso ocorra a situação descrita em b), antes da profundidade de 3 m, a sondagem deve ser deslocada, no mínimo duas vezes para posições diametralmente opostas, a 2 m da sondagem inicial, ou conforme orientação do cliente ou seu preposto.
- Atingidas as condições assim definidas, os ensaios de penetração devem ser suspensos, sendo executado a seguir, ensaio de avanço da perfuração com lavagem por tempo.
- O processo de perfuração por circulação de água, associado aos ensaios de penetração, deve ser utilizado até onde se obtiver, nesses ensaios, uma das seguintes condições:
- a) em 3 m sucessivos, se obtiver 30 golpes para penetração dos 15 cm iniciais o amostrador padrão;
 - b) em 4 m sucessivos, se obtiver 50 golpes para penetração dos 30 cm iniciais do amostrador padrão;
 - c) em 5 m sucessivos, se obtiver 50 golpes para a penetração dos 45 cm do amostrador padrão.
- Havendo necessidade técnica de continuar a investigação do subsolo em profundidades superiores, o processo de perfuração foi prosseguido pelo método rotativo, por solicitado e indicado pela fiscalização.



5. SERVIÇOS EXECUTADOS

Nesta área, foram executados 05 furos de sondagem a percussão, SPT conforme Medição discriminada na tabela abaixo, representando também as profundidades máximas, que além delas, são impenetráveis pelo método de Percussão - SPT.

SONDAGENS A PERCUSSÃO - SPT				
Sondagem	Local da Sondagem	Profundidade em Solo (M)	Profundidade Acumula (M)	Nível d'Água
SPT 01	FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.	14,45	14,45	SECO
SPT 02	FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.	16,45	30,90	SECO
SPT 03	FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.	15,45	46,35	SECO
SPT 04	FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.	14,45	60,80	SECO
SPT 05	FUTURA INSTALAÇÃO ACIM.	14,45	75,25	SECO
TOTAL PERFURAÇÃO			75,25	N.A

- Simbologia N.A., representa: Nível d'água não Encontrado" - NA

4.2 Exame Tátil Visual

O exame visual das amostras permite avaliar a predominância do tamanho de grãos, sendo possível individualizar grãos de tamanho superior à um décimo de milímetro, admitidos como visíveis a olho nu.

- * Solos com predominância de:
- a) grãos maiores que 2 mm, devem ser classificados como pedregulhos;
 - b) grãos inferiores a 2 mm e superiores a 0,1 mm, devem ser classificados como areias.
- Um exame mais acurado permite a subdivisão das areias em:

- a) grossas: grãos da ordem de 1,0 mm;
- b) médias: grãos da ordem de 0,5 mm;
- c) finas: grãos da ordem de 0,2 mm.

- Solos com predominância de partículas ou grãos inferiores a 0,1 mm devem ser classificados como:
 - a) argilas;
 - b) siltes.
- As argilas se distinguem dos siltes pela plasticidade, quando possuem umidade suficiente, pela coesão, quando secas ao ar e pela mobilidade da água em estado saturado de agitação.

Através do ensaio de resistência à penetração, os valores de SPT obtidos, conforme informados nos perfis em anexo, dão uma indicação quanto à consistência (solos argilosos) ou estado de compactidade (solos arenosos) das camadas do solo investigadas; e conforme a tabela NBR 6484/2020 Anexo A, expomos uma correlação entre Resistência à Penetração e Pressão Admissível, para uma avaliação preliminar, sendo:

Tabela A.1 – Estado de compactidade e consistência

Solo	Índice de resistência à penetração N		Designação a
	≤ 4	Fofa(o)	
Areias e siltes arenosos	5 a 8	Pouco compacta(o)	
	9 a 18	Medianamente compacta(o)	
	19 a 40	Compacta(o)	
	> 40	Muito compacta(o)	
Argilas e siltes argilosos	≤ 2	Muito mole	
	3 a 5	Mole	
	6 a 10	Média(o)	
	11 a 19	Rija(o)	
	20 a 30	Muito rija(o)	
	> 30	Dura(o)	

- a) As expressões empregadas para a designação da compactidade das areias (fofa, compacta etc.) são referências à deformabilidade e à resistência destes solos, sob o ponto de vista de fundações, e não podem ser confundidas com as mesmas denominações empregadas para a designação da compactidade relativa das areias ou para a situação perante o índice de vazios críticos, definidos na mecânica dos solos.

*Conforme NBR 6484/2020

4.3 - TABELA DE SONDAGEM PARA CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS

Avaliação preliminar: Correlações empíricas entre Resistência a Penetração e Pressão Admissível para uma avaliação preliminar, sendo:

Nº de Golpes	Compacidade	Pressão Admissível (Kg/cm²)
≤ 4	Fofa	0,5 / 1,0
5 a 8	Pouco Compacta	1,0 / 1,5
9 a 18	Medianamente Compacta	1,5 / 3,0
19 a 40	Compacta	3,0 / 5,0
>40	Muito Compacta	>5,0

- SOLOS COESOS.

Após numerosos ensaios, Terraghi e Peck indicam as seguintes relações:

Consistência, número de golpes N e compressão simples;

(correlações empíricas – uso limitado a estudos preliminares).

Consistência	S.P.T.	c. simples – Kg/cm ²
Muito mole	2	0,25
Mole	2 - 4	0,25 – 0,50
Média	4 - 8	0,50 – 1,00
Rija	8 - 15	1,00 – 2,00
Muito rija	15 - 30	2,00 – 4,00
Dura	> 30	4,00 – 8,00

A EMPRESA se coloca ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais relativos ao presente trabalho.

Sendo o que nos apresenta para o momento, firmamo-nos,

Atenciosamente.

ANEXOS



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

ANEXOS

LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59
END: Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ
TEL: (22) 2211-8552 / (22) 99740-7461 / 99768-7235 EMAIL: contato@ramsondagem.com.br



RAM SONDAGEM E SERVIÇOS LTDA

0161/23

Escala
1:1.027,31

Localização de Sondagem

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

Página
1/1

Local: Rua Dr Flores, CENTRO, MERCEDES/PR, 85998-000

Data
23/11/2024

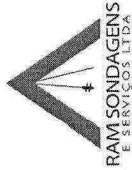


SP-001	24,448701°S; 54,164397°O; WGS84	Futura instalação da ACIM
SP-002	24,448645°S; 54,164301°O; WGS84	Futura instalação da ACIM
SP-003	24,448870°S; 54,164303°O; WGS84	Futura instalação da ACIM
SP-004	24,448948°S; 54,164220°O; WGS84	Futura instalação da ACIM
SP-005	24,448991°S; 54,164305°O; WGS84	Futura instalação da ACIM

Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT 20
Cidade Beira Mar - Rio das Ostras / RJ
CEP: 28890-146

Resp. Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA
GEÓLOGO - CREA/RJ 2014107596



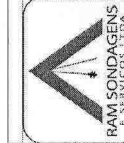
RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

ANEXOS

PERFIS GEOLÓGICO-GEOTÉCNICOS INDIVIDUAIS

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59

END: Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT 20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ
TEL: (22) 22111-8552 / (22) 99740-7461 / 99768-7235 EMAIL: contato@ramsondagems.com.br



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

RAM SONDAGEM E SERVIÇOS LTDA

0161/23

Sondagem de Reconhecimento a Percussão

SP-001

Página 1/1

Data 23/11/2024

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

Ref.: Futura instalação da ACIM

Local: Rua Dr Flores, CENTRO, MERCEDES/PR, 85998-000

Coordenadas

Latitude: 24,448701°S

Longitude: 54,164397°O

Altura de queda: 75 cm

Peso: 65 kgf

Escala vertical: 1:100

Sistema: Manual

Nível d'água: Revestimento

Perfuração DA-Circulação d'Água TC-Tubo Concha

Ext.: 50,8 mm

Int.: 34,9 mm

Revestimento: 63,5 mm

Revestimento: 1:100

Revestimento: Manual

Revestimento: Nível d'água

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

Revestimento: Revestimento

RAM SONDAGEM E SERVIÇOS LTDA

0161/23

Sondagem de Reconhecimento a Percussão

SP-002

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

Ref.: Futura instalação da ACIM

Local: Rua Dr Flores, CENTRO, MERCEDES/PR, 85998-000

Página 1/1

Data 23/11/2024

Ø Amostrador: 50,8 mm

Altura de queda: 75 cm

Cota da boca do furo: —

Peso: 34,9 mm

Escala vertical: 1:100

Revestimento: 63,5 mm

Sistema: Manual

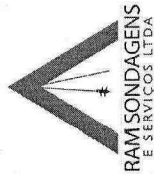
Nível d'água: Ausente

Coordenadas

Latitude: 24,448645°S

Longitude: 54,164301°O

Rev. / Perf. (m)	SPT	Nº de Golpes Penetração 30 cm	1ª + 2ª	2ª + 3ª	1ª + 2ª + 3ª	Resistência à Penetração x Profundidade	Prof. (m)	Classificação do Material
1,00	1	2	15	15	30	0,00	0,00	Aterro siltoarenoso, detritico, cor vermelha clara e vermelha.
1,00	2	2	15	15	30	0,89	0,89	
1,00	3	4	15	15	30	4,03	4,03	
1,00	4	4	15	15	30	8,10	8,10	Silte arenoso friável, cor vermelha e roxa, compacidade de pouca compacta.
1,00	5	6	15	15	30	11,05	11,05	
1,00	6	7	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	7	9	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	8	10	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	9	13	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	10	17	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	11	21	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	12	25	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	13	28	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	14	36	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	15	39	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	16	41	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	17	43	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	18	46	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	19	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	20	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	21	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	22	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	23	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	24	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	25	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	26	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	27	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	28	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	29	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	30	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	31	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	32	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	33	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	34	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	35	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	36	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	37	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	38	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	39	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	40	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	41	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	42	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	43	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	44	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	45	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	46	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	47	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	48	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	49	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	50	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	51	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	52	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	53	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	54	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	55	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	56	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	57	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	58	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	59	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	60	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	61	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	62	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	63	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	64	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	65	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	66	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	67	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	68	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	69	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	70	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	71	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	72	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	73	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	74	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	75	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	76	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	77	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	78	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	79	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	80	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	81	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	82	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	83	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	84	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	85	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	86	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	87	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	88	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	89	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	90	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	91	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	92	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	93	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	94	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	95	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	96	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	97	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	98	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	99	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	100	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	101	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	102	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	103	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	104	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	105	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	106	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	107	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	108	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	109	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	110	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	111	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	112	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	113	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	114	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	115	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	116	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	117	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	118	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	119	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	120	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	121	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	122	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	123	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	124	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	125	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	126	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	127	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	128	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	129	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	130	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	131	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	132	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	133	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	134	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	135	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	136	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	137	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	138	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	139	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	140	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	141	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	142	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	143	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	144	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	145	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	146	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	147	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	148	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	149	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	150	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	151	49	15	15	30	16,45	16,45	Silte arenoso friável, cor vermelha clara e vermelha, compacidade compacta.
1,00	152	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	153	49	15	15	30	16,45	16,45	
1,00	154	49	15	15	3			



ANEXOS

REGISTRO FOTOGRÁFICO



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59
END: Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT 20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ
TEL: (22) 3034-2546 / (22) 99740-7461/ 99809-2022 EMAIL: contato@ramsondagem.com.br



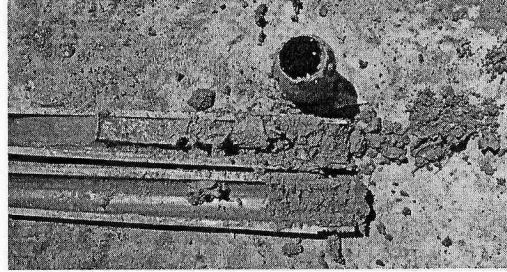
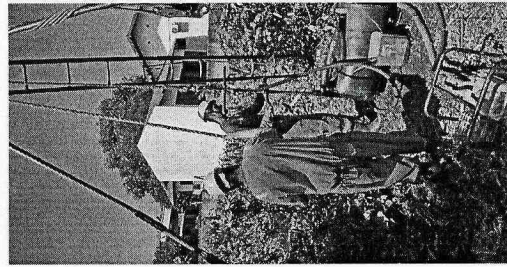
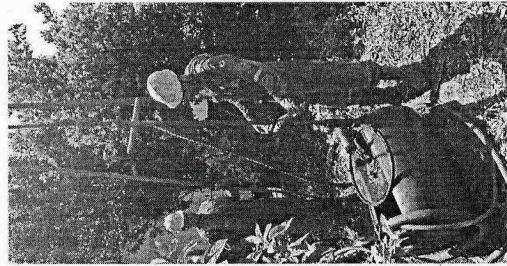
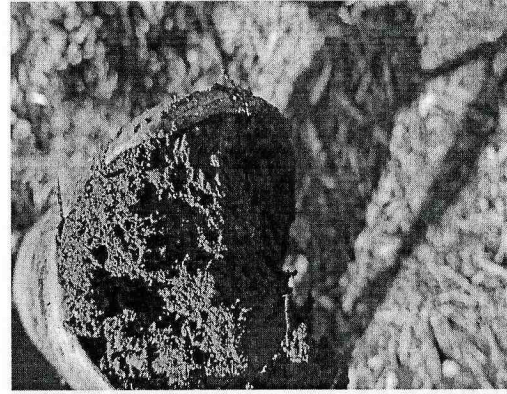
EMPRESA:
RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR.
Obra: SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE SPT.
Local: FUTURA INSTALAÇÃO ACIM

IDENTIF:
FOLHA Nº
01/05

SPT 01



OBS:

ESCALA VERT.: 1/100

DATA:

23/11/2024

TECNICO: Rafael A. Moreira





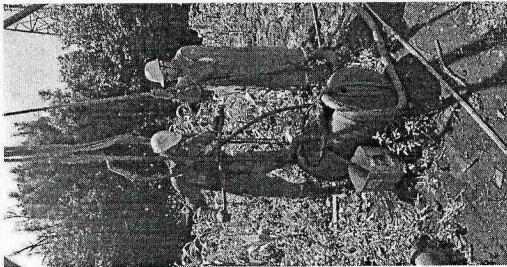
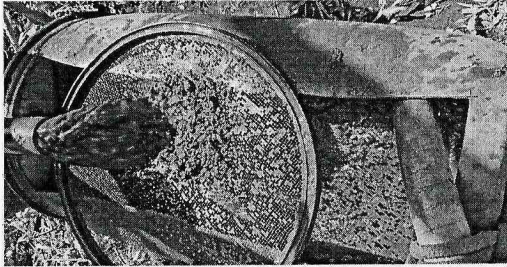

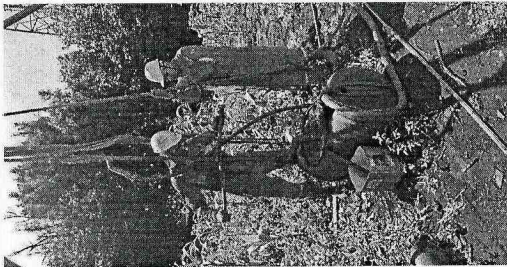
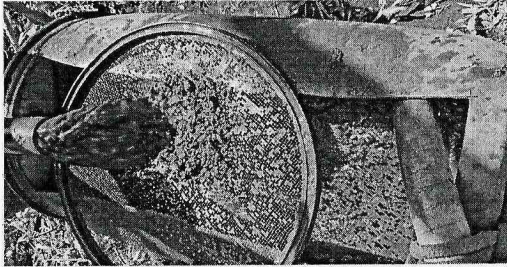

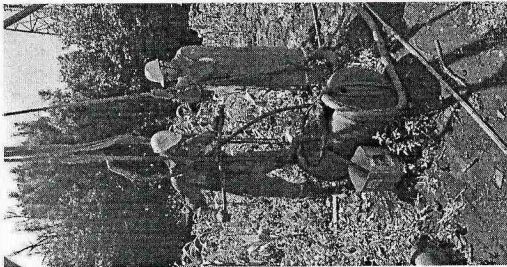
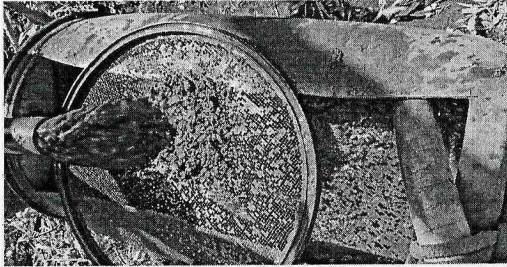

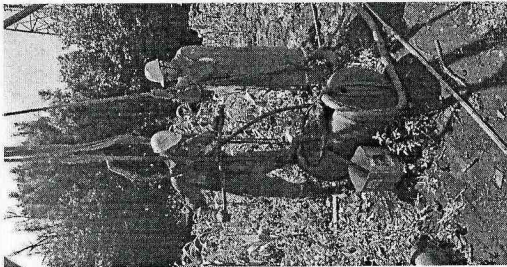
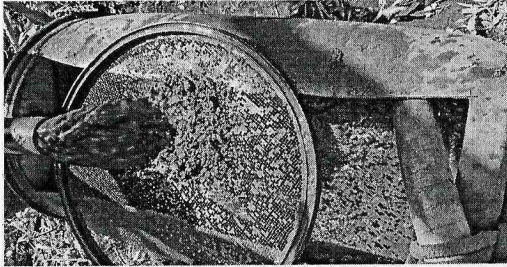

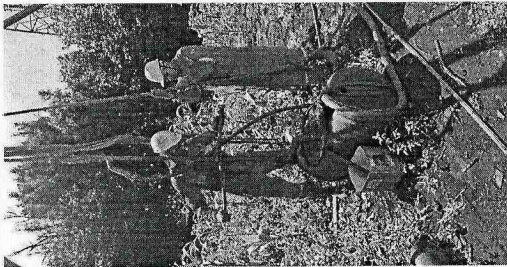
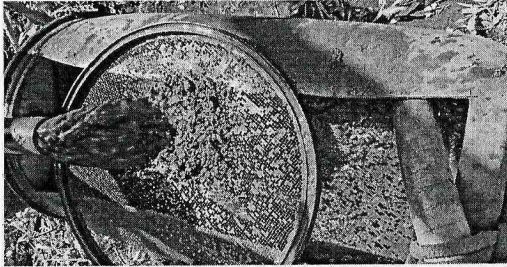

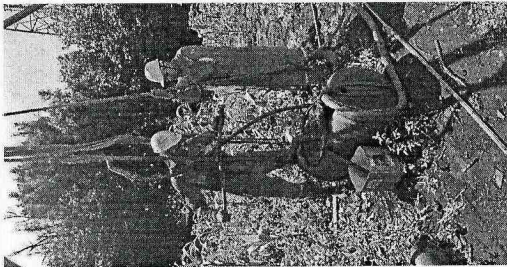
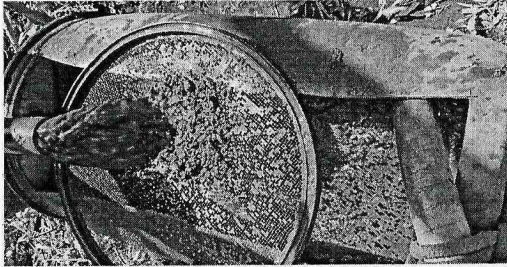

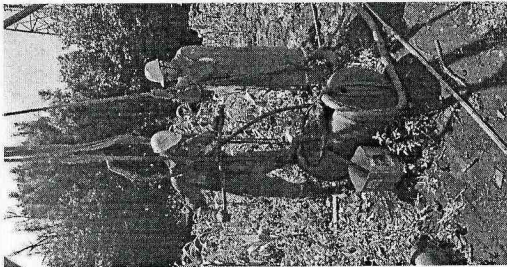
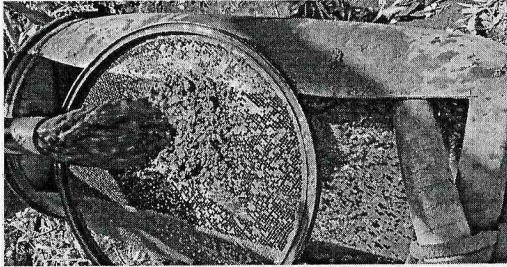

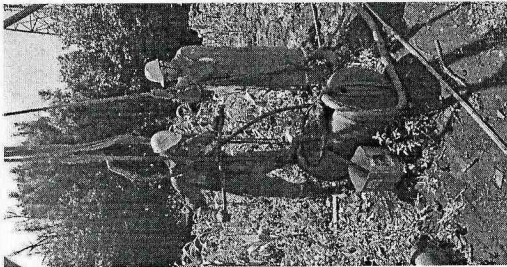
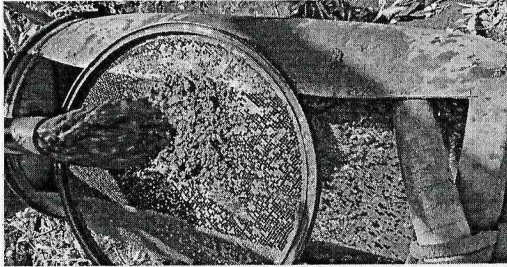

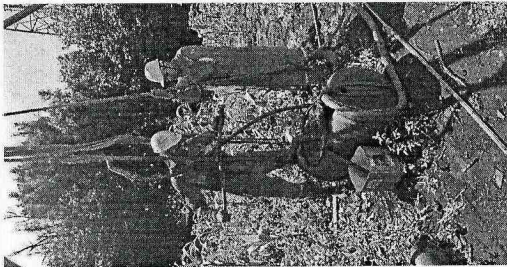
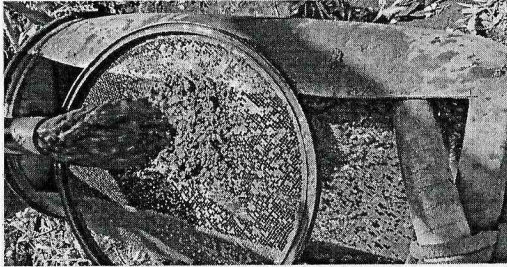

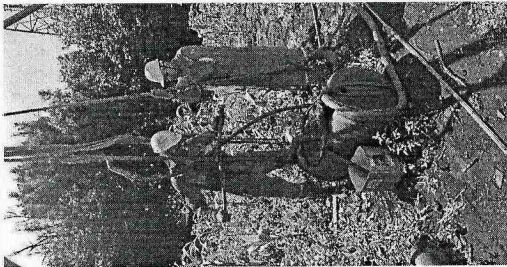
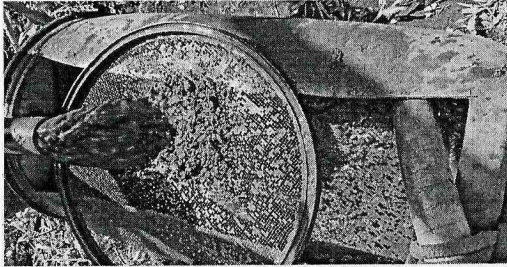

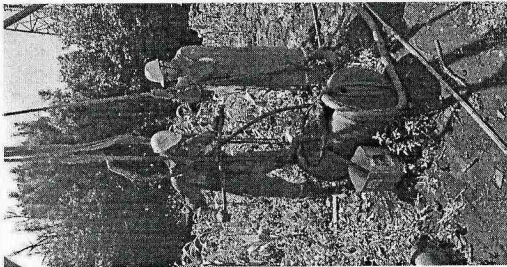
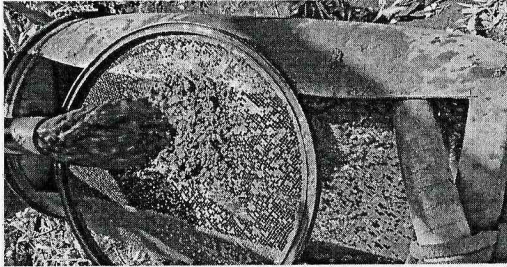

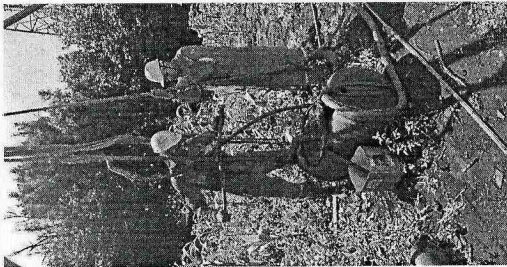
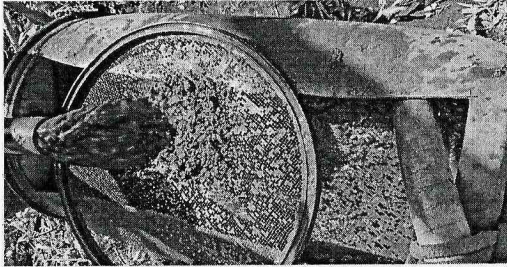

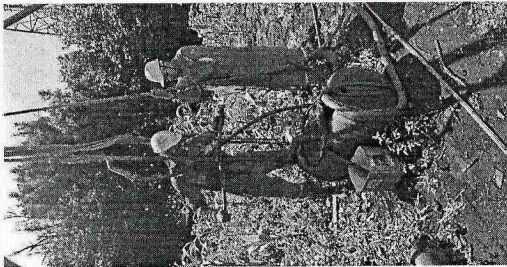
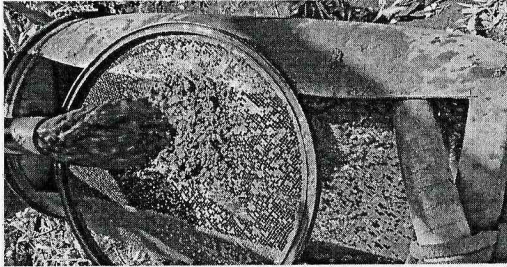

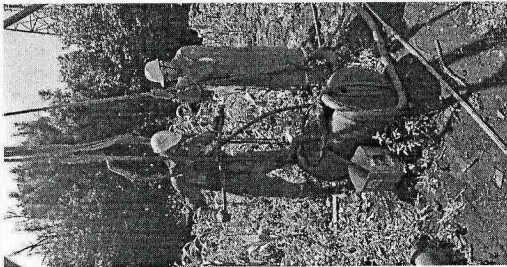
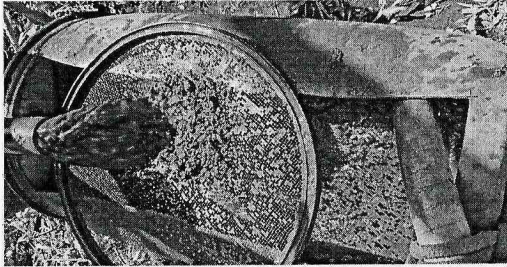

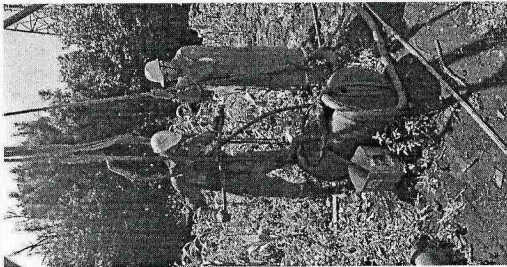
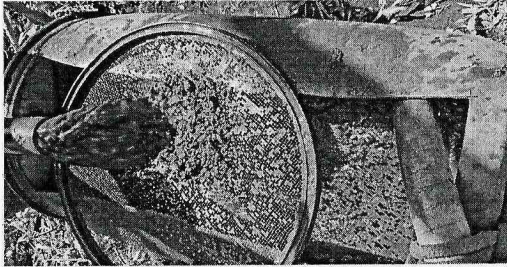

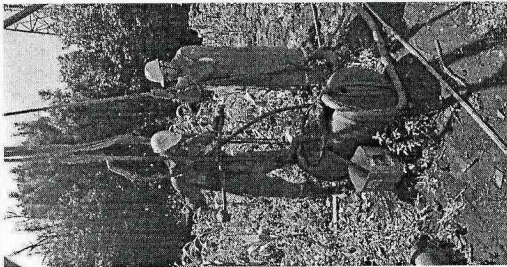
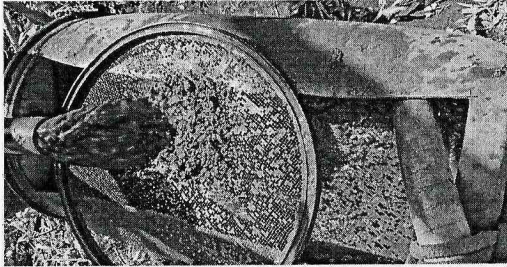

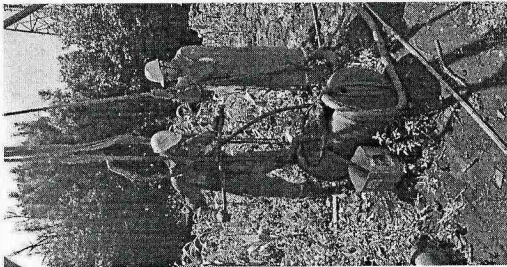
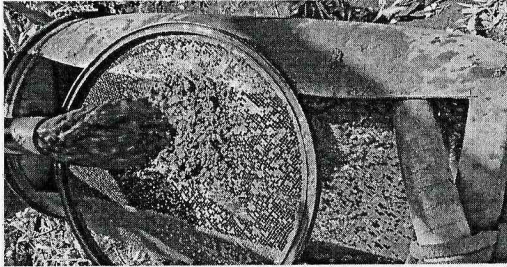

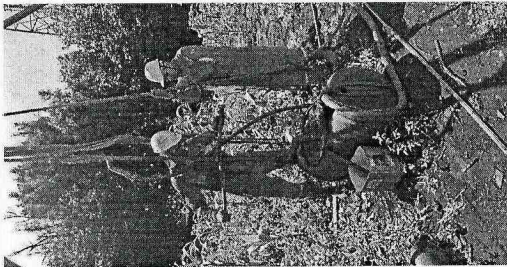
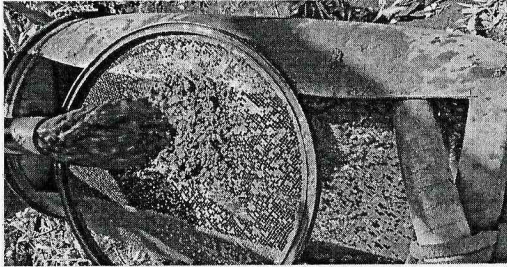

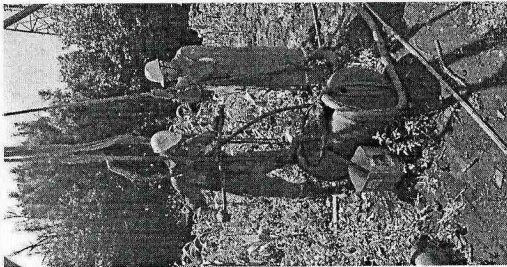
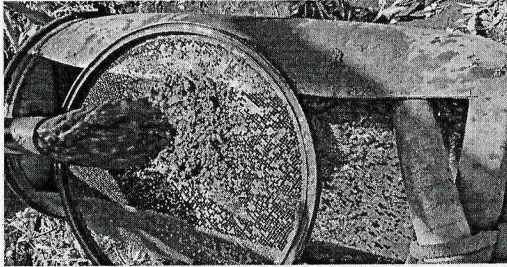

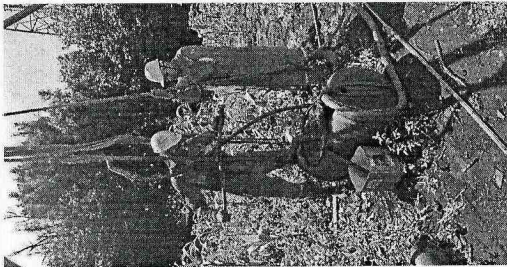
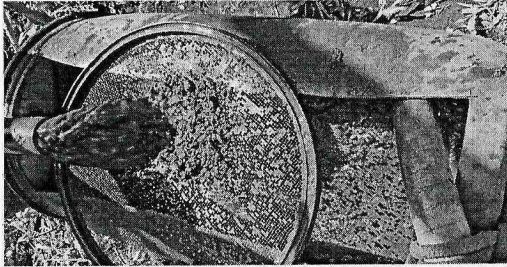

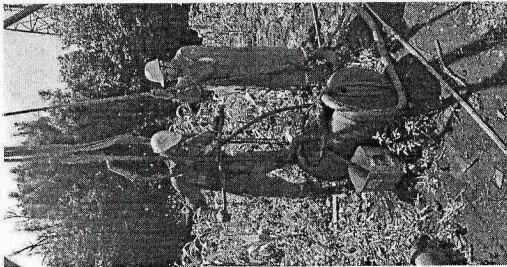
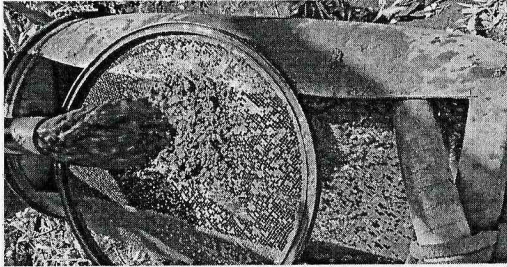

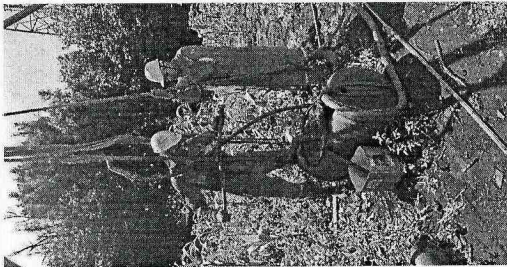
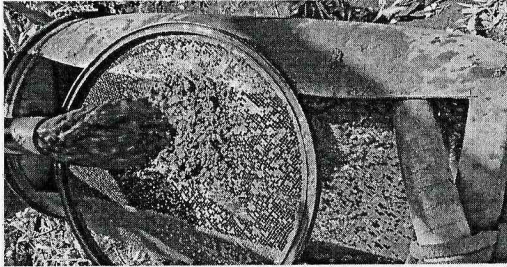

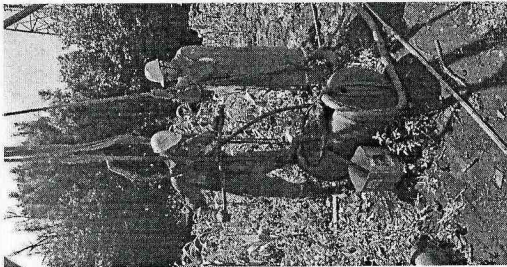
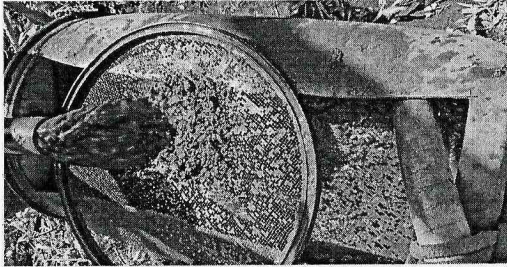

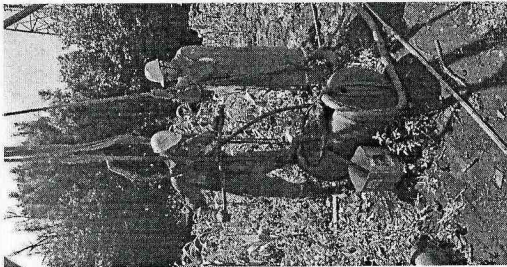
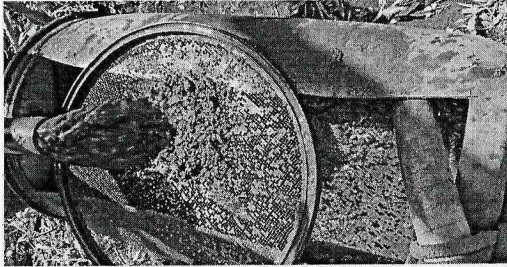

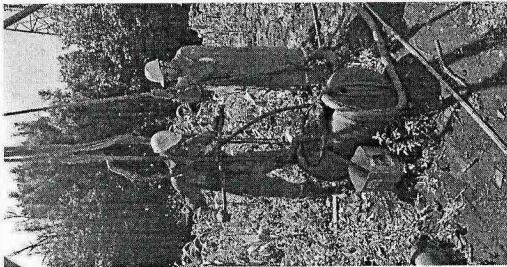
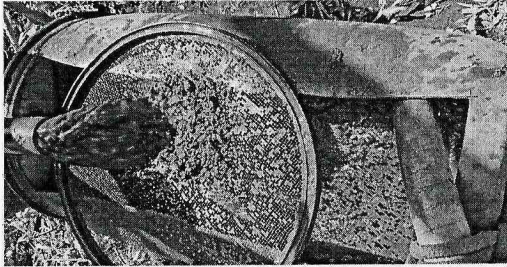

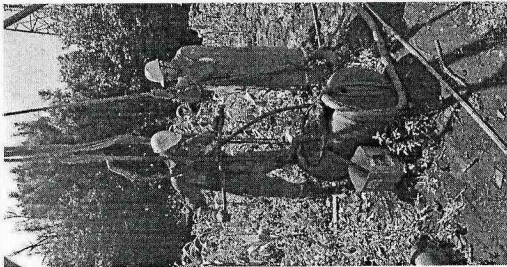
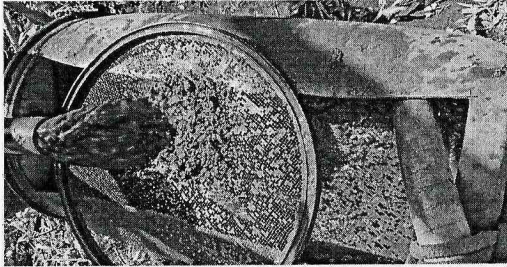

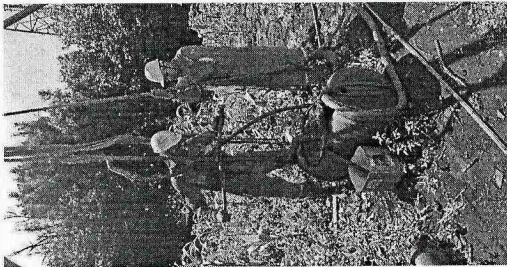
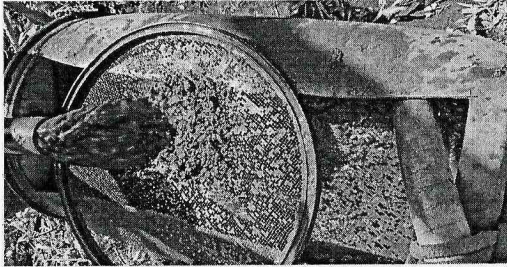

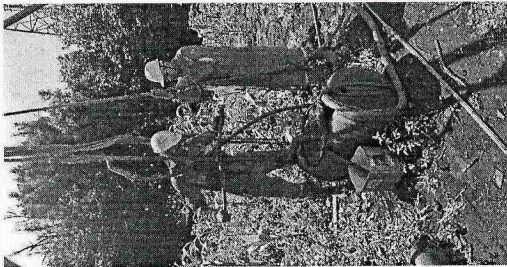
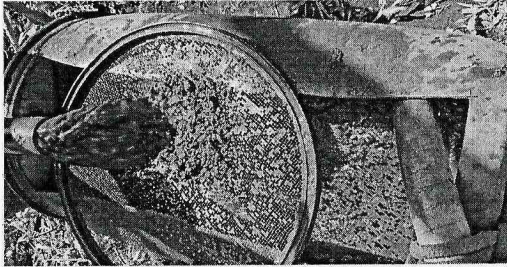

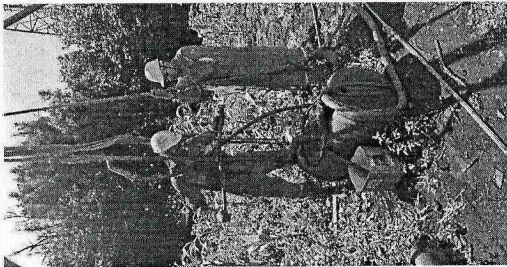
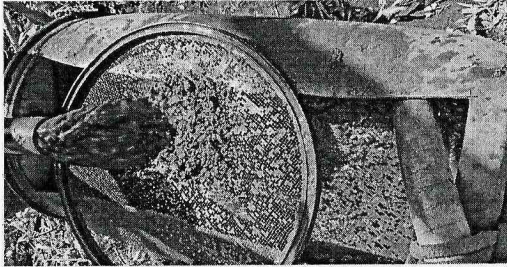

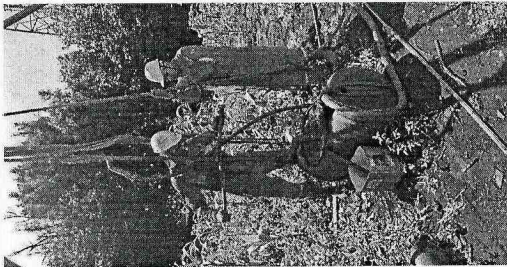
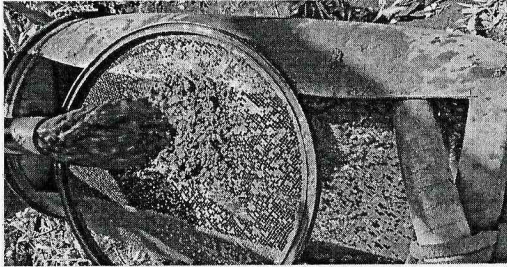

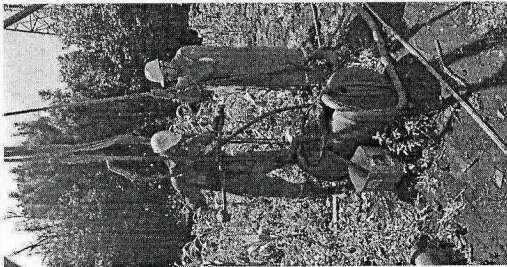
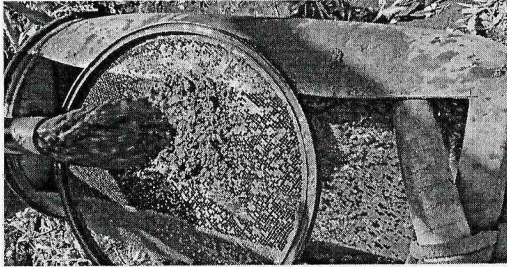

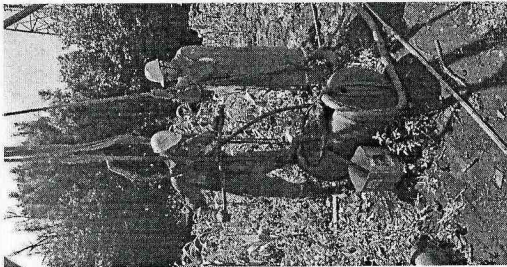
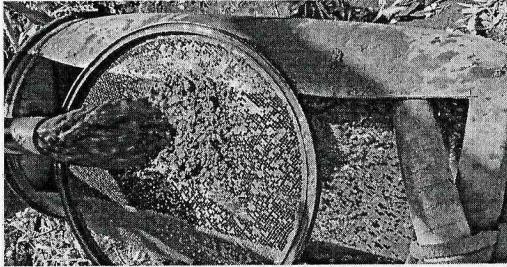

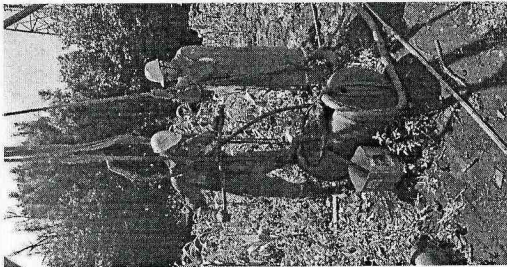
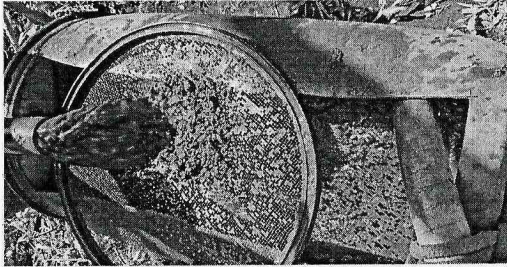

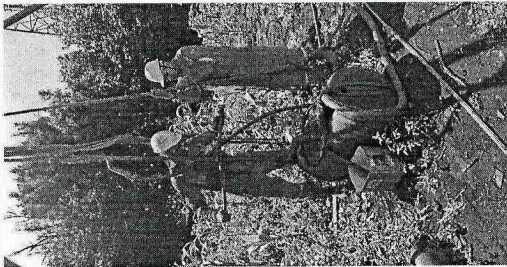
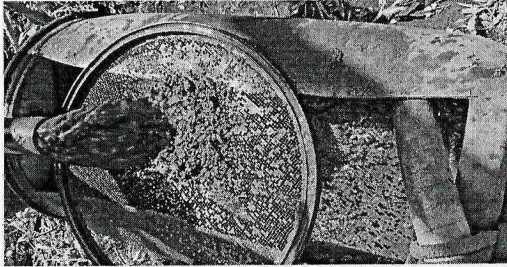

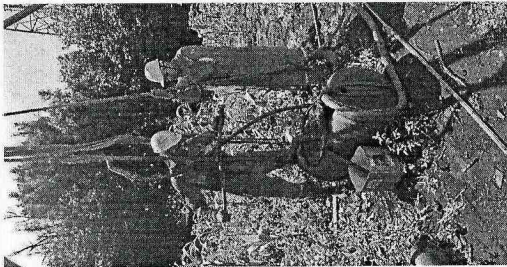
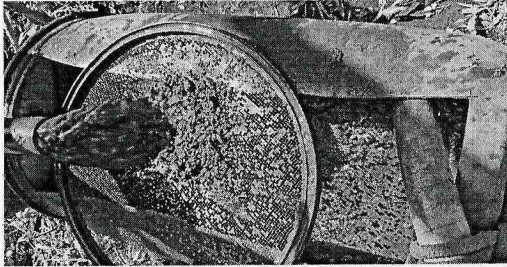

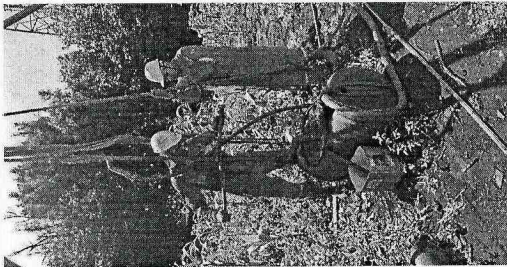
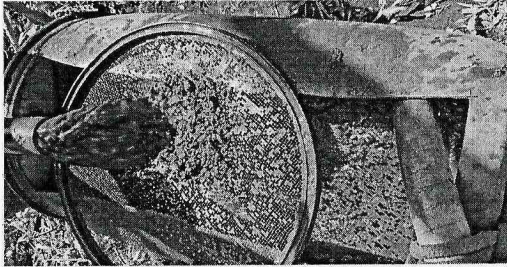

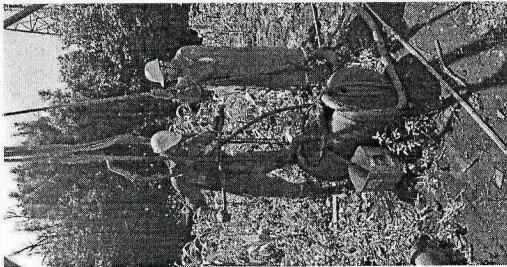
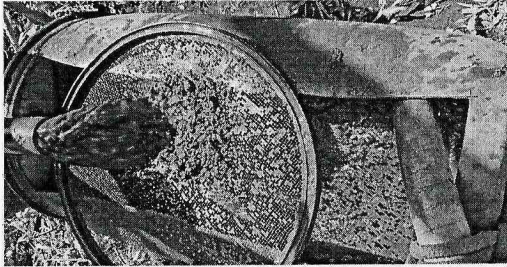

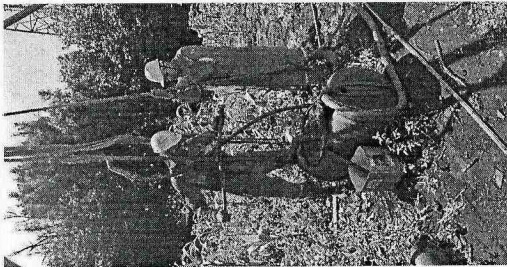
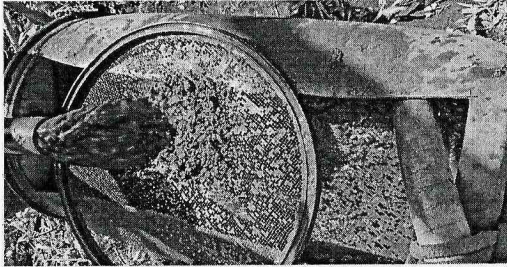

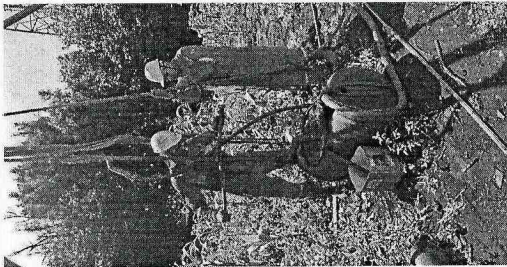
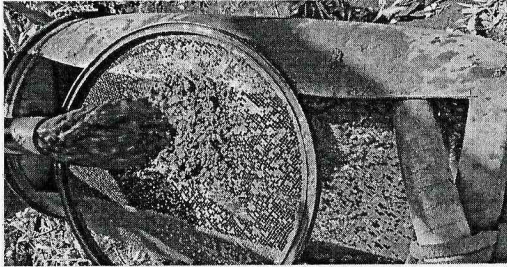

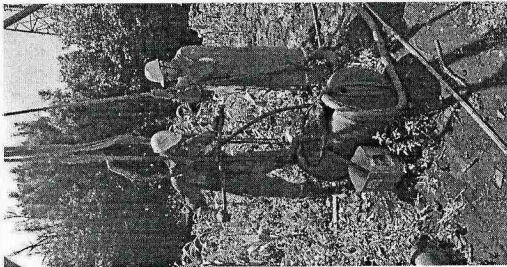
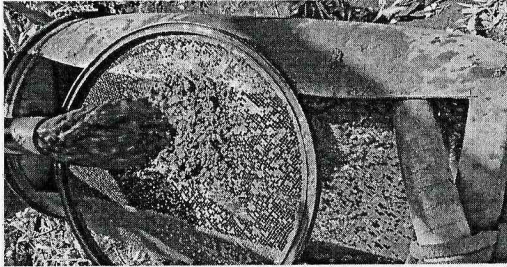

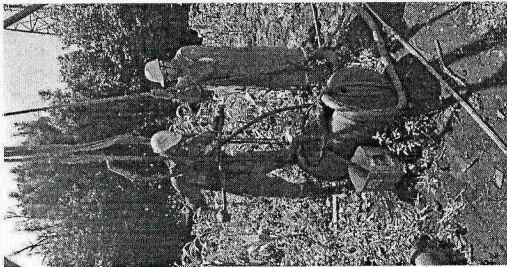
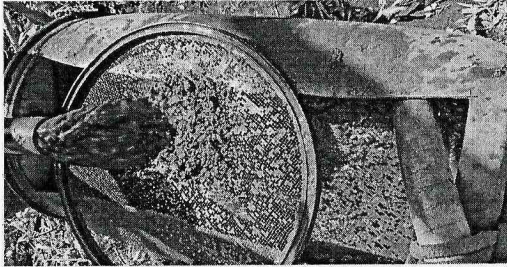

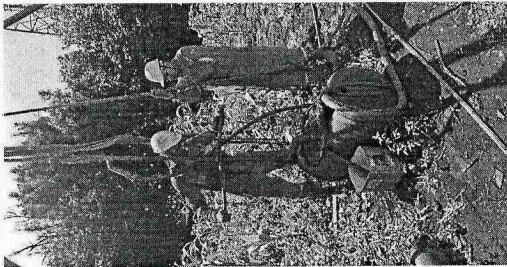
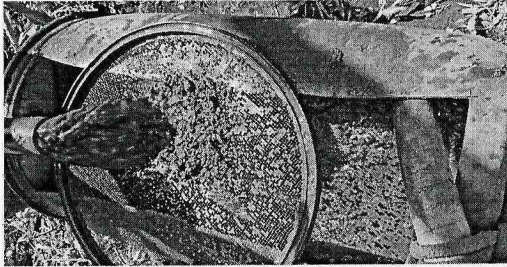

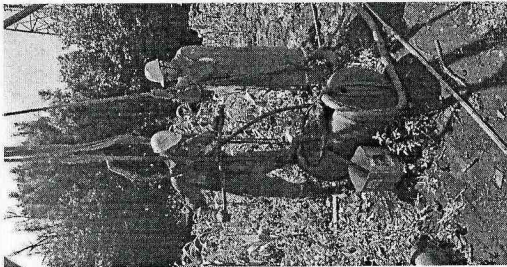
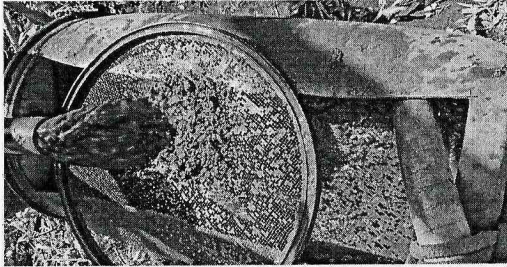

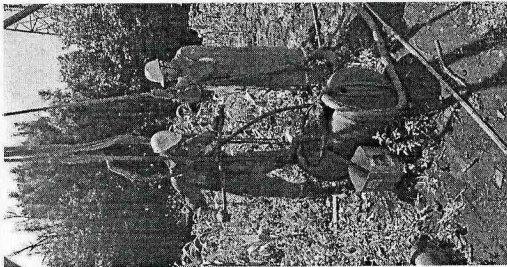
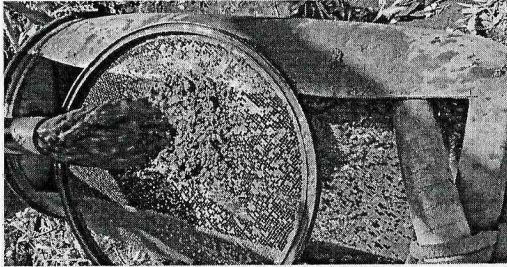

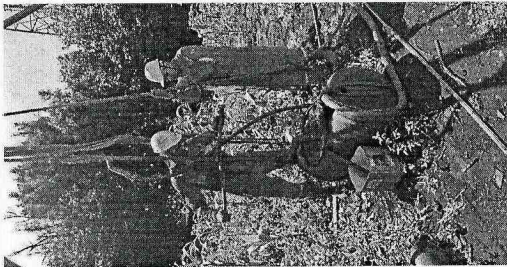
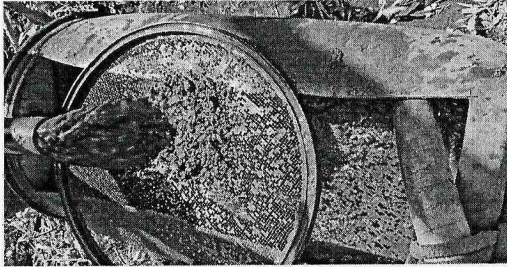

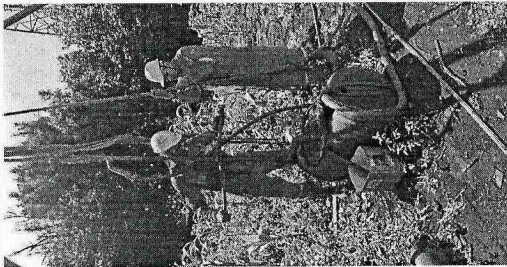
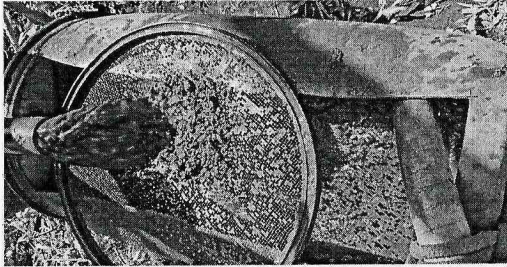

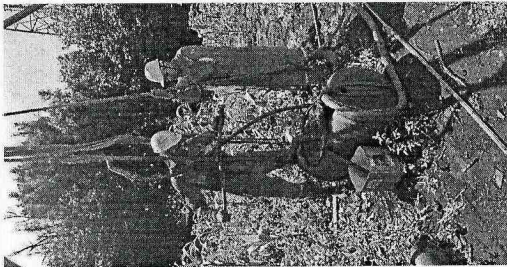
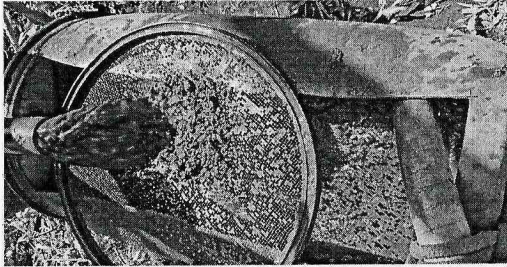

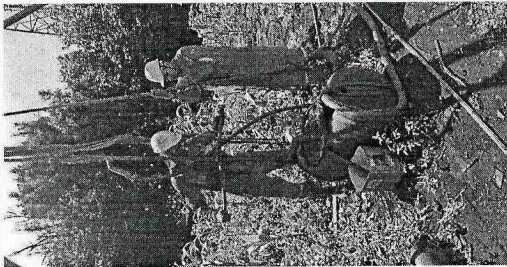
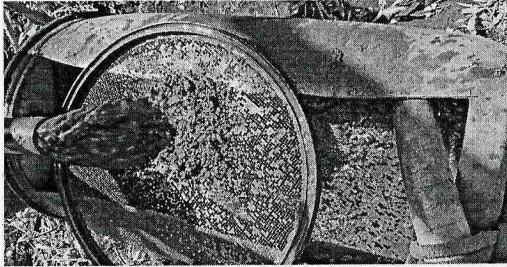

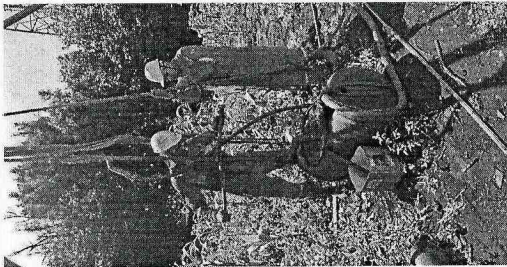
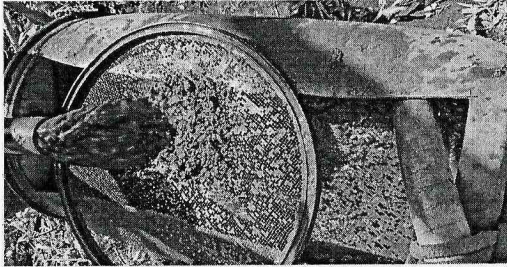

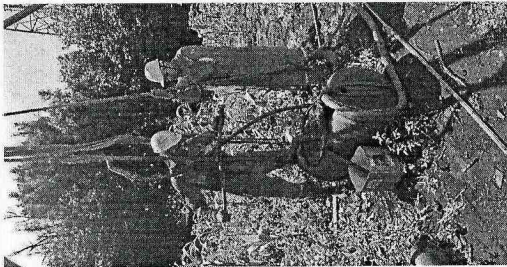
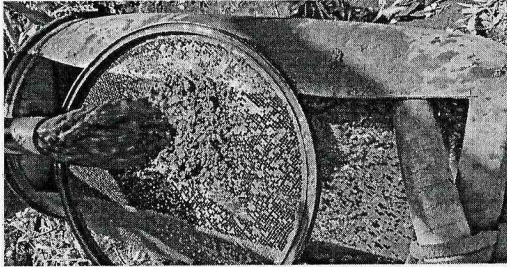

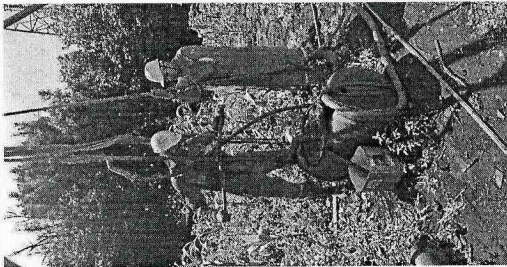
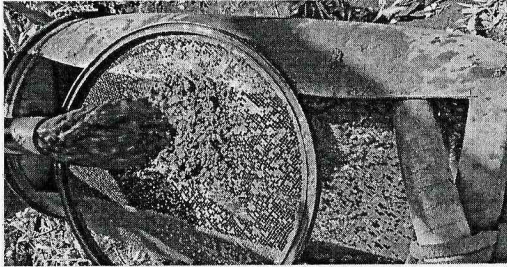

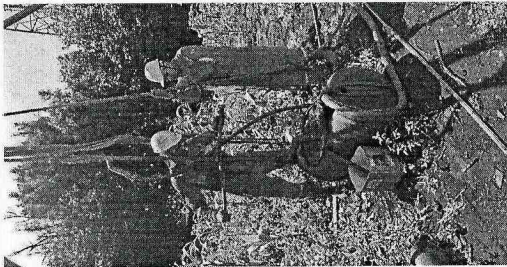
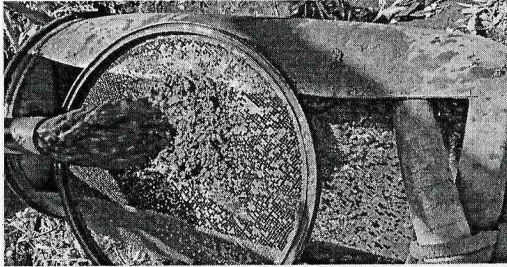

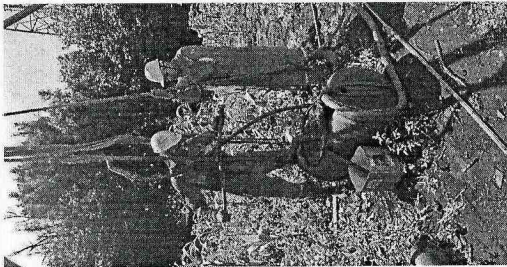
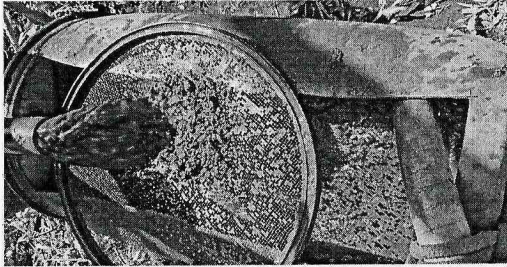

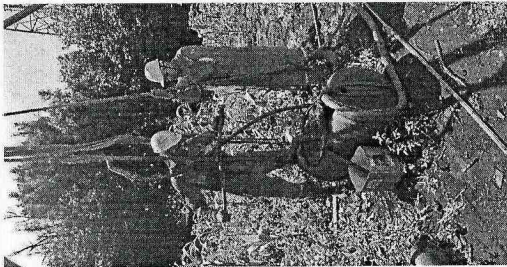
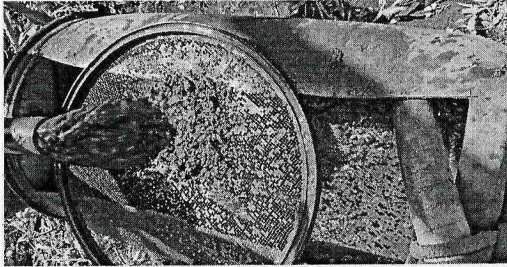

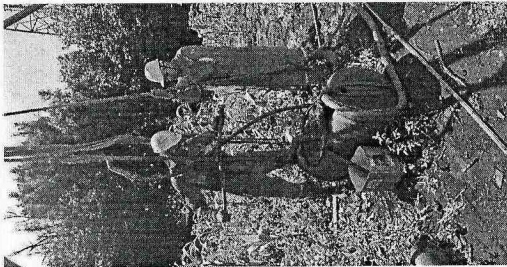
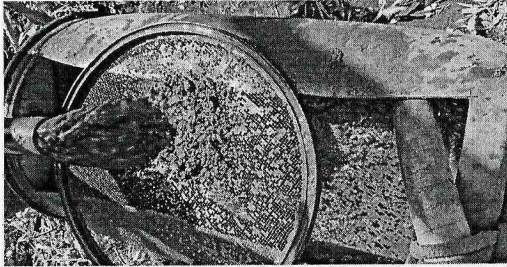

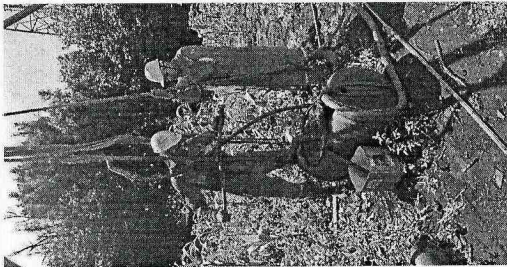
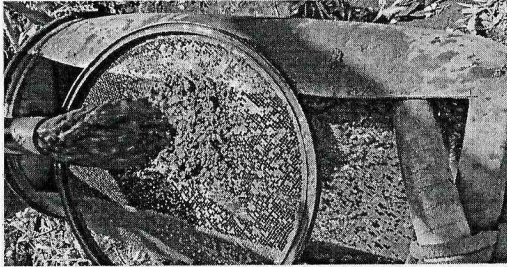

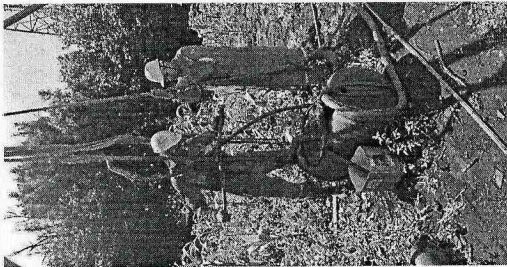
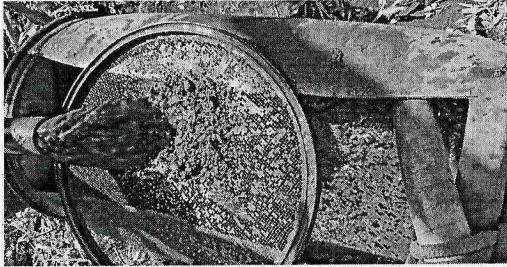

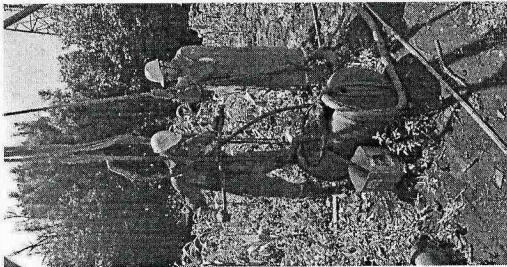
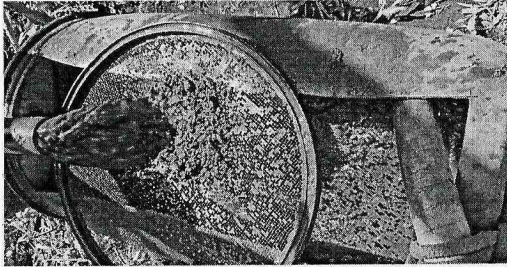

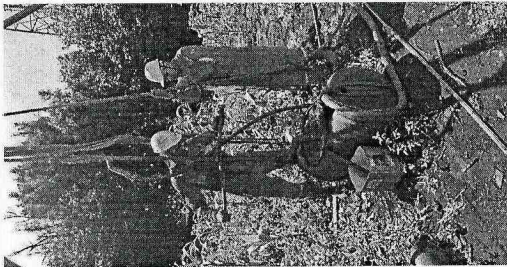
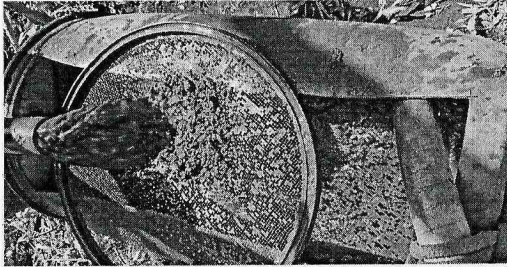

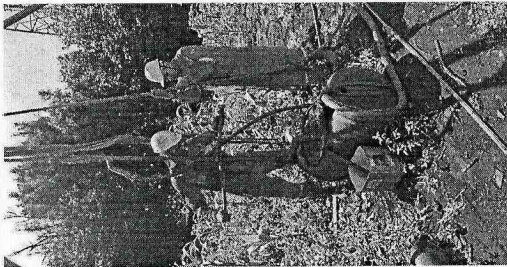
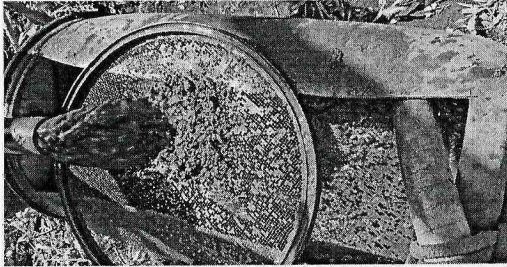

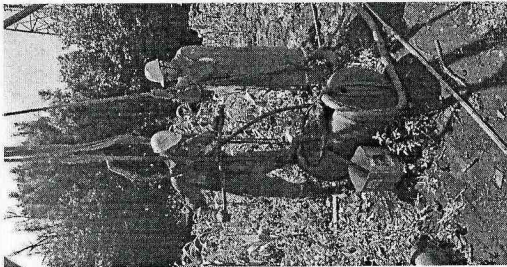
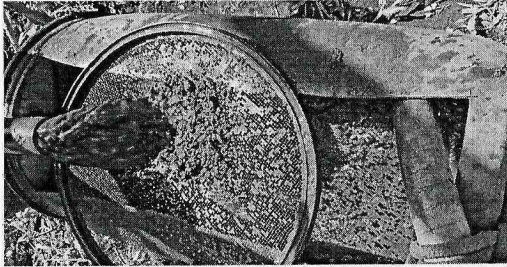

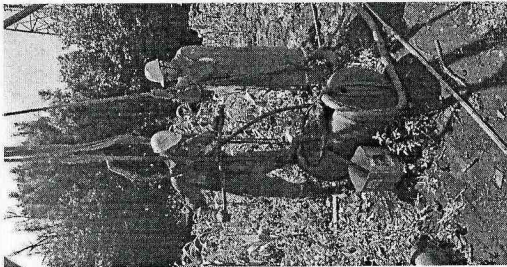
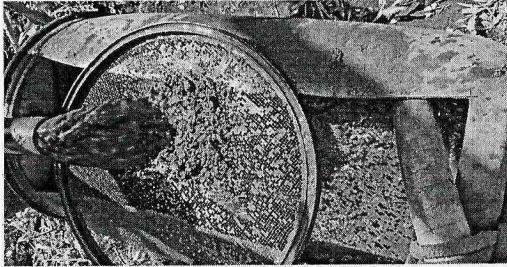

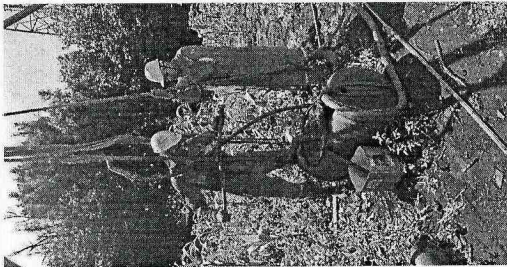
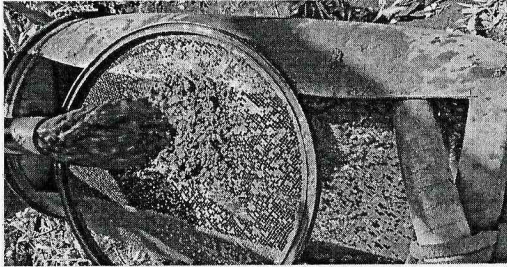

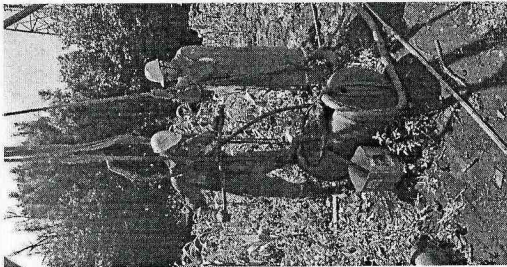
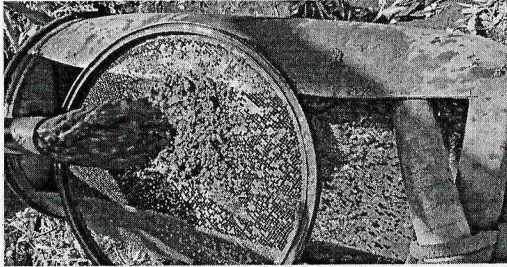

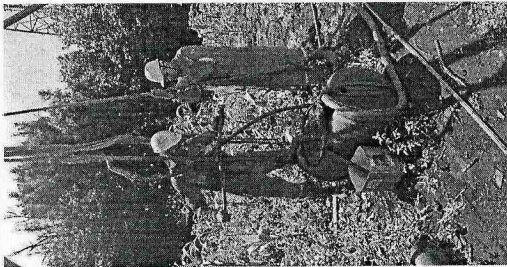
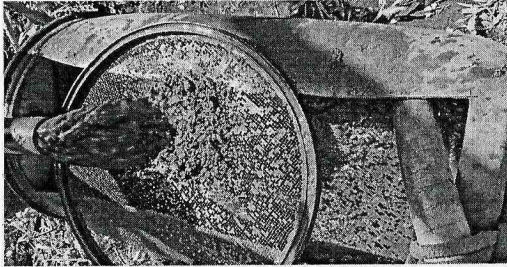

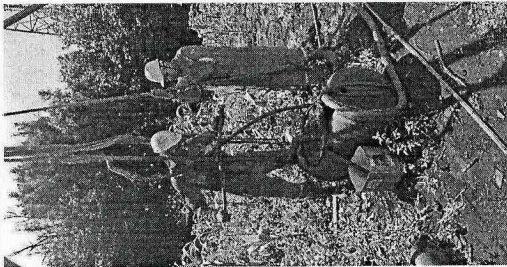
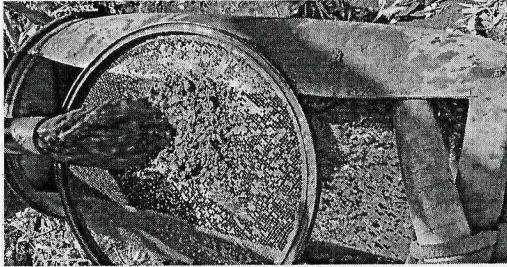

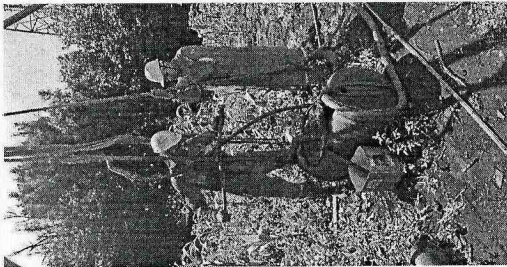
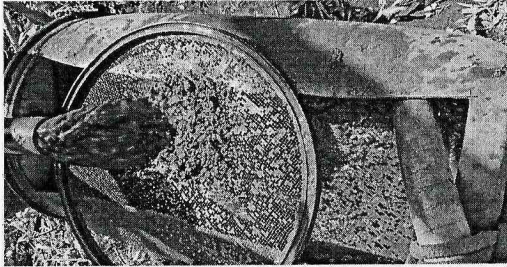

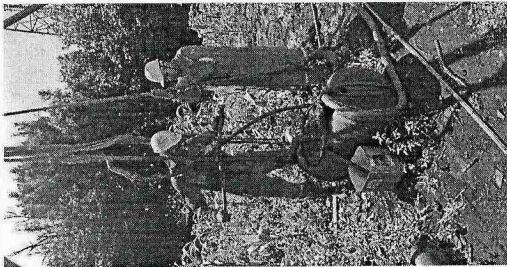
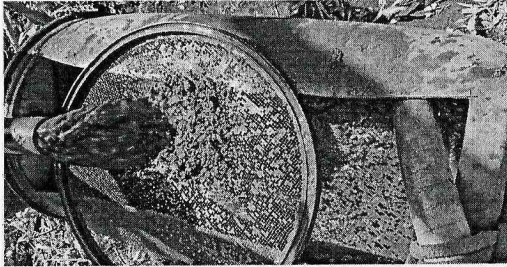

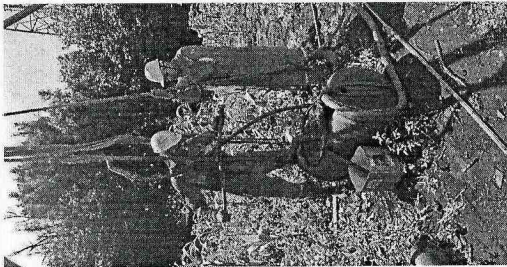
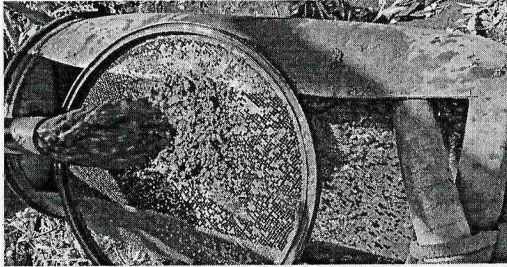

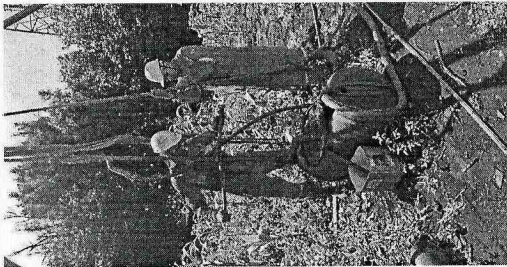
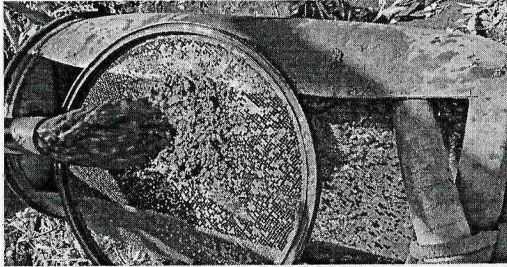

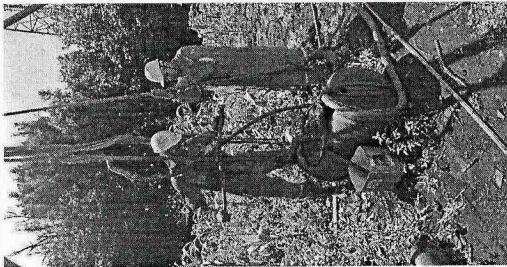
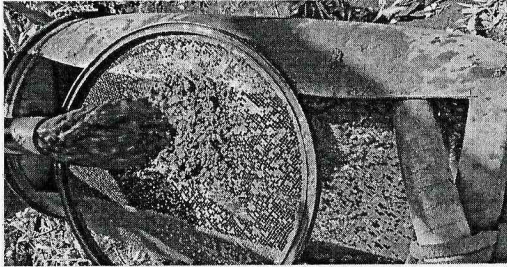

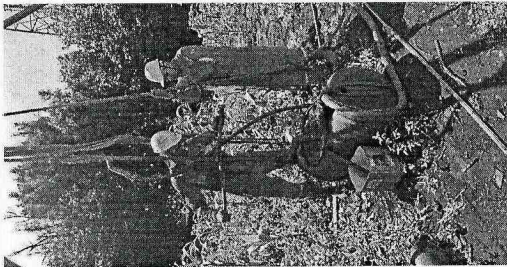
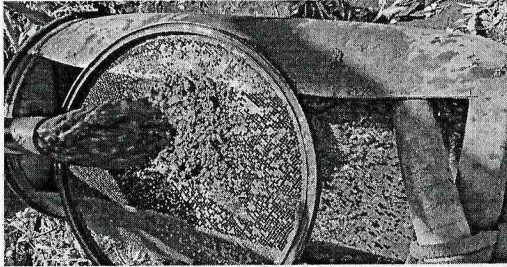

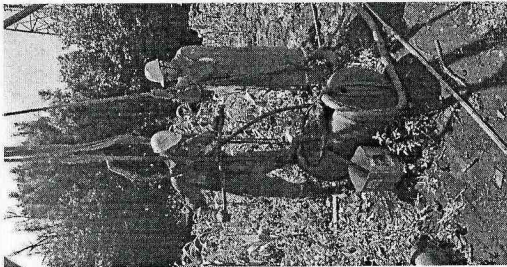
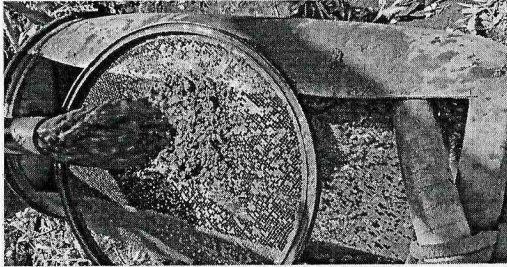

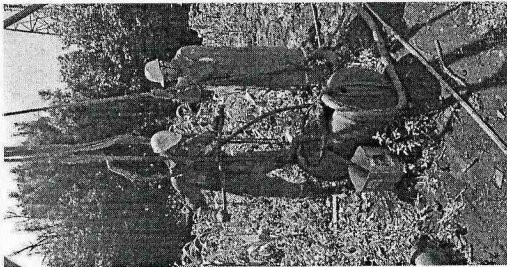
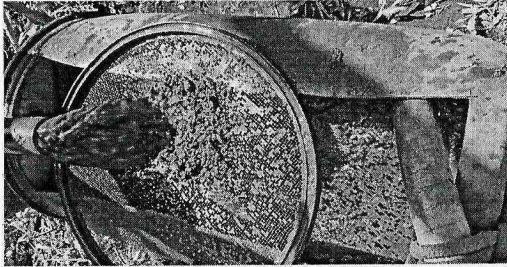

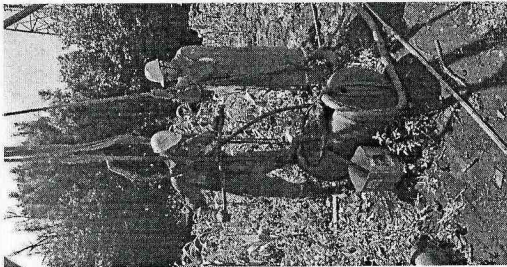
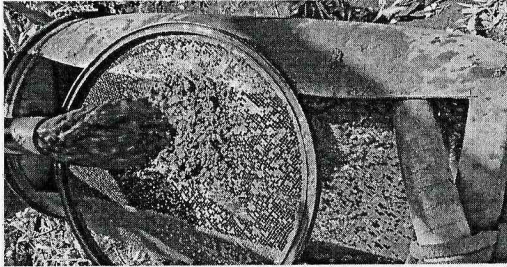

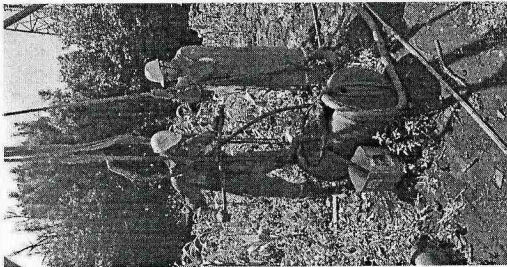
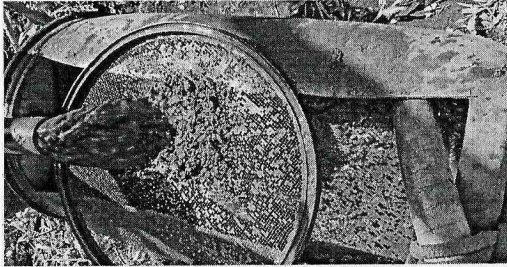

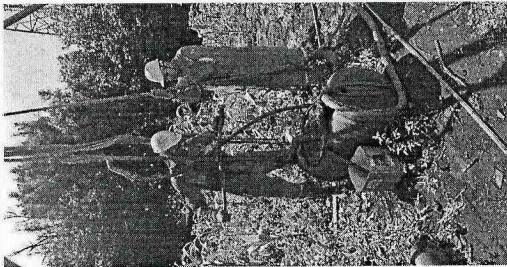
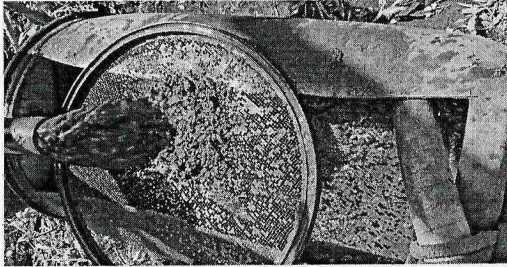

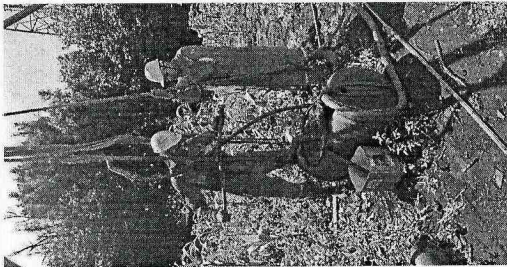
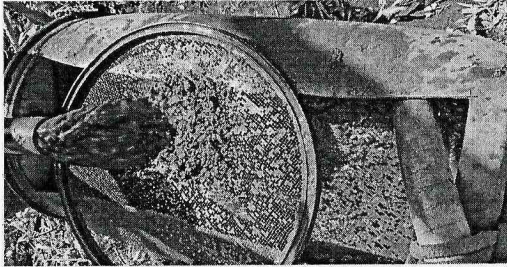

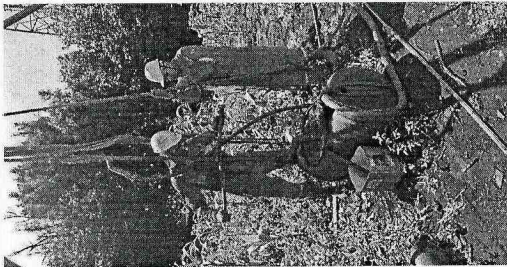
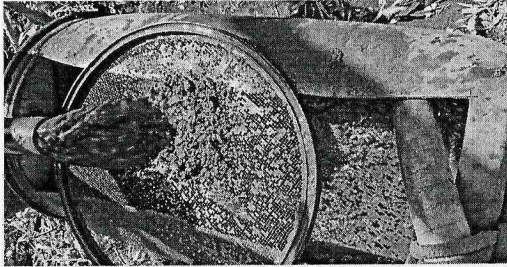

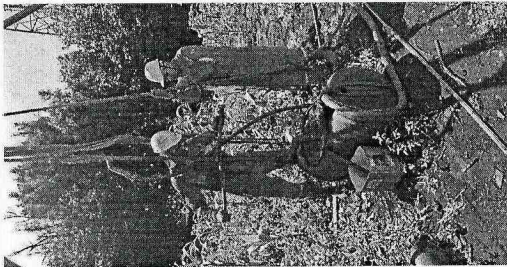
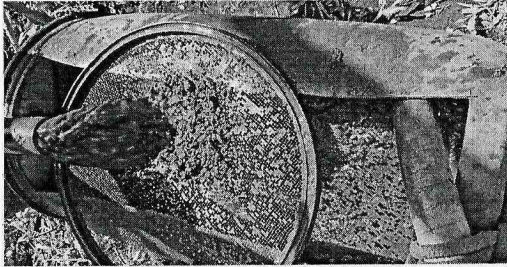

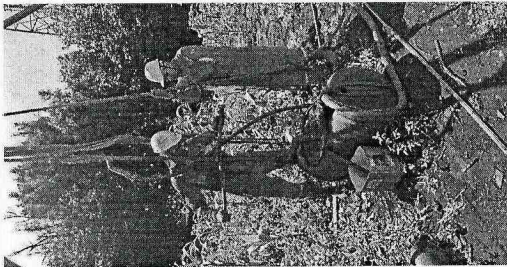
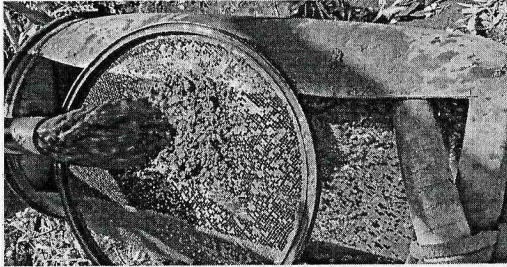

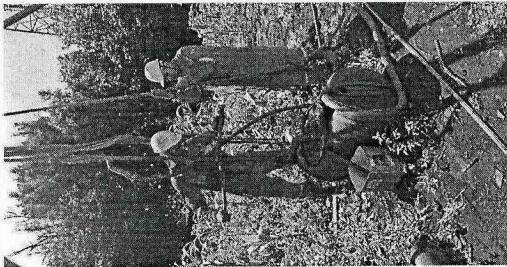
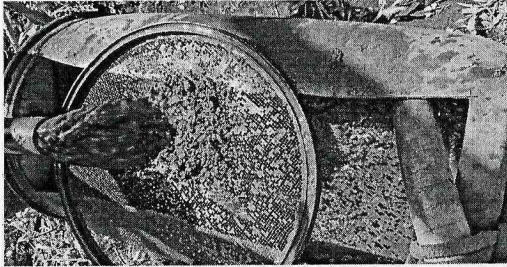

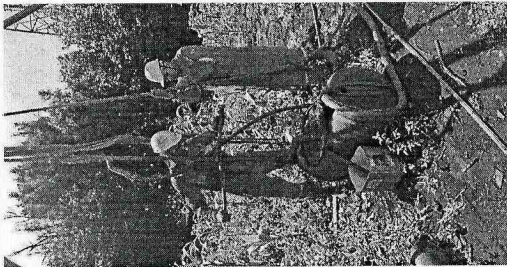
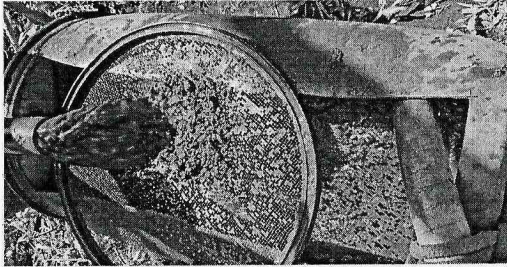

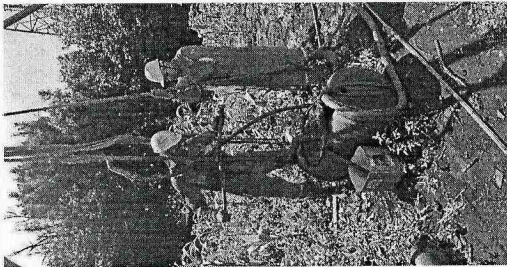
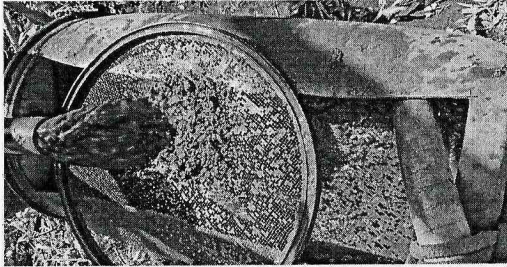

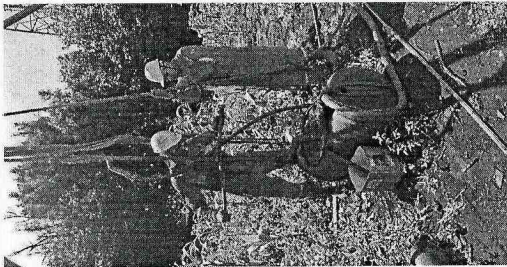
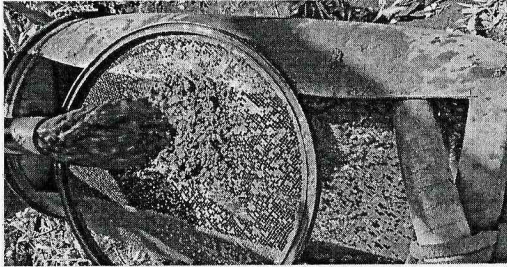

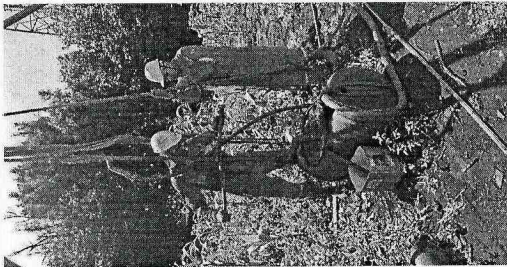
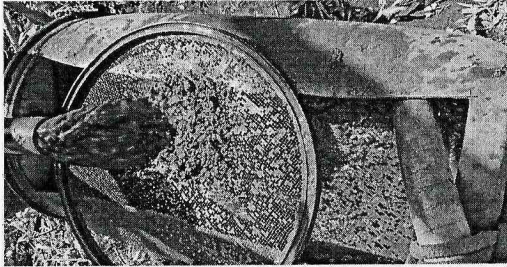

RESPONSÁVEL TÉCNICO:


FRANCISCO H. ALVES SOUSA
GEOLOGO - CREARJ 201410759
VISTOR Nº 19057
ART Nº 11720246853810

Pag.

67

Ass.

<div><div><div>RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA</div></div><div>EMPRESA: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA</div></div>		REGISTRO FOTOGRÁFICO		<div>IDENTIF: FOLHA Nº 02/05</div> <div>SPT 02</div>	
EMPRESA: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA		CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR OBRA: SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE SPT. LOCAL: FUTURA INSTALAÇÃO ACIM		IDENTIF: FOLHA Nº 02/05	
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					
					



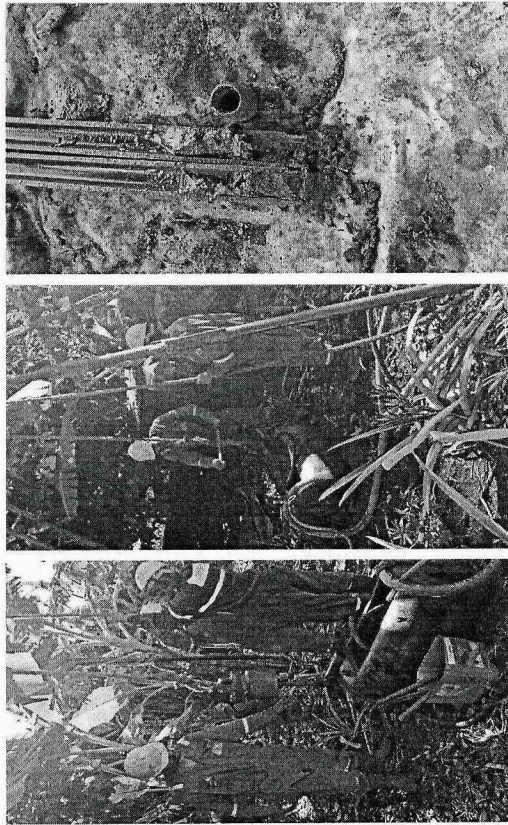
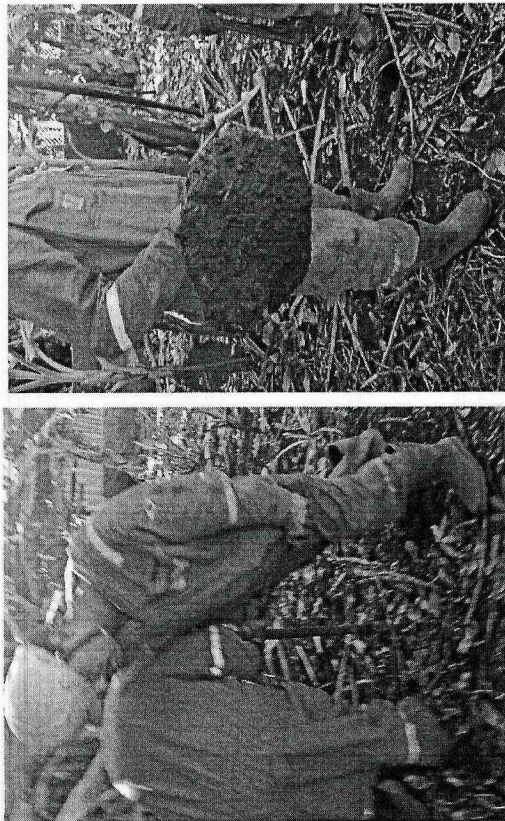
RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

EMPRESA:
RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR.
Obra: SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE SPT.
Local: FUTURA INSTALAÇÃO ACIM

IDENTIF:
FOLHA Nº
04/05

SPT 04



OBS:

ESCALA VERT.: 1/100

DATA: 23/11/2024

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
FRANCISCO H. ALVES SOUSA
GEOLOGO - CREARJ 2014/0759
VISTORPR 19167
ART N°:1720246853910

TECNICO: Rafael A. Moreira



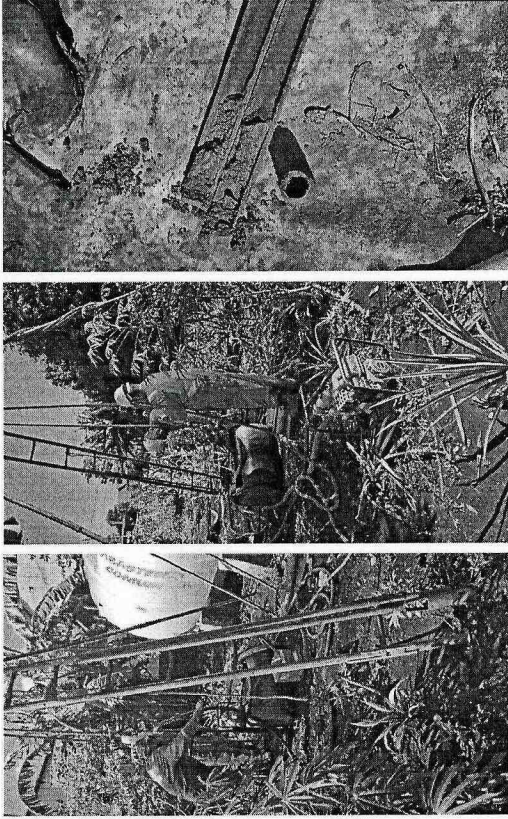
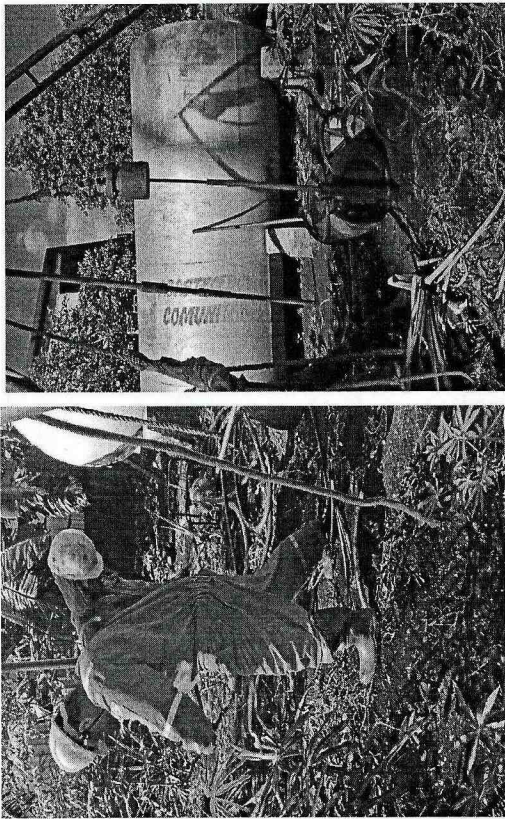
RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

EMPRESA:
RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR.
Obra: SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE SPT.
Local: FUTURA INSTALAÇÃO ACIM

IDENTIF:
FOLHA Nº
05/05

SPT 05



OBS:

ESCALA VERT.: 1/100

DATA: 23/11/2024

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
FRANCISCO H. ALVES SOUSA
GEOLOGO - CREARJ 2014/0759
VISTORPR 19167
ART N°:1720246853910

TECNICO: Rafael A. Moreira



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional:

GEÓLOGO

Empresa Contratada: R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

RNP: 2013326904

Carteira: RJ-201427596/D

Registro/Visto: 75665

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 555

CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato nº: 161/2023

Celebrado em: 30/03/2023

Valor: R\$ 4.749,50

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DR FLORES, 00

INSTALAÇÃO DO ACIM CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de início: 23/11/2024

Previsão de término: 23/12/2024

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

4. Atividade Técnica

[Execução de serviço técnico, Laudo] de sondagem geotécnica e percussão

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA, registro Crea-PR RJ-201427596/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 28/11/2024 e hora 10h52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES - CNPJ: 95.719.373/0001-23

Valor da ART: R\$ 99,64

Registrada em: 28/11/2024

Valor Pago: R\$ 99,64



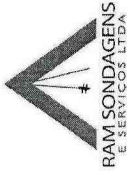
Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



R A M -Sondagens e Serviços Ltda
CNPJ 11.762.908/0001-59

TELF (22)3034-2546 (22)99809-2022/ (22) 99768-7235

EMAIL: contato@ramsondagem.com.br

A EMPRESA se coloca ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais relativos ao presente trabalho.

Sendo o que nos apresenta para o momento, firmamo-nos.

Atenciosamente.

RAFAEL ANDRADE
Assinado de forma digital
por RAFAEL ANDRADE
MOREIRA-0746587
MORERA-07465878721
Dados: 2024.11.28 14:52:35
8721

R A M Sondagem e Serviços LTDA
CNPJ 11.762.908/0001-59
CREA/RJ 2019201745
CREA/PR 75665

Assinado de forma digital por
FRANCISCO HEELTON ALVES
SOUSA-11813524793
Dados: 2024.11.28 14:54:29 -03'00'

Francisco Heelton Alves Sousa
Geólogo
CREA/RJ 2019201745
CREA/PR 191617

Pag.

70

Ass

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59

END: Rua Capitão Fonseca SN - QD 35 LT 20 - Cidade Beira Mar - CEP: 28890-146 - Rio das Ostras / RJ

TEL: (22) 3034-2546/ (22) 99809-2022/ 99768-7235 EMAIL: contato@ramsondagem.com.br

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impresso em: 28/11/2024 11:35:28

www.crea-pr.org.br





1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional:

GEOLOGO

Empresa Contratada: **R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME**

RNP: 2013326904

Carteira: RJ-201427596/D

Registro/Visto: 75665

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES**

CNPJ: 95.719.373/0001-23

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 555

CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato: Contrato nº
161/2023

Celebrado em: 30/03/2023

Valor: R\$ 4.749,50

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DR FLORES, 00

INSTALAÇÃO DO ACIM CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de Início: 23/11/2024

Previsão de término: 23/12/2024

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES**

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Execução de serviço técnico, Laudo] de *sondagem geotécnica a percussão*

Quantidade

Unidade

75,25

METRO

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA, registro Crea-PR RJ-201427596/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 28/11/2024 e hora 10h52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES - CNPJ: 95.719.373/0001-23

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 99,64

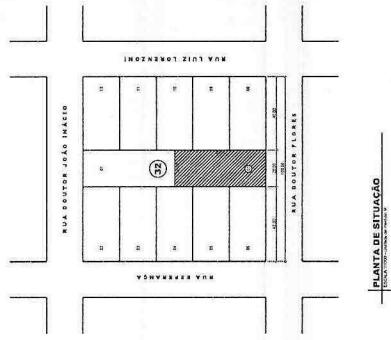
Registrada em : 28/11/2024

Valor Pago: R\$ 99,64









PLANTA DE COBERTURA
(M.A.S. 162) Unidad de Impresión: C01

IMPLANTAÇÃO



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1:1000 - JARDIM DE N.º 100.000 M²

	PROJETO ARQUITETÔNICO Comercial em Advançad ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	Rua:
	PROJETO ARQUITETÔNICO Comercial em Advançad ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	Rua:
	PROJETO ARQUITETÔNICO Comercial em Advançad ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	Rua:
	PROJETO ARQUITETÔNICO Comercial em Advançad ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	Rua:
	PROJETO ARQUITETÔNICO Comercial em Advançad ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	Rua:

Ass 

**QUESTIONÁRIO AMBIENTAL - FOSSA SÉPTICA**

Município:	MERCEDES	CNPJ:	95.719.373/0001-23
Projeto:	PRÓPRIO MUNICIPAL	Componente:	Próprios Municipais
Prioridade:	52	Programa	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
Convênio:			
Contato:	DYEIKO ALLANN HENZ	CPF:	070.538.059-99
CAU/CREA:	CREA PR-136876/D	Cargo:	ENGENHEIRO CIVIL
e-mail:	ENGENHARIA@MERCEDES.PR.GOV.BR	Telefone:	(45) 3256-8045

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO**Descrição:**

Construção de Próprio Municipal contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.

Objeto:

Construção de Próprio Municipal com execução de serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final de obra e demais itens e especificações constantes no projeto.

02. LOCALIZAÇÃO

Endereço: RUA DR. FLORES, LOTE 07, QUADRA 32	Bairro: CENTRO
Área Construída: 323,3 m²	Área do Terreno: 1.000,00 m²
Matrícula do Terreno: 27700	Registro de imóveis: IMÓVEIS DE MAL. C. RONDON
Comarca: MAL. C. RONDON	

03. SISTEMA DE TRATAMENTO INDIVIDUAL DE EFLUENTES

a	Informe o número de pessoas considerado no dimensionamento do sistema: 106 OCUPANTES.
b	Informe a disposição/tratamento dos efluentes: FOSSA SÉPTICA - SUMIDOURO.
c	Informe a distância do sistema de tratamento individual das edificações (em metros): 1,80 METRO.
d	Informe a menor distância do sistema de tratamento individual das divisas (em metros): 7,12 METROS.
e	Informe a distância da cota inferior da fossa séptica ao lençol freático (em metros): NAS SONDAGENS REALIZADAS, COM MÉDIA DE PROFUNDIDADE DE 15,05 METROS, NÃO FOI ENCONTRADA PRESENÇA DE ÁGUA NO SOLO.
f	Informe a distância do sistema de tratamento individual a poços e/ou fontes de água (em metros): POÇOS E/OU FONTES DE ÁGUA AUSENTES NAS PROXIMIDADES DA ÁREA DA OBRA.
g	Informe o potencial de contaminação do solo (em kg/ano): sugestão: utilizar como apoio a tabela 3 da NBR 13969
h	Informe a disposição final do lodo gerado: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE) DEVIDAMENTE LICENCIADO.
i	Informe o responsável pela coleta do lodo gerado: SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL - FOSSA SÉPTICA

Há potencial de contaminação das águas superficiais?
Há potencial de contaminação das águas subterrâneas?
Há potencial de contaminação de nascentes?
O sistema de tratamento será construído em zonas muito inclinadas, sujeitas a desmoronamento e deslizamentos?
O sistema de tratamento será construído em local de fácil acesso para permitir a limpeza e manutenção?
O sistema oferece risco de contaminação direta ou indireta a pessoas ou animais?
Foi evitada a indução de águas pluviais para o interior do sistema de tratamento?

SIM	NÃO
	X
	X
	X
	X
X	
	X
X	

04. CARACTERÍSTICAS DO SOLO E TERRENO DE IMPLANTAÇÃO:

04.01. SOLO

a	Informe o nome do responsável técnico pelo Laudo de Permeabilidade do solo: CLEBER LUIS HAHN
b	Informe o número da responsabilidade técnica (ART/RRT) do Laudo: 1720250327418
c	Informe a taxa de percolação obtida no laudo (em min/m): 880 MIN/M
d	Informe a taxa máxima de aplicação diária (em m³/m².dia): 0,043 M³/M².D
e	Informe a permeabilidade do solo (baixa, média ou alta): BAIXA

04.02. TERRENO

a	Informe a declividade do terreno (baixa: < 10%, média: 10% a 30%, alta: 30% a 60%, muito alta: > 60%) BAIXA.
b	Informe se o terreno possui área inundável (caso afirmativo, descrever e indicar a área): NÃO.
c	Informe a permeabilidade do solo (baixa, média ou alta): BAIXA.

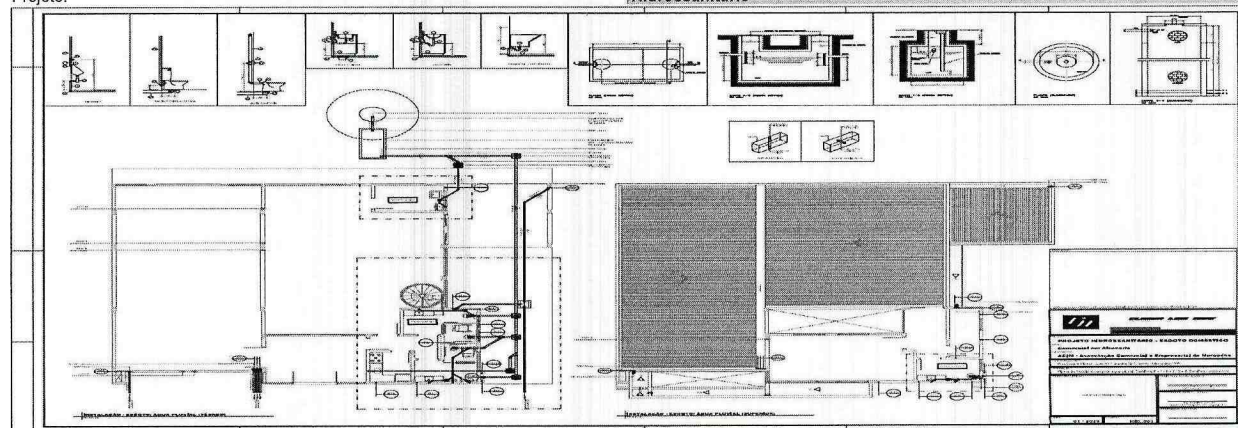
05. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA FOSSA SÉPTICA

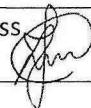
Prancha nº:

Projeto:

HID 001

Hidrossanitário





Governo do Estado do Paraná
Secretaria das Cidades
Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 | 3º andar | Ahú CEP 80540-280
Curitiba | Paraná | Fone (41) 3350 – 3300 <http://www.paranacidade.org.br/>



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL - FOSSA SÉPTICA

MERCEDES , 01 de julho de 2025

Declaro para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras e preenchidas de acordo com vistoria "in loco" na(s) área(s) em que será implantado o Projeto Executivo em pauta, com a finalidade de realizar o levantamento das características específicas locais, constatar infraestruturas existentes e de justificar os serviços previstos no projeto apresentado. Por ser expressão da verdade, assino abaixo :




DYEIKO ALLANN
HENZ:07053805999

Assinado digitalmente por DYEIKO ALLANN HENZ em 01/07/2025 às 14:05:00. Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: <https://www.paranacidade.org.br/verificar-assinatura>

DYEIKO ALLANN HENZ
ENGENHEIRO CIVIL
CREA PR-136876/D

Atesto que as informações repassadas pelo Município atendem aos critérios de elegibilidade e estão compatíveis com o projeto apresentado.

Gustavo Henrique Veronese Vieira
Engenheiro Civil

 PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES	Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 3º andar Ahú CEP 80540-280 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/	 PARANACIDADE
		

QUESTIONÁRIO AMBIENTAL

Município:	MERCEDES	CNPJ:	95.719.373/0001-23
Projeto:	PRÓPRIO MUNICIPAL	Componente:	Próprios Municipais
Prioridade:	52	Programa	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
Convênio:	-		
Contato:	DYEIKO ALLANN HENZ	CPF:	070.538.059-99
CAU/CREA:	CREA PR-136876/D	Cargo:	ENGENHEIRO CIVIL
e-mail:	ENGENHARIA@MERCEDES.PR.GOV.BR	Telefone:	(45) 3256-8045

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Descrição:

Construção de Próprio Municipal contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.

Objeto:

Construção de Próprio Municipal com execução de serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final de obra e demais itens e especificações constantes no projeto.

02. LOCALIZAÇÃO

Endereço: RUA DR. FLORES, LOTE 07, QUADRA 32	Bairro: CENTRO
Área Construída: 323,3 m²	Área do Terreno: 1.000,00 m²
Matrícula do Terreno: 27700	Registro de Imóveis: IMÓVEIS DE MAL. C. RONDON
Comarca: MAL. C. RONDON	

03. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

		SIM	NÃO
a	O Município possui legislação ambiental? Caso afirmativo, informe o número da Lei Municipal:		X
b	Informe as Leis Estaduais e Federais aplicáveis: RESOLUÇÃO CONAMA N° 412/2009, RESOLUÇÃO CEMA N° 107/2020, RESOLUÇÃO SEMA N° 051/2009		
c	O empreendimento necessita de Autorização ou Licença Ambiental? Caso afirmativo, informe o número do documento:		X
d	O empreendimento necessita de PCA/EIA RIMA? Caso afirmativo, informe o número do documento:		X
e	O empreendimento necessita de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV? Caso afirmativo, informe o número do documento e legislação municipal pertinente:		X

3.1 O PROJETO SITUA-SE EM:

		SIM	NÃO
a	Área de manancial de abastecimento de água		X
b	Área de reflorestamento de araucária (espécies com mais de 30 anos)		X
c	Área de influência de manguezais		X
d	Área de várzea		X
e	Unidades de Conservação		X
f	Encostas com declividade superior a 30%		X
g	Áreas de preservação permanente ou APA		X
h	Área de vulnerabilidade social/ambiental por enchentes, desequilíbrios climáticos, área de encosta sujeita a deslizamentos?		X

<p>PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES</p>	<p>Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 3º andar Ahú CEP 80540-280 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	<p>PARANACIDADE</p>



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL

i	Área com indícios de possível contaminação do solo do terreno ou logradouro por descarte de efluentes no solo ou esgoto a céu aberto, manchas no solo, odores de substâncias químicas, alterações na vegetação, ocorrência de animais mortos, vazamento ou derramamento de substâncias químicas, odor de gás e/ou combustível, ou quando nas áreas anexas, ou no próprio imóvel no passado, tiveram atividades como posto de gasolina, armazenamento de resíduos, indústrias poluentes, e similares?		X
Caso afirmativo, justifique quais:			
j	Áreas embargadas pelo IBAMA ¹		X
¹ Consulta através do https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php			

3.2 SISTEMAS/FONTES DE ÁGUA EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Poço individual		X
b	Fonte Superficial individual		X
c	Ligação com rede de abastecimento de água	X	

3.3 SISTEMAS DE COLETA DE ESGOTO EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Existe rede de esgoto pública com tratamento?		X
Caso afirmativo, especificar o tipo de tratamento:			
b	Existe fossa séptica coletiva?		X
c	Existe fossa séptica individual?	X	

Para os casos de tratamento com fossa séptica, anexar o "Questionário Ambiental Específico de Fossa Séptica" preenchido e Laudo da Taxa de Absorção do Solo, com responsabilidade técnica recolhida.

3.4 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO

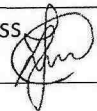
		SIM	NÃO
a	Cursos d'água próximos?		X
b	Área inundável?		X
c	Existem águas estagnadas onde possam desenvolver-se mosquitos?		X
d	Existem problemas de ruído e maus odores que podem afetar a atividade?		X
Caso afirmativo, especificar:			
e	Existem depósitos de lixo?		X
Em caso afirmativo, especificar número e magnitude:			
f	Características da área de influência direta (no entorno de 100 m):		
ÁREA URBANA RESIDENCIAL E COMERCIAL.			
Número e tipo de estabelecimentos industriais, inclusive oficinas:			
NENHUM ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, INCLUSIVE OFICINAS.			

3.5 REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

		SIM	NÃO
a	Há rede de distribuição de energia de Baixa Tensão?	X	
b	Há rede de distribuição de energia de Média Tensão?		X
c	Há rede de distribuição de energia de Alta Tensão?		X
d	Há captação de Energia Solar?		X
e	Existem Micro Sistemas de Energia?		X
f	Iluminação Pública com luminárias Convencionais?		X
g	Iluminação Pública com luminárias em LED?	X	

3.6 SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DOMÉSTICOS EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Coleta de Resíduos Domésticos	X	
b	Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos	X	
c	Coleta de Resíduos Sólidos Hospitalares		X
d	Coleta de Resíduos Perigosos		X
e	Frequência de coleta (na área do projeto) e disposição dos resíduos (aterro sanitário/ aterro controlado/ aterro sem controle/ lixão)		
Coleta 1 (uma) vez por semana. Disposição em aterro tipo trincheira coberta, sem controle.			




Governo do Estado do Paraná
Secretaria das Cidades
Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195| 3º andar | Ahú CEP 80540-280
Curitiba | Paraná | Fone (41) 3350 – 3300 <http://www.paranacidade.org.br/>



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL

3.7 OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO LOCAL ONDE SERÁ EXECUTADO O EMPREENDIMENTO

a	Descreva as atividades econômicas do local de implantação:
	AGRICULTURA, COMÉRCIO LOCAL E SERVIÇOS.
	Descreva as características da população local:
	5945 HABITANTES, SENDO A MAIORIA POPULAÇÃO URBANA.

		SIM	NÃO
b	Possui vegetação nativa?		X
c	Presença de animais silvestres?		X
d	Necessidade de contenção de processos erosivos?		X
	Possui área de bota fora/ empréstimo, aprovado pelo órgão ambiental municipal?		X
e	Insira o croqui de localização do bota fora/empréstimo utilizando o Google Earth ou o SEDU PARANACIDADE Interativo		
	NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE BOTA-FORA OU EMPRÉSTIMO DE MATERIAL.		

4. IMPACTO AMBIENTAL

		SIM	NÃO
a	Requer desmate?		X
	Caso afirmativo, especifique as áreas:		
b	Gera resíduos sólidos?	X	
	Caso afirmativo, especifique os tipos de resíduos e seus respectivos volumes: ENTULHO DE OBRA, SEM VOLUME ESPECIFICADO.		
c	Requer movimentação de terra?		X
	Caso afirmativo, especifique o volume de corte e o volume de aterro:		
d	Há possibilidade de problemas referentes às águas pluviais?		X
	Caso afirmativo, especifique quais:		



Gustavo Henrique Veronese Vieira
Engenheiro Civil

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município:

MERCEDES

Projeto:

Próprios Municipais

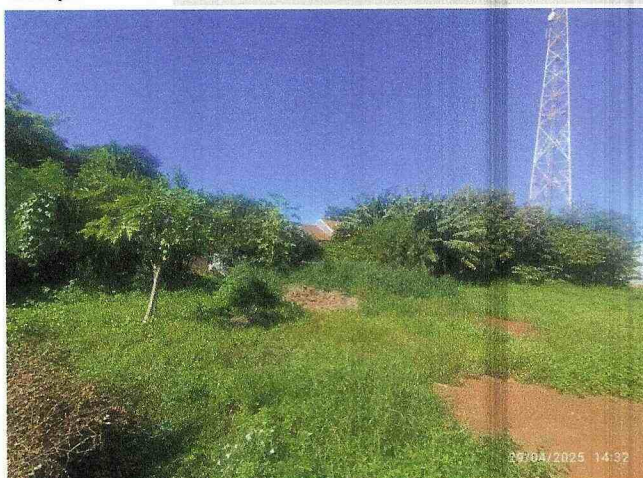


FOTO 1 - FUNDOS

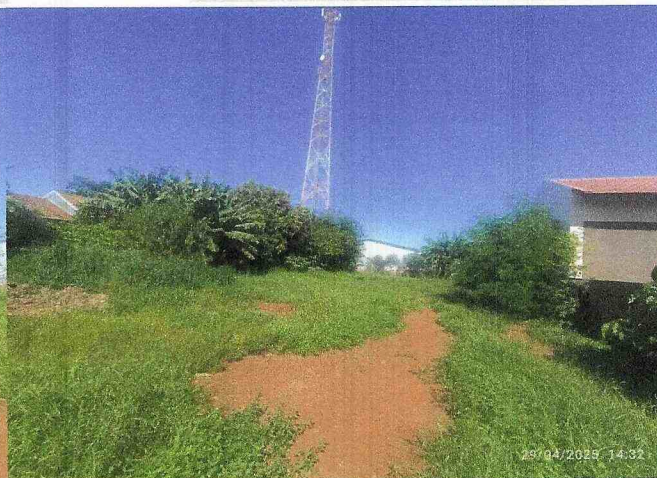


FOTO 2 - VISTA LATERAL DIREITA

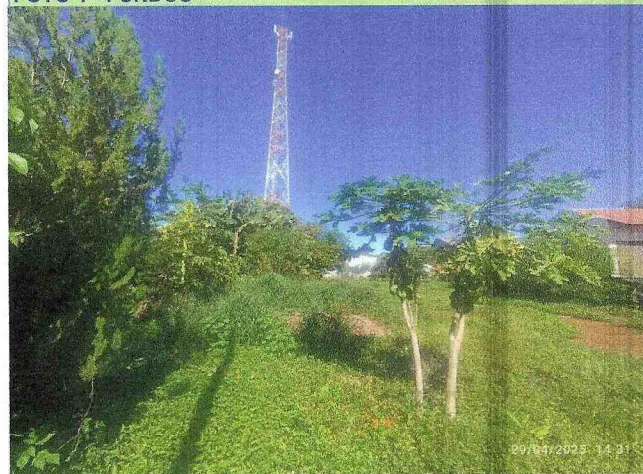


FOTO 3 - VISTA LATERAL ESQUERDA



FOTO 4 - VISTA FRONTAL



FOTO 5 - VIA DE ACESSO E ENTORNO



FOTO 6 - VIA DE ACESSO E ENTORNO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município:

MERCEDES

Projeto:

Próprios Municipais



29/04/2025 14:32

FOTO 7 - VISTA LATERAL DIREITA



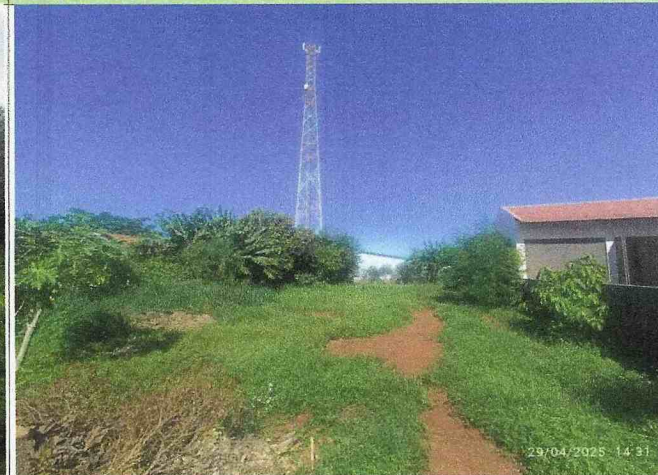
29/04/2025 14:31

FOTO 8 - VISTA LATERAL DIREITA





06/05/2025 10:09

FOTO 9 - VISTA INTERNA



29/04/2025 14:31

FOTO 10 - VISTA INTERNA

 PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES	Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 3º andar Ahú CEP 80540-280 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/	 PARANACIDADE
--	--	--

 1. INFRAESTRUTURA	 2. MEIO AMBIENTE	 3. SAÚDE	 4. EDUCAÇÃO	 5. TRABALHO	 6. SEGURANÇA	 7. CULTURA	 8. PLANEJAMENTO	 9. MOBILIDADE	 10. INFRAESTRUTURA	 11. MEIO AMBIENTE	 12. SAÚDE	 13. EDUCAÇÃO	 14. TRABALHO	 15. SEGURANÇA	 16. CULTURA	 17. PLANEJAMENTO
--	---	---	--	--	---	---	--	--	---	--	---	---	---	--	--	---

PARECER URBANÍSTICO

Município:	MERCEDES	CNPJ:	95.719.373/0001-23
Projeto:	PRÓPRIO MUNICIPAL	Componente:	Próprios Municipais
Prioridade:	52	Programa	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
Convênio:			
Contato:	DYEIKO ALLANN HENZ	CPF:	070.538.059-99
CAU/CREA:	CREA PR-136876/D	Cargo:	ENGENHEIRO CIVIL
e-mail:	ENGENHARIA@MERCEDES.PR.GOV.BR	Telefone:	(45) 3256-8045

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO**Descrição:**

Construção de Próprio Municipal contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.

Objeto:

Construção de Próprio Municipal com execução de serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final de obra e demais itens e especificações constantes no projeto.

02. LOCALIZAÇÃO

Endereço: RUA DR. FLORES, LOTE 07, QUADRA 32	Bairro: CENTRO
Área Construída: 323,3 m²	Área do Terreno: 1.000,00 m²
Matrícula do Terreno: 27700	Registro de imóveis: IMÓVEIS DE MAL. C. RONDON
Comarca: MAL. C. RONDON	

03. OBSERVÂNCIA AO PLANO DIRETOR


a	Informe o número da Lei do Perímetro Urbano Municipal: LEI Nº 048/2019 Informe a data de aprovação da Lei do Perímetro Urbano Municipal: 19 DE SETEMBRO DE 2019
b	Informe o número da Lei do Zoneamento Urbano Municipal: LEI Nº 050/2019 Informe a data de aprovação da Lei do Zoneamento Urbano Municipal: 19 DE SETEMBRO DE 2019

		SIM	NÃO
c	O projeto apresentado encontra-se em área urbanizada?	X	
d	O projeto apresentado encontra-se dentro do perímetro urbano?	X	
	O projeto apresentado atende a Lei do Zoneamento Urbano?	X	
e	Informe o Zoneamento onde o projeto será implantado: ZC - ZONA CENTRAL		

03.1 EM CASO DE PROJETOS FORA DO PERÍMETRO URBANO


f	Observar o previsto na Lei de Zoneamento ao que se refere ao Macrozoneamento Municipal.
----------	--





PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DAS CIDADES

Governo do Estado do Paraná
Secretaria das Cidades
Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 | 3º andar | Ahú - CEP 80540-280
Curitiba | Paraná | Fone (41) 3350 – 3300 <http://www.paranacidade.org.br/>



PARANACIDADE



OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS

1 

2 

3 

4 

5 

6 

7 

8 

9 

10 

11 

12 

13 

14 

15 

16 

17 

PARECER URBANÍSTICO

FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO:

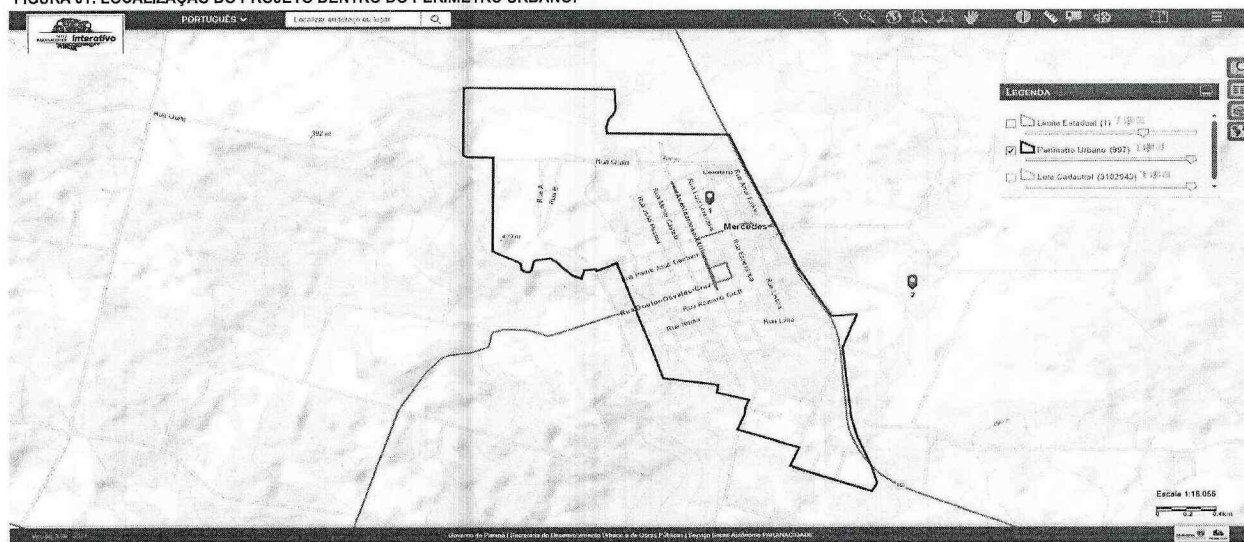
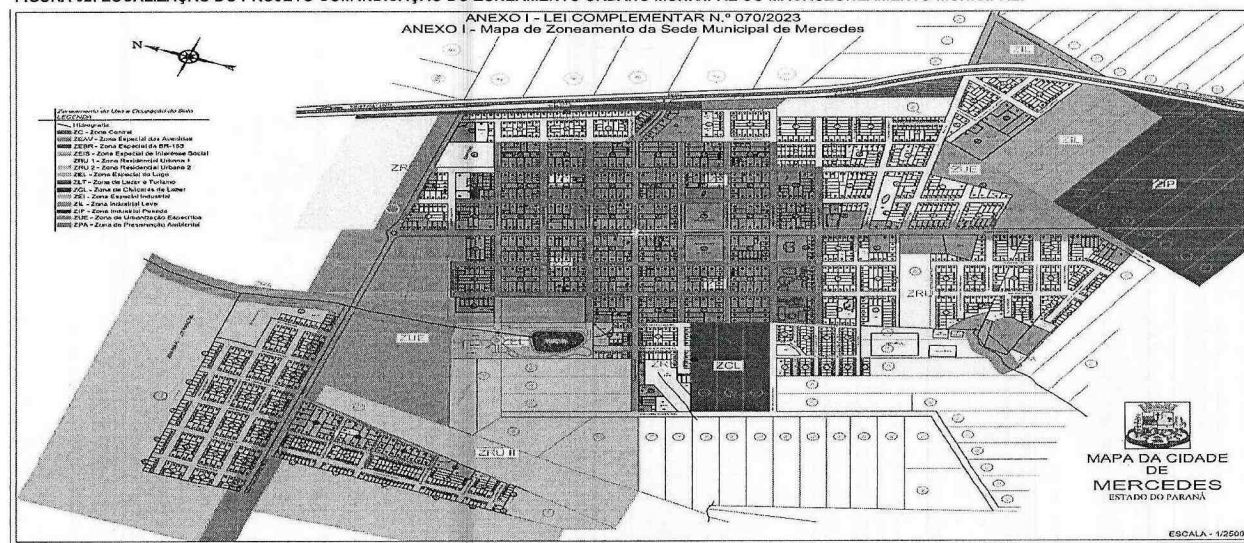




FIGURA 02: LOCALIZAÇÃO DO PROJETO COM INDICAÇÃO DO ZONEAMENTO URBANO MUNICIPAL OU MACROZONEAMENTO MUNICIPAL:



	<p>Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195/ 3º andar Ahú CEP 80540-280 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p>PARANACIDADE</p>
	<p>1. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 2. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 3. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 4. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 5. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 6. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 7. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 8. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 9. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 10. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 11. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 12. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 13. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 14. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 15. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 16. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO 17. OBJETIVOS DO GOVERNO DO ESTADO</p>	

PARECER URBANÍSTICO

04. LOCALIZAÇÃO EM ÁREA DE FRAGILIDADE ECOLÓGICA

		SIM	NÃO
4.1	Área de Manancial de Abastecimento		X
4.2	Área de Reflorestamento de Araucária (com mais de 30 anos)		X
4.3	Área de Influência de Manguezais		X
4.4	Área de Várzea		X
4.5	Unidades de Conservação		X
4.6	Encostas com declividade superior a 30%		X
4.7	Áreas de Preservação Permanente		X

05. PROJETO PROPOSTO

		SIM	NÃO
a	Existem equipamentos comunitários similares ao Projeto Proposto?		X
	Existe arborização a ser retirada no local de implantação do Projeto Proposto?		X
	Justifique para os casos de localização em área não urbanizada, ocupação incompatível com o entorno imediato e existência de arborização a ser retirada do local de implantação:		

		SIM	NÃO
b	Ocupação e disposição do Projeto Proposto compatível em relação ao terreno?	X	
	Ocupação e disposição do Projeto Proposto compatível em relação às ruas de acesso?	X	
	Ocupação e disposição do Projeto Proposto compatível em relação ao entorno imediato?	X	
	Justifique as respostas "NÃO":		

		SIM	NÃO
c	Existem vias de tráfego intenso na área de abrangência do Projeto Proposto?		X
	Existem rodovias na área de abrangência do Projeto Proposto?		X
	Existem ferrovias na área de abrangência do Projeto Proposto?		X
	Existem linhas de alta tensão na área de abrangência do Projeto Proposto?		X
	Existem barreiras naturais na área de abrangência do Projeto Proposto?		X
	Justifique as respostas "SIM":		

06. INFRAESTRUTURA EXISTENTE NO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

		SIM	NÃO
6.1	Rede de abastecimento de água	X	
6.2	Rede de esgoto		X
6.3	Rede de energia elétrica	X	
6.4	Rede telefônica	X	
6.5	Sistema de drenagem pluvial	X	
6.6	Pavimentação da rua de acesso	X	

07. PARECER FINAL

FAVORÁVEL

x

DESFAVORÁVEL

Considerações técnicas:

MERCEDES, 01 de julho de 2025

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras e preenchidas de acordo com a vistoria "in loco" na(s) área(s) em que será implantado o Projeto Executivo em pauta, com a finalidade de realizar o levantamento das características específicas locais, constatar infraestruturas existentes e de justificar os serviços previstos no projeto apresentado. Por ser expressão da verdade, assino abaixo:

DYEIKO ALLANN
HENZ:07053805999

DYEIKO ALLANN HENZ
ENGENHEIRO CIVIL
CREA PR-136876/D

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras e preenchidas de acordo com a vistoria "in loco" na(s) área(s) em que será implantado o Projeto Executivo em pauta, com a finalidade de realizar o levantamento das características específicas locais, constatar infraestruturas existentes e de justificar os serviços previstos no projeto apresentado. Por ser expressão da verdade, assino abaixo:

Atesto que as informações repassadas pelo Município atendem aos critérios de elegibilidade e estão compatíveis com o projeto apresentado.

Gustavo Henrique Veronese Vieira
Engenheiro Civil

FICHA DE PROJETO

Município:	MERCEDES	CNPJ:	95.719.373/0001-23
Projeto:	PRÓPRIO MUNICIPAL	Componente:	Próprios Municipais
Prioridade:	52	Programa:	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
Convênio:			
Contato:	DYEIKO ALLANN HENZ	CPF:	070.538.059-99
CAU/CREA:	CREA PR-136876/D	Cargo:	ENGENHEIRO CIVIL
e-mail:	ENGENHARIA@MERCEDES.PR.GOV.BR	Telefone:	(45) 3256-8045

01. DESCRIÇÃO E OBJETO**Descrição:**

Construção de Próprio Municipal contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.

Objeto:

Construção de Próprio Municipal com execução de serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final de obra e demais itens e especificações constantes no projeto.

03. LOCALIZAÇÃO

Endereço:	RUA DR. FLORES, LOTE 07, QUADRA 32	Bairro:	CENTRO
Área Construída:	323,30 m2	Área do Terreno:	1.000,00 m2
Matrícula do Terreno:	27.700	Registro de IMÓVEIS DE MAL. C. RONDON	
Comarca:	MAL. C. RONDON		

04. COORDENADAS DO PROJETO (UTM)

NÚMERO DE LOTES	1		
Lote 01			
objeto	Sequência	Coordenada X	Coordenada Y
E01	1	179154,57	7292431,20
E02	2	179174,29	7292438,01
E03	3	179179,38	7292423,64
E04	4	179160,45	7292417,79
E05	5		
E06	6		

**05. CRONOGRAMA**

Cronograma: 18 MESES

06. POPULAÇÃO BENEFICIADA


5931 habitantes

07. AVALIAÇÃO ECONÔMICA

Mínimo custo. Planilha de serviços e preços elaborada pelo município com base em tabelas oficiais, cotações de mercado e composições de custo.



08. AVALIAÇÃO FINANCEIRA

Obra com recursos de TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS e complementação de valor em contrapartida municipal.

Ass. 



Gustavo Henrique Veronese Vieira
Engenheiro Civil

 PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES	Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 3º andar Ahú CEP 80540-280 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/	 PARANACIDADE
---	---	--

																
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---

QUESTIONÁRIO AMBIENTAL - FOSSA SÉPTICA

Município:	MERCEDES	CNPJ:	95.719.373/0001-23
Projeto:	PRÓPRIO MUNICIPAL	Componente:	Próprios Municipais
Prioridade:	52	Programa	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
Convênio:			
Contato:	DYEIKO ALLANN HENZ	CPF:	070.538.059-99
CAU/CREA:	CREA PR-136876/D	Cargo:	ENGENHEIRO CIVIL
e-mail:	ENGENHARIA@MERCEDES.PR.GOV.BR	Telefone:	(45) 3256-8045

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO**Descrição:**

Construção de Próprio Municipal contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.

Objeto:

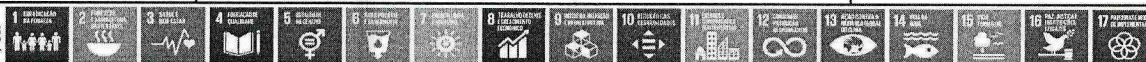
Construção de Próprio Municipal com execução de serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final de obra e demais itens e especificações constantes no projeto.

02. LOCALIZAÇÃO

Endereço: RUA DR. FLORES, LOTE 07, QUADRA 32	Bairro: CENTRO
Área Construída: 323,3 m²	Área do Terreno: 1.000,00 m²
Matrícula do Terreno: 27700	Registro de imóveis: IMÓVEIS DE MAL. C. RONDON
Comarca: MAL. C. RONDON	

03. SISTEMA DE TRATAMENTO INDIVIDUAL DE EFLUENTES

a	Informe o número de pessoas considerado no dimensionamento do sistema:
	106 OCUPANTES.
b	Informe a disposição/tratamento dos efluentes:
	FOSSA SÉPTICA - SUMIDOURO.
c	Informe a distância do sistema de tratamento individual das edificações (em metros):
	1,80 METRO.
d	Informe a menor distância do sistema de tratamento individual das divisas (em metros):
	7,12 METROS.
e	Informe a distância da cota inferior da fossa séptica ao lençol freático (em metros):
	NAS SONDAGENS REALIZADAS, COM MÉDIA DE PROFUNDIDADE DE 15,05 METROS, NÃO FOI ENCONTRADA PRESENÇA DE ÁGUA NO SOLO.
f	Informe a distância do sistema de tratamento individual a poços e/ou fontes de água (em metros):
	POÇOS E/OU FONTES DE ÁGUA AUSENTES NAS PROXIMIDADES DA ÁREA DA OBRA.
g	Informe o potencial de contaminação do solo (em kg/ano):
	sugestão: utilizar como apoio a tabela 3 da NBR 13969
h	Informe a disposição final do lodo gerado:
	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE) DEVIDAMENTE LICENCIADO.
i	Informe o responsável pela coleta do lodo gerado:
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

**QUESTIONÁRIO AMBIENTAL - FOSSA SÉPTICA**

Há potencial de contaminação das águas superficiais?

Há potencial de contaminação das águas subterrâneas?

Há potencial de contaminação de nascentes?

O sistema de tratamento será construído em zonas muito inclinadas, sujeitas a desmoronamento e deslizamentos?

O sistema de tratamento será construído em local de fácil acesso para permitir a limpeza e manutenção?

O sistema oferece risco de contaminação direta ou indireta a pessoas ou animais?

Foi evitada a indução de águas pluviais para o interior do sistema de tratamento?

SIM

NÃO

X

X

X

X

X

X

X

04. CARACTERÍSTICAS DO SOLO E TERRENO DE IMPLANTAÇÃO:**04.01. SOLO**

a

Informe o nome do responsável técnico pelo Laudo de Permeabilidade do solo:

CLEBER LUIS HAHN

b

Informe o número da responsabilidade técnica (ART/RRT) do Laudo:

1720250327418

c

Informe a taxa de percolação obtida no laudo (em min/m):

880 MIN/M

d

Informe a taxa máxima de aplicação diária (em m³/m².dia):

0,043 M³/M².D

e

Informe a permeabilidade do solo (baixa, média ou alta):

BAIXA

04.02. TERRENO

a

Informe a declividade do terreno (baixa: < 10%, média: 10% a 30%, alta: 30% a 60%, muito alta: > 60%)

BAIXA.

b

Informe se o terreno possui área inundável (caso afirmativo, descrever e indicar a área):

NÃO.

c

Informe a permeabilidade do solo (baixa, média ou alta):

BAIXA.

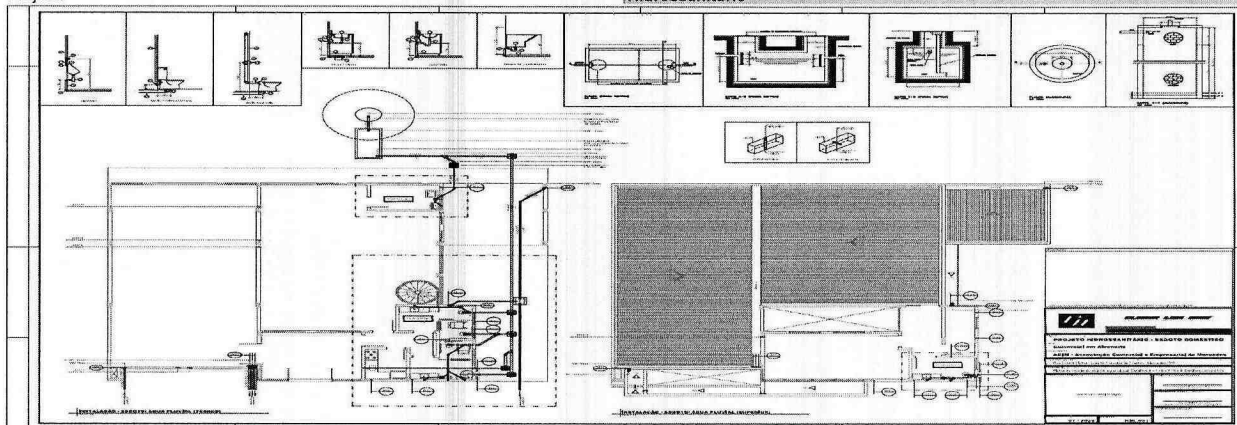
05. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA FOSSA SÉPTICA

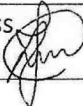
Prancha nº:

HID_001

Projeto:

Hidrossanitário





Governo do Estado do Paraná
Secretaria das Cidades
Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1195 | 3º andar | Ahú CEP 80540-280
Curitiba | Paraná | Fone (41) 3350 – 3300 <http://www.paranacidade.org.br/>



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL - FOSSA SÉPTICA

MERCEDES, 01 de julho de 2025

Declaro para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras e preenchidas de acordo com vistoria "in loco" na(s) área(s) em que será implantado o Projeto Executivo em pauta, com a finalidade de realizar o levantamento das características específicas locais, constatar infraestruturas existentes e de justificar os serviços previstos no projeto apresentado. Por ser expressão da verdade, assino abaixo:

DYEIKO ALLANN
HENZ:07053805999

Assinatura eletrônica de DYEIKO ALLANN HENZ
CPF: 07053805999
Data: 01/07/2025
Assinatura: DYEIKO ALLANN HENZ
Assinatura: DYEIKO ALLANN HENZ

DYEIKO ALLANN HENZ
ENGENHEIRO CIVIL
CREA PR-136876/D

Atesto que as informações repassadas pelo Município atendem aos critérios de elegibilidade e estão compatíveis com o projeto apresentado.

Gustavo Henrique Veronese Vieira
Engenheiro Civil

0



RELATÓRIO DA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DO SOLO

Município: **MERCEDES - PR**

Endereço: **RUA DOUTOR FLORES S/Nº**

Implantação: **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE MERCEDES**

Trata-se de um terreno com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), sem edificações. A topografia é plana e o lençol freático abaixo dos 3 metros.

Foram executados 4 (quatro) testes de percolação, de forma a abranger uniformemente o terreno, que conduziu a um resultado satisfatório à implantação do sistema de esgoto da edificação, do tipo: fossa séptica e sumidouros.

O número de ensaios atende as recomendações da NBR 17076/2024.

Mercedes, 31 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
goub
CLEBER LUIS HAHN
Data: 02/02/2025 20:40:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CLEBER LUIS HAHN
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-PR 94.816/D



E-MAIL: CH.ENGENHARIA.ASSESSORIA@GMAIL.COM TELEFONE: (45) 999-228-416



METODOLOGIA PARA O TESTE DE ABSORÇÃO DO SOLO

Município: **MERCEDES - PR**

Endereço: **RUA DOUTOR FLORES S/Nº**

Implantação: **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE MERCEDES**

Foram executados 04 (quatro) testes de absorção, tendo sido escavado oito valas com profundidade de 1,50 m, cujo fundo coincide com o plano útil de absorção.

No fundo de cada uma das valas, fora aberto uma cova de seção quadrada de 30 cm de lado e 30 cm de profundidade, preenchendo seu fundo com uma camada de 5 cm com pedra brita nº 1 bem limpa. Em seguida manteve-se as covas cheias com água durante quatro horas, adicionando-se a medida que se infiltrava no terreno.

No dia seguinte, encheu-se novamente as covas com água, aguardando que a mesma se escoasse completamente. Após isso, encheu-se novamente as covas até uma altura de 15 cm, cronometrando o período de rebaixamento de 15 cm para 14 cm em cada uma das covas.

Quando este intervalo se deu em menos de 3 minutos foram refeitos 5 vezes, adotando-se o tempo da quinta medição.

Com os tempos determinados, obteve-se os coeficientes de infiltração do solo (l/m² x dia) no gráfico que compõe esse teste, adotando-se o menor dos coeficientes.

Mercedes, 31 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
goub
CLEBER LUIS HAHN
Data: 02/02/2025 20:40:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CLEBER LUIS HAHN
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-PR 94.816/D



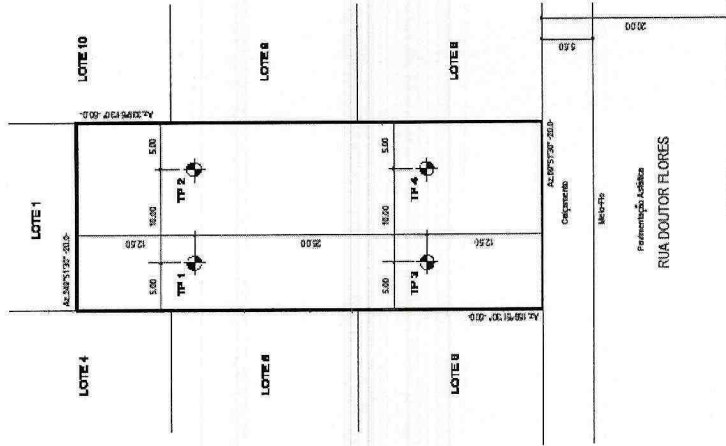
E-MAIL: CH.ENGENHARIA.ASSESSORIA@GMAIL.COM TELEFONE: (45) 999-228-416

Pag. 90

Ass.



CROQUI DE IMPLANTAÇÃO DE VALAS PARA TESTE DE INFILTRAÇÃO DO SOLO



Imóvel: LOTE 07 – QUADRA 32 – CENTRO – MERCEDES PR

Endereço: RUA DOUTOR FLORES, S/Nº

Área: 1.000,00 m²

Mercedes, 31 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
CLEBER LUIS HAHN
Data: 02/02/2025 20:41:17-2300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br>



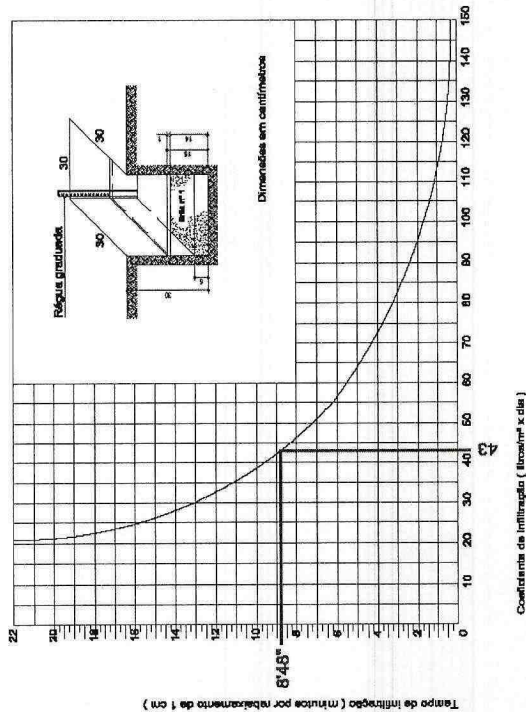
CLEBER LUIS HAHN
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-PR 94.816/D



E-MAIL: CH.ENGENHARIA.ASSESSORIA@GMAIL.COM TELEFONE: (45) 999-228-4116



GRÁFICO – ENSAIO DE INFILTRAÇÃO



Testes: TP1 – TP2 – TP3 – TP4
Anotação TP1: 52,40 litros/m² x dia
Anotação TP2: 43,00 litros/m² x dia
Anotação TP3: 60,50 litros/m² x dia
Anotação TP4: 47,80 litros/m² x dia
Resultado: 43,00 litros/m² x dia (TP2)

Nível do lençol freático: > 3,0 metros

Imóvel: LOTE 07 – QUADRA 32 – CENTRO – MERCEDES PR

Endereço: RUA DOUTOR FLORES, S/Nº

Área: 1.000,00 m²

Mercedes, 31 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
CLEBER LUIS HAHN
Data: 02/02/2025 20:42:03-0300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br>



CLEBER LUIS HAHN
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-PR 94.816/D



E-MAIL: CH.ENGENHARIA.ASSESSORIA@GMAIL.COM TELEFONE: (45) 999-228-4116



ANEXO (ART)

ART de Obra ou Serviço
1720250327418
Subscrição sem Custo à 172024228955
página 1/1

CREA-PR

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977



1. Responsável Técnico	CLEBER LUIS HAHN
Título profissional	ENGENHEIRO CIVIL
Empresa Contratada	CLEBER LUIS HAHN ENGENHARIA
2. Dados do Contrato	<p>Contratante: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES</p> <p>RUA MONTE CASTELO, 1213</p> <p>LOTAMENTO HORIZONTE - MERCEDES/SPR 85956-000</p> <p>Cobertura: (Sem numerar)</p> <p>Celebrado em: 26/07/2024</p> <p>Tipo de contratação: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira</p> <p>Valor: R\$ 1.000,00</p>
3. Dados de Ocorrência	<p>RUA DOUTOR FLORES, *</p> <p>LOT 07 E QUADRA 32 CENTRO - MERCEDES/SPR 85956-000</p> <p>Data de início: 26/07/2024</p> <p>Prazo de término: 23/02/2025</p> <p>Finalidade: Saneamento básico</p> <p>Predetor: MUNICÍPIO DE MERCEDES</p> <p>4. Atividade Técnica</p>
5. Atividade Técnica	<p>Ativ. a ser realizada das atividades técnicas e profissionais deverá proceder a baixa deste ART</p> <p>(Enunciado, Lançad, Perceção do solo</p>
Quantidade	4,00
Unidade	UNIT
Valor	R\$ 4.000,00

[illegible]

7. **Accusations**

Documentos expedidos eletronicamente por CLEVER LUIS HAHN, registo Oras-PR
do profissional com o no de registo 2002/041.0507, no dia
20/04/2025 à hora 18:04.

JUST Kidding

autenticidade desta ANV pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publicar/ler>
Impressão em: 20/01/2025 18:44:13

 **CREA-PR**
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHEIROS DE
PONTA GROSSA - PR

CONFEA **CREA**
Conselho Federal do Planejamento
e Estatística Nacional do Brasil

E-MAIL: CHENGENHARIA.ASSESSORIA@GMAIL.COM TELEPHONE: (45) 999-228-416



1. Responsável Técnico

CLEBER LUIS HAHN

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Empresa Contratada: CLEBER LUIS HAHN ENGENHARIA

RNP: 1705433235

Carteira: PR-94816/D

Registro/Visto: 55090

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES

CNPJ: 72.326.820/0001-89

RUA MONTE CASTELO, 1213

LOTEAMENTO HORIZONTE - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 26/07/2024

Valor: R\$ 1.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DOUTOR FLORES, *

LOTE 07 / QUADRA 32 CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de Início: 26/07/2024

Previsão de término: 20/02/2025

Finalidade: Saneamento básico

Proprietário: MUNICÍPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Ensaio, Laudo] Percolação do solo

Quantidade
4,00

Unidade
UNID

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Foram realizados 4 testes de percolação atendendo as recomendações da NBR 17076/2024

6. Declarações

Cláusula Compromissória: As partes decidem, livremente e de comum acordo, que qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96, de 23 de setembro de 1996 e Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CMA/CREA-PR, localizada à Rua Dr. Zamenhof, nº 35, Alto da Glória, Curitiba, Paraná, telefone 41 3350-6727, e de conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

Declaração assinada eletronicamente por CLEBER LUIS HAHN, registro Crea-PR PR-94816/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 20/01/2025 e hora 18h44.

Contratante

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por CLEBER LUIS HAHN, registro Crea-PR PR-94816/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 20/01/2025 e hora 18h44.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES - CNPJ: 72.326.820/0001-89

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067

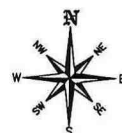


CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Registrada em : 20/01/2025

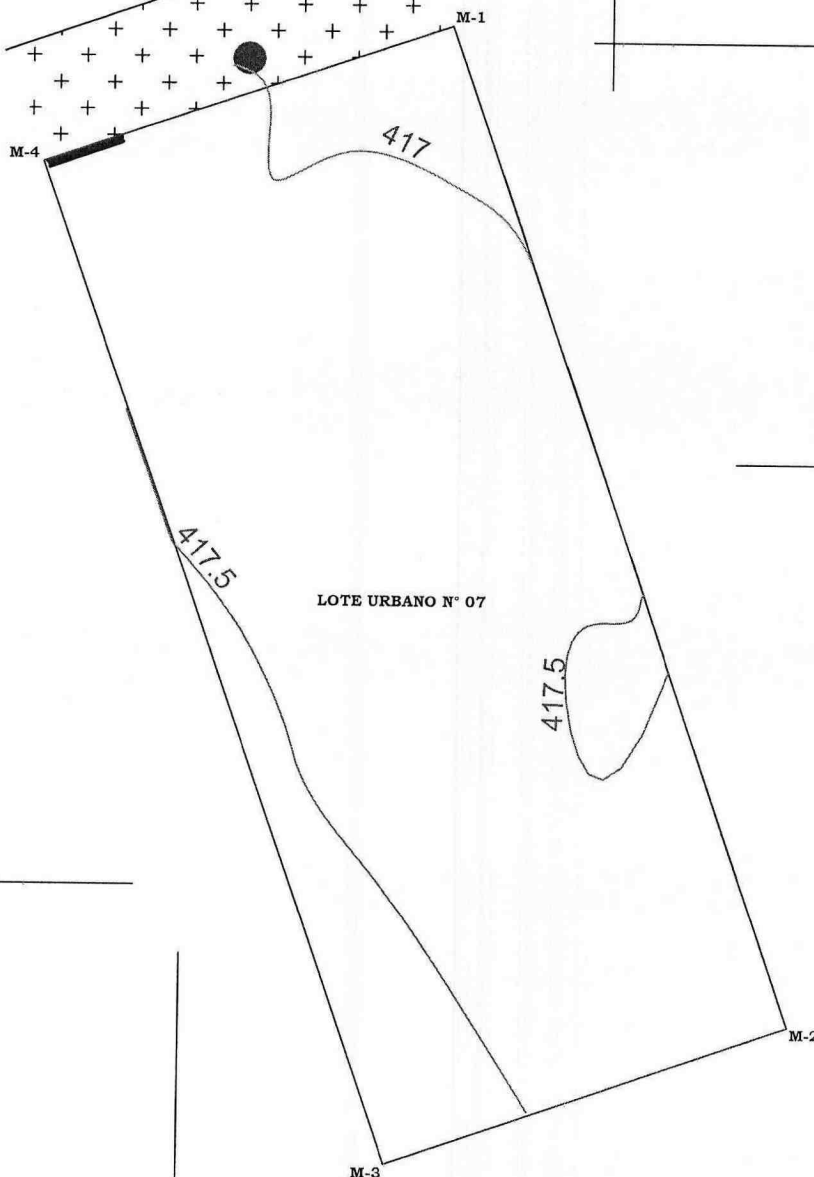
ART Isenta





ESCALA 1 : 0.3536

RUA DR. FLORES



COORDENADAS PLANAS:

MARCO-1: 787492.41 E e 7293160.73 N
MARCO-2: 787508.74 E e 7293113.48 N
MARCO-3: 787489.78 E e 7293106.89 N
MARCO-4: 787473.20 E e 7293154.07 N

DISTÂNCIAS E AZIMUTES:

M-1/M-2: 50,00m e AZ: 160°56'08"
M-2/M-3: 20,00m e AZ: 250°51'46"
M-3/M-4: 50,00m e AZ: 340°38'22"
M-4/M-1: 20,00m e AZ: 70°51'43"

LEGENDA:

	PERÍMETRO DO LOTE		MEIO-FIO
	PORTÃO		POSTE
	CALÇADA		CURVAS MESTRAS
	ASFALTO		CURVAS INTERMEDIÁRIAS

ANTONIO DE CASTRO LIMA JUNIOR:
40841430900

Assinado digitalmente por ANTONIO DE CASTRO LIMA JUNIOR-40841430900
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Registro Federal de Imóveis - RFI, OU=RPB e-CPF A3, OU=AC VALID RFB VL, OU=AN ABSOLUTA CERTIFICADO DIGITAL, OU=Instituto de Registro de Imóveis do Estado do Paraná, CN=ANTONIO DE CASTRO LIMA JUNIOR-40841430900
Resolva: Eu sou o autor deste documento
Localização: Paraná
Data: 2024.11.26 15:09:26

ANTONIO DE CASTRO LIMA JUNIOR
ENG.º AGRÔNOMO
CREA-PR: 13.995-D

datum: SIRGAS2000
MC 57° - Zona 21 S

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL
LOTE URBANO Nº 07
QUADRA: 32 - CENTRO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR
MUNICÍPIO: MERCEDES - PR
ÁREA DO LEVANTAMENTO: 1.000,00 M²



1. Responsável Técnico

ANTONIO DE CASTRO LIMA JUNIOR

Título profissional:

ENGENHEIRO AGRONOMO

Empresa Contratada: A. DE CASTRO LIMA JUNIOR - ME

RNP: 1703857607

Carteira: PR-13995/D

Registro/Visto: 61572

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICÍPIO D MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

RUA DOR OSWALDO CRUZ, 555

CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato: 81/2023 - aditivo
2024/2

Celebrado em: 25/11/2024

Valor: R\$ 200,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DR FLORES, 07

QUADRA 32 CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de Início: 25/11/2024

Previsão de término: 30/11/2024

Coordenadas Geográficas: -24,448783 x -54,164324

Proprietário: MUNICPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Execução de obra] de curvas de nível topográficas

Quantidade

Unidade

1000,00

M2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração levantamento topográfico em área urbana

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO DE CASTRO LIMA JUNIOR, registro Crea-PR PR-13995/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 27/11/2024 e hora 11h16.

LAERTON

WEBER:0453042198

8

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2024.12.19 09:07:17
-03'00'

MUNICÍPIO D MERCEDES - CNPJ: 95.719.373/0001-23

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Registrada em : 27/11/2024

ART Isenta






IMPREGNAÇÃO

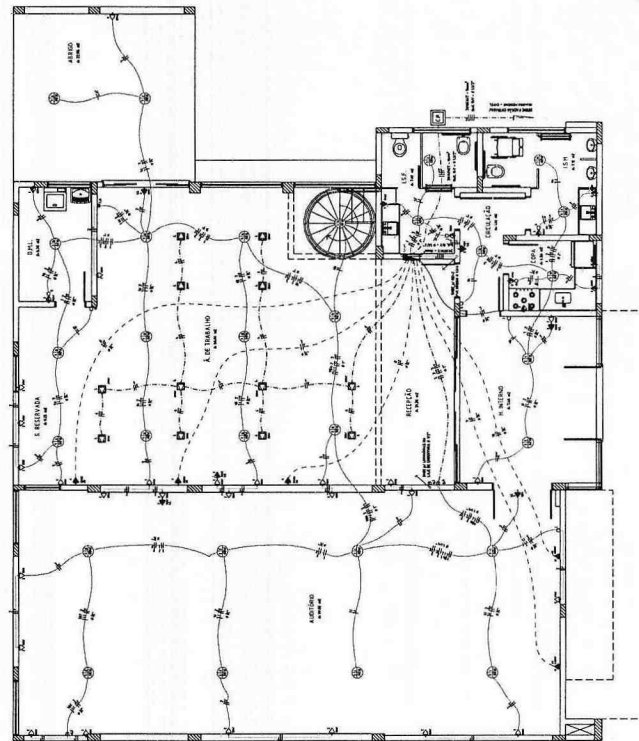
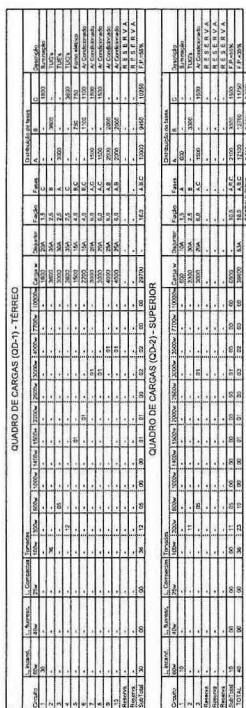


IMPREGNAÇÃO

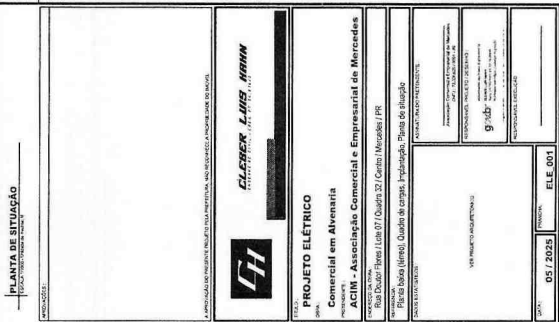
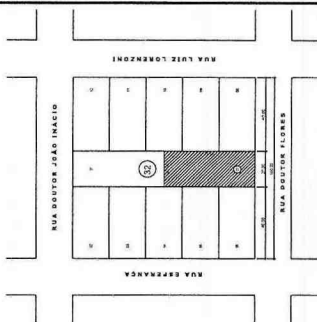
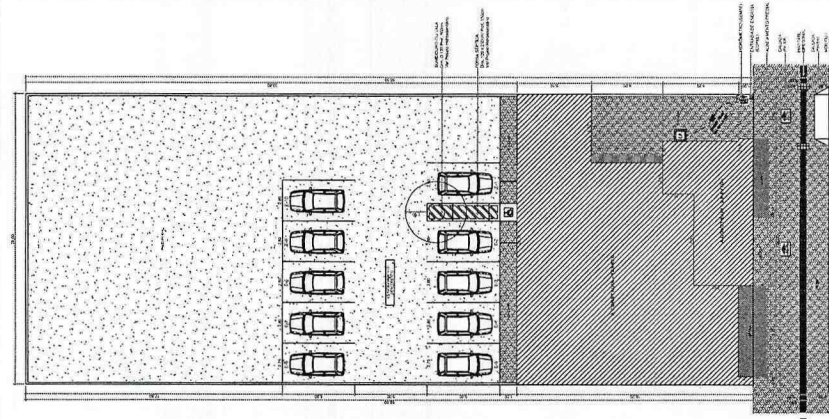


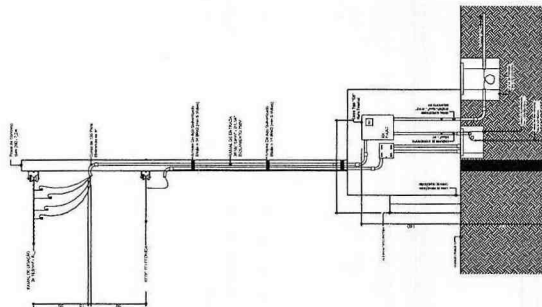
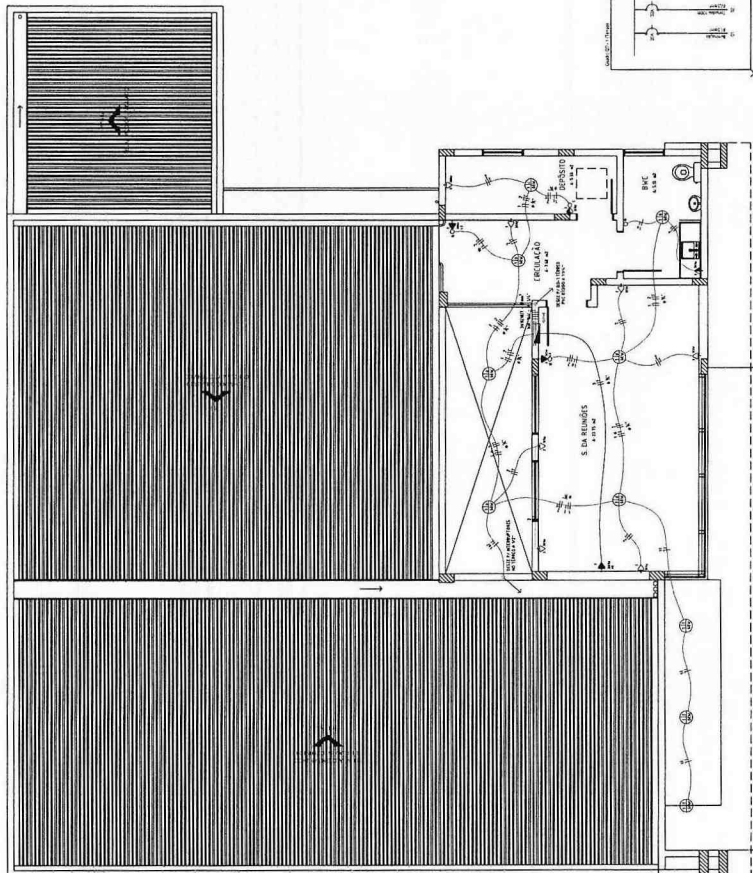
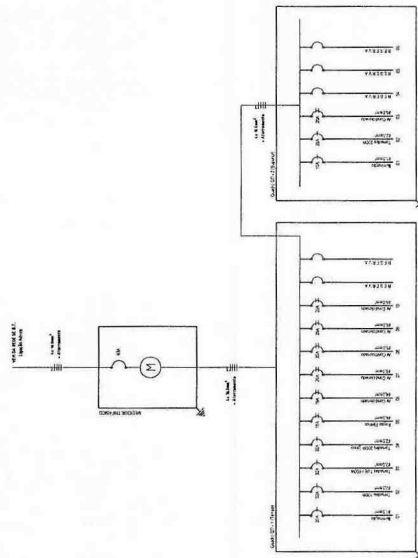
96

Ass 






















LEGENDA					
■	Seguente (in alto)	■	Seguente (in basso)	○	Continuazione (in alto)
▷	Trasfero di un'isola o di un'isola	■	Trasfero di un'isola o di un'isola	○	Trasfero di un'isola o di un'isola
▲	Trasfero di un'isola o di un'isola	■	Trasfero di un'isola o di un'isola	○	Trasfero di un'isola o di un'isola
○	Trasfero di un'isola o di un'isola	■	Trasfero di un'isola o di un'isola	○	Trasfero di un'isola o di un'isola

[illegible]

[illegible]**DETALHE DE ENTRADA**

PLANTA BAIXA (PAVTO. SUPERIOR)

DIAGRAMA UNIFILAR

LEGENDA	
	Unidad 371 y 372 Pisos
	Unidad 371 - Zona 1 (Calle 1 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 2 (Calle 2 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 3 (Calle 3 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 4 (Calle 4 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 5 (Calle 5 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 6 (Calle 6 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 7 (Calle 7 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 8 (Calle 8 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 9 (Calle 9 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 10 (Calle 10 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 11 (Calle 11 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 12 (Calle 12 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 13 (Calle 13 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 14 (Calle 14 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 15 (Calle 15 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 16 (Calle 16 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 17 (Calle 17 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 18 (Calle 18 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 19 (Calle 19 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 20 (Calle 20 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 21 (Calle 21 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 22 (Calle 22 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 23 (Calle 23 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 24 (Calle 24 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 25 (Calle 25 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 26 (Calle 26 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 27 (Calle 27 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 28 (Calle 28 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 29 (Calle 29 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 30 (Calle 30 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 31 (Calle 31 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 32 (Calle 32 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 33 (Calle 33 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 34 (Calle 34 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 35 (Calle 35 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 36 (Calle 36 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 37 (Calle 37 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 38 (Calle 38 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 39 (Calle 39 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 40 (Calle 40 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 41 (Calle 41 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 42 (Calle 42 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 43 (Calle 43 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 44 (Calle 44 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 45 (Calle 45 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 46 (Calle 46 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 47 (Calle 47 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 48 (Calle 48 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 49 (Calle 49 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 50 (Calle 50 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 51 (Calle 51 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 52 (Calle 52 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 53 (Calle 53 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 54 (Calle 54 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 55 (Calle 55 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 56 (Calle 56 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 57 (Calle 57 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 58 (Calle 58 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 59 (Calle 59 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 60 (Calle 60 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 61 (Calle 61 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 62 (Calle 62 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 63 (Calle 63 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 64 (Calle 64 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 65 (Calle 65 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 66 (Calle 66 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 67 (Calle 67 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 68 (Calle 68 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 69 (Calle 69 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 70 (Calle 70 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 71 (Calle 71 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 72 (Calle 72 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 73 (Calle 73 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 74 (Calle 74 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 75 (Calle 75 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 76 (Calle 76 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 77 (Calle 77 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 78 (Calle 78 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 79 (Calle 79 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 80 (Calle 80 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 81 (Calle 81 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 82 (Calle 82 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 83 (Calle 83 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 84 (Calle 84 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 85 (Calle 85 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 86 (Calle 86 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 87 (Calle 87 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 88 (Calle 88 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 89 (Calle 89 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 90 (Calle 90 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 91 (Calle 91 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 92 (Calle 92 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 93 (Calle 93 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 94 (Calle 94 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 95 (Calle 95 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 96 (Calle 96 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 97 (Calle 97 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 98 (Calle 98 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 99 (Calle 99 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 100 (Calle 100 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 101 (Calle 101 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 102 (Calle 102 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 103 (Calle 103 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 104 (Calle 104 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 105 (Calle 105 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 106 (Calle 106 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 107 (Calle 107 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 108 (Calle 108 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 109 (Calle 109 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 110 (Calle 110 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 111 (Calle 111 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 112 (Calle 112 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 113 (Calle 113 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 114 (Calle 114 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 115 (Calle 115 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 116 (Calle 116 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 117 (Calle 117 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 118 (Calle 118 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 119 (Calle 119 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 120 (Calle 120 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 121 (Calle 121 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 122 (Calle 122 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 123 (Calle 123 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 124 (Calle 124 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 125 (Calle 125 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 126 (Calle 126 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 127 (Calle 127 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 128 (Calle 128 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 129 (Calle 129 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 130 (Calle 130 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 131 (Calle 131 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 132 (Calle 132 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 133 (Calle 133 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 134 (Calle 134 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 135 (Calle 135 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 136 (Calle 136 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 137 (Calle 137 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 138 (Calle 138 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 139 (Calle 139 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 140 (Calle 140 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 141 (Calle 141 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 142 (Calle 142 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 143 (Calle 143 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 144 (Calle 144 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 145 (Calle 145 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 146 (Calle 146 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 147 (Calle 147 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 148 (Calle 148 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 149 (Calle 149 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 150 (Calle 150 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 151 (Calle 151 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 152 (Calle 152 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 153 (Calle 153 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 154 (Calle 154 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 155 (Calle 155 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 156 (Calle 156 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 157 (Calle 157 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 158 (Calle 158 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 159 (Calle 159 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 160 (Calle 160 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 161 (Calle 161 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 162 (Calle 162 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 163 (Calle 163 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 164 (Calle 164 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 165 (Calle 165 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 166 (Calle 166 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 167 (Calle 167 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 168 (Calle 168 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 169 (Calle 169 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 170 (Calle 170 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 171 (Calle 171 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 172 (Calle 172 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 173 (Calle 173 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 174 (Calle 174 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 175 (Calle 175 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 176 (Calle 176 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 177 (Calle 177 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 178 (Calle 178 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 179 (Calle 179 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 180 (Calle 180 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 181 (Calle 181 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 182 (Calle 182 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 183 (Calle 183 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 184 (Calle 184 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 185 (Calle 185 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 186 (Calle 186 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 187 (Calle 187 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 188 (Calle 188 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 189 (Calle 189 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 190 (Calle 190 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 191 (Calle 191 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 192 (Calle 192 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 193 (Calle 193 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 194 (Calle 194 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 195 (Calle 195 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 196 (Calle 196 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 197 (Calle 197 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 198 (Calle 198 y Pista)
	Unidad 371 - Zona 199 (Calle 199 y Pista)

APROVAÇÃO DO PRESIDENTE DO ITO PARA A PARTICIPAÇÃO NÃO REQUERER A ENDORSAZAMENTO DO MUNICI



CLEBER LUIS HAHN

PROJETO ELÉTRICO

Comercial em Alvenaria

ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

UNIVERSIDADE DA OITAVA
Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Mercedes / PR

Planta baixa (suíte, suítes) Grande do caxoeiro Piscininha no 1º andar

DATA DOS ESTATÍSTICOS: _____ ASSINATURA DO PRETENDENTE: _____

Revised Manuscript to be reviewed

Category

VER PROFITTO ANCHE IL TONICO

and
New England and Europe

RESPONDENT DESIGNATION

DATA: 05 / 2025
PRINCIPA: ELE 002

05 / 2025



DATA: 05 / 2025
PRINCIPA: ELE 002

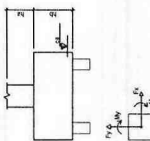


PLANTA DE LOCAÇÃO



LEGENDA DOS BLOCOS

Estacas		
Simbologia	Nóme d (cm)	Quantidade
	C25 25.00	64
	C15 15.00	4



NOTAS/ RECOMENDAÇÕES:

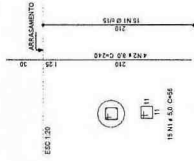
- 1- CONFIRMAR AS MEDIDAS NA OBRA
- 2- LINDADES EM CENTÍMETROS (cm)
- 3- CONCRETO VIGAS E PILARES Fck = 30 MPa / LAJES E ESTACAS Fck = 25 MPa
- 4- AÇO: CA-50 E CA-60
- 5- ESTACAS TIPO BICO (CAVADA) Ø 35cm (PROFUNDIDADE MÍNIMA: 3,00 m)
- 6- EXECUÇÃO DE NO MÍNIMO 2 DIÓDOS FOTOS DE MONITORAMENTO, REALIZADO POR EMPRESA ESPECIALIZADA
- 7- PROFUNDIDADE DAS ESTACAS DEVERÁ SER DEFINIDAS EM FUNÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SOLO (IPT)
- 8- O MONITORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS LAJES SÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FABRICANTE

Approved

ACO	DIAM	
CASO	8.0	
CASO	5.0	
PESO TOTAL		
CASO		262.7

RELAÇÃO DO AÇÚCAR

ARMADURAS DAS ESTACAS Ø 25

[illegible]

Relação do aço

B3

B35

B37

B39

B41

B43

B45

B47

B49

B51

B53

B55

B57

B59

B61

B63

B65

B67

B69

B71

B73

B75

B77

B79

B81

B83

B85

B87

B89

B91

B93

B95

B97

B99

B101

B103

B105

B107

B109

B111

B113

B115

B117

B119

B121

B123

B125

B127

B129

B131

B133

B135

B137

B139

B141

B143

B145

B147

B149

B151

B153

B155

B157

B159

B161

B163

B165

B167

B169

B171

B173

B175

B177

B179

B181

B183

B185

B187

B189

B191

B193

B195

B197

B199

B201

B203

B205

B207

B209

B211

B213

B215

B217

B219

B221

B223

B225

B227

B229

B231

B233

B235

B237

B239

B241

B243

B245

B247

B249

B251

B253

B255

B257

B259

B261

B263

B265

B267

B269

B271

B273

B275

B277

B279

B281

B283

B285

B287

B289

B291

B293

B295

B297

B299

B301

B303

B305

B307

B309

B311

B313

B315

B317

B319

B321

B323

B325

B327

B329

B331

B333

B335

B337

B339

B341

B343

B345

B347

B349

B351

B353

B355

B357

B359

B361

B363

B365

B367

B369

B371

B373

B375

B377

B379

B381

B383

B385

B387

B389

B391

B393

B395

B397

B399

B401

B403

B405

B407

B409

B411

B413

B415

B417

B419

B421

B423

B425

B427

B429

B431

B433

B435

B437

B439

B441

B443

B445

B447

B449

B451

B453

B455

B457

B459

B461

B463

B465

B467

B469

B471

B473

B475

B477

B479

B481

B483

B485

B487

B489

B491

B493

B495

B497

B499

B501

B503

B505

B507

B509

B511

B513

B515

B517

B519

B521

B523

B525

B527

B529

B531

B533

B535

B537

B539

B541

B543

B545

B547

B549

B551

B553

B555

B557

B559

B561

B563

B565

B567

B569

B571

B573

B575

B577

B579

B581

B583

B585

B587

B589

B591

B593

B595

B597

B599

B601

B603

B605

B607

B609

B611

B613

B615

B617

B619

B621

B623

B625

B627

B629

B631

B633

B635

B637

B639

B641

B643

B645

B647

B649

B651

B653

B655

B657

B659

B661

B663

B665

B667

B669

B671

B673

B675

B677

B679

B681

B683

B685

B687

B689

B691

B693

B695

B697

B699

B701

B703

B705

B707

B709

B711

B713

B715

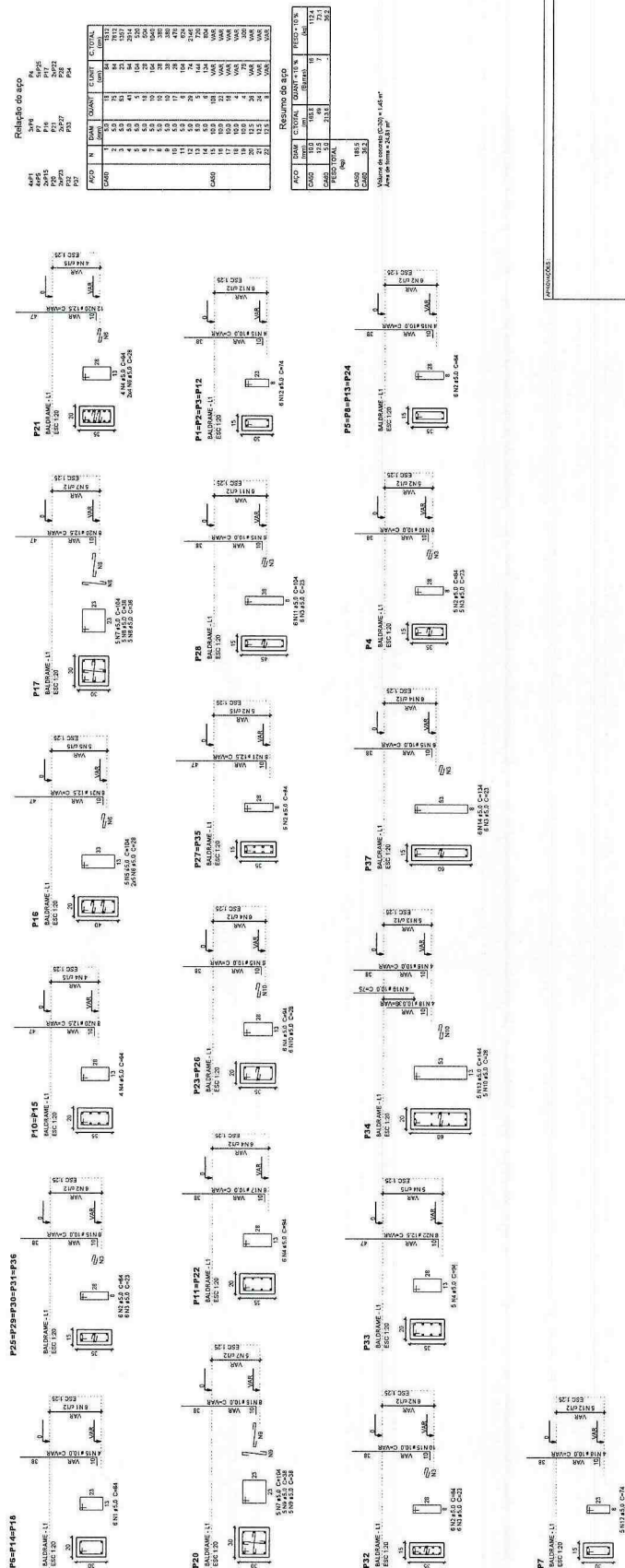
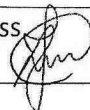
B717

B719

B721

B723

B725



A APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO PELA PRETÉRITA, NÃO RECONHECE A PRIORIDADE DO MOV.



CLEBER LUIS HAHN

TITLE:

Comercial em Alvenaria

Comercial em Alvenaria

ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Mercedes / PR

REFERENCIA:

Amadura de pilares/ arranque do pavimento BALDRAME

SIGNATURA DO PROJETO

Circumstance	Justified (%)	Not justified (%)
If someone is attacking you	85	15
If someone is threatening you	75	25
If someone is harassing you	65	35
If someone is insulting you	55	45
If someone is annoying you	45	55

At Biological Laboratories, Call & Conference on Microbiology
 Group, Philadelphia 19107 • 619

RESPONSIBLE PROJECT / DESIGN

[illegible]

grip® grip® is a registered trademark of Grip, Inc.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 109–117

RESEARCH AND EVALUATION

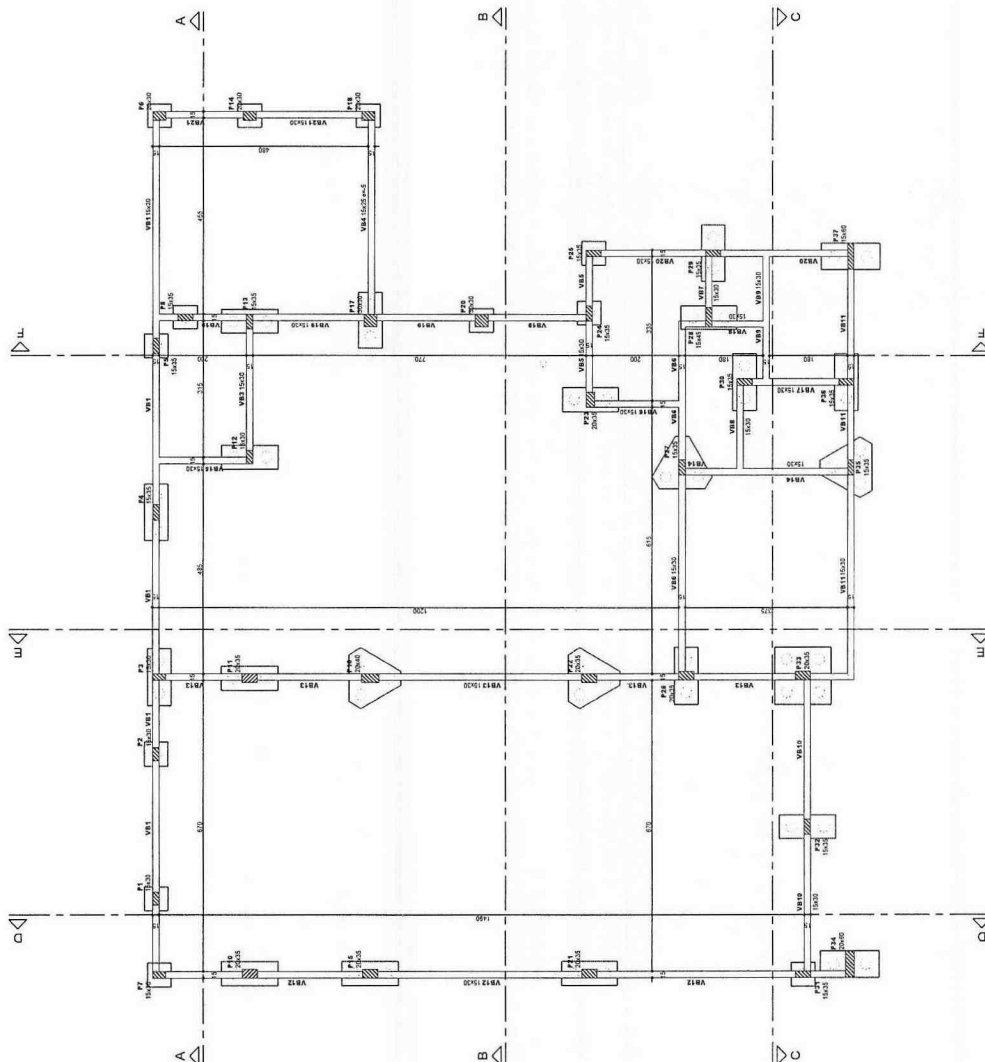
DATA:	01 / 2025	FRANCIA	EST_004
-------	-----------	---------	---------

01 / 2025

01 / 2025

01 / DAYA:

DATA:



FORMA DO PAVIMENTO BALDRAME
ESCALA 1:50

APPROVALS:

A APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI PRETENDIA NÃO RECONHECER A RESPONSABILIDADE DO IMÓVEL



CLEBER LUIS HAHN
INGENIERO CIVIL TERA DO 19.1992

TÍTULO:
PROJETO ESTRUTURAL

Comercial em Alvenaria

PRETENDENTE:
ACIM - Associação Comercial

ENDERECO DA OBRA:

Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Ce

Forma do pavimento BALDRAME

DAZOS ESTADÍSTICOS :

Figure 1. The effect of the number of trials on the number of correct responses. The number of correct responses increased with the number of trials. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all trial numbers.

[illegible]

DATA:	PRANCHI:
-------	----------

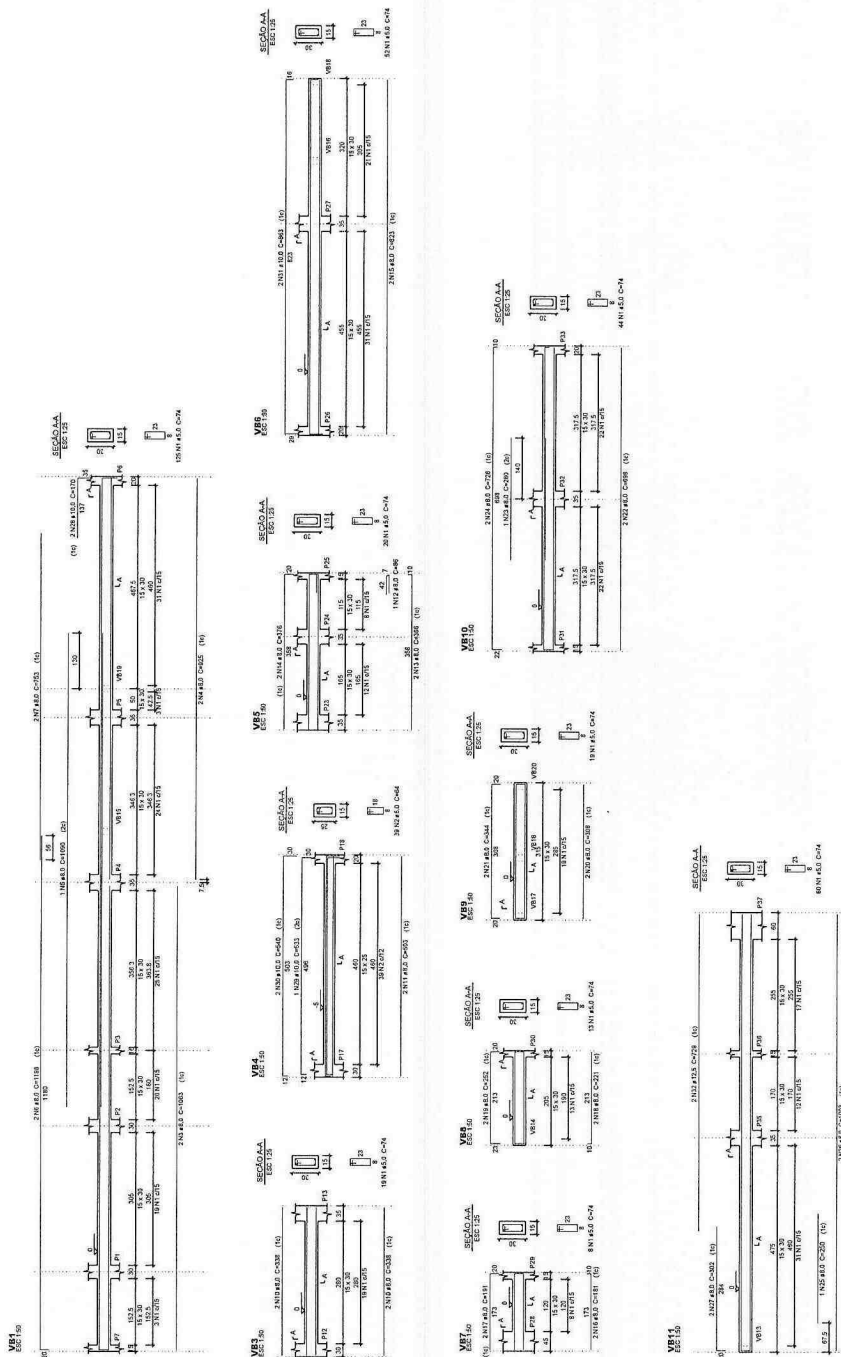
01 / 2025	EST
-----------	-----

Yes
No

C. TOTAL (m)	QUANT + 1 (BARRAS)
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

Caso	5.4.4
------	-------

Volumen de concreto (C-30) = 3.2 m³
 Área de forma = 53.42 m²



APPENDICES:



CLEBER LUIS HAHN
VIGILANTE CIVIL
CASA Nº 4.310-00

TÍTULO:
PROJETO ESTRUTURAL
DISCIPLINA:
Comercial em Alvenaria

PROTEC.DENTZ :
Comercial em Arvenana
ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

ENDERGO DA OBRA:
Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Mercedes / PR

ARMADURA

Armadura de vigas do pavimento BALDRAME

DADOS ESTADÍSTICOS:

	ASSIGNATURA DO PÓS-GRADUANTE
--	------------------------------

Associação Comercial e Empresarial de Maracá
CNPJ 17.428.420/0001-08

MONTE TONDO
RESPONSIBLE PRODUCT DESIGN

gobbi QUESTIONS
 Dear Gobbi,
 I am a 28-year-old female and I have been
 having trouble with my stomach for a long time.

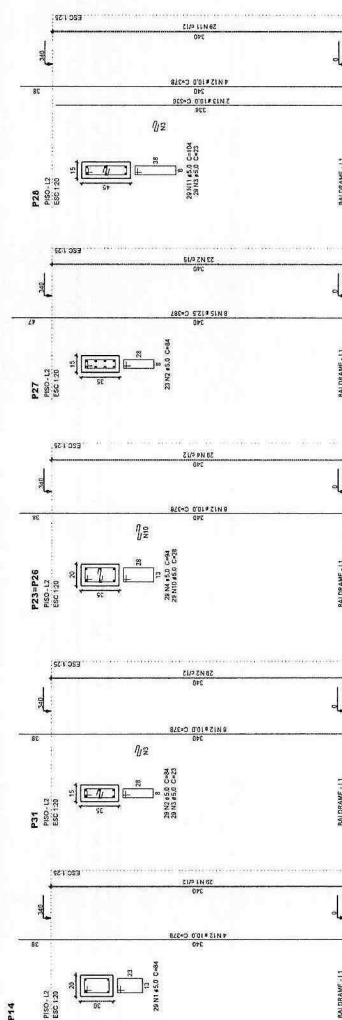
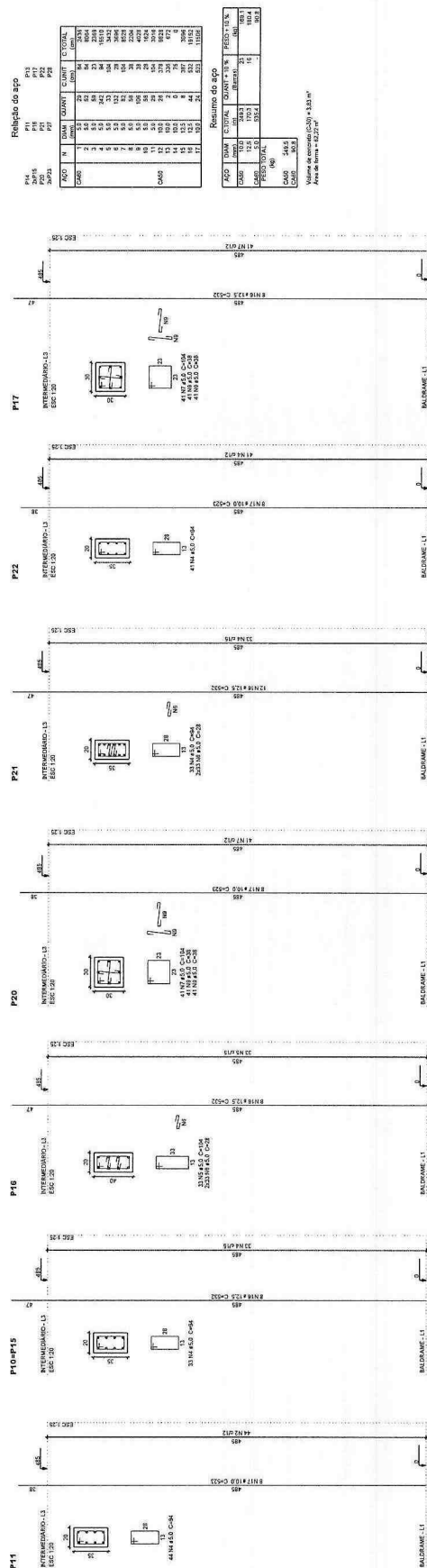
RESPONSIVELY EXECUCIO

DATA: 01 / 2025
PRANCHES: EST 006

01 / 2025

DATA



[illegible]

Relação do aço	5xP4	3xP5
----------------	------	------

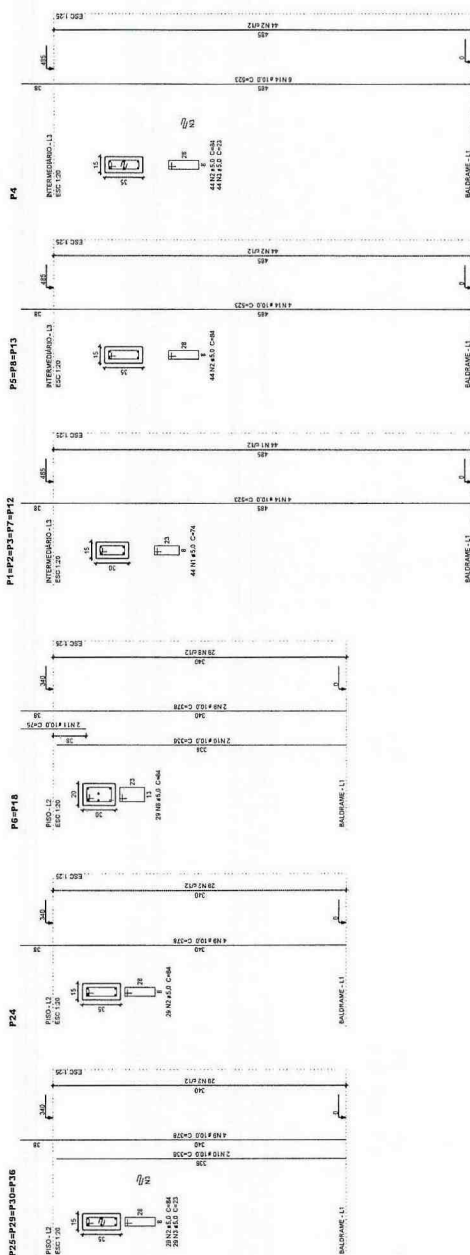
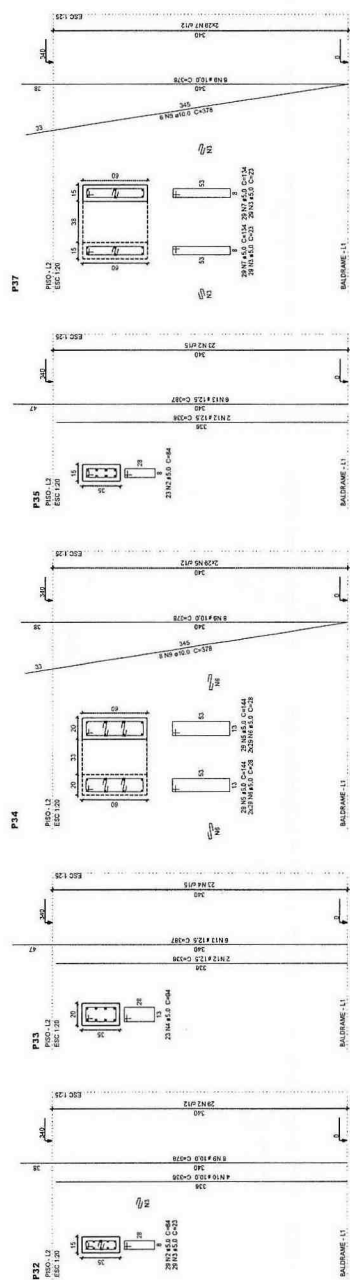
ACO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UINT (mm)	C.TOTAL
CAG6	1	50	220	74	16260
	2	50	373	84	38724
	3	50	247	23	5681
	4	50	23	94	2162
	5	50	25	144	8532
	6	50	116	28	3288
	7	50	58	134	7772
	8	50	83	94	4672
	9	100	83	378	21834
	10	100	16	35	5370
CAG6	11	100	16	35	5370
	12	125	4	320	4644
	13	125	12	387	3498
	14	100	78	573	3498
	15	100	78	573	3498

Resumo do aço

ACO	DIAM. (mm)	C.TOTAL (cm)	QUANT. = 10% (Barra)	PESO = 10% (kg)
CA50	10.0	335.7	31	227.8
	12.5	59.9	6	63.5
CA60	5.0	544.1	-	92.2

Volume de concreto (C-30) = 3,81 m³

Volume de concreto (C-30) = 3,81 m³
 Área da forma = 88 m²



University of Michigan

ASSOCIAÇÃO DO DESEMPREGADO EM A. P. 1977/1978. NÃO RECONHECE A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO



CLEBER LUIS HAHN

CLEBER LUIS HA

PROJETO ESTRUTURAL

DEPT.:

Comercial em Alvenaria

A

ACIM - Associação Comercial e Empresarial

Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Mercedes / PR
FONECERCO DA CIMA.

REFERENCES

Armadura de pilares do pavimento PISO

ECONOMIC STATISTICS

VERIFICATO ASSOLUTO 100%

FRANCHE	04 / 2025
---------	-----------

6707 / 10

1000



NO	0.05
3-pyridyl	0.000000
200	241500

☐ Not at all
☐ A little
☐ A lot
☐ A great deal

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 111–118



CLEBER LUIS HAHN
 212-221-2222 C.A.B. - FAX 212-221-2222

PROJETO ESTRUTURAL

Comercial em Alvenaria

ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

Indirizzo per la corrispondenza:

Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Maracás / PR

Exemplos de nomenclatura: **DISO** Armário em madeira de Tule. Ao ordenamento: **DISO**

© 1997 by The McGraw-Hill Companies, Inc. All rights reserved. Printed in the United States of America. This book is printed on acid-free paper.

REDAZIONE: 011/2000

Downloaded from <http://ajphaphysocpharm.sagepub.com> at 11:01 11 November 2014

Downloaded At: 11:53 11 September 2009

[illegible]

 Signature des membres du jury
 Date de la signature
 Nom, Prénom, Adresse, Téléphone

© 2000 by The McGraw-Hill Companies
All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage and retrieval system, without permission in writing from The McGraw-Hill Companies.

ОПРЕДЕЛЕНИЕ

1000

DATA:	04/0000	PIANURA	0000000000
-------	---------	---------	------------

01 / 2025 EST_010

--	--

10

1

10

→

4

7

100

FORMA DO PAVIMENTO PISO

JUNE 1995

ARMADURA NEGATIVA DE LAJE DO PAVIMENTO PISO

641 W 231

E-PGO				
QTY	%	QTYM	Q	QTYT (QTY)
100				
100	1	100	2.2	2000

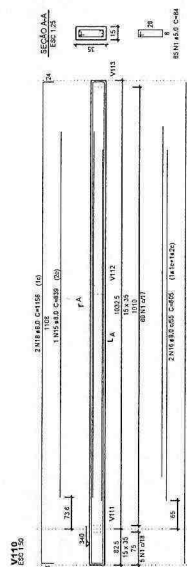
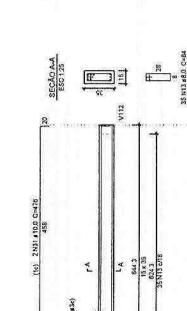
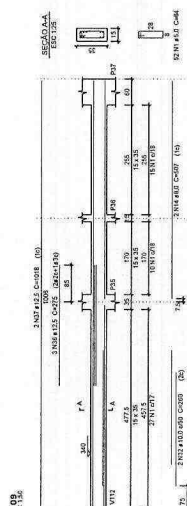
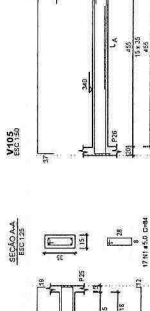
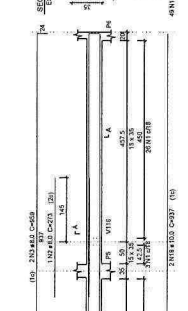
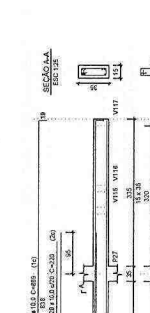
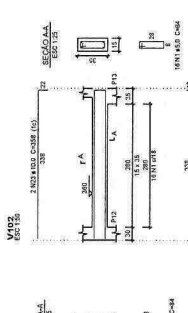
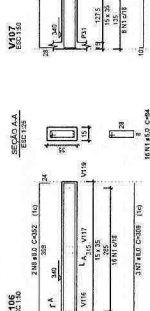
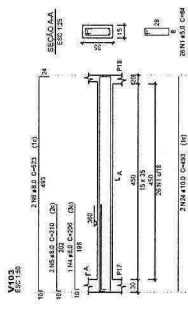
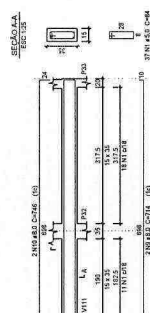
Q	CONF	C TOTAL	PESO = 10 kg
0	0.0	2600	100%
10	0.8	2600	100%

100

[illegible]

ACO	DIAM (mm)	C. TOTAL (m)	QUANT. + 10 % (Barra)	PESO + 10 % (kg)
CA50	8,0	219,2	20	34,1
	10,0	150	14	101,7
	12,5	42	4	44,4
CA60	8,0	254,8	-	50

Volume de concreto (Ca33) = 3,86 m³
 Área de forma = 62,48 m²



CLEBER LUIS HAHN

PROJETO ESTRUTURAL

Comercial em Alvoraria

Comercial em Alvenaria

ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

[illegible]

Rua Doulos Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Mercades / PR

Armadura de vigas do pavimento PISO

ASSINATURA DO PRETENDENTE : _____

Alcatraz Commercial • Environmental • Mercedes

CHUCK: 013064 15MPS-8
RESPONSIVE PROTEIN: 003000

new **customer service**
 800.441.4411

1. *What is the purpose of the study?*

RESPONSIBLE DISCUSSION

EST 011

01 / 2025

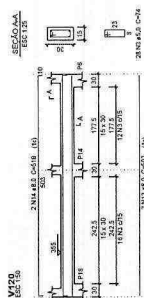
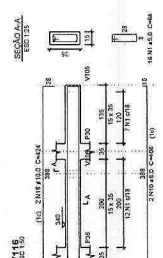
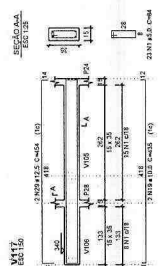
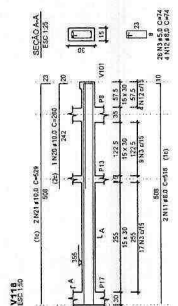
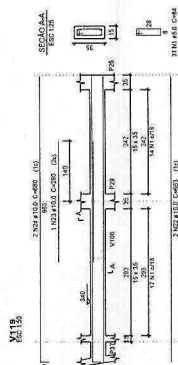
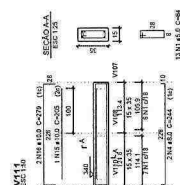
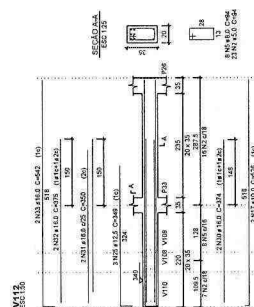
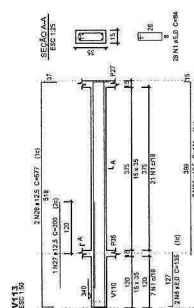
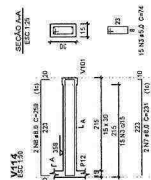
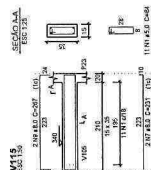
QAS

Relatório do ano						
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		
V13	V12	V10	V11	V09		

ACQ	DIAM (mm)	QUANT + 10 % (kg/m)	PESO + 10 % (kg)
CASO	8,5	16,3	7
	10,0	76,2	7
	12,5	47,4	4
	16,0	32,9	4
	5,0	177,7	4
PESO TOTAL			30,1

Volume de concreto (C-30) = 2,31 m³

Volume de concreto (C-30) = 2,31 m³



1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 26

© 2006 The Authors
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd



CLEBER LUIS NAHN

1010

PROJETO ESTRUTURAL

ORA:

Comercial em Alvenaria

THE INDEPENDENT

ACIM - Associação Comercial

ENDEREÇO DA OBRA

Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Cel

REFERÊNCIA

Amadurecimento das vigas do pavimento PISO

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Quinn-Kane, D. J. 1996. *How to Grow a Good Plant*. New York: Random House.

Downloaded At: 11:53 11 September 2009

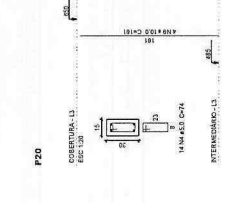
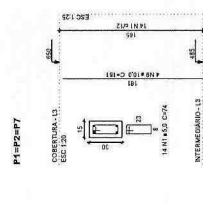
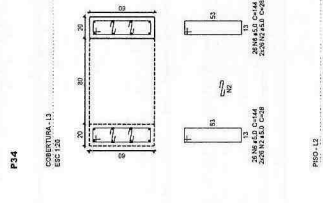
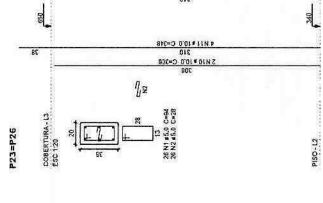
DATA	PERSONNEL
------	-----------

01 / 2025	ES3
-----------	-----

PESO TOTAL (kg)	
CA50	227.3
CA60	72.9

Volumen de concreto (C-30) = 3.06 m³

Area of form = 53.89 m²

[illegible]

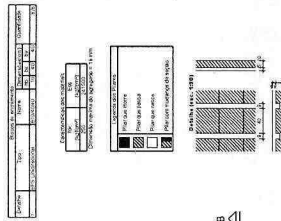
AÇO	DIAM. (mm)	C.TOTAL (m)	QUANT. + 10 % (Barras)	PESO + 10 % (kg)
CASO	10,0	146,9	14	
	12,5	85,7	8	
TOTAL	5,0	378,6		

(m)	146.9	(Baras)
-----	-------	---------

8000

1

2.67 m³



CLERK LUIS HAHN

<p>DOUGLAS ESTATÍSTICAS</p>	<p>ALTERNATIVA DO PARTICIPANTE</p>
-----------------------------	------------------------------------

CASO	8.0	728.0	322.2
PEDO TOTAL			

MINI 1

EUGENE A 192

Relatório do aço

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

ACO	N	DIAM	COMPR	RESUMO	RESUMO
1	1	10	10	10	10
2	2	10	20	20	20
3	3	10	30	30	30
4	4	10	40	40	40
5	5	10	50	50	50
6	6	10	60	60	60
7	7	10	70	70	70
8	8	10	80	80	80
9	9	10	90	90	90
10	10	10	100	100	100
11	11	10	110	110	110
12	12	10	120	120	120
13	13	10	130	130	130
14	14	10	140	140	140
15	15	10	150	150	150
16	16	10	160	160	160
17	17	10	170	170	170
18	18	10	180	180	180
19	19	10	190	190	190
20	20	10	200	200	200
21	21	10	210	210	210
22	22	10	220	220	220
23	23	10	230	230	230
24	24	10	240	240	240
25	25	10	250	250	250
26	26	10	260	260	260
27	27	10	270	270	270
28	28	10	280	280	280
29	29	10	290	290	290
30	30	10	300	300	300
31	31	10	310	310	310
32	32	10	320	320	320
33	33	10	330	330	330
34	34	10	340	340	340
35	35	10	350	350	350
36	36	10	360	360	360
37	37	10	370	370	370
38	38	10	380	380	380
39	39	10	390	390	390
40	40	10	400	400	400
41	41	10	410	410	410
42	42	10	420	420	420
43	43	10	430	430	430
44	44	10	440	440	440
45	45	10	450	450	450
46	46	10	460	460	460
47	47	10	470	470	470
48	48	10	480	480	480
49	49	10	490	490	490
50	50	10	500	500	500
51	51	10	510	510	510
52	52	10	520	520	520
53	53	10	530	530	530
54	54	10	540	540	540
55	55	10	550	550	550
56	56	10	560	560	560
57	57	10	570	570	570
58	58	10	580	580	580
59	59	10	590	590	590
60	60	10	600	600	600
61	61	10	610	610	610
62	62	10	620	620	620
63	63	10	630	630	630
64	64	10	640	640	640
65	65	10	650	650	650
66	66	10	660	660	660
67	67	10	670	670	670
68	68	10	680	680	680
69	69	10	690	690	690
70	70	10	700	700	700
71	71	10	710	710	710
72	72	10	720	720	720
73	73	10	730	730	730
74	74	10	740	740	740
75	75	10	750	750	750
76	76	10	760	760	760
77	77	10	770	770	770
78	78	10	780	780	780
79	79	10	790	790	790
80	80	10	800	800	800
81	81	10	810	810	810
82	82	10	820	820	820
83	83	10	830	830	830
84	84	10	840	840	840
85	85	10	850	850	850
86	86	10	860	860	860
87	87	10	870	870	870
88	88	10	880	880	880
89	89	10	890	890	890
90	90	10	900	900	900
91	91	10	910	910	910
92	92	10	920	920	920
93	93	10	930	930	930
94	94	10	940	940	940
95	95	10	950	950	950
96	96	10	960	960	960
97	97	10	970	970	970
98	98	10	980	980	980
99	99	10	990	990	990
100	100	10	1000	1000	1000

Resumo do aço

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

V225

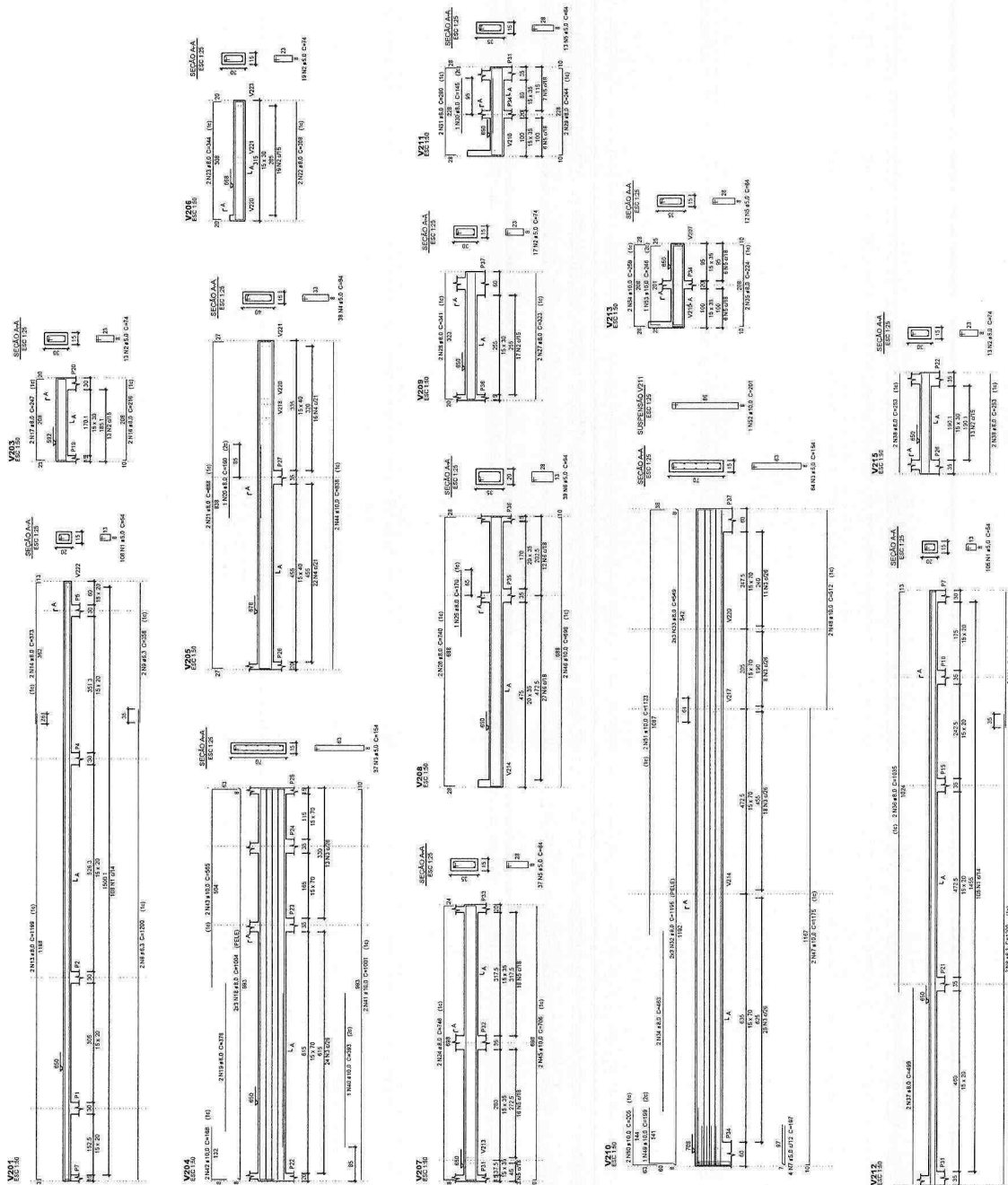
V225

V225

ACO	N	DIAM	COMPR	RESUMO	RESUMO
1	1	10	10	10	10
2	2	10	20	20	20
3	3	10	30	30	30
4	4	10	40	40	40
5	5	10	50	50	50
6	6	10	60	60	60
7	7	10	70	70	70
8	8	10	80	80	80
9	9	10	90	90	90
10	10	10	100	100	100
11	11	10	110	110	110
12	12	10	120	120	120
13	13	10	130	130	130
14	14	10	140	140	140
15	15	10	150	150	150
16	16	10	160	160	160
17	17	10	170	170	170
18	18	10	180	180	180
19	19	10	190	190	190
20	20	10	200	200	200
21	21	10	210	210	210
22	22	10	220	220	220
23	23	10	230	230	230
24	24	10	240	240	240
25	25	10	250	250	250
26	26	10	260	260	260
27	27	10	270	270	270
28	28	10	280	280	280
29	29	10	290	290	290
30	30	10	300	300	300
31	31	10	310	310	310
32	32	10	320	320	320
33	33	10	330	330	330
34	34	10	340	340	340
35	35	10	350	350	350
36	36	10	360	360	360
37	37	10	370	370	370
38	38	10	380	380	380
39	39	10	390	390	390
40	40	10	400	400	400
41	41	10	410	410	410
42	42	10	420	420	420
43	43	10	430	430	430
44	44	10	440	440	440
45	45	10	450	450	450
46	46	10	460	460	460
47	47	10	470	470	470
48	48	10	480	480	480
49	49	10	490	490	490
50	50	10	500	500	500
51	51	10	510	510	510
52	52	10	520	520	520
53	53	10	530	530	530
54	54	10	540	540	540
55	55	10	550	550	550
56	56	10	560	560	560
57	57	10	570	570	570
58	58	10	580	580	580
59	59	10	590	590	590
60	60	10	600	600	600
61	61	10	610	610	610
62	62	10	620	620	620
63	63	10	630	630	630
64	64	10	640	640	640
65	65	10	650	650	650
66	66	10	660	660	660
67	67	10	670	670	670
68	68	10	680	680	680
69	69	10	690	690	690
70	70	10	700	700	700
71	71	10	710	710	710
72	72	10	720	720	720
73	73	10	730	730	730
74	74	10	740	740	740
75	75	10	750	750	750
76	76	10	760	760	760
77	77	10	770	770	770
78	78	10	780	780	780
79	79	10	790	790	790
80	80	10	800	800	800
81	81	10	810	810	810
82	82	10	820	820	820
83	83	10	830	830	830
84	84	10	840	840	840
85	85	10	850	850	850
86	86	10	860	860	860
87	87	10	870	870	870
88	88	10	880	880	880
89	89	10	890	890	890
90	90	10	900	900	900
91	91	10	910	910	910
92	92	10	920	920	920
93	93	10	930	930	930
94	94	10	940	940	940
95	95	10	950	950	950



Volume de concreto (C-35) = 6,1 m³



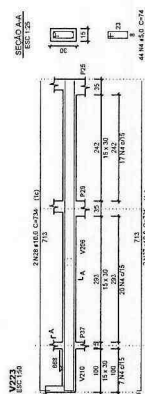
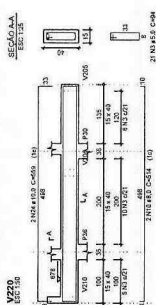
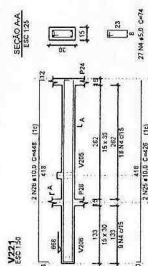
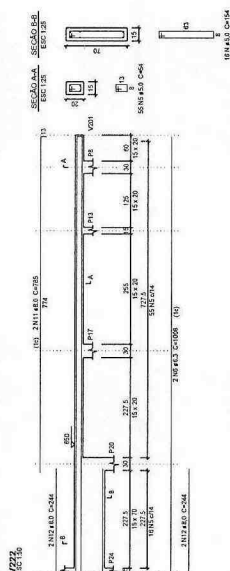
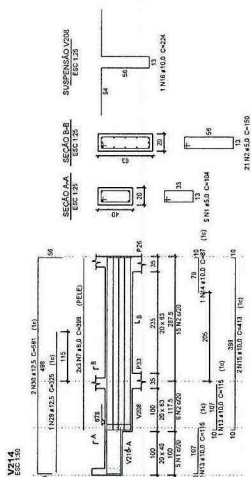
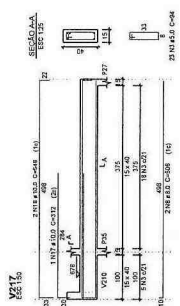
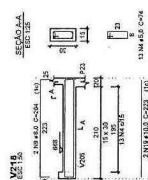
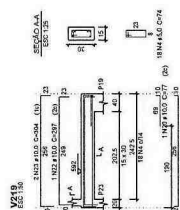
Relação do aço	
V217	V218
V220	V221

AGE	N	DATA	CLUST	C TOTAL
10-19	2	5.0	71	104
	3	5.0	104	3150
	4	5.0	184	4138
	5	5.0	184	4138
20-29	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
30-39	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
40-49	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
50-59	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
60-69	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
70-79	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
80-89	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138
90-99	2	5.0	155	4138
	3	5.0	155	4138
	4	5.0	155	4138
	5	5.0	155	4138

Results

ACO	DIAM. (mm)	C. TOTAL (m)	QUANT. + 10 % (barra)	PESO + 10 % (kg)
2A50	6,3	20,2	2	5,4
	8,0	70,2	7	30,4
	10,0	105,4	10	72,2
	12,5	14,3	2	15,8
2A40	5,0	181,9	2	22,5

$\text{Volumen de concreto (C-30)} = 2,23 \text{ m}^3$
 $\text{Área de forma} = 34,35 \text{ m}^2$



APPENDIX 5:



CLEBER LUIS HAHN

PROJETO ESTRUTURAL

Comercial em Alvenaria

PRÁTICAS, INC.

ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

ENCARGADO DA OBRA
Rua Doutor Elton / Info 07 / Quadra 22 / Centro / Maracá / PB

NEW CONCEPTS / Late 60's / Graduate 32 / CERNING

Annadura de vig

STATISTICS

PAÇOS ESTATÍSTICOS: _____

ASSINATURA DO PRETENDENTE: _____

EL PROYECTO ARQUITETÓNICO

Associação Comercial e Empresarial de Marabá
CNPJ: 07.084.810/0001-00

SEAR PROJECTO ARQUITETÓNICO

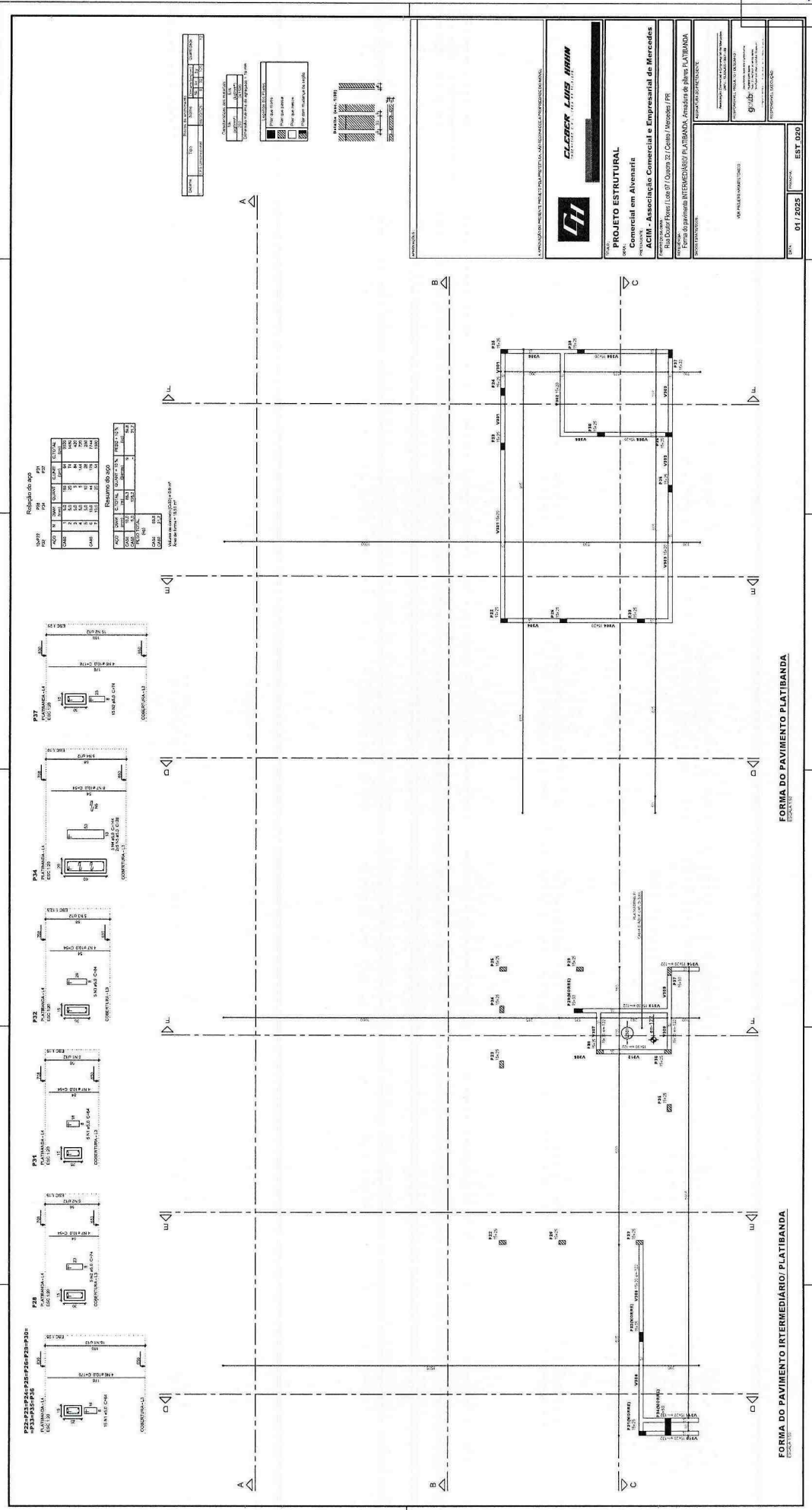
[illegible]

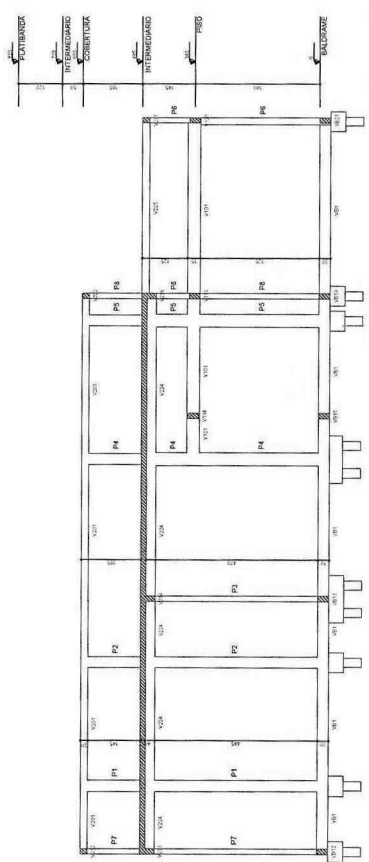
REPRODUCTION OF *CUCULIO*

--	--

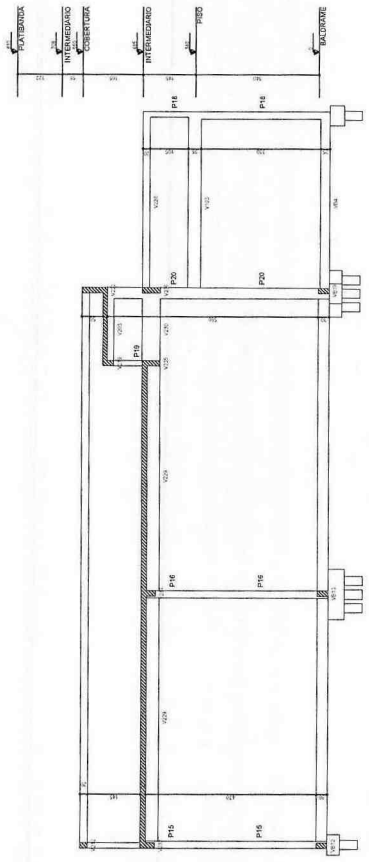
DATA :	01 / 2025	FRANCHIA:	EST 019
--------	-----------	-----------	---------

DATA:	PRANCHIA:
-------	-----------

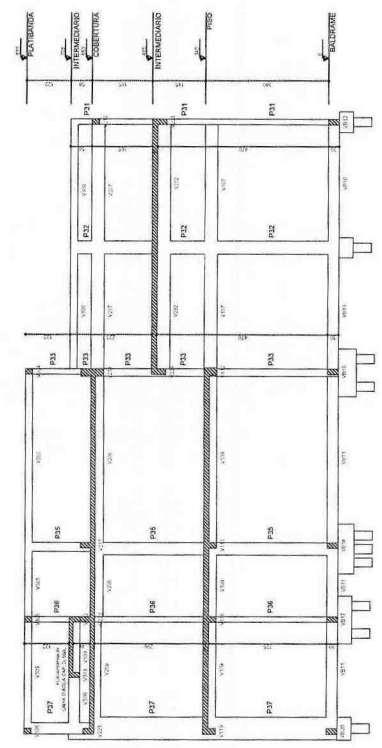






CORTE A-A
Escala 1:50

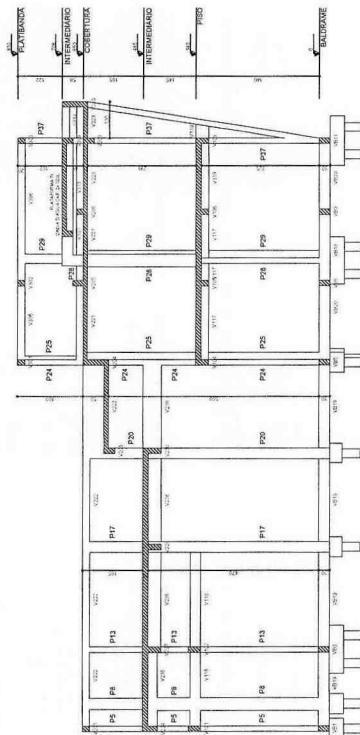
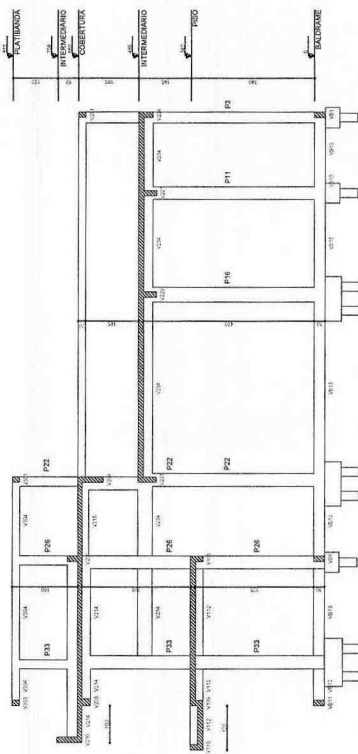
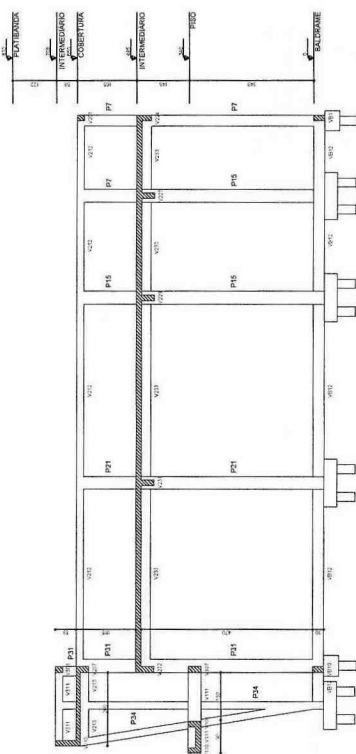



CORTE B-B
Escala 1:50

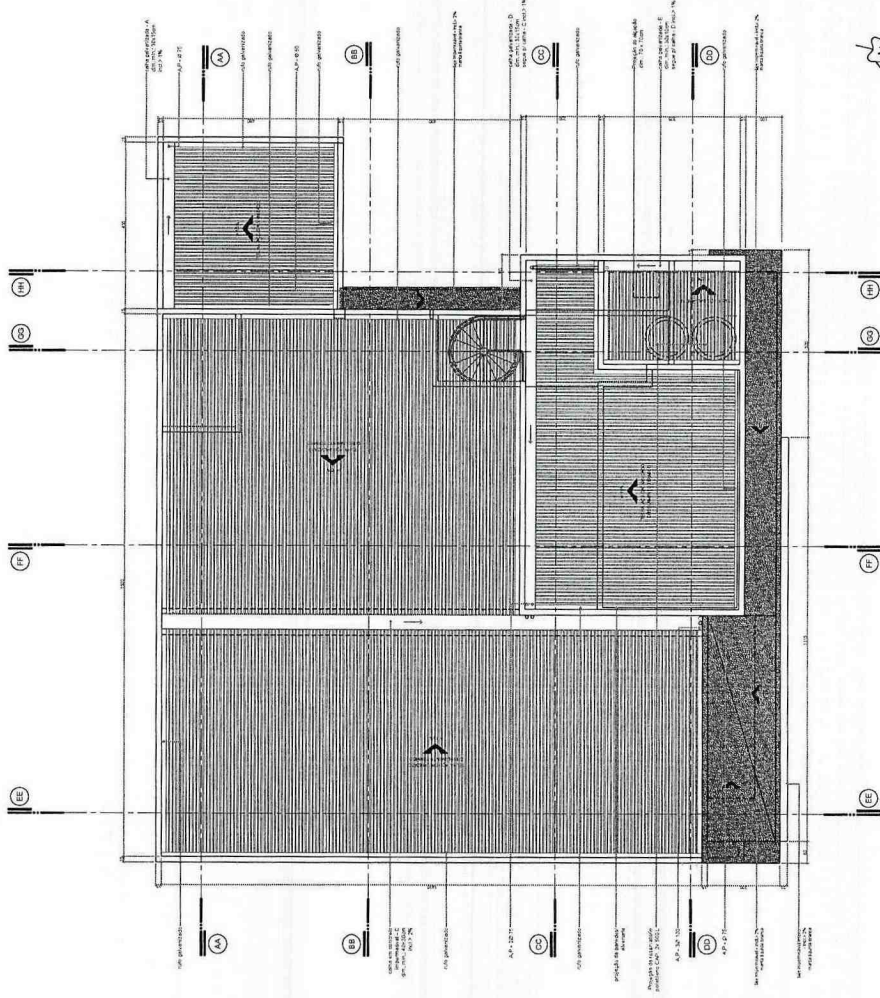


CORTE C-C
Escala 1:50

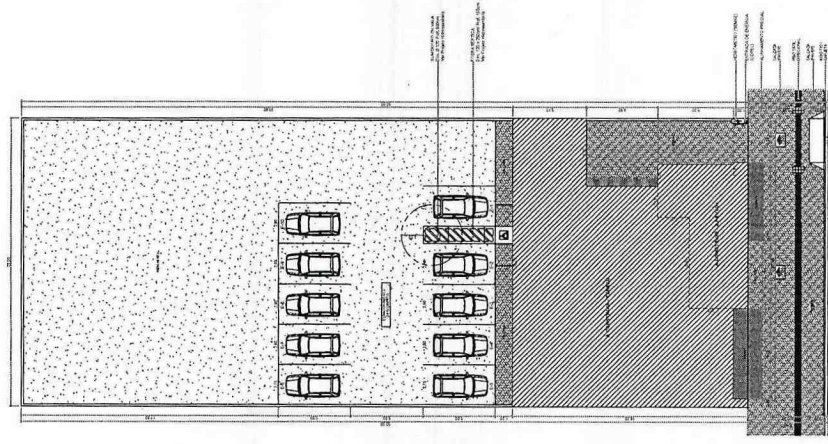
 CLAREN LUIS HAHN ARQUITETO		LARSEN & ASSOCIADOS LTDA. - RUA DO COMÉRCIO, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - SÃO PAULO - SP	
PROJETO ESTRUTURAL Comercial em Alvenaria ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes Rua Doutor Flores / Lote 87 Quadra 327 Centro Mercedes / PR			
01 / 2025		EST. 022	
VERIFICAÇÃO:		01 / 2025	
01 / 2025		01 / 2025	



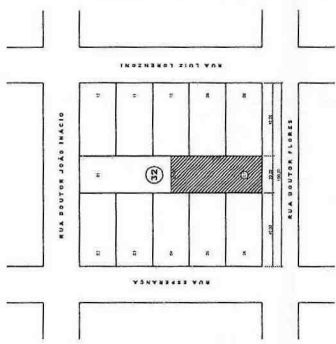
 CLEBER LUIS MANN ARQUITETO	
PROJETO ESTRUTURAL	
CONDOMÍNIO	
Comercial em Alvenaria	
ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	
Rua João Faria (Lda 07 Quadra 32 Centro) - Mercedes - PR	
PROJETO DE	
Corte D-D, Corte E-E, Corte F-F	
PROJETO DE	
9/10/2025	
EST. 023	



PLANTA DE COBERTURA



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



PLANTA DE SITUAÇÃO



CELEBR LUIS MIRAN

PROJETO ARQUITETÔNICO

Comercial em Alvenaria
ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes
Rua Doutor Filipe L. Leite 87 / Quadra 22 / Centro / Mercedes / PR

PROJETO ARQUITETÔNICO	PROJETO DE FUNDAÇÃO
PROJETO DE ESTRUTURA	PROJETO DE INSTALAÇÕES
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	PROJETO DE SANEAMENTO
PROJETO DE ILUMINAÇÃO	PROJETO DE AQUECIMENTO
PROJETO DE VENTILAÇÃO	PROJETO DE SEGURANÇA
PROJETO DE ACÚSTICO	PROJETO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE MEMÓRIAS	PROJETO DE EXECUÇÃO

Pag.

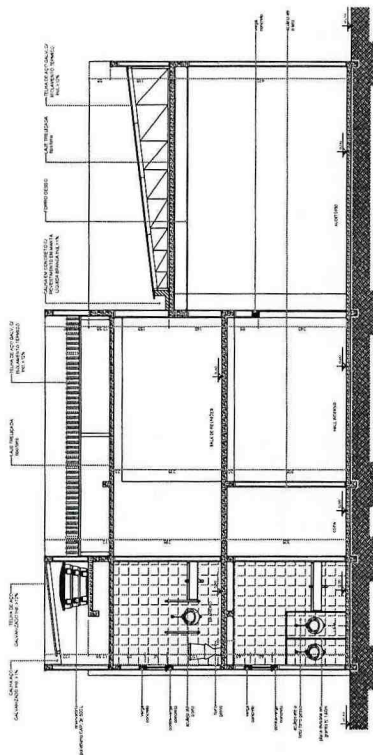
123

Ass

Ass

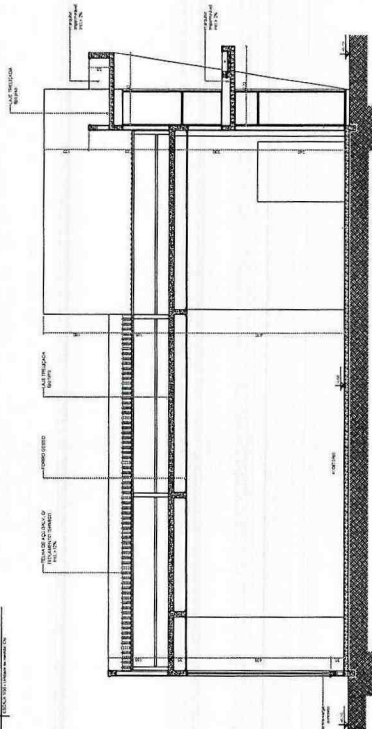


IDENTIFICAÇÃO:  		
APLICAÇÃO DO PROPOSTO PROJETO DE ARQUITETURA, PROFISSIONAL, VÁLIDAMENTE AFILIADO AO C.R.A.BRASIL.		
TÍTULO: PROJETO ARQUITETÔNICO TIPO: Comercial em Alvenaria FUNDOÇÃO: ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes ENDEREÇO DE OBRA: Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 52 / Centro / Mercedes / PR RUA Nº 01 Conto A/A, Conto B/B, Conto C/C DADOS DA PROPRIEDADE: Área Total(m²): 1.000,00 m² Área Construída (m²) (Área Coberta): 270,00 m² Área Construída - Coberta (m²) (Área Coberta - Pavimento): 140,00 m² Área Total (m²) (Total): 510,00 m² Data de Construção: 01/08/84 Construtor ou Arquiteto: 5.000 \$ Assessor Técnico (R\$): 600,00 \$ Custo de Manutenção anual: 600,00 \$ Custo de Manutenção anual: 600,00 \$ Assessor Técnico (R\$): 600,00 \$		
DATA: 04/12/2025		FUNÇÃO: ARQ 003



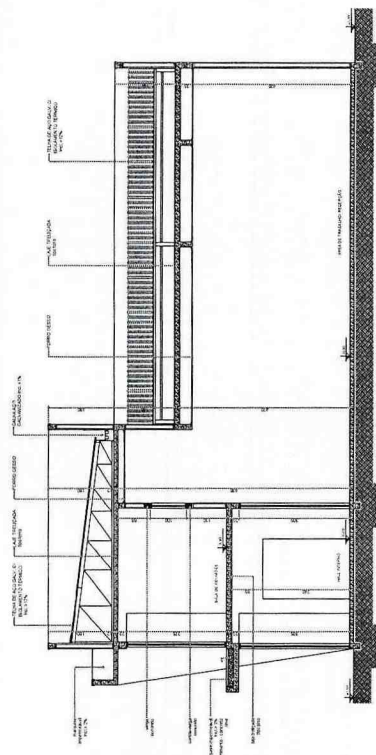
CORTE D.D.

SEÇÃO TRANSVERSAL



CORTE E.E.

SEÇÃO TRANSVERSAL



CORTE F.F.

SEÇÃO TRANSVERSAL



CLARENCE LINS & ASSOCIADOS

PROJETO ARQUITETÔNICO

Comercial em Alvenaria

AGW - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes

Rua Doutor Filipe Lodi 87 / Quinta 2ª Cerco - Mercedes / PR

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

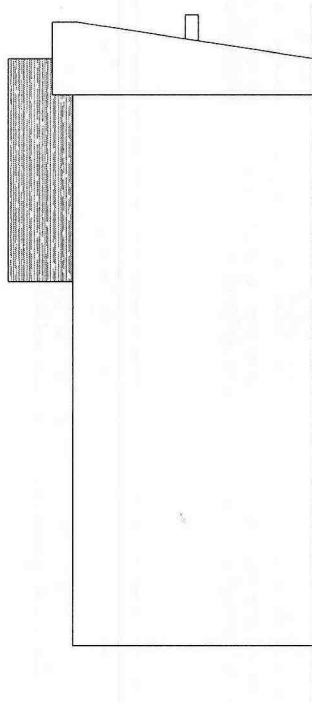
Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

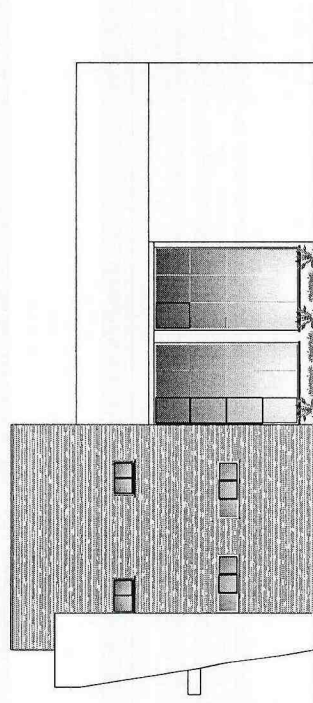
Cadastrado em 08/08/2013

Cadastrado em 08/08/2013

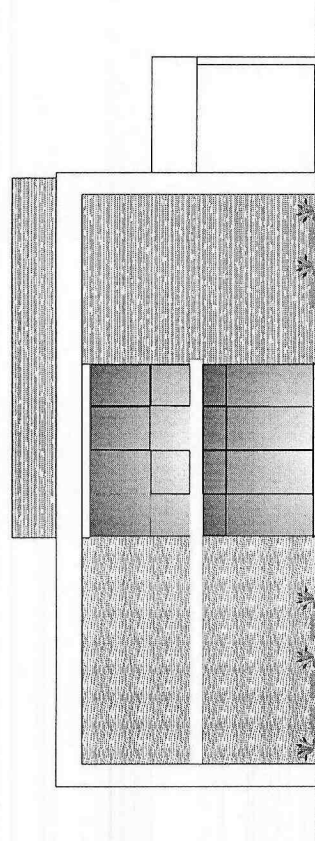
Cadastrado em 08/08/2013



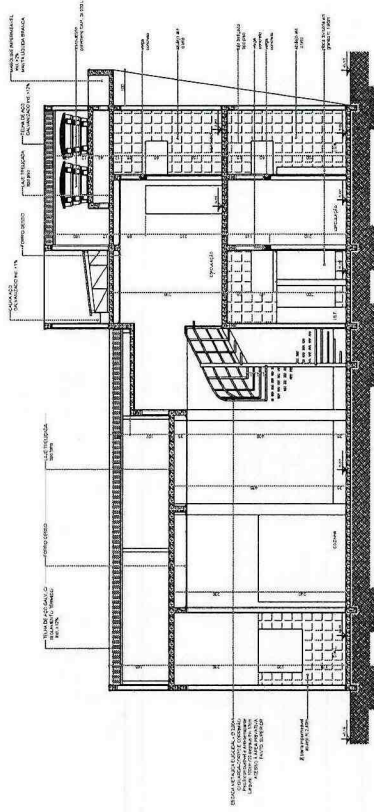
ELEVACÃO LATERAL ESQUERDA



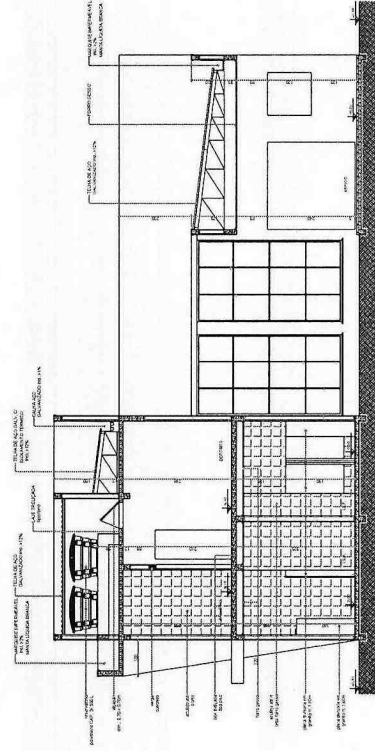
ELEVACÃO LATERAL DIREITA



ELEVACÃO FRONTAL



CORTE G.G.



CORTE M.H.



CLEVER LUIS MANN

PROFESSOR DE ARQUITETURA

PROJETO ARQUITETÔNICO

Comercial em Alvenaria

ACIN - Associação Comercial e Empresarial de Maracá

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

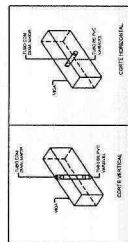
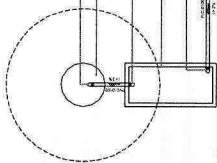
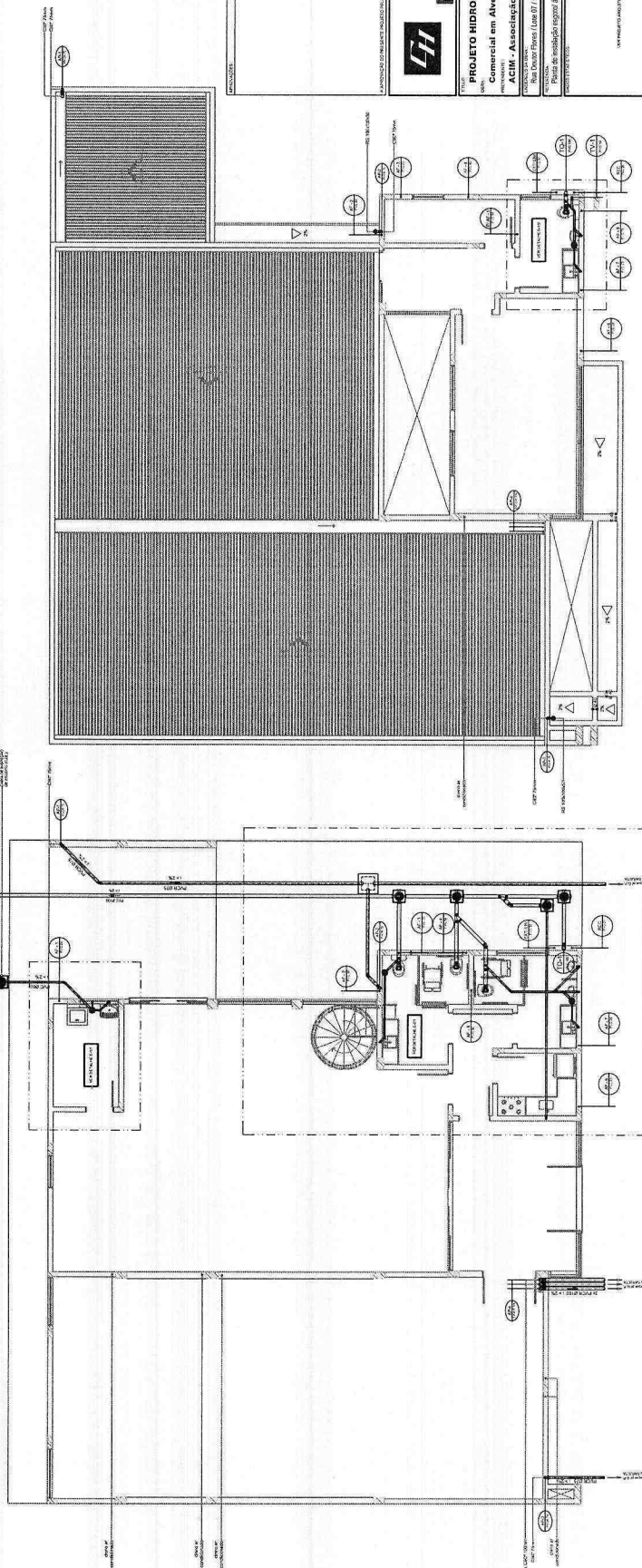
Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

Projeto de Arquitetura

[illegible]

INSTALAÇÃO • ESGOTO/ ÁGUA PLUVIAL (SUPERIOR)

INSTALAÇÃO - ESGOTO/ ÁGUA PLUVIAL (TÉRREO)

CLEBER LUIS HAHN



PROJETO HIDROSSANITÁRIO - ESGOTO DOMÉSTICO

Comercial em Alvenaria

ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Maracá

[illegible]

Equal Housing Futures / Lotte U / Guard W SZ / Centro / Mercedes / PR

Planta de instalação esgodo água pluvial, Detalhes E-1/E-2/E-3, Detalhes constitutivos

ASAP | JUNE 2019 | BANGOR

Associação Comunitária Emprego e Moradia
CNPJ: 13.556.557-00

NEW PRODUCT AND SERVICE	NEW OR EXISTING PRODUCT / SERVICE
-------------------------	-----------------------------------

[illegible]

9. *Author's address:* *University of Bremen, School of Business Administration, Postbox 330440, Bremen 28334, Germany. E-mail: joerg.schubert@uni-bremen.de*

RESEARCH AND DISCUSSION

05 / 2025 HIP 001

--

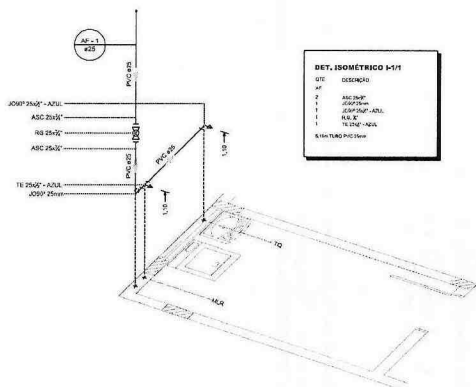
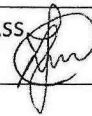
Q

9

Figure 1

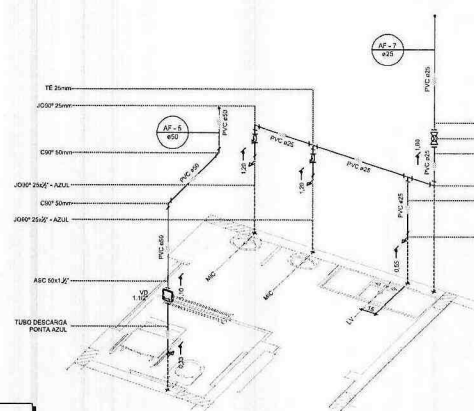
1





DET. ISOMÉTRICO I-1/1

DET. ISOMÉTRICO I-1/1
 QTD. 01
 M. 1
 1. JOEP 25x1/2\"/>

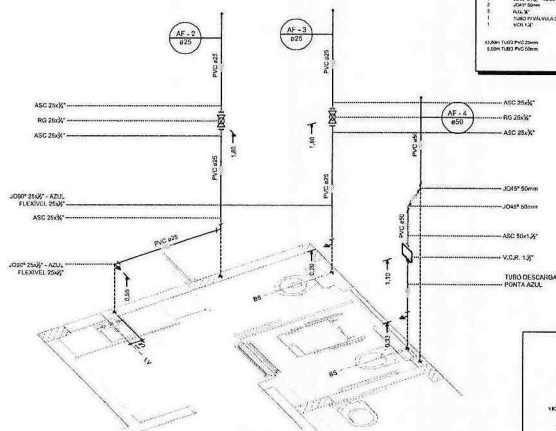


DET. ISOMÉTRICO I-4/1

DET. ISOMÉTRICO I-4/1
 QTD. 01
 M. 1
 1. JOEP 25x1/2\"/>

DETALHE I-1/1

ESCALA 1:50 - Cortado de frente de 1/2



DET. ISOMÉTRICO I-2/1

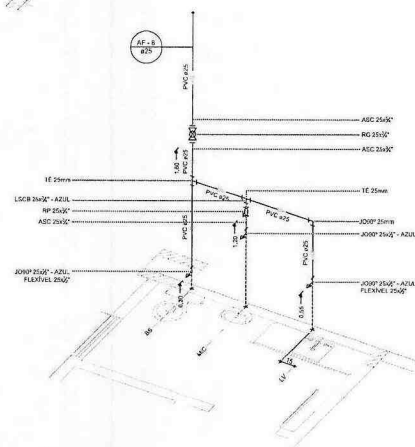
DET. ISOMÉTRICO I-2/1
 QTD. 01
 M. 1
 1. JOEP 25x1/2\"/>

DETALHE I-4/1

ESCALA 1:50 - Cortado de frente de 1/2

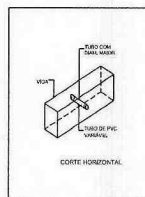
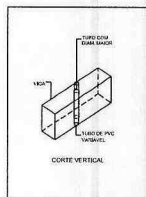
DET. ISOMÉTRICO I-1/2

DET. ISOMÉTRICO I-1/2
 QTD. 01
 M. 1
 1. JOEP 25x1/2\"/>



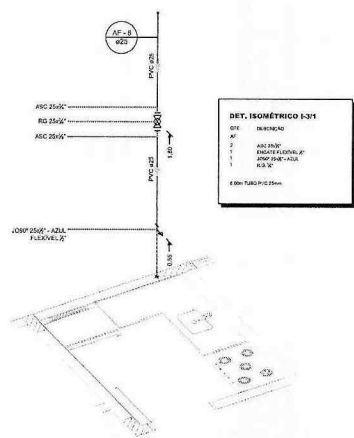
DETALHE I-1/2

ESCALA 1:50 - Cortado de frente de 1/2



DETALHE I-2/1

ESCALA 1:50 - Cortado de frente de 1/2

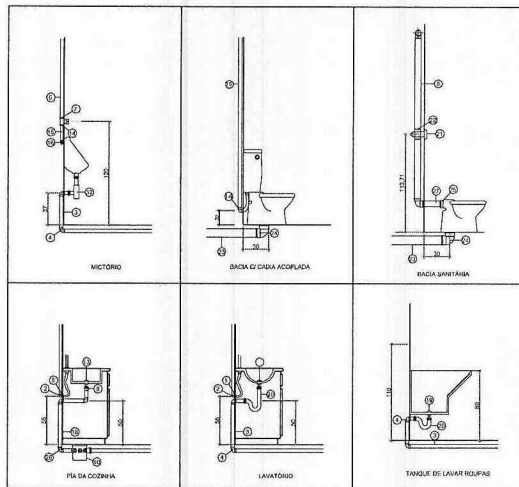


DET. ISOMÉTRICO I-3/1

DET. ISOMÉTRICO I-3/1
 QTD. 01
 M. 1
 1. JOEP 25x1/2\"/>

DETALHE I-3/1

ESCALA 1:50 - Cortado de frente de 1/2



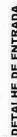
APROVAÇÕES:

PROJETO	PROJETO
PROJETO	PROJETO
PROJETO	PROJETO
PROJETO	PROJETO

APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO É DA PRESTADORA, NÃO REPRESENTA A PROPRIEDADE DO DADOS.	
CH CLEBER LUIS HAHN ENGENHEIRO CIVIL - 1984 - 1985	
TÍTULO PROJETO HIDROSSANITÁRIO - ÁGUA FRIA	
OBJETO Comercial em Alvenaria	
PROJETO ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes	
ENDEREÇO DA OBRA Rua Doutor Flores / Lote 07 / Quadra 32 / Centro / Mercedes / PR	
REFERÊNCIA Isométrico I-1/1, Isométrico I-2/1, Isométrico I-3/1, Isométrico I-4/1, Isométrico I-1/2, Detalhes	
DATA 01 / 2025	
PERSONAL HID_004	



NO.	FECHA	VALOR	MONEDA	TIPO DE CARGA	ORIGEN	DESTINO	OTROS
1	2010-01-01	1000000	USD	DIADRO DE CARGAS (DD-2) - SUPERIOR	CHILE	PERU	

[illegible][illegible]

**ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ
3º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR
13º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS**

MEMORIAL SIMPLIFICADO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIOS E A DESASTRES									
1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E/ OU ÁREA DE RISCO									
Logradouro Público: Rua Doutor Flores					Nº: S/N		Complemento: Lote 07 – Quadra 32		
Bairro: Centro				Município: Mercedes				UF: PR	
Proprietário/ responsável pelo uso: Associação Comercial e Empresarial de Mercedes									
CNPJ/CPF: 72.326.820/0001-89							Fone: (45) 3256-1284		
Responsável técnico: Cristian Comin									
Nº do registro: PR-214577/D							Fone: (45) 3256-8045		
Áreas (m²):		Existente: 0		A construir: 323,30 m²		Total: 323,30 m²			
Altura (m): 3,40		Nº de pavimentos: 2		Ocupação do subsolo:			Não		
Uso, divisão e descrição da ocupação principal: D-1 (Prestação de serviço profissional) / F-5 (Auditório)									
Risco: Moderado			Carga de incêndio: 700 MJ/m²						
2. ELEMENTOS ESTRUTURAIS									
Estrutura Portante:		x Concreto		Aço		Madeira		Outros	
Estrutura de sustentação da cobertura		x Concreto		x Aço		Madeira		Outros	
3. MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO									
Item		Observações							
Sim	Controle de Materiais de Acabamento								
Sim	Saídas de Emergência								
Sim	Iluminação de Emergência								
Sim	Sinalização de Emergência								
Sim	Extintores								
Não	Brigada de incêndio								
Não	Outros (especificar)								
4. RISCOS ESPECÍFICOS									
Item					Quantitativo				
Armazenamento de líquidos inflamáveis/ combustíveis					Não				
Gás Liquefeito de Petróleo					Não				
Armazenamento de produtos perigosos					Não				
Fogos de artifício					Não				
Vaso sob pressão (caldeira)					Não				
Outros (especificar)					Não				
5. DIMENSIONAMENTO DE POPULAÇÃO E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA									
Item					Quantitativo				
Tipos de escada					1 Metálica Helicoidal				
População					129 pessoas				
Demonstrativo de cálculo (se necessário): 1 pessoa a cada 7m²: 224,30/7 = 33 pessoas + 96 pessoas (auditório) = 129 pessoas									
6. AVALIAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO									
Declaro que a presente edificação se enquadra nos parâmetros da tabela 5 do CSCIP e que atende as seguintes especificações:									
a	Possuir área total construída menor 1.500m² para risco leve e menor que 1.000m² para risco moderado ou elevado;								
b	Possuir altura igual ou inferior a 9,0m quando de risco leve;								
c	Possuir altura igual ou inferior a 6,0m quando de risco moderado ou elevado;								
d	Não possuir subsolo com ocupação diferente de estacionamento;								

**ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ
3º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR
13º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS**

- e Não comercializar ou armazenar volume superior a 250L (duzentos e cinquenta litros) de líquido inflamável ou combustível;
- f Não armazenar volume superior a 190kg (cento e noventa quilogramas) do GLP.

7. AVALIAÇÃO DAS SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Declaro que as saídas de emergências se encontram de acordo o constante na NPT 011 – Saídas de Emergência

8. AVALIAÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO

Declaro que os extintores de incêndio foram instalados na edificação de acordo com a NPT 21 – Sistema de proteção por extintores de incêndio e encontram-se com prazo de validade e inspeção em dia.

Agente extintor	Quantitativo / Capacidade extintora
Carga de pó ABC	4 unidades – PÓ QUÍMICO SECO A:B:C 2A-20B:C
Carga de pó BC	
Carga d'água pressurizada	
Carga de Dióxido de Carbono (CO2)	
Outros (especificar)	

9. AVALIAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Declaro que a sinalização de emergência foi instalada na edificação de acordo com a NPT 020 – Sinalização de emergência.

Tipo de sinalização / Código da Placa	Quantitativo
IE / ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	8
S2 / INDICAÇÃO DE SENTIDO P/ SAÍDA	3
S3 / INDICAÇÃO DE SENTIDO P/ SAÍDA	1
S8 / ESCADA DE EMERGÊNCIA	1
S14 / SAÍDA DE EMERGÊNCIA	3
E5 / EXTINTORES	4
E17 / SINALIZAÇÃO DE SOLO PARA EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO	4

10. AVALIAÇÃO DO CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO (se houver)

Declaro que os materiais de acabamento e revestimento utilizados atendem adequadamente ao disposto na NPT 010 – Controle de material de acabamento e revestimento.

Finalidade do material	Classe dos materiais empregados
Piso	Classe IIA / CERÂMICO
Parede e divisória	Classe IIA / ALVENARIA E GESSO
Teto e Forro	Classe IIA / CONCRETO E GESSO

11. AVALIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Declaro que a iluminação de emergência foi adequadamente instalada na edificação de acordo com a NPT 18/2014 – Iluminação de Emergência.

12. AVALIAÇÃO DO GLP

Declaro que a central de GLP atende ao disposto na NPT 28 – Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP), não havendo botijões de GLP no interior da edificação.

13. DECLARAÇÕES GENÉRICAS

- Declaro estar ciente de que o Corpo de Bombeiros pode, a qualquer tempo, verificar as informações e declarações prestadas, inclusive por meio de fiscalizações e de solicitação de documentos;
- Declaro estar ciente de que não devem ser alteradas as características da edificação e da ocupação apresentada;
- O registro de informações inverídicas pode acarretar ao usuário o crime de falsidade ideológica, tipificado no Artigo 299 do Código Penal, com previsão de pena de um a cinco anos de reclusão e multa, sem prejuízo das providências administrativas e cíveis cabíveis.

ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ
3º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR
13º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS



Documento assinado digitalmente
CRISTIAN COMIN
Data: 07/05/2025 08:57:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável técnico

Proprietário/ Responsável pelo uso



1. Responsável Técnico

CLEBER LUIS HAHN

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Empresa Contratada: CLEBER LUIS HAHN ENGENHARIA

RNP: 1705433235

Carteira: PR-94816/D

Registro/Visto: 55090

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES

CNPJ: 72.326.820/0001-89

RUA MONTE CASTELO, 1213

LOTEAMENTO HORIZONTE - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 20/06/2023

Valor: R\$ 7.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DOUTOR FLORES, *

LOTE 07 / QUADRA 32 CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de Início: 20/06/2023

Previsão de término: 20/12/2025

Finalidade: Comercial

Proprietário: MUNICÍPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Projeto arquitetônico] de edificação de alvenaria

[Projeto] de estrutura de concreto armado

[Projeto] de instalação de sistema de esgoto sanitário

[Projeto] de sistema de água potável

[Projeto] de instalações elétricas em baixa tensão para fins comerciais

[Projeto] Tubulações telefônicas

[Projeto] de prevenção e combate a incêndio e pânico

Quantidade	Unidade
323,30	M2
323,30	M2
323,30	M2
323,30	M2
323,30	M2
323,30	M2
323,30	M2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

6. Declarações

Cláusula Compromissória: As partes decidem, livremente e de comum acordo, que qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96, de 23 de setembro de 1996 e Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CMA/CREA-PR, localizada à Rua Dr. Zamenhof, nº 35, Alto da Glória, Curitiba, Paraná, telefone 41 3350-6727, e de conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

Declaração assinada eletronicamente por CLEBER LUIS HAHN, registro Crea-PR PR-94816/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 23/01/2025 e hora 17h23.

Contratante

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por CLEBER LUIS HAHN, registro Crea-PR PR-94816/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 23/01/2025 e hora 17h23.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES - CNPJ: 72.326.820/0001-89

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Registrada em : 23/01/2025

ART Isenta





1. Responsável Técnico

CRISTIAN COMIN

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1721950290

Carteira: PR-214577/D

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES**

CNPJ: 72.326.820/0001-89

RUA MONTE CASTELO, 1213

LOTEAMENTO HORIZONTE - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 07/05/2025

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional: Órgão Público (Servidor/Empregado)

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DOUTOR FLORES, S/N

CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de Início: 07/07/2025

Previsão de término: 30/01/2027

Proprietário: MUNICÍPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Elaboração de orçamento] de *edificação de alvenaria*

Quantidade

Unidade

323,30

M2

[Projeto] de *prevenção e combate a incêndio e pânico*

323,30

M2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

6. Declarações

Cláusula Compromissória: As partes decidem, livremente e de comum acordo, que qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96, de 23 de setembro de 1996 e Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CMA/CREA-PR, localizada à Rua Dr. Zamenhof, nº35, Alto da Glória, Curitiba, Paraná, telefone 41 3350-6932, e de conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

Declaração assinada eletronicamente por CRISTIAN COMIN, registro Crea-PR PR-214577/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 07/05/2025 e hora 09h00.

Contratante

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por CRISTIAN COMIN, registro Crea-PR PR-214577/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 07/05/2025 e hora 09h00.

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MERCEDES - CNPJ: 72.326.820/0001-89

Valor da ART: R\$ 103,03

Registrada em : 07/05/2025

Valor Pago: R\$ 103,03



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

SUMÁRIO

NUP N. _____

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA SEDE DE ASSOCIAÇÃO COMERCIAL (ACIM)

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFTI.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada** contendo **as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A ausência deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

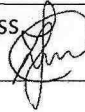
OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO.....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	5
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	5
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	5
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	6
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	9
7. CUSTOS DIRETOS	10
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	11
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	11
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.....	12
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	13
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	13
13. PROJETO EXECUTIVO	14
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	14
15. VISTORIA	16
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	16
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	16
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	17
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	17
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	17
21. DA SUSTENTABILIDADE.....	18

Pag.

740

Ass



NOTAS EXPLICATIVAS	19
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	19
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	19
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	20
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	21
2.1. Empreitada por Preço Unitário	21
2.2. Empreitada por Preço Global	22
2.3. Empreitada Integral	22
2.4. Contratação Por Tarefa	23
2.5. Contratação Integrada	24
2.6. Contratação Semi-Integrada	25
2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado	25
2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes	26
3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	29
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	30
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS	31
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	32
7. CUSTOS DIRETOS	33
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	34
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	35
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	37
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	38
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	39
13. PROJETO EXECUTIVO	40
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	41
15. VISTORIA	45
16. SUBCONTRATAÇÃO	46
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	48
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	48
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	49
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	51
21. DA SUSTENTABILIDADE	53
21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade	53
21.2. Da Especificação Técnica	54
21.3. Da Minimização do Impacto	54

21.4. Licenciamento Ambiental	55
21.5. Dos Resíduos e Rejeitos	56
21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal	56
21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos	56
21.8. Da Acessibilidade	56

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (☒) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

O OBJETO CONSISTE EM ATIVIDADE ESTABELECIDADA, POR FORÇA DE LEI, COMO PRIVATIVA DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO QUE IMPLICA NA INTERVENÇÃO NO MEIO AMBIENTE POR MEIO DE UM CONJUNTO HARMÔNICO DE AÇÕES QUE, AGREGADAS, FORMAM UM TODO QUE INOVA O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA DE BEM IMÓVEL.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (☒) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

O OBJETO TRATA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA OBJETIVAMENTE PADRONIZÁVEIS EM TERMOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE, DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO AO IMÓVEL.

Vide Nota Explicativa n. 1.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

() empreitada por preço unitário

(☒) empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

O NÍVEL DE PRECISÃO DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO PROJETO FORNECEM TODOS OS ELEMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O TOTAL E COMPLETO CONHECIMENTO DO OBJETO.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico (☒) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

AS SUBESTIMATIVAS E SUPERTIMATIVAS RELEVANTES A QUANTIDADE DE SERVIÇOS, SERÃO AVALIADAS QUANDO O REFERIDO SERVIÇO SE ENQUADRAREM COMO SERVIÇOS SIGNIFICATIVOS (REPRESENTATIVIDADE MONETÁRIA MAIOR OU IGUAL A 0,92% DO VALOR DA OBRA) E A VARIAÇÃO DOS SUPERAR A SOMATÓRIA DO RISCO E LUCRO PREVISTOS EM 9,26% (SERVIÇOS) OU 4,48% (FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA MAIS OU PARA MENOS.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte justificativa:

OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DAS SUBESTIMATIVAS E SUPERESTIMATIVAS FORAM DENFINIDAS.

Vide Nota Explicativa n. 2.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, () RRT ou () TRT.

Pag.

142

Ass.



No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () NÃO houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte justificativa:

HOUE A EMISSÃO DAS ART'S (1720250400166 E 1720252544980).

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos () NÃO foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

O PROJETO BÁSICO E DOCUMENTOS TÉCNICOS FORAM ELABORADOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ENGENHARIA.

Vide Nota Explicativa n. 3.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, cuja observância é OBRIGATÓRIA quando a obra/serviço for custeada por recursos da União (art. 23, § 3º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais a mediana dos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (X) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(X) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*);

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

POR SE TRATAR DE OBJETO CONVENIADO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, UTILIZOU-SE AS REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA DAS CIDADES, ATRAVÉS DO PARANACIDADE. FORA UTILIZADA A PLANILHA DE REFERÊNCIA "Construção Civil - Pela Lei nº 14133/2021 - versão 04 - referência da SINAPI de abril/2025", DISPONÍVEL EM "<https://www.paranacidade.org.br/Pagina/ORIENTACOES-AOS-MUNICIPIOS-DAS-ACOES-SFMPAM>", EM 01 DE JULHO DE 2025.

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

POR SE TRATAR DE OBJETO CONVENIADO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, UTILIZOU-SE AS REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA DAS CIDADES, ATRAVÉS DO PARANACIDADE. FORA UTILIZADA A PLANILHA DE REFERÊNCIA "Construção Civil - Pela Lei nº 14133/2021 - versão 04 - referência da SINAPI de abril/2025", DISPONÍVEL EM "<https://www.paranacidade.org.br/Pagina/ORIENTACOES-AOS-MUNICIPIOS-DAS-ACOES-SFMPAM>", EM 01 DE JULHO DE 2025.

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

POR SE TRATAR DE OBJETO CONVENIADO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, UTILIZOU-SE AS REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA DAS CIDADES, ATRAVÉS DO PARANACIDADE. FORA UTILIZADA A PLANILHA DE REFERÊNCIA "Construção Civil - Pela Lei nº 14133/2021 - versão 04 - referência da SINAPI de abril/2025", DISPONÍVEL EM "<https://www.paranacidade.org.br/Pagina/ORIENTACOES-AOS-MUNICIPIOS-DAS-ACOES-SFMPAM>", EM 01 DE JULHO DE 2025.

Vide Nota Explicativa n. 4.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

(X) NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) (X) planilha(s) analítica(s).

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

POR SE TRATAR DE OBJETO CONVENIADO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, UTILIZOU-SE AS REFERÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA DAS CIDADES, ATRAVÉS DO PARANACIDADE. FORA UTILIZADA A PLANILHA DE REFERÊNCIA "Construção Civil - Pela Lei nº 14133/2021 - versão 04 - referência da SINAPI de abril/2025", DISPONÍVEL EM "https://www.paranacidade.org.br/Pagina/ORIENTACOES-AOS-MUNICIPIOS-DAS-ACOES-SFMPAM". EM 01 DE JULHO DE 2025.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(X) fora utilizada a Tabela de Referência adotada pelo órgão ou entidade licitante, uma vez que não se trata de obra/serviço custeado por recursos da União (art. 23, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

() foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

() foram adotadas composições "adaptadas" do SINAPI, nos termos do art. 12 do Decreto Municipal nº 036, de 2023, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

() foram adotadas composições "próprias", extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 6.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (X) compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

() observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

A OBRA É DE BAIXA COMPLEXIDADE, RÁPIDA EXECUÇÃO, DE PEQUENO PORTE, LOCALIZADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, PRÓXIMO A LOCAIS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DAS SEDES DE EMPRESAS DO RAMO. PORTANTO, NÃO CONFIGURANDO A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE ITEM EM SEPARADO PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. QUALQUER INÍCIO PARA CONSIDERAÇÃO COMO ITEM DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL, É ABSORVIDO PELO ITEM "ADMINISTRAÇÃO CENTRAL".

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

A OBRA É DE BAIXA COMPLEXIDADE, RÁPIDA EXECUÇÃO, DE PEQUENO PORTE, LOCALIZADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, PRÓXIMO A LOCAIS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DAS SEDES DE EMPRESAS DO RAMO. PORTANTO, NÃO CONFIGURANDO A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE ITEM EM SEPARADO PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. QUALQUER INÍCIO PARA CONSIDERAÇÃO COMO ITEM DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL, É ABSORVIDO PELO ITEM "ADMINISTRAÇÃO CENTRAL".

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

ADOTADO PAGAMENTO PROPORCIONAL PARA OS CUSTOS DIRETOS.

Vide Nota Explicativa n. 7.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(☒) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e (☒) SERVIÇOS.

(☒) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☒) INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

A CURVA ABC DE SERVIÇOS É OBSERVÁVEL NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA JUNTADA. A CURVA ABC DE INSUMOS NÃO FORA JUNTADA, AO PROCESSO, VISTO O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES NÃO POSSUIR SOFTWARE ESPECÍFICO PARA ORÇAMENTAÇÃO. CONTUDO, HAVENDO A NECESSIDADE, É POSSÍVEL "ABRIR" AS COMPOSIÇÕES DOS SERVIÇOS ELENCADOS E TRAÇAR A REFERIDA CURVA.

Vide Nota Explicativa n. 8.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (☒) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

A SIMULAÇÃO PARA COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS DE REFERÊNCIA DESONERADOS E NÃO DESONERADOS NÃO FOI REALIZADO, POIS O OBJETO É CONVENIADO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, E PORTANTO UTILIZOU-SE AS REFERÊNCIAS PRÉ-ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA DAS CIDADES, ATRAVÉS DO PARANACIDADE. FORA UTILIZADA A PLANILHA DE REFERÊNCIA "Construção Civil - Pela Lei nº 14133/2021 - versão 04 - referência da SINAPI de abril/2025". DISPONÍVEL EM "<https://www.paranacidade.org.br/Pagina/ORIENTACOES-AOS-MUNICIPIOS-DAS-ACOES-SFMPAM>", EM 01 DE JULHO DE 2025.

Vide Nota Explicativa n. 9.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Administração central: () 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☒) 3º quartil:

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () quartil médio ou (☒) 3º quartil:

3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Risco: () 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☒) 3º quartil:

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☒) 3º quartil:

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

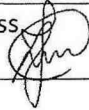
Lucro: () 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☒) 3º quartil:

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

NÃO FORAM ADOTADOS PERCENTUAIS SUPERIORES AO 3º QUARTIL.

Vide Nota Explicativa n. 10.



11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (☒) SERÁ ou (☐) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

HAVERÁ FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(☒) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(☒) foi adotado o parâmetro do (☒) 1º quartil ou (☒) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas: **para os casos em que não foi adotado o médio:**

ENTRE 1º E MÉDIO QUARTIL. PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

(☐) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

NÃO FORAM ADOTADOS PERCENTUAIS SUPERIORES AO 3º QUARTIL.

Vide Nota Explicativa n. 11.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(☒) FOI juntado aos autos

(☐) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(☒) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

(☐) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 12.

13. PROJETO EXECUTIVO

(☒) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(☐) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (☐) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Vide Nota Explicativa n. 13.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☒) CAU e/ou ao (☐) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

O REGISTRO É EXIGIDO, VISTO QUE AS ATIVIDADES REFERENTES AO OBJETO ESTÃO NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS DOS CONSELHOS FISCALIZADORES.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA E CONCRETO ARMADO COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA.

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA E CONCRETO ARMADO COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50,00% dos quantitativos licitados (161,65 M²).

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

O AUMENTO DE QUANTITATIVOS NÃO INCREMENTA A COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(☒) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de RESPONSÁVEL TÉCNICO: serviços de CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA E CONCRETO ARMADO COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

NÃO SERÁ EXIGIDO COMPROVAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL COM QUANTITATIVOS MÍNIMOS.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

NÃO SERÁ EXIGIDA INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO ESPECÍFICOS.

Vide Nota Explicativa n. 14.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou () OBRIGATORIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES DO LOCAL DA OBRA.

Vide Nota Explicativa n. 15.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (☒) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

ADMITE-SE A SUBCONTRATAÇÃO DE ATÉ 0,07% (PARCELA REFERENTES A DIVERSOS – LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS) DO VALOR DO OBJETO.

EM CONTRAPONTO, É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS), QUAL REPRESENTA 27,37% DO VALOR DO OBJETO.

Vide Nota Explicativa n. 16.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (☒) CAPITAL MÍNIMO ou (☒) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

Pag.

147

Ass.

LIMITE LEGAL DE 10% (DEZ POR CENTO).

Vide Nota Explicativa n. 17.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

VEDADA, POR SE TRATAR DE OBJETO DE PEQUENO VULTO FINANCEIRO E BAIXA COMPLEXIDADE.

Vide Nota Explicativa n. 18.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, POIS A GESTÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO NÃO PERMITE QUE O OBJETO SEJA EXECUTADA DE FORMA COMPARTILHADA OU EM RODÍZIO.

Vide Nota Explicativa n. 19.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

EXIGÊNCIA DE 5% DO VALOR CONTRATUAL.

Vide Nota Explicativa n. 20.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

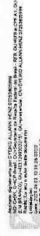
AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE FORAM AVALIADAS,

Vide Nota Explicativa n. 21.

Mercedes-PR, 03 de SETEMBRO de 2025

DYEIKO ALLANN

HENZ:07053805999



DYEIKO ALLANN HENZ

ENGENHEIRO CIVIL

CREA PR-136876/D

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

Na Lei n. 8.666, de 1993, a conceituação da atividade como obra ou serviço de engenharia se dava por exemplificação. Atividades de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação constituiriam uma obra, ao passo que serviço de engenharia seria toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

No Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, que é destacado no Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União, tais atividades foram sintetizadas sob a concepção da alteração significativa ou não significativa do espaço, nos seguintes termos:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

A Lei n. 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

Segundo Marçal Justen Filho¹, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

O caráter comum ou especial do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não reside, necessariamente, no grau de complexidade executiva do serviço ou na imposição legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que atrai o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

Considerando que a avaliação da natureza comum ou especial do objeto envolve aspectos técnicos dos serviços de engenharia a ser contratada, essa classificação compete ao profissional legalmente habilitado.

Voltar ao preenchimento

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Nos termos do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, poderão ser adotados nas contratações de obras e serviços de engenharia os seguintes regimes de execução: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; ou VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

2.1. Empreitada por Preço Unitário

O regime de empreitada por preço unitário é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. A remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como obra quando i) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, ou cumulativamente, ii) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

O enquadramento como serviço de engenharia, por outro lado, tem um caráter de exclusão: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Percebemos que o supracitado Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União já destacava a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que

Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. (...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

Compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, enquadrando-o como obra ou serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe técnica perquirir se esse serviço é comum ou especial, que assim são definidos no art. 6º, XXI, “a” e “b”, da Lei n. 14.133, de 2021:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Esse regime deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento. São típicos exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano.

2.2. Empreitada por Preço Global

No regime de empreitada por preço global a execução da obra ou serviço se dá por preço certo e total. Adotando-se esse regime, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro, não podendo cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite. Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados, também até certo limite. Assim, na empreitada por preço global, o grau de assunção de riscos pelo contratado é maior do que na empreitada por preço unitário.

Esse regime deve ser adotado quando houver um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto. Ele pressupõe projetos de boa qualidade, que forneçam aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

É cabível, então, quando for possível definir previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.

No presente regime de execução, deve ser adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado – sendo vedada sistemática de remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens unitários executados.

2.3. Empreitada Integral

Quando adotado o regime de empreitada integral, o empreendimento é contratado em sua integralidade, compreendendo todas as etapas, serviços e instalações necessários. O contratado se responsabiliza pela entrega do empreendimento ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico*. Dialética, São Paulo, 2005, pg. 20.

Nesse regime, a licitação abrange a execução do objeto e o fornecimento e instalação de bens pelo contratado. O objeto deve ser entregue pelo contratado totalmente concluído e com os bens (máquinas, equipamentos, etc.) instalados e em perfeitas condições de uso e funcionamento. De acordo com Marçal Justen Filho²:

O regime de empreitada integral é utilizado para situações que envolvam a implantação de uma unidade operacional, em que a infraestrutura física é necessária, mas não suficiente para satisfazer o interesse da Administração.

O objeto visado pela contratação é a construção da infraestrutura e a implementação de serviços e outras atividades indispensáveis ao desempenho de uma atividade operacional dinâmica.

Esse regime deve ser adotado quando a necessidade da Administração vai além da entrega da infraestrutura e envolve também a plena operacionalização do empreendimento de acordo com parâmetros previamente definidos. Em outras palavras, o empreendimento deve ser entregue em pleno funcionamento.

Assim, a empreitada integral é o regime adequado para projetos vultuosos e complexos, que demandem, para o seu pleno funcionamento, a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações. Importante destacar que não é o fornecimento de qualquer equipamento ou mobiliário que justifica a adoção de empreitada integral, mas apenas aqueles em que possuam um grau de integração atípico com a infraestrutura da obra³. Do contrário, deverão ser contratados separadamente, pois a adoção indevida desse regime pode ferir o princípio do parcelamento e, por consequência, da ampla competitividade.

Nos casos em que a Administração vislumbra problemas que possam ser revelados apenas quando efetivamente promovida a etapa de funcionamento do empreendimento, é conveniente a adoção da empreitada integral, pois o contratado somente se desincumbirá de suas obrigações quando o empreendimento estiver em pleno funcionamento.

2.4. Contratação Por Tarefa

Na contratação por tarefa, contrata-se mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

Pode abranger a contratação de prestadores como pedreiro, azulejista, encanador, carpinteiro, pintor etc., para executarem serviços isolados de menor dimensão.

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 195.

³ TCU. Acórdão 711/2016 Plenário. Informativo de Licitações e Contratos n. 280/2016.

que a complexidade das circunstâncias conduzir à impossibilidade de definir com segurança a solução técnica mais satisfatória⁴.

Prossegue Marçal Justen Filho:

A vantagem econômica da contratação integrada apenas se verifica nas situações em que há complexidade e problemas envolvidos na execução do objeto. A dimensão dos problemas acarreta incertezas e dificuldades que se refletirão no preço, mas pode ser mais eficiente transferir para o particular o encargo de conceber a solução e executá-la do que tentar desenvolver uma solução satisfatória no âmbito da própria Administração.

Dessa forma, embora a Lei nº 14.133/2021 não preveja requisitos explícitos para adoção do regime, "é necessário evidenciar que a complexidade da situação e a incerteza sobre o atingimento do resultado desejado mediante as soluções de empreitada tradicional geram riscos de insucesso relevante, além de acarretarem custos econômicos elevados. Deve ser demonstrado que a assunção por um particular do encargo de conceber o empreendimento, com todos os riscos inerentes, propiciará uma solução economicamente mais vantajosa do que aquela que seria obtida mediante uma modalidade distinta de empreitada".

2.6. Contratação Semi-Integrada

A contratação semi-integrada aproxima-se amplamente da contratação integrada – porém, como diferença essencial, a Administração elabora o projeto básico da licitação, atribuindo ao contratado somente a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo.

Ainda assim, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação – assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

De resto, aplicam-se à contratação semi-integrada as mesmas observações associadas à contratação integrada, especialmente quanto à limitação de sua utilização aos objetos complexos.

2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado

Nesse regime, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

"Assim, a contratação por tarefa costuma ocorrer naqueles casos em que o prestador do serviço atua individualmente, sem o concurso de equipamentos sofisticados, com remuneração de valor reduzido"⁴.

Fazendo o paralelo com a participação de pessoas físicas na licitação, não se aplica quando a contratação exigir estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Decreto Municipal nº 160/2023).

Portanto, não se recomenda a contratação por tarefa para objetos de maior complexidade, que extrapolem a atuação cotidiana do prestador individual.

2.5. Contratação Integrada

Na contratação integrada, o contratado é responsável não somente por executar a obra ou serviço de engenharia, mas também por elaborar e desenvolver o projeto básico e o projeto executivo – além de fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

A Administração produz apenas o anteprojeto – peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, contendo, dentre outros elementos, a proposta de concepção da obra e o memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

O contratado é responsável por escolher as soluções técnicas reputadas mais compatíveis com as diretrizes fixadas para o empreendimento – cabendo à Administração aprovar o projeto básico elaborado pelo contratado, avaliando sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam sua qualidade ou vida útil.

Em razão dos maiores riscos envolvidos, a contratação integrada deve obrigatoriamente contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado – mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico por ele elaborado.

Assim, até por seu potencial para encarecer a contratação, o regime não se destina aos objetos cotidianos – mas sim de natureza complexa, "quando não houver solução técnica determinada para a execução e colocação em operação do empreendimento ou nos casos em

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

No exemplo de Marçal Justen Filho⁵, seria adequado para contratar a construção de um edifício inteligente, com fornecimento dos equipamentos pertinentes e operação das diversas funcionalidades existentes – já que contratar em separado cada objeto poderia gerar complexidade de gestão e eventualmente elevação de custos:

Haveria dificuldade na adequação entre a construção, os equipamentos e a sua operação. Ao promover uma contratação única e abrangente, surge a obrigação de o particular conceber o edifício tomando em vista as peculiaridades dos equipamentos e as funcionalidades no tocante à prestação do serviço. O particular terá o dever de fornecer os equipamentos mais compatíveis com as características do edifício e com os serviços de operação ou manutenção. E se pode presumir que os custos de operação e de manutenção serão muito mais reduzidos, em vista da existência de um mesmo sujeito a executar todas as prestações.

Porém, alerta o autor, "somente é cabível adotar esse modelo de contratação quando as diversas prestações comportarem efetiva integração entre si e se evidenciar que a contratação isolada acarretará perdas sob o prisma técnico e econômico. Portanto, não existe autonomia para promover contratação cumulativa de objetos autônomos entre si, o que configuraria opção restritiva da amplitude da competição".

2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes

A definição das chamadas "subestimativas e superestimativas relevantes" decorre de orientação do TCU para os contratos por empreitada por preço global ou integral (Acórdão n. 1.977/2013 - Plenário), a fim de garantir segurança jurídica em caso de eventual necessidade de aditivos para correção de projeto.

Segundo avalia o TCU, ambas as partes - Administração e contratada - são obrigadas a arcar com as imprecisões do projeto na empreitada por preço global - porém, apenas até o limite do enriquecimento sem causa de uma parte em detrimento da outra.

Assim, "pequenos erros quantitativos" devem ser tolerados e não devem acarretar a celebração de termos aditivos em empreitadas globais, "por se tratarem de erros acidentais, incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada, a ser tida como a mais vantajosa".

Porém, o cenário se altera caso ocorram "erros substanciais" - daí a necessidade de estabelecer um critério objetivo para diferenciá-los.

O setor técnico deve elaborar uma matriz de riscos para analisar os riscos do projeto e definir a margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes, tanto

⁶ *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

a menor ("subestimativas" em desfavor da contratada) quanto a maior ("superestimativas" em desfavor da Administração).

Tal margem de tolerância será fixada sob a forma de um percentual incidente sobre as quantidades do serviço.

Nesse ponto convém notar que a inclusão dos riscos do empreendimento é parte obrigatória da remuneração da empresa contratada, nos termos do art. 13, § 1º, do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, que traz a composição do BDI:

Art. 13. As obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura a serem contratados e executados terão seus preços máximos definidos por meio da somatória do custo direto, orçado pelo órgão licitante, com o valor do Benefício e Despesas Indiretas - BDI.

§ 1º O preço máximo será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e pessoalística, em especial aqueles mencionados no § 2º deste artigo, que oneram a contratada;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

IV - taxa de despesas financeiras; e

V - taxa de lucro.

Ora, a Taxa de Risco compreende os "riscos de construção", os "riscos normais de projetos de engenharia", bem como os "riscos de erros de projetos de engenharia", conforme se extrai do Acórdão TCU n. 2622/2013-Plenário. Portanto, não é compreensível que a Administração venha a remunerar esses riscos e ao mesmo tempo assumam o ônus de quaisquer quantitativos subestimados por meio da celebração de aditivos, tal como seria no regime de empreitada por preço unitário. Daí a taxa de risco fixada pela Administração por ocasião da elaboração do BDI é um importante fator a ser levado em consideração no cálculo das superestimativas e subestimativas relevantes.

Além disso, a Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - International Cost Engineering Council), indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5% (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de empreitada por preço global, ou seja: quando todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada estão disponíveis. Assim, esse parâmetro pode ser utilizado pela Administração como critério médio que pode variar conforme o risco

3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

Para a licitação relacionada a obras e serviços de engenharia, em conformidade com as definições constantes no art. 6º, XII e XXI, da Lei n. 14.133, de 2021, é indispensável a participação do profissional habilitado da área. A elaboração do Projeto Básico caberá:

(a) à própria Administração, por meio de responsável técnico pertencente a seus quadros, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA/CAU-BR/CFT), que deverá providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT referente aos projetos;

(b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializado, habilitado pelo CREA/CAU-BR/CFT, contratado pela Administração mediante licitação ou diretamente, cujos trabalhos serão baseados em anteprojeto desenvolvido pela Administração.

Assim, o projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, caderno de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânico, agrônomo, naval, minas, químico, eletricitista, eletrônico ou de comunicação, florestal, geólogo etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT, como deixa claro a Súmula TCU n. 260/2010:

É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

No que se refere à ART, compete observar a Resolução CONFEA n. 1.137, de 2023.

Cumpra lembrar que, ainda que as modificações nas planilhas orçamentárias sejam elaboradas pela empresa contratada para a execução do projeto, deverá haver profissional habilitado pertencente aos quadros da Administração, ou por ela contratado, para a verificação, correção e/ou adaptação da alteração proposta.

Nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, na licitação na modalidade pregão, o Termo de Referência previsto no art. 6º, XXIII, não traz especificações técnicas. Assim, tais aspectos devem ser apresentados por meio de outro documento, no caso um Projeto Básico, previsto no art. 6º, XXV, da Lei, que, quando necessário, deverá ser anexado ao Termo de Referência. Desse modo, deve ser comprovada a aptidão do responsável pelo Projeto Básico por meio da competente documentação de responsabilidade técnica, o que não se exige para o Termo de Referência.

de cada etapa do projeto. Em todo caso, porém, compete exclusivamente à área técnica a definição dos respectivos percentuais de subestimativas e superestimativas relevantes.

Uma vez fixados os percentuais, durante a execução contratual, se for constatado um erro de quantitativo ("subestimativa" ou "superestimativa") em determinado serviço, o setor técnico comparará com o percentual fixado na matriz de riscos.

Se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante: trata-se de risco ordinário do empreendimento, já remunerado pela taxa de "risco" que consta do BDI da obra ou serviço, e não deve fundamentar a prolação de termo aditivo.

Porém, se o percentual do erro ficar acima do percentual limite, será considerado relevante e permitirá a prolação do termo aditivo – sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para as modificações contratuais, nos termos do art. 124, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021.

Segue o exemplo do TCU: "os contratos podem, com simplicidade, objetivar que erros unitários de quantidade de até 10% não sejam objeto de qualquer revisão. Menos que isso, esses erros acidentais serão álea ordinária da contratada. Para que não haja incontáveis pedidos de reequilíbrio decorrentes de serviços de pequena monta, pode-se, ainda, definir que somente serviços de materialidade relevante na curva ABC do empreendimento incorrerão como taxa de "erro relevante". Mantém, assim, a lógica da medição por preço global, ao mesmo tempo em que se veda o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, sem ferir o princípio fundamental da obtenção da melhor proposta".

Assim, a definição do percentual de tolerância pode abranger cada item de serviço, grupos de serviços ou apenas os serviços de maior relevância da contratação (avaliados de acordo com a metodologia ABC) – nesse último caso, o erro de quantitativo só ensejará a prolação do termo aditivo se atingir justamente um dos serviços agrupados na curva "A" da contratação, ou nas curvas "A" e "B" (podendo prever um percentual limite maior para os serviços da curva "B" em relação à curva "A", por exemplo).

Trata-se de questão técnica, a ser avaliada pelo setor em cada licitação, de acordo com as peculiaridades do objeto.

Por fim, nos termos do art. 19, inciso II, do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei n. 14.133, de 2021.

Voltar ao preenchimento

Voltar ao preenchimento

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia deve seguir as diretrizes do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, que estabelece o uso dos parâmetros específicos abaixo estabelecidos, nessa ordem de prioridade:

- composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;
- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Desse modo, os critérios subsequentes somente serão usados quando, justificadamente, o preço de referência não puder ser definido por meio dos critérios anteriores.

Conforme faculta o § 3º do art. 23 da Lei n.º 14.133, de 2021, "nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo".

O Decreto Municipal n.º 036, de 2023, reproduz o rol de parâmetros listados no art. 23 da Lei n.º 14.133, de 2021, diferindo unicamente quando coloca como primeiro critério a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente da Tabela de Referência adotada pelo órgão ou entidade licitante. Tal previsão, pois, implica a existência de uma Tabela de referência adotada pelo Município. Não havendo, deve-se seguir o rol do art. 23 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Ao adotar quaisquer referenciais de custos externos ao SINAPI, cabe ao setor técnico optar por aqueles que melhor se amoldam ao projeto da obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da

execução do contrato. Essa avaliação deve constar da Justificativa específica a ser preenchida pelo profissional responsável pelo Termo de Justificativas Técnicas Relevantes - TJTR.

Quanto ao uso de sistema privado de orçamentação (a exemplo do SBC), o TCU apontou que sua utilização não constitui irregularidade, todavia ele ressalvou, no item 9.1.4 Acórdão n. 2595/2021-Plenário, que

(...) o uso de sistemas privados de referência de custos para obras e serviços de engenharia, como o SBC, sem avaliação de sua compatibilidade com os parâmetros de mercado, e sem a realização de adequadas pesquisas de preços, para fins comparativos, está em desacordo com o art. 5º, inciso IX, "f", da Lei 8.666/1993, com o princípio da eficiência e da economicidade, e é contrária ao entendimento do TCU formatado nos Acórdãos 555/2008, 702/2008, 837/2008, 283/2008, 1.108/2007, 2.067/2007 e 1.947/2007, todos do Plenário.

Assim, em sua justificativa, o responsável pelo TJTR deve demonstrar a atenção dada a essa orientação.

Por fim, relativamente à contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, observe-se o que determina o art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Voltar ao preenchimento

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

Via de regra, uma vez que o orçamentista tenha definido os custos que integrarão o orçamento de referência da Administração, o valor estimado nessas contratações será expresso por meio da elaboração do orçamento detalhado em planilhas de custos unitários.

Geralmente, tal orçamento é composto por duas planilhas: sintética e analítica.

A planilha sintética traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra – chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são, então, somados, chegando ao custo global de referência da obra – sobre o qual incide o valor percentual do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a aceitação das propostas dos licitantes.

No que diz respeito à contratação sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, "sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético" (art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Nos casos em que houver adaptação de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO, preferencialmente, deve-se utilizar insumos ou composições também extraídas desses sistemas vez que a Lei n. 14.133, de 2021, exige que a utilização de outras fontes somente ocorra por inviabilidade de utilização dos elementos das composições oficiais.

No que diz respeito aos demais custos de referência extraídos de fontes extra-SINAPI – dentre aquelas autorizadas no art. 23, §2º da citada Lei – também é necessário que as respectivas composições de custos unitários sejam devidamente detalhadas e juntadas aos autos – são as chamadas composições "próprias".

Além de juntar aos autos as respectivas composições, no caso de utilização dessas outras fontes, cabe ao orçamentista se assegurar de que se trata de fontes acessíveis aos licitantes e, quando se tratar de tabelas, que as planilhas de custos façam referência aos códigos utilizados por essas tabelas e que elas tenham sido devidamente aprovadas.

Deve-se notar que a escolha de materiais, profissionais ou atividades não relacionadas nos sistemas oficiais existentes recomenda a devida motivação técnica. Ademais, a utilização de mão de obra de profissionais não discriminados na tabela SINAPI, além da justificativa da necessidade específica do tipo de profissional, deverá apresentar a respectiva composição do custo unitário acompanhada da discriminação analítica de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre cada profissional.

Nesse sentido, a justificativa detalhada quanto à elaboração da planilha analítica, onde se certifique a observância de tais recomendações, mostra-se imperativa.

Voltar ao preenchimento

7. CUSTOS DIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser discriminados nominalmente e surgem como novos para a contratada, exclusivamente em função das obrigações assumidas para a execução do contrato. Destarte, não podem ser considerados custos diretos os encargos tributários pré-existent e os custos decorrentes da manutenção do escritório central da empresa. Demais disso, não podem ser cotados na composição do BDI.

São classificados como custos diretos os insumos materiais, a mão de obra empregada e os respectivos encargos suportados em razão exclusiva do cumprimento do contrato, a mobilização, a desmobilização, a instalação do canteiro e do acampamento, por exemplo.

No Acórdão n. 2.622/2013-Plenário, o TCU também tratou especificamente do custo direto de administração local. Assim, após cuidadoso estudo, foram adotados os seguintes padrões para o percentual de administração local a ser inserido no custo direto da obra de construção de edifícios: 3,49% (1º quartil) - 6,23% (médio) - 8,87% (3º quartil).

Já a planilha analítica, como veremos no tópico a seguir, traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha sintética – registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida do referido serviço.

Para assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, é indispensável que o intervalo entre a elaboração das planilhas do custo total estimado do empreendimento e a data de divulgação do edital não deve ser superior a um ano, conforme voto proferido no Acórdão TCU n. 2.265/2020-Plenário, do qual se destaca o item 20:

Assim, a IN 73/2020 admite prazos de até 1 ano entre as referências pesquisadas e a data de divulgação do instrumento convocatório, prazo que julgo ser adequado também para a validade de um orçamento estimativo visando a licitação de uma obra pública.

Como já expusemos em tópico anterior, a documentação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

Voltar ao preenchimento

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Nos casos que demandarem a elaboração da planilha analítica, como já esclarecemos acima, tal documento deverá conter o detalhamento de todos os insumos necessários à composição do custo unitário de cada um dos itens que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, como também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade.

Segundo a Súmula TCU n. 258/2010, "as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas".

Para os custos de referência extraídos do SINAPI, parece desnecessária a juntada das composições que lhes dão suporte – pois trata-se de sistema oficial de livre acesso, bastando ao interessado consultar o respectivo código junto à tabela analítica do SINAPI para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão ali embutidos.

Todavia, em caso de adoção de especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia, em relatório técnico elaborado por profissional habilitado, as composições do SINAPI poderão ser "adaptadas" e deverão ser obrigatoriamente juntadas aos autos, para o devido conhecimento dos licitantes.

Somente devem ser inseridas em tal rubrica as despesas efetivamente incorridas pela empresa ao executar a obra, devidamente detalhadas, conforme orientações do TCU – "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas":

É importante também observar que a administração local depende da estrutura organizacional que o construtor vier a montar para a condução de cada obra e de sua respectiva lotação de pessoal. Não existe modelo rígido para esta estrutura, mas deve-se observar a legislação profissional do Sistema Confea e as normas relativas à higiene e segurança do trabalho. As peculiaridades inerentes a cada obra determinarão a estrutura organizacional necessária para bem administrá-la. A concepção dessa organização, bem como da lotação em termos de recursos humanos requeridos, é tarefa de planejamento, específica do executor da obra.

Caberá ao orçamentista realizar um ensaio sobre a questão, com vistas a estabelecer bases para estimar os custos envolvidos na administração local. Devem ser consideradas as características da obra, a estratégia adotada para sua execução, o cronograma, bem como a dispersão geográfica das frentes de trabalho.

No mais, assim como os demais custos diretos, a Administração deverá atentar para a necessidade de definir critério objetivo para a medição e o pagamento do item "administração local", estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU.

Voltar ao preenchimento

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

A partir das planilhas orçamentárias, cabe também elaborar a Curva ABC, assim definida no manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU:

2.19 Curva ou Classificação ABC de Serviços: tabela obtida a partir da planilha orçamentária da obra, na qual os itens do orçamento são agrupados e, posteriormente, ordenados por sua importância relativa de preço total, em ordem decrescente, determinando-se o peso percentual do valor de cada um em relação ao valor total do orçamento, calculando-se em seguida os valores percentuais acumulados desses pesos. [...]

A importância da curva ABC reside na análise das planilhas orçamentárias. É relativamente frequente a existência de orçamentos com grande quantidade de itens de serviço distintos. Em tais circunstâncias, a curva ABC de serviços permite a avaliação global do orçamento com o exame de apenas uma parte dos serviços. [...]

2.20 Curva ABC de insumos: apresenta todos os insumos da obra (material, mão de obra e equipamentos) classificados em ordem decrescente de relevância. Para sua confecção, necessita-se da composição de custos unitários de todos os serviços da obra para o agrupamento dos insumos similares de cada serviço.

A curva ABC de insumos é uma ferramenta que cria várias facilidades para a orçamentação de uma obra, proporcionando que o orçamentista refine o orçamento mediante pesquisa de mercado dos insumos mais significativos. Também auxilia no planejamento e programação de obras, pois fornece o efetivo de mão de obra e a quantidade dos diversos tipos de equipamentos necessários para a execução da obra.

No caso, uma das funções principais da Curva ABC é definir as parcelas mais relevantes da contratação sob o prisma econômico, a fim de permitir a indicação dos serviços cuja execução prévia deverá ser comprovada nos atestados de capacidade técnica apresentados pelo licitante (requisito de qualificação técnica). Além disso, permite apontar os insumos que podem ser objeto da incidência de BDI Diferenciado.

Ademais, a Curva ABC também é importante instrumento para a análise de riscos da contratação e a previsão de mecanismos de gestão e fiscalização contratual, além de guiar a análise crítica dos pleitos de modificação das planilhas orçamentárias por meio de aditivos, para verificar o ponto de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a potencial ocorrência de "jogo de planilha" ou sobrepreços relevantes.

Por fim, o próprio TCU costuma utilizar a Curva ABC em suas auditorias para averiguar tais irregularidades nos processos de tomada de contas de obras e serviços de engenharia – cabendo ao órgão diligente se antecipar e preparar sua própria versão do documento, a fim de antever eventuais fragilidades em suas planilhas orçamentárias.

Do ponto de vista prático, a relevância desse documento pode ser assim resumida: Indicar os itens em relação aos quais se deve exigir atestados; indicar o percentual que será solicitado nos atestados (até 50% - TCU); e, indicar a importância de BDI diferenciado para equipamentos.

[Voltar ao preenchimento](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

O órgão promotor da licitação deve atentar para o regime de tributação que está sendo considerado no orçamento de referência da Administração, mormente se está ou não considerando no BDI adotado no certame os efeitos da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), ou seja, da desoneração tributária, evidentemente, enquanto ela estiver vigente e aplicável às empresas do setor de engenharia.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.

Nos termos do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, o valor estimado do objeto deverão ser acrescidos o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e os Encargos Sociais (ES) cabíveis.

Na falta de um critério legal para a definição do BDI, recomenda-se a utilização dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão TCU n. 2.622/2013 discrimina os itens mínimos componentes do BDI: taxa de rateio da administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.

Depreende-se, ainda, do referido acórdão, os seguintes parâmetros:

- Não poderão integrar o cálculo do BDI os tributos que não incidam diretamente sobre a prestação em si, como o IRPJ, CSLL e ICMS, independente do critério da fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que calculam o imposto de renda com base no lucro presumido;
- PIS, COFINS e ISSQN – na medida em que incidem sobre o faturamento – são passíveis de serem incluídas no cálculo do BDI, nos termos da Súmula TCU n. 254/2010;
- A taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cem por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac. 2622/2013-Plenário, Item 122 do voto e Item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac. 3013/2010-Plenário, voto do relator);
- Adoção dos novos referenciais de percentual de BDI, em substituição aos índices mencionados no Acórdão n. 2.369/2011 e utilização da terminologia "quartil", ao invés de padrões mínimos e máximos, como constava nas tabelas substituídas do acórdão anterior.
- Fixação do entendimento de que os percentuais indicados não constituem limites intransponíveis, mas referenciais de controle.
- Caso o orçamentista opte por adotar os custos de referência DESONERADOS, deverá acrescentar o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPRB ao BDI da obra ou serviço – ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013, pois os parâmetros de percentuais de BDI do Acórdão n. 2.622/2013 não contemplam a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB) instituída pela Lei n. 12.546, de 2011.

Atualmente, o regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil – e é por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços divulgam duas versões concomitantes: encargos sociais "desonerados" e "não desonerados".

Porém, conforme divulgado no Informativo de Licitações e Contratos n. 257 do TCU, esta Corte entendeu que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n. 12.546, de 2011, não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de aceitabilidade de preços máximos na licitação, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento (Acórdão n. 6.013/2015 - 2ª Câmara).

Portanto, ao elaborar o orçamento de referência de cada licitação, cabe ao setor técnico justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração – segundo as premissas do PARECER n. 44/2019/DECOR/CGU/AGU:

b) Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá confeccionar um único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.

c) Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.

d) Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planejamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

Cabe ao setor técnico anexar nos autos a simulação dos preços globais da obra ou serviço, com base nos dois cenários – custos "desonerados" (acrescido o percentual da CPRB no BDI) versus custos "não desonerados" (excluído o percentual da CPRB no BDI) – para justificar a opção mais vantajosa para a Administração, a qual será adotada como orçamento de referência da licitação.

Necessariamente o projeto deverá declarar se a atividade a ser contratada se encontra entre os itens da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para fins de utilização das tabelas desoneradas.

[Voltar ao preenchimento](#)

- Adoção de percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços (percentual proporcional entre o limite máximo de 5% e o limite mínimo de 2%).

Cumprido alertar que, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado em relação à média indicada no acórdão, mais robusta deverá ser a justificativa para a adoção do índice escolhido.

Nesse diapasão, na justificativa, cumpre ao profissional declarar expressamente a metodologia adotada e certificar a observância dos parâmetros supra.

Alertamos, ainda, que, a depender do parâmetro utilizado, pode ocorrer de o BDI estar embutido no preço paradigma, caso em que o orçamentista deverá considerar tal condição, conforme alerta de Valmir Campelo e Rafael Jardim Cavalcante:

Quando se tratar de pesquisas de preços de serviços, deve haver o cuidado de não duplicar, total ou parcialmente, o BDI já embutido no preço do serviço pesquisado. Via de regra, os preços sondados já embutem os custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais (como tributos, custos administrativos e lucro). Aplicar, novamente, o BDI contratual sobre o valor da pesquisa pode redundar na sobreavaliação de preços do serviço em comparação com os de mercado, mormente quando o serviço for executado diretamente pela futura contratada (sem a subcontratação). (CAMPELO, Valmir; CAVALCANTE, Rafael Jardim. Obras públicas comentadas à jurisprudência do TCU. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 605)

[Voltar ao preenchimento](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o fornecimento de materiais e equipamentos para a obra ou serviço de engenharia representar parcela significativa do empreendimento e puder ser realizado separadamente do contrato principal sem comprometimento da eficiência do contrato ou da realização do seu objeto, a Administração deverá realizar licitações diferentes para a empreitada e para o fornecimento.

Nos termos da Súmula TCU 253, "Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Ressaltamos, novamente, que a elaboração de Curva ABC poderá revelar o impacto dos preços dos materiais e equipamentos no orçamento final da obra – e embasar a decisão pela incidência do BDI reduzido.

Portanto, quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

Segundo o estudo do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve corresponder aos percentuais de 11,10% (1º quartil) – 14,02% (média) – 16,80% (3º quartil).

De todo modo, conforme art. 15, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua, nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, excetuando-se a regra anteriormente prevista.

Por fim, convém esclarecer que o BDI Diferenciado não abrange os materiais ordinários da contratação (Acórdão TCU n. 2842/2011-Plenário).

[Voltar ao preenchimento](#)

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Nos termos do art. 18 do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, a minuta de contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

Conforme explica o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra ou serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos básico/executivo e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada a fim de determinar as correções devidas pelo executor da obra ou comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida.

Na empreitada por preço global, o cronograma adquire importância ímpar, pois o critério de aceitabilidade da proposta vencedora não incidirá sobre seus preços unitários, e sim sobre o preço de cada uma das etapas previstas no referido documento, que deverá ficar igual ou abaixo dos preços de referência correspondentes da administração pública (arts. 19 e 20, do Decreto Municipal n.º 036, de 2023).

realizado por qualquer uma das licitantes sem grandes variações, tal como se fosse um "serviço de prateleira", isto é, semelhante a um serviço comum de engenharia.

Para tanto, é necessário que os estudos preliminares, o programa de necessidades, o projeto básico e o caderno de especificações, dentre outros, sejam suficientemente claros e de grande precisão. Além disso, é necessário que constem as plantas conceituais do objeto. Não se permitem especificações genéricas ou amplas que deixem a cargo da licitante a opção por um modo de execução que influencie diretamente no preço ou no bem que interessa à Administração.

Ressalta-se que, caso a responsabilidade pela elaboração dos projetos executivos seja transferida à contratada, isso deve constar como obrigação específica no Termo de Referência ou Projeto Básico e os custos inerentes devem estar contemplados na proposta.

Por fim, é importante mencionar que, excepcionalmente, admite-se, nos termos do § 1º do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, a contratação de obras e serviços comuns de engenharia sem projeto executivo nos casos em que o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados e a especificação do objeto puder ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico.

[Voltar ao preenchimento](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 67, V, da Lei n. 14.133, de 2021) refere-se à atividade básica do objeto da contratação - conforme entende o TCU:

"9.3.1. faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstendo-se de exigir o registro ou inscrição das empresas licitantes quando não figurar no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.034/2012 – Plenário)

"1. O registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Acórdão nº 2.769/2014 – Plenário)

"A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho

Da mesma forma, durante a execução contratual, a remuneração devida à contratada também seguirá o valor de cada etapa do cronograma – sendo altamente recomendável que a previsão de pagamento coincida com 100% (cem por cento) da conclusão da respectiva etapa, a fim de se evitar a necessidade de medição (atividade própria da empreitada por preço unitário).

Já na empreitada por preço unitário, os pagamentos são atrelados aos quantitativos efetivamente executados pela contratada, com base nos preços unitários registrados em sua planilha. Ainda assim, o cronograma é importante instrumento para acompanhar as etapas de execução contratual, além de também basear a medição dos serviços prestados.

[Voltar ao preenchimento](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

O projeto executivo é requisito obrigatório da contratação de obras e serviços (art. 46, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021) - inclusive nos casos de contratação direta (art. 72, I, da Lei n. 14.133, de 2021) - e deve ser realizado na fase preparatória da licitação, previamente à elaboração do edital do certame (art. 18, II, da Lei n. 14.133, de 2021).

Segundo a definição legal, é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes (art. 6º, XXVI, da Lei n. 14.133, de 2021).

Porém, a Administração poderá autorizar que o projeto executivo seja elaborado pelo próprio contratado, concomitantemente com a execução da obra ou serviço (art. 14, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Em tal situação, para que a tarefa de elaboração do projeto executivo possa ser repassada à contratada, é necessário que os documentos técnicos prévios da licitação sejam suficientemente detalhados, com a descrição completa das características e especificações relevantes do objeto licitado, nos termos do art. 6º, XXV, da Lei n. 14.133, de 2021. O projeto básico deve possuir nível de precisão e detalhamento que permita caracterizar adequadamente o empreendimento, inferir seus custos reais e definir metodologia e prazo de execução. Não é admissível a realização de licitação com base em projeto básico deficiente, carente dos detalhes exigidos por lei, para que, em momento seguinte à contratação, quando da elaboração do projeto executivo pela contratada, sejam procedidas expressivas alterações no projeto. Nesse sentido, preceitua o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU:

O que a lei não diz explicitamente é que essa faculdade somente pode ser exercida se o nível de detalhamento do projeto básico for suficientemente alto para extrair subjetivismos por parte das licitantes. Ou seja, a definição dos métodos, quantitativos, prazos e valores deverá ser tão precisa que a elaboração do projeto executivo se torne algo que pode ser

que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Informativo de Licitações e Contratos 286/2016)

O Projeto Básico deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir ao edital delimitar a necessidade de inscrição da licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), ou ainda em mais de um deles, no caso de equipe multidisciplinar ou de as competências exigidas serem comuns a mais de uma das profissões.

Nesse ponto, destaca-se que a Lei n. 13.639, de 2018, criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e a Resolução CFT n. 101, de 2020, prescreve as atribuições desses profissionais. Assim, compete ao órgão ou entidade avaliar qual profissional é o necessário e adequado ao objeto licitado e estabelecer a exigência pertinente. O mais importante nessa avaliação é cuidar para não excluir profissionais que possuam competência para executar o objeto, segundo as normas da respectiva categoria, porque isso representaria restrição indevida à competitividade.

Capacidade técnico-operacional

A comprovação da capacidade técnico-operacional deve limitar-se às parcelas simultaneamente de maior relevância e valor significativo do objeto licitado (Súmula n. 263/2011-TCU), assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Curva ABC, tanto para os serviços quanto para os insumos necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação – e permite visualizar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica – ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já considerou irregular a exigência de qualificação técnica "em item sem grande complexidade técnica" (Acórdão n.33/2013 – Plenário), bem como "relativa à execução de serviço de pequena complexidade técnica" (Acórdão n. 1.898/2011 – Plenário).

A Lei n. 14.133, de 2021, em consonância com consolidada jurisprudência do TCU (Acórdãos n. 2.099/2009, 2.147/2009, 813/2010, 1.432/2010, 3.105/2010, 1.832/2011, 2.672/2011, 737/2012, 1.052/2012, 1.552/2012, 2.281/2012 e 397/2013, todos do Plenário), admite a exigência de atestados com quantidades mínimas, desde que limitadas até 50%

(cinquenta por cento) do quantitativo das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifesta-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição: "Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório." (Voto no Acórdão n. 1.771/2007 – Plenário).

Possibilidade de somatório dos atestados

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

Consequentemente, sem que haja devida justificativa técnica, é inviável a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação (Acórdãos 1.090/2001, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (Itens 9.5.1 a 9.5.3) (todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, devidamente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar o somatório de atestados - quando "o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço" (Acórdão n.º 2.150/2008 – Plenário).

Tome-se como exemplo a construção de uma ponte. A expertise técnica necessária para construir uma ponte de 10km não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De nada adianta a empresa provar que já construiu 100 pontes de 100 metros cada: ainda que, no total, representem a mesma extensão, não significa que possui a competência necessária para construir uma única ponte de 10km.

Dai a finalidade da vedação ao somatório de atestados: a empresa deverá provar já ter executado os serviços de maior dimensão numa única contratação, e não por meio de diversas contratações separadas.

Exigências de instalações, aparelhamentos e pessoal técnico

Segundo o art. 67, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique as instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Tem sido praxe exigir nos editais uma declaração formal de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Isso acaba revestindo a exigência de algo absolutamente formal, sem acréscimo algum à garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar despercebida pela licitante - e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em havendo itens específicos reputados necessários para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, o órgão poderá inserir a referida exigência, acrescida, caso necessário, da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico (art. 67, § 8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Voltar ao preenchimento

15. VISTORIA

Quando a avaliação prévia do local de execução dos serviços for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando-se ao licitante o direito de realização de vistoria prévia (art. 63, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021).

A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das

Já decidiu o TCU: "Nesse contexto, entendeu a medida razoável pois, em vista da complexidade e do ineditismo dos estudos a serem exigidos do vencedor da licitação, a soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação." (Acórdão n. 2.032/2020 – Plenário)

Porém, na situação contrária, "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados" (Acórdão n. 2.760/2012 – Plenário).

Capacitação técnico-profissional

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que demonstre ter executado previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT.

As ARTs, RRTs e TRTs emitidas em nome de cada profissional são compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o RRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitar-se-ão às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 1º da Lei n. 14.133, de 2021).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos, poderia bastar o ART/RRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outras pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da qualificação técnica do TR/PB e que a minuta do edital reitere as previsões.

Novamente, a Curva ABC é instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação.

Diversamente do que dispunha a Lei de Licitações revogada, a Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a exigência de atestados com quantidades mínimas tanto para os comprovantes de qualificação técnico-profissional quanto técnico-operacional (art. 67, § 1º). Admite, ademais, que na contratação de serviços de natureza continuada se exija a comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º).

empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a verificação prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

Voltar ao preenchimento

16. SUBCONTRATAÇÃO

O art. 122 da Lei n. 14.133, de 2021, admite a subcontratação parcial de obra, serviço ou fornecimento, até o limite autorizado pela Administração. A subcontratação, desde que autorizada pela Administração, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.

Vejamos também a doutrina de Marçal Justen Filho:

A subcontratação torna-se cabível, senão inevitável, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam individualidade e são desempenhadas por terceiros especializados.

A evolução dos princípios organizacionais produziu o fenômeno terceirização, que deriva dos princípios da especialização e da concentração de atividades. Em vez de desempenhar integralmente todos os ângulos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada.

Na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações. Essa é a solução economicamente mais eficiente e tecnicamente mais satisfatória.

A Administração tem o dever de adotar as práticas mais eficientes, incorporando as práticas próprias da iniciativa privada. Logo, o ato convocatório deve permitir, quando viável, que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo.

Ao admitir a subcontratação, a Administração obtém vantagens econômicas decorrentes dos ganhos de eficiência do particular contratado.

Estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduz a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais.

A subcontratação pode representar inclusive um fator de ampliação da competição. Há certas atividades dotadas de especialização, complexidade e onerosidade diferenciada. Impor a sua execução de modo necessário pelo próprio contratado pode resultar na redução do universo de possíveis licitantes. Permitir a subcontratação em tais casos é justificado pelas mesmas razões que legitimam a participação de empresas em consórcio.

(Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. Thomson Reuters Revista dos Tribunais. Edição do Kindle. pp. 1349-1350).

O §2º do art. 122 possibilita que edital ou regulamento vedem, restrinjam ou estabeleçam condições para a subcontratação. Trata-se de uma faculdade. Portanto, não é obrigatório que o instrumento convocatório ou seus anexos estabeleçam limites à subcontratação. Caso o instrumento convocatório ou seus anexos não delimitem a possibilidade de subcontratação, durante a fase preparatória da licitação, a Administração poderá estabelecer esses limites durante a execução do contrato.

Embora facultativa na fase preparatória, o estabelecimento de condições mínimas para a subcontratação no instrumento convocatório ou em seus anexos é medida que atende aos princípios da impessoalidade, da publicidade, do interesse público, da proibição administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Na vigência da Lei n. 8.666, de 1993, consolidou-se o entendimento no sentido de que não poderiam ser subcontratadas as parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pela licitante contratada (Acórdão 3144/2011-Plenário).

Contudo, o §9º do art. 67 da Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admitiu a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos específicos, seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado. Por sua vez, o §1º desse artigo limitou a exigência de atestados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Portanto, os §§1º e 9º do art. 67 expressamente possibilitam a subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

Embora caiba à Administração o juízo de conveniência e oportunidade sobre a possibilidade técnica e a viabilidade de admitir a subcontratação, deve observar o princípio da motivação das decisões administrativas, ainda que discricionárias, considerando que, no Acórdão n. 1.453/2009, Plenário, a Corte de Contas manifestou-se no sentido de que “o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias.”

gestão da obra, a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Outros aspectos deverão dimensionar a complexidade do empreendimento, os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira, todos esses fatores que estarão a sopesar a decisão que deverá ser tomada pelo gestor.” (Acórdão n. 1.165/2012 – Plenário).

O Tribunal de Contas da União – TCU – entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

Compulsando diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, chega-se às seguintes conclusões que servem de norte para a admissão ou não da participação de empresas reunidas em consórcio:

1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

Voltar ao preenchimento

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

A participação de cooperativas em certames licitatórios é admitida quando atendidos os requisitos previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração.

Assim, a vedação da subcontratação ou o estabelecimento ou não de condições para a sua adoção deve ser motivada pela área técnica do órgão assessorado.

Voltar ao preenchimento

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

No âmbito da União, o art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação.

Os §§2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento), a qual deve balizar-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

Voltar ao preenchimento

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é medida excepcional e a adoção dessa restrição está condicionada à apresentação de justificativa pela área técnica do órgão assessorado, nos termos do art. 15, caput, da Lei n. 14.133, de 2021.

Tal justificativa deve basear-se na análise individualizada do caso concreto, conforme orientações do TCU: “Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento estará a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO – RESTA INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATÁ DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 – SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I – As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.

II – Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III – Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV – Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "...necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrado. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução do ajuste, não será possível a participação de cooperativas no certame. E geralmente consta a previsão de utilização de diversos profissionais que, "...pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados - e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

[Voltar ao preenchimento](#)

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 - Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

Ademais, caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, conforme disposto no art. 59 da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

Em obras e serviços de engenharia, a fase de planejamento da contratação deve prever a inclusão de conceitos de sustentabilidade nos projetos que serão elaborados. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo, para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental e para a prevenção e o gerenciamento dos resíduos da construção (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei n. 12.305, de 2010).

A equipe de gerenciamento da contratação tem o dever legal de analisar a viabilidade de inclusão de soluções sustentáveis ainda na fase de elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Por meio desse documento, o órgão deve identificar, do ponto de vista administrativo e funcional, quais os requisitos estruturais, funcionais e de desempenho que devem ser atendidos em uma obra ou serviço de engenharia específico. É esse documento que orienta a confecção dos projetos e dos cadernos de encargos e especificações técnicas e deve apresentar quais os reais problemas que deverão ser solucionados, bem como os objetivos que a Administração se propõe a cumprir.

É a partir das definições contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o Engenheiro/Arquiteto vai especificar quais os materiais a serem adquiridos, as técnicas a serem utilizadas e os custos do empreendimento. Ou seja, se a Administração insere no ETP que um determinado prédio deve ter sistemas de economia de água e energia, ou um sistema de captação e utilização de águas pluviais ou, ainda, que a disposição das salas e do layout de um edifício deve favorecer certos fatores climáticos locais, por exemplo, todas essas especificações deverão ser detalhadas no Projeto de Arquitetura ou de Engenharia a ser elaborado.

Nesse contexto, a Administração pode, inclusive, buscar a certificação de sustentabilidade do empreendimento. O processo de certificação, quando utilizado, atesta a obediência a determinados padrões de qualidade, desempenho, bem como de conformidade a regras nacionais e internacionais.

São bem conhecidas as certificações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, coordenado pelo Inmetro e o Ministério de Minas e Energia, bem como o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações - PROCEL/Edifica, também coordenado pelo Inmetro em parceria com a Eletrobrás.

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499)

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público, frente à particularidade do objeto licitado.

De todo modo, a palavra final sempre cabe à autoridade administrativa - cabendo-lhe justificar sua decisão por exigir ou dispensar a garantia em cada certame, para a adequada instrução processual.

Nos termos do art. 98 da Lei n. 14.133, de 2021, a garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, o percentual da garantia incidirá sobre o valor anual do contrato (art. 98, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

No intuito de evitar o abandono de obras e serviços de engenharia, a Lei n. 14.133, de 2021 inovou, admitindo que o órgão licitante exija a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, modalidade de seguro conhecida como Performance Bond, em que a empresa seguradora não apenas se responsabiliza pelos prejuízos causados pela empresa executora da obra, como, ademais, compromete-se a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, em caso de inadimplemento da contratada (art. 102).

Quando exigida a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, a seguradora deverá firmar o instrumento de contrato, inclusive os termos aditivos, como interveniente auente, e lhe será garantido o acompanhamento da execução do contrato, podendo, inclusive, ter acesso às instalações em que for executado o contrato e aos documentos da fiscalização técnica e contábil (art. 102, I, da Lei n. 14.133, de 2021).

Em caso de obras e serviços de engenharia de grande vulto, assim considerados aqueles serviços cujo valor supera o limite previsto no art. 6º, XXII, com as atualizações previstas no art. 182, ambos da Lei n. 14.133, de 2021, a Administração poderá exigir garantia na modalidade seguro-garantia, inclusive com cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato (art. 99 da Lei n. 14.133, de 2021).

Por meio dessas duas iniciativas foram introduzidos no Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, os Requisitos Técnicos de Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Edifícios Públicos (RTQ-C) e o Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R).

Através dos procedimentos de submissão definidos nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações (RAC) é possível, inclusive, conferir a um edifício a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do Inmetro.

Por meio do Acórdão n. 1666/2019-Plenário, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de apreciar a legalidade da exigência de apresentação de certificações em certames, e asseverou que a Administração deve buscar o equilíbrio entre a ampla participação e as exigências de qualificação e de conteúdo das propostas.

No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado: a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto - especificação técnica; b) Na minimização do impacto - prevenção de resíduos; e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos - gestão de resíduos.

A Advocacia-Geral da União publicou o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no qual o Administrador Público encontrará subsídios que o ajudarão a trilhar o caminho da sustentabilidade.

A consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, assim como a inserção das previsões legais ali relacionadas nas minutas editais correspondentes, antes do encaminhamento do processo administrativo para Parecer jurídico, é um dever do Gestor Público.

Ressalta-se que há possibilidade de serem incluídos outros critérios e práticas de sustentabilidade além daqueles legalmente previstos e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios, mediante justificativa a constar do processo administrativo.

21.2. Da Especificação Técnica

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante a execução dos serviços e dos insumos a eles vinculados, bem como a incidência de normas especiais de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

21.3. Da Minimização do Impacto

No que tange a obras e serviços de engenharia, o art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece como um dos elementos do estudo técnico preliminar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável”.

O art. 45 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece que as contratações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

21.4. Licenciamento Ambiental

No tocante ao licenciamento ambiental, instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981, artigos 9º, VI e 10) como boa prática de gestão administrativa é fundamental que, nos casos em que exigido, o órgão assessorado diligencie previamente perante os órgãos competentes para análise do tempo estimado para sua obtenção.

A “prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA” e “celeridade” que constaram do artigo 25, 2º, da Lei 14.133, de 2021, não implicam em adoção de medidas que resultem em prejuízos ao dever de preservação ambiental, devendo ser observados todos os regramentos específicos para o licenciamento ambiental.

Registre-se que sempre que a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, 4º, Lei 14.133, de 2021)

importante ressaltar que tais barreiras podem ser de natureza urbanística; arquitetônica; podem estar relacionadas aos meios de transporte; aos meios de comunicação; à forma como é prestada a informação; podem ser barreiras de origem comportamental; ou constituírem barreiras tecnológicas.

Nesse sentido, a Administração Pública, quando da contratação de obras e serviços de engenharia deve: a) Na fase de planejamento, observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico; e b) Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050/2004.

Nas hipóteses nas quais a responsabilidade pelo licenciamento for da contratação, o órgão assessorado deverá considerá-lo no estudo técnico preliminar, na avaliação de riscos e estabelecer um cronograma físico-financeiro compatível, a fim de que seja inserido prazo adequado, evitando-se atrasos na execução contratual e futuras necessidades de prorrogação.

21.5. Dos Resíduos e Rejeitos

Resíduos e rejeitos são causadores de grande impacto ambiental, por tal motivo o Administrador Público deve, quando da contratação de obras e serviços de engenharia, ter como metas as seguintes políticas: (a) Da não geração; (b) Da redução; (c) Da reutilização; (d) Do tratamento; e, (e) Da disposição adequada.

21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal

A Sustentabilidade ora tratada enquadra-se no conceito de política socioambiental; contudo, devido à sua transversalidade, pode ser conjugada com outras políticas públicas, o que lhes confere maior efetividade.

Como exemplos de políticas públicas que podem ser aplicadas em conjunto com a Sustentabilidade nas contratações públicas, temos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2010); a Coleta Seletiva; a Política de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n. 123, de 2006); e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 3.298, de 1999, e Decreto n. 6.949, de 2009).

21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Assim, nos termos do inc. XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

21.8. Da Acessibilidade

A acessibilidade constitui outro aspecto relevante da sustentabilidade a ser observado pelo Gestor Público quando da contratação de obras e serviços de engenharia (Decreto n. 6.949, de 2009, e Lei n. 13.146, de 2015).

O Tribunal de Contas da União - TCU, inclusive, tem recomendado a observância dos “normativos aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o Princípio da Isonomia, no que se refere à acessibilidade” (AC-0047-01/15-P, Plenário, Relator Bruno Dantas).

A acessibilidade caracteriza-se pela identificação e eliminação de barreiras que impeçam ou restrinjam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É



TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

(Processo Administrativo nº.....)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para construção de prédio do Executivo Municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	Catser	Unid	Quant (obra)	R\$ Total
01	Construção de prédio Executivo Municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões.	5622	m²	323,30	R\$ 1.233.380,50

Valor total máximo: R\$ 1.233.380,50 (um milhão, duzentos e trinta e três mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência e peças técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência e peças técnicas.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

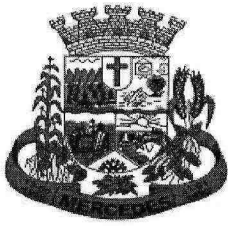
2.2. Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme decreto municipal 215/2024.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone: (45)3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



Estado do Paraná

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

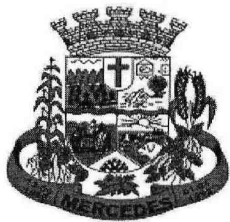
- 4.1. Trata-se de serviço de execução, abrangendo intervenções nas áreas internas e externas, com duração prevista de 18 (dezoito) meses.
- 4.2. Não se trata de prestação de serviço de natureza contínua, porém de demanda certa.
- 4.3. O objeto é: contratação de empresa para construção de prédio Executivo Municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR;
- 4.4. Dada as condições de execução e a natureza dos serviços a serem realizados, as empresas deste ramo estão priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços;
- 4.5. Priorizar para que a implantação do canteiro de obras seja organizada, com critérios mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, no qual conste, por exemplo, o reuso de água, o reaproveitamento da água de chuvas e dos resíduos sólidos produzidos e a separação dos não reutilizáveis para descarte;
- 4.6. Utilização, caso necessário, de andaimes e escoras preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- 4.7. A contratada deverá atender e respeitar aos prazos e condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro;
- 4.8. A contratada deverá atender a todas os itens do Memorial descritivo e demais documentos.

Subcontratação

- 4.9. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
 - 4.9.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas, que representa 27,37% do valor do objeto.
 - 4.9.2. A subcontratação fica limitada a 0,07% (parcela referentes a diversos – limpeza, ensaios tecnológicos, equipamentos) do valor do objeto.
- 4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.
- 4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133,



Estado do Paraná

de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.13. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da homologação do procedimento, para prestação da garantia na modalidade seguro-garantia.

4.14. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.16. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

4.17. Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada junto ao Setor de Engenharia do Município, pelo telefone (45) 3256-8045.

4.18. Após a visita, será emitido atestado de visita pelo Município.

4.19. Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Os **serviços deverão ser iniciados** no máximo até 21 (vinte e um) dias contados a partir da data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial do Município;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A Contratada terá o prazo de 06 (seis) meses para execução do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

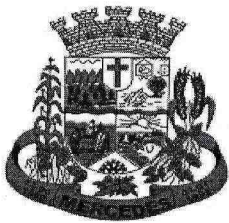
Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Dr. Flores, S/N - Centro, Lote nº 07 da Quadra nº 32 - Município de Mercedes/PR.

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir o cronograma estabelecido.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a



Estado do Paraná

seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do orçamento, onde consta a listagem de todos os materiais necessários. A obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do orçamento, onde consta a listagem de todos os materiais necessários. A obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A CONTRATADA salvaguardará os serviços executados conforme preconiza a ABNT NBR 17170 de 12 de dezembro de 2022 (Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Para a entrega e recebimento, deverão ser retirados da área da obra todos os entulhos e sobras de materiais. No ato da entrega, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos e sujeira.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

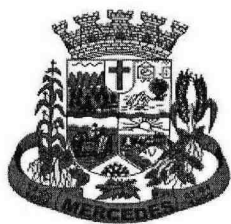
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto



Estado do Paraná

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período estabelecido no cronograma físico financeiro da obra.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes);

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.13. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.13.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.13.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.13.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.13.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

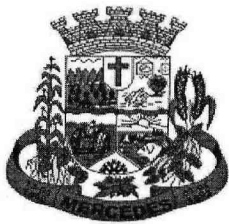
6.13.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.13.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.13.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.13.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.13.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

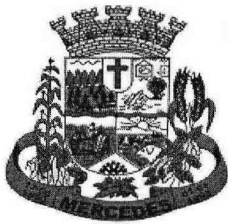


Estado do Paraná

- 6.13.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.13.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 6.13.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 6.13.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 6.13.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.13.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.13.16. no caso de obras e serviços de engenharia:
- (a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
 - (b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
 - (c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- 6.13.17. outras atividades compatíveis com a função.
- 6.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 6.14.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - 6.14.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.14.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.14.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - 6.14.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 6.14.6. a satisfação do público usuário.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal n.º 032, de 24 de março de 2023, art. 11):



- 6.18.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 6.18.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - 6.18.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - 6.18.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - 6.18.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
 - 6.18.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 6.18.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.18.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
 - 6.18.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.18.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Para fins de medição e pagamento, deverá o licitante observar as disposições devidamente estabelecidas no item 13 do Edital e Cláusula Oitava – Do Pagamento, do Anexo I - Minuta do Contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

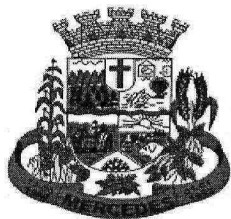
Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por Preço Global.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

- 8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela



Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos devidamente estabelecidos entre os itens 7.1 a 7.5.4 (e subitens) do Edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.233.380,50 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal nº 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal nº 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

() IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.2. Segue em anexo a análise de riscos relativa a contratação pretendida.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.004.04.122.0003.1003 – Ampliação de Edificações Públicas

Elemento de despesa: 34490510104

Fonte de recurso: 000, 505

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la



Estado do Paraná

(associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

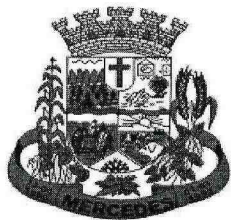
- I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
- II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
- III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

- I) O objeto da presente contratação não envolve obra e/ou serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;
- II) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;
- III) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de obra e/ou serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;
- IV) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem executar o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes, 29 de setembro de 2025.

Nilma Eger
Assistente Administrativa



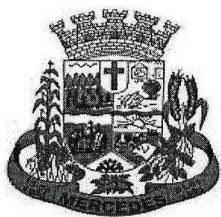
CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que o Termo de Referência – TR, relativo à *contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, a partir do respectivo Estudo Técnico Preliminar - ETP, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes, 29 de setembro de 2025.

Nilma Eger

Assistente Administrativa



Município de Mercedes

Estado do Paraná

MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR.

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

1. RISCOS – FASE DE PLANEJAMENTO

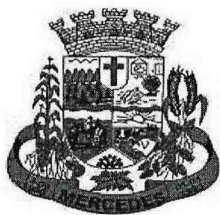
Risco 1	Definição inadequada das especificações.				
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Cancelamento da licitação ou não atendimento da necessidade.				
Ação Preventiva:	Proceder levantamento de necessidade com diálogo com interessados, formalizar o Termo de Referência.			Responsável:	Secretaria responsável
Ação de Contingência:	Retificar o Edital ou revogar a licitação.			Responsável:	Pregoeiro, Prefeito.

2. RISCOS – FASE DE LICITAÇÃO

Risco 2	Licitação deserta ou fracassada.				
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Não atender à necessidade institucional e aumento de custos para refazer a licitação ou não utilizar a dotação orçamentária planejada.				
Ação Preventiva:	Divulgar adequadamente, com prazo de publicação e exigências razoáveis, e seguindo o calendário legal e administrativo.			Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)
Ação de Contingência:	Refazer a licitação, com alterações eventualmente necessárias, no menor prazo possível.			Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)

3. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Inadimplemento Contratual.				
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Inexecução do objeto ou atraso na conclusão.				



Município de Mercedes

Estado do Paraná

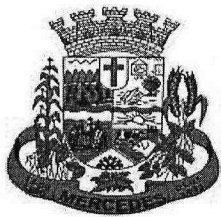
Ação Preventiva:	Assinar o contrato e toda documentação necessária, iniciado e cumprido dentro do cronograma estabelecido.	Responsável:	Fiscalização e Direção Administrativa
Ação de Contingência:	Notificar a contratada para cumprimento do prazo, sob pena das cominações legais.	Responsável:	Fiscalização e Direção Administrativa

4. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Desconformidade com as especificações.			
Probabilidade:	Baixa	Impacto:	Alto	Classificação: Médio
Dano potencial:	Serviços executados com má qualidade (segurança, acabamento, dimensões, etc...).			
Ação Preventiva:	Acompanhar os serviços e verificar se a execução está sendo conforme especificado.	Responsável:	Fiscal do Contrato	
Ação de Contingência:	Exigir que sejam refeitos os serviços de acordo com o que foi contratado.	Responsável:	Fiscal do Contrato	

5. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Atraso de pagamento.			
Probabilidade:	Raro	Impacto:	Alto	Classificação: Médio
Dano potencial:	Descumprimento de obrigação da própria administração.			
Ação Preventiva:	Comunicar e tramitar adequadamente a nota fiscal.	Responsável:	Fiscal do Contrato/ Contabilidade	
Ação de Contingência:	Diligenciar para corrigir eventuais falhas que impedem ou dificultam o pagamento, inclusive liberação de recursos.	Responsável:	Fiscal do Contrato/ Administração	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

MAPA DE RISCOS (CLASSIFICAÇÃO)

I M P A C T O	Muito Alto 5	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	Alto 4	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	Médio 3	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	Baixo 2	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	Muito baixo 1	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
		1	2	3	4	5
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo
PROBABILIDADE						

Mercedes, 29 de setembro de 2025.

EDSON

KNAUL:8863235090

0

Assinado de forma digital por

EDSON KNAUL:88632350900

Dados: 2025.09.29 09:22:49

-03'00'

Edson Knaul

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ATIVIDADES MATERIAIS ACESSÓRIAS, INSTRUMENTAIS OU COMPLEMENTARES

Objeto: Contratação de empresa para construção de prédio do executivo municipal, contendo: hall de entrada, recepção, circulação, copa, instalações sanitárias acessíveis feminino e masculino, área de trabalho, auditório, sala reservada, DML, depósito, banheiro e sala de reuniões, no Município de Mercedes/PR.

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que o objeto em epígrafe constitui-se em atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

Mercedes – PR, 29 de setembro de 2025

EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por
EDSON KNAUL:88632350900
Dados: 2025.09.29 09:23:02
-03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**